

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**  
**INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS**  
**DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

**A CONTRIBUIÇÃO DA INOVAÇÃO TERRITORIAL COLETIVA E DA  
DENSIDADE INSTITUCIONAL NOS PROCESSOS DE DESENVOLVIMENTO  
TERRITORIAL LOCAL/REGIONAL: A EXPERIÊNCIA DA COOPERCANA -  
PORTO XAVIER/RS**

**ANELISE GRACIELE RAMBO**

**ORIENTADOR: PROF. DR. ALDOMAR ARNALDO RÜCKERT**

**PORTO ALEGRE, MAIO DE 2006.**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS  
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**A CONTRIBUIÇÃO DA INOVAÇÃO TERRITORIAL COLETIVA E DA  
DENSIDADE INSTITUCIONAL NOS PROCESSOS DE DESENVOLVIMENTO  
TERRITORIAL LOCAL/REGIONAL: A EXPERIÊNCIA DA COOPERCANA -  
PORTO XAVIER/RS**

**ANELISE GRACIELE RAMBO**

**Orientador: Prof. Dr. Aldomar Arnaldo Rückert**

**Banca Examinadora: Prof. Dr. Álvaro Heidrich  
Prof. Dr. Eduardo Filippi  
Prof. Dr. Sérgio Schneider**

**Dissertação de Mestrado apresentada  
ao Programa de Pós-graduação em  
Geografia como requisito para  
obtenção do Título de Mestre em  
Geografia.**

**Porto Alegre, Maio de 2006.**

Rambo, Anelise Graciele

A contribuição da inovação territorial coletiva e da densidade institucional nos processos de desenvolvimento territorial local/regional: a experiência da cooperacana - Porto Xavier/RS. / Anelise Graciele Rambo - Porto Alegre : UFRGS, 2006.

[326 f.] il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Geociências. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Porto Alegre, RS - BR, 2006.

1. Geografia. 2. Desenvolvimento Territorial. 3. Geografia Política. 4. Geografia Econômica. I. Título.

---

Catálogo na Publicação  
Biblioteca Geociências - UFRGS  
Renata Cristina Grun CRB10/1113

*Aos meus pais, pelas angústias e preocupações que passaram por minha causa, pelos momentos que deixamos de estar juntos e por terem dedicado suas vidas a mim. Adoro vocês!*

*A meu esposo, que amo cada vez mais, por ter sempre apostado e acreditado em mim...*

*A vocês dedico este trabalho com amor e gratidão.*

## AGRADECIMENTO

*Não existe trabalho intelectual produzido solitariamente, ele está sempre amparado naqueles que indicam caminhos e nos dão o apoio para então seguirmos o nosso. Assim sendo...*

*...agradeço primeiramente a meus pais, Hedi e Hildor, que em todos os momentos, sem exitar, demonstraram estímulo, incentivo e paciência, dando-me aquele apoio que só nossos pais sabem nos dar.*

*A meu esposo Leonardo, por estar ao meu lado, apoiando-me nos momentos difíceis e vibrando comigo a cada etapa vencida. Sem dúvida, esse trabalho é nosso!*

*Ao Prof. Aldomar, pela oportunidade em poder tê-lo como orientador. Sua dedicação, seu empenho e seus conhecimentos foram um constante estímulo durante esta produção acadêmica. Obrigado por teres sido mestre e amigo. Realmente fostes meu orientador!*

*Ao nosso grupo de estudos - Reforma do Estado e Território - em especial, Suzimari Specht, Cláudia Ravazolli, Cláudio Mongói, Ednardo Correia Lima, Jackson Bitencourt, orientandos do Prof. Aldomar. Nossos encontros foram de muita valia para o resultado deste trabalho.*

*Àqueles que já no início de minha formação apoiaram meus estudos. À Prof<sup>ª</sup>. Marlene Wagner, que já na educação básica me mostrou que a Geografia é fantástica! Ao Prof. Valdir Dallabrida, que sempre me incentivou a seguir esta empreitada. Os trabalhos que juntos desenvolvemos foram essenciais para que eu estivesse aqui hoje!*

*Aos colegas, professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Geografia, por sua indispensável contribuição ao longo destes dois anos.*

*À COOPERCANÁ, por se colocar sempre a disposição, possibilitando a realização desta pesquisa. Em especial, ao Ricardo, que prontamente atendeu aos pedidos que lhe foram feitos... Por acreditarem que o incentivo à educação é o melhor caminho a seguir.*

*À CAPES, pela bolsa concedida, um apoio fundamental para que este trabalho pudesse ser realizado com tranquilidade e comprometimento.*

*À UFRGS, universidade pública e gratuita, por possibilitar a realização desta e de tantas outras pesquisas.*

*A todas as pessoas que fazem parte de minha vida e que compartilham comigo essa experiência...*

*...meus mais sinceros agradecimentos.*

*“É melhor tentar e falhar que preocupar-se e ver a vida passar.  
É melhor tentar, ainda que em vão, que sentar-se fazendo nada até o  
final. Eu prefiro na chuva caminhar que em dias tristes em casa me  
esconder. Prefiro ser feliz embora louco, que em conformidade viver”.*

*Martim Luther King*

## SUMÁRIO

<b>LISTA DE SIGLAS.....</b>	<b>08</b>
<b>LISTA DE FIGURAS.....</b>	<b>11</b>
<b>LISTA DE FOTOS.....</b>	<b>12</b>
<b>LISTA DE GRÁFICOS.....</b>	<b>14</b>
<b>LISTA DE MAPAS.....</b>	<b>15</b>
<b>LISTA DE TABELAS.....</b>	<b>16</b>
<b>RESUMO.....</b>	<b>17</b>
<b>ABSTRACT.....</b>	<b>18</b>
<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>19</b>
<b>1. GLOBALIZAÇÃO X DESENVOLVIMENTO: COMO FICAM OS TERRITÓRIOS PERIFÉRICOS?.....</b>	<b>34</b>
<b>1.1 O processo de globalização e os territórios periféricos.....</b>	<b>34</b>
<b>1.2 O território, territorialidade e desenvolvimento territorial.....</b>	<b>40</b>
<b>1.3 Desenvolvimento territorial, a relação cidade-campo e a agricultura familiar.....</b>	<b>54</b>
<b>2. O PAPEL DOS ATORES, DA INOVAÇÃO TERRITORIAL COLETIVA E DA DENSIDADE INSTITUCIONAL NO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL LOCAL/REGIONAL.....</b>	<b>62</b>
<b>2.1 Os atores e o desenvolvimento territorial.....</b>	<b>62</b>
2.1.1 O Estado e o mercado: reflexos sobre territórios periféricos.....	64
2.1.2 O papel da sociedade no âmbito dos territórios periféricos.....	69
<b>2.2 O papel da inovação territorial coletiva e densidade institucional nos processos de desenvolvimento territorial local/regional.....</b>	<b>74</b>
<b>3. DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL LOCAL/REGIONAL: AGRICULTURA FAMILIAR E COOPERATIVISMO NOS COREDES</b>	

<b>FRONTEIRA NOROESTE E MISSÕES.....</b>	<b>89</b>
<b>3.1 Corede Fronteira Noroeste e Missões: uma breve caracterização.....</b>	<b>90</b>
3.1.1 A realidade socioeconômica dos Coredes Fronteira Noroeste e Missões.....	96
3.1.2 A agricultura familiar e a territorialidade das relações de poder em torno do cultivo da soja.....	100
<b>3.2. Índícios de inovação territorial coletiva e de densidade institucional ao longo da história dos Coredes Fronteira Noroeste e Missões.....</b>	<b>104</b>
3.2.1 Cooperativismo: um capital do território?.....	111
3.2.2 Da regionalização a territorialização das cooperativas.....	122
<b>4 A COOPERCANA E OS ATORES LOCAIS/REGIONAIS ENVOLVIDOS NA EXPERIÊNCIA.....</b>	<b>134</b>
<b>4.1 O processo de constituição da Coopercana.....</b>	<b>134</b>
<b>4.2 Os atores locais/regionais envolvidos na experiência da Coopercana.....</b>	<b>143</b>
4.2.1 ASTRF – Associação dos Trabalhadores Rurais Fronteiriços.....	143
4.2.2 Coopax – Cooperativa dos Pequenos Agricultores de Porto Xavier.....	145
4.2.3 STR - Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Porto Xavier.....	147
4.2.4 As Igrejas: Católica e IECLB.....	148
<b>5. INOVAÇÕES TERRITORIAIS COLETIVAS E A DENSIDADE INSTITUCIONAL NA EXPERIÊNCIA DA COOPERCANA.....</b>	<b>152</b>
<b>5.1 As inovações territoriais coletivas.....</b>	<b>153</b>
5.1.1 A própria densidade institucional em torno da Coopercana.....	154
5.1.2 Cultivo de cana numa região em que predomina a cultura da soja.....	155
5.1.3 A industrialização da cana e não sua venda <i>in natura</i> .....	158
5.1.4 O fato de ser uma cooperativa e não uma empresa S/A.....	159
5.1.5 O fato de ser uma usina de álcool autogestionária.....	160
5.1.6 Os onze núcleos de base da Coopercana.....	161
5.1.7 O Estatuto.....	165
5.1.8 A produção de energia elétrica.....	167
5.1.9 A produção de álcool etílico hidratado.....	168
<b>5.2 A densidade institucional.....</b>	<b>171</b>
<b>6 AS TRANSFORMAÇÕES TERRITORIAIS DECORRENTES DA INOVAÇÃO TERRITORIAL COLETIVA E DA DENSIDADE INSTITUCIONAL: OS NOVOS USOS POLÍTICOS E ECONÔMICOS DO TERRITÓRIO.....</b>	<b>184</b>
<b>6.1 Os novos usos políticos.....</b>	<b>184</b>
6.1.1 Processo de constituição do Ema - Linha São Carlos/Porto Xavier.....	186
6.1.2 Processo de constituição da CreSol - Porto Xavier.....	191
6.1.3 Processo de constituição da rádio comunitária Amizade FM – Porto Xavier.....	195
6.1.4 Processo de constituição da Coopercil –Porto Xavier.....	197
6.1.5 Processo de constituição da Arede – Santa Rosa.....	204
6.1.6 Eventos patrocinados através da Lic.....	210

6.1.7	Marcha mundial das mulheres.....	212
6.1.8	O processo de arrendamento e compra da massa falida da Alpox S/A.....	215
<b>6.2</b>	<b>Os novos usos econômicos.....</b>	<b>221</b>
6.2.1	Projeto: Estudo de Adaptação de Variedades de Cana-de-açúcar na Região Noroeste do Rio Grande do Sul.....	234
6.2.2	Projeto “Construindo Segurança Alimentar nas Missões do RS” – gerando renda e saboreando alimentos com a cultura da cana-de-açúcar na agricultura familiar.....	237
6.2.3	Projeto Redes de Cidades de Missões para o Desenvolvimento e Combate à Pobreza e Exclusão Social.....	240
6.2.4	Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel.....	247
6.2.5	Projeto de Modernização da Planta Industrial na Produção de Álcool para Produção de Biodiesel pela Agricultura Familiar.....	253
<b>7. O</b>	<b>TERRITÓRIO DA COOPERCANA.....</b>	<b>257</b>
<b>7.1</b>	<b>Território da Coopercana: novos usos políticos e econômicos.....</b>	<b>258</b>
7.1.1	A malha territorial.....	262
7.1.2	Os nós.....	269
7.1.3	As redes.....	272
7.1.3.1	Integração entre Coopercana e Engenho Azucarero.....	277
7.1.3.2	Convênio de Cooperação Técnica Coopercana – Fidene/Unijuí.....	278
7.1.3.3	Intercâmbio entre Coopercana e Destilaria Grandespi – Santo do Jacuí.....	280
7.1.3.4	Curso de cooperativismo e de formação.....	280
<b>7.2</b>	<b>Então, a inovação territorial coletiva e densidade institucional são alternativas de desenvolvimento a um território periférico?.....</b>	<b>287</b>
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>305</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>311</b>
	<b>Obras Consultadas.....</b>	<b>320</b>
	<b>ANEXOS.....</b>	<b>322</b>
	<b>Anexo A - Lista de Entrevistados.....</b>	<b>323</b>
	<b>Anexo B - Entrevista dirigida às instituições/organizações que deram origem a Coopercana.....</b>	<b>324</b>
	<b>Anexo C - Entrevista dirigida às instituições/organizações que se originaram a partir da Coopercana.....</b>	<b>325</b>
	<b>Anexo D - Entrevista dirigida aos Associados da Coopercana.....</b>	<b>326</b>

## LISTA DE SIGLAS

ACI - Associação Comercial e Industrial  
AGROPOX – Cooperativa Agropecuária de Porto Xavier Ltda.  
ALCOPAR – Associação dos Produtores de Álcool e Açúcar do Estado do Paraná  
ALPOX - Usina de Álcool Porto Xavier  
AMM - Associação dos Municípios das Missões  
ANP - Agência Nacional do Petróleo  
ANTEAG - Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Auto-Gestão  
APROSAN - Associação dos Professores de Santo Cristo  
APSATs - Associações de Prestação de Serviços e Assistência Técnica  
AREDE - Associação Regional de Educação, Desenvolvimento e Pesquisa  
ASCAR – Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural  
ASPLACAN - Associação dos Plantadores de Cana  
ASTM - Action Solidarité Tiers Monde  
ASTRF - Associação dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais Fronteiriços  
BNDES - Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social  
CPERGS – Centro de Professores do Estado do Rio Grande do Sul  
CERMISSÕES - Cooperativa Regional de Eletrificação Rural das Missões Ltda  
CERTHIL - Cooperativa de Energia e Desenvolvimento Rural Entre Rios Ltda  
CESE - Coordenadoria Ecumênica de Serviços  
CIDE – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico  
CISPOA - Coordenadoria de Inspeção de Produtos de Origem Animal  
CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas  
COASA - Cooperativa de Água Santa  
COGUARANI - Cooperativa dos Pequenos Agricultores de Guarani das Missões  
COMADEN - Conselho Municipal de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural  
COMTUL - Cooperativa Mista Tucunduva Ltda.  
CONFINS – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social  
CONSAD - Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local  
COOPACEL - Cooperativa dos Pequenos Agricultores de Cerro Largo  
COOPASC - Cooperativa dos Pequenos Agricultores de Santo Cristo  
COOPATRIGO - Cooperativa Triticola Regional SãoLuizense Ltda.  
COOPAX - Cooperativa dos Pequenos Agricultores de Porto Xavier  
COOPERAE – Cooperativa dos Agricultores Agroecológicos de Cândido Godói  
COOPERBUTIÁ - Cooperativa dos Pequenos Agricultores de São Pedro do Butiá

COOPERCANA - Cooperativa dos Produtores de Cana de Porto Xavier Ltda.  
COOPERCIL - Cooperativa dos Recicladores de Porto Xavier  
COOPERCULTURA – Cooperativa Mista de Consumo e Produção Cultural  
COOPERLUZ - Cooperativa Eletrificação e Desenvolvimento da Fronteira Noroeste Ltda.  
COOPERMIL - Cooperativa Mista São Luiz Ltda.  
COOPERTEREZA – Cooperativa Santa Tereza de Campina das Missões  
COOPESC - Cooperativa dos Pescadores de Porto Xavier  
COPEVI - Centro Operacional de Vivienda y Poblamiento  
COOPLEC – Cooperativa dos Produtores de Leite de Eugênio de Castro  
COOPLEITE - Cooperativa dos Produtores de Leite de Salvador das Missões  
COOPOVEC - Cooperativa dos Pequenos Agricultores de Porto Vera Cruz  
COOPRAL - Cooperativa dos Produtores de Alecrim Ltda.  
COPEVI - Centro Operacional de Vivienda y Poblamiento  
COREDE - Conselho Regional de Desenvolvimento  
COTRIMAIO - Cooperativa Triticola Três de Maio Ltda.  
COTRIROSA - Cooperativa Triticola Santa Rosa Ltda.  
COTRISA - Cooperativa Triticola Santo Ângelo Ltda.  
CPM - Conselho de Pais e Mestres  
CRE - Coordenadoria Regional da Educação  
CRE\$OL - Sistema de Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária  
CRECAF - Centrar Regional de Cooperativas da Agricultura Familiar  
CTG - Centro Tradicionalista Gaúcho  
CUT - Central Única dos Trabalhadores  
DBQ - Departamento de Biologia e Química/UNIJUÍ  
DCS - Departamento de Ciências Sociais/UNIJUÍ  
DCSa - Departamento de Ciências da Saúde/UNIJUÍ  
DEAg - Departamento de Estudos Agrários/UNIJUÍ  
DeTEC - Departamento de Tecnologia/UNIJUÍ  
DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-econômicos  
DLIS - Desenvolvimento local integrado sustentável  
EMA - Ensino Médio Alternativo  
EMATER - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária  
EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária  
ETC - Educação para o Trabalho e Cidadania  
FAHOR - Faculdade Horizontina  
FEE - Fundação de Economia e Estatística  
FEMA - Faculdades Integradas Machado de Assis  
FEMUM - Federación de Mujeres Municipalistas de América Latina y El Caribe  
FEPAM - Fundação Estadual de Proteção Ambiental  
FETAG - Federação dos Trabalhadores da Agricultura  
FIDENE - Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado  
FUNDAJUR - Fundação para o Desenvolvimento da Juventude Rural do Estado do Rio Grande do Sul  
FUNMISSÕES - Fundação das Missões  
FUNRURAL- Fundo de Amparo ao Trabalhador Rural  
GER - Geração Emergencial de Renda  
GLG - Grupo Local de Gestão  
GRANDESPI - Destilaria de aguardente do Salto do Jacuí  
IAA - Instituto do Álcool e do Açúcar  
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços  
IDESE - Índice de Desenvolvimento Social e Econômico  
IEAB - Igreja Episcopal Anglicana do Brasil  
IECLB - Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil  
IESA - Instituto Cenecista de Ensino Superior de Santo Ângelo  
INSS - Instituto Nacional de Seguro Social  
IPD - Instituto de Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional  
LEADER - Ligações entre Ações de Desenvolvimento da Economia Rural  
LIC - Lei de Incentivo a Cultura  
MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens  
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário  
MDS - Ministério do Desenvolvimento Social  
MESA - Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar  
MMTU - Movimento de Mulheres Trabalhadoras Urbanas  
MST - Movimento dos Sem-Terra  
OCERGS - Organização das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul  
ONG - Organização Não-Governamental  
ONU - Organização das Nações Unidas  
OP - Orçamento Participativo  
OST - Organização Sustentável do Trabalho  
OTN – Obrigações do Tesouro Nacional  
PBA - Programa Básico Ambiental  
PED - Plano Estratégico de Desenvolvimento da Região Noroeste do RS  
PET – Polietileno Tereftalato  
PGU-ALC - Programa de Gestão Urbana para a América Latina e Caribe  
PIB - Produto Interno Bruto  
PIBEX - Programa Institucional de - Bolsas de Extensão/UNIJUI  
PIS – Programa de Integração Social  
PRÓ-ÁLCOOL - Programa Nacional do Alcool  
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar  
QP - Qualificação Profissional  
SETREM - Sociedade Educacional Três de Maio  
SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores  
SICREDI - Sistema de Crédito Cooperativo  
SINDICOOP - Sindicato das Cooperativas de Produção Agrícola de Santa Rosa e Região  
STCAS - Secretaria Estadual do Trabalho, Cidadania e Assistência Social  
STR - Sindicato de Trabalhadores Rurais  
UERGS - Universidade Estadual do Rio Grande do Sul  
UFPEL - Universidade Federal de Pelotas  
UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
UNIJUI - Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul  
UNIMED – União dos Médicos  
UNIODONTO – Cooperativa de Trabalho Odontológico  
UNISINOS - Universidade do Vale do Rio dos Sinos  
URI - Universidade Regional Integrada  
VAF - Valor Adicionado Fiscal

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 01:</b> O Capital do Território e suas dimensões.....	87
<b>Figura 02:</b> Localização dos Coredes Fronteira Noroeste e Missões no RS.....	90
<b>Figura 03:</b> Diversificação Produtiva - Croqui da propriedade de um associado da Coopercana – Linha São Carlos/Porto Xavier.....	130
<b>Figura 04:</b> Diversificação Produtiva e Pluriatividade- Croqui da propriedade de um associado da Coopercana – Linha São Carlos/Porto Xavier.....	131
<b>Figura 05:</b> A inovação territorial coletiva presente na experiência da Coopercana.....	154
<b>Figura 06:</b> Dinâmica da discussão dos núcleos de base.....	162
<b>Figura 07:</b> Conselho administrativo da Coopercana.....	165
<b>Figura 08:</b> Densidade institucional - projetos e programas.....	178
<b>Figura 09:</b> O mapa institucional da Coopercana: os atores e suas respectivas escalas de poder e gestão.....	181
<b>Figura 10:</b> Instituições/organizações locais que deram origem à Coopercana e instituições/organizações que se originaram a partir de sua formação.....	185
<b>Figura 11:</b> Coopercil – Linha Divisa/Porto Xavier, jul/05.....	201
<b>Figura 12:</b> A relação cidade-campo através dos fluxos estabelecidos pela Coopercil – Porto Xavier.....	203
<b>Figura 13:</b> Os novos usos econômicos do território.....	221
<b>Figura 14:</b> A malha territorial e os nós que constituem o território da Coopercana.....	271
<b>Figura 15:</b> Rede de discussão na escala local – os Núcleos de Base.....	273
<b>Figura 16:</b> Principais redes de cooperação e troca de conhecimentos.....	277
<b>Figura 17:</b> O sistema territorial da Coopercana: a malha, os nós e as redes.....	286

## LISTA DE FOTOS

<b>Foto 01:</b> Trancamento da rua de acesso ao porto internacional de Porto Xavier, década de 80.....	106
<b>Foto 02:</b> Presença da Brigada Militar no protesto dos agricultores familiares em Porto Xavier, abril 1987.....	108
<b>Foto 03:</b> Protesto dos agricultores familiares em frente ao Banco do Brasil, Porto Xavier, abril 1987.....	108
<b>Foto 04:</b> Mobilização dos agricultores contra a construção de barragens no rio Uruguai, Porto Xavier, anos 80.....	109
<b>Foto 05:</b> Encontro Binacional dos Atingidos por Barragens, San Javier, Argentina, anos 80.....	109
<b>Foto 06:</b> Vista aérea de Porto Xavier em 2004.....	135
<b>Foto 07:</b> Parque de moagem da Coopercana em agosto de 2004.....	136
<b>Foto 08:</b> Torre de Destilação-set/2004.....	140
<b>Foto 09:</b> Plantio de cana, set/04.....	141
<b>Foto 10:</b> Corte de cana, set/04.....	141
<b>Foto 11:</b> Sede da ASTRF-Porto Xavier, jul/05.....	143
<b>Foto 12:</b> Ponto de vendas da Coopax no prédio do STR em 1991.....	145
<b>Foto 13:</b> Prédio da Coopax, ago/05.....	146
<b>Foto 14:</b> STR Porto Xavier, ago/05.....	147
<b>Foto 15:</b> IECLB – Porto Xavier, ago/05.....	148
<b>Foto 16:</b> Igreja sediando movimento de luta pela queda da correção monetária e contra as barragens, dec. de 1980.....	149

<b>Foto 17:</b> Igreja sediando o movimento de organização das mulheres trabalhadoras rurais, dec. de 1980.....	149
<b>Foto 18:</b> Igreja Católica – Porto Xavier, ago/05.....	149
<b>Foto 19:</b> Prefeitura Municipal de P. Xavier, ago/05.....	150
<b>Foto 20:</b> Fórum de Desenvolvimento Local, nov/2000.....	188
<b>Foto 21:</b> Cre\$ol - Porto Xavier, jul/05.....	194
<b>Foto 22:</b> Estúdio da Amizade FM - Porto Xavier, jul/05.....	195
<b>Foto 23:</b> Amizade FM localizada no prédio da ASTRF – Porto Xavier, jul/05.....	196
<b>Foto 24:</b> Prédio do Sindicoop, no qual se localiza a Arede/Sta Rosa, dez/2005.....	204

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 01:</b> PIB por Setor de Atividade Econômica (%) no Corede F. Noroeste.....	98
<b>Gráfico 02:</b> PIB por Setor de Atividade Econômica (%) no Corede Missões.....	98
<b>Gráfico 03:</b> Estabelecimentos Agropecuários- Fronteira Noroeste (1995).....	99
<b>Gráfico 04:</b> Estabelecimentos Agropecuários- Missões (1995).....	99
<b>Gráfico 05:</b> Hectares destinados aos três principais cultivos - Fronteira Noroeste.....	102
<b>Gráfico 06:</b> Hectares destinados aos três principais cultivos – Missões.....	102
<b>Gráfico 07:</b> Hectares destinados a soja, milho, trigo e cana-de-açúcar no Corede Fronteira Noroeste – 2002.....	155
<b>Gráfico 08:</b> Hectares destinados a soja, milho, trigo e cana-de-açúcar no Corede Missões – 2002.....	155
<b>Gráfico 09:</b> Densidade Institucional: participação dos atores nas distintas escalas de poder e gestão (%).....	180
<b>Gráfico 10:</b> Produção de cana da Alpox (1991-1999).....	224
<b>Gráfico11:</b> Produção de cana da Coopercana (1999-2004).....	224
<b>Gráfico12:</b> Produção de álcool da Alpox (1991-1999).....	225
<b>Gráfico13:</b> Produção de álcool da Coopercana (1999-2004).....	225
<b>Gráfico14:</b> Renda hipotética obtida em 1 ha (própria e arrendada) de cana e 1 ha (própria e arrendada) de soja em 2004.....	295

## LISTA DE MAPAS

<b>Mapa 01:</b> Regionalização da Ocergs.....	125
<b>Mapa 02:</b> Área de abrangência da Coopercana nos Coredes Fronteira Noroeste e Missões.....	127
<b>Mapa 03:</b> Território da Coopercana: as propriedades produtoras de cana.....	264
<b>Mapa 04:</b> Território da Coopercana: a malha territorial.....	268
<b>Mapa 05:</b> Território da Coopercana: os fluxos de discussão interna a partir dos núcleos de base.....	275
<b>Mapa 06:</b> Território da Coopercana: os fluxos de produção de cana – 2004/2005.....	283
<b>Mapa 07:</b> Território da Coopercana: os fluxos de comercialização do álcool hidratado - 2004/2005.....	284

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 01:</b> Os quatro níveis de densidade institucional.....	30
<b>Tabela 02:</b> PIB total e per capita dos Coredes Fronteira Noroeste, Missões e RS.....	97
<b>Tabela 03:</b> População Rural e Urbana - Fronteira Noroeste, Missões, RS (1996-2000).....	99
<b>Tabela 04:</b> Principais cooperativas localizadas nos Coredes Fronteira Noroeste e Missões.....	112
<b>Tabela 05:</b> Atendimento da demanda do consumo de álcool do RS pela Alpox e Coopercana.....	169
<b>Tabela 06:</b> Programas/projetos/ações resultantes da densidade institucional em torno da experiência da Coopercana.....	172
<b>Tabela 07:</b> Etapas do currículo do Projeto Alternativo de Ensino Médio.....	186
<b>Tabela 08:</b> Número de alunos atendidos pelo Ema na escola São Carlos.....	190
<b>Tabela 09:</b> Unidades e dos associados do Sistema Cre\$ol – 1996/2005.....	192
<b>Tabela 10:</b> Eventos patrocinados pela Coopercana através da LIC.....	211
<b>Tabela 11:</b> Valor do parque industrial da Alpox.....	218
<b>Tabela 12:</b> Credores da massa falida da Alpox.....	218
<b>Tabela 13:</b> Recursos referentes à última parcela da compra da massa falida da Alpox S/A.....	219
<b>Tabela 14:</b> Atividades e postos de trabalho gerados pela Coopercana.....	227
<b>Tabela 15:</b> Impostos recolhidos pela Coopercana – Porto Xavier/RS.....	230
<b>Tabela 16:</b> Arrecadação pelo ICMS pelo município de Porto Xavier 1998-2004.....	230
<b>Tabela 17:</b> Participação da Coopercana no VAF municipal.....	231
<b>Tabela 18:</b> 14 projetos encaminhados para financiamento pelo Rede de Cidades.....	244
<b>Tabela 19:</b> Projeto apresentado pela Coopercana e ASTRF ao Rede de Cidades.....	245
<b>Tabela 20:</b> Unidades produtoras de biodiesel a serem instaladas no Brasil.....	249
<b>Tabela 21:</b> Comparativo de tributos federais incidentes sobre os combustíveis.....	250
<b>Tabela 22:</b> Recursos solicitados ao BNDES para financiamento do projeto.....	254
<b>Tabela 23:</b> PBAs propostos pela Coopercana.....	279

## RESUMO

A presente pesquisa propõe estabelecer uma discussão em torno da inovação territorial coletiva e da densidade institucional e sua contribuição para o desencadeamento de processos de desenvolvimento territorial local/regional, principalmente no âmbito dos territórios periféricos. Entende-se que, à medida que os atores locais/regionais desencadeiam ações de forma coletiva, buscando uma interação com as demais escalas de poder e gestão, constituindo uma densidade institucional, seja possível promover processos de desenvolvimento territorial local/regional, de modo a atender as demandas e necessidades dos atores locais/regionais. Da mesma forma, considera-se fundamental a preocupação destes atores com a inovação territorial coletiva, ou seja, a busca coletiva por inovações quanto a gestão do território, tendo por base as potencialidades locais/regionais. Buscar-se-á demonstrar tais pressupostos a partir da experiência da Coopercana, do município de Porto Xavier/RS. Esta consiste numa Cooperativa autogestionária, sendo a única usina produtora de álcool hidratado do Estado. Além de ser uma experiência inovadora, percebe-se relativa densidade institucional em torno da mesma, havendo uma considerável interação entre atores locais/regionais e, entre estes e as demais escalas de poder e gestão. Essas duas variáveis têm levado a um novo uso político e econômico do território, o que por sua vez, tem possibilitado aos atores locais/regionais um relativo protagonismo quanto ao desencadeamento de ações que visem o desenvolvimento territorial, reforçando as relações de poder destes atores para com seu território.

### **Palavras Chave:**

inovação territorial coletiva - densidade institucional - desenvolvimento territorial local/regional - novos usos políticos e econômicos - territórios periféricos

## **ABSTRACT**

The present research intends to establish a discussion about the collective territorial innovation and institutional thickness and its contribution for the local/regional territorial development processes, mainly in the scope of peripheral territories. We understand that, as local/regional actors triggers collective actions, aiming an interaction with the other powers and management scales, constituting an institutional thickness, able to promote local/regional territorial development processes in order to answer the demands and necessities of the local/regional actors. Thus, we consider fundamental the concern of these actors with the collective territorial innovation, in other words, the collective search for innovations as the management of the territory, having for base local/regional potentialities. We will demonstrate this presumptions in Coopercana's experience, in the city of Porto Xavier/RS. This experience consists on selfmanaged Cooperative, and the only hydrating alcohol plant in RS. Besides being an innovative experience, it's observed a relative institutional thickness around it, whith a considerable interaction between local/regional actors and, between these and the other powers and management. This two variables have permitted a new politivity and economic territory use, which in turn, has allowed local/regional actors a relative protagonism in triggering of actions that aim the territorial development, strengthening the power relations of these actors with its territory.

### **Key words:**

collective territorial innovation - institucional thickness - local/regional territorial development – new politivity and economic uses - peripheral territories

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho é o resultado da Pesquisa de Dissertação desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geociências, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. A pesquisa foi desenvolvida na área de “*Análise Territorial*”, no âmbito do projeto “*Repercussões Territoriais das Transformações Políticas e Econômicas*” do grupo de pesquisa “*O Estudo do Espaço Social e suas Transformações, Implicações sobre a Territorialidade e a Gestão Territorial*”. A orientação desenvolveu-se no ambiente de discussão do grupo de orientandos do Prof. Dr. Aldomar Arnaldo Rückert, “*Reforma do Estado e Território*”. Este estudo, na medida em que busca resolver seu problema de investigação, acaba por demonstrar a contribuição da Ciência Geográfica no planejamento e na transformação da realidade, principalmente no que se refere à questão do desenvolvimento territorial.

Ao propor esta pesquisa, tem-se por pressuposto que o processo de globalização tem acentuado as discrepâncias territoriais gerando, tanto uma modernidade técnica quanto exclusão social, além de, em muitos casos, subordinar o local a interesses econômico-corporativos multinacionalizados.

A dinâmica do meio técnico-científico-informacional tem levado o mercado a fragilizar o poder do Estado o que tem acentuado a competitividade desigual entre os territórios. Concomitante a isso se dá um processo de descentralização política-administrativa do Estado. Cria-se a possibilidade da sociedade civil gerir parte desse poder, caracterizando um maior processo de democratização. Dessa forma, a sociedade civil, junto ao Estado, vem progressivamente, participando de decisões e de construções de projetos de desenvolvimento.

Tendo em vista o contexto acima, este estudo busca centrar sua investigação na articulação dos atores locais/regionais em torno da *inovação territorial coletiva* e da *densidade institucional*, buscando compreender como estas variáveis interferem no processo de *desenvolvimento territorial local/regional*. Para tal, será analisada a experiência de uma cooperativa produtora de combustível – álcool etílico hidratado, a Coopercana - Cooperativa dos Produtores de Cana do Município de Porto Xavier/RS. O espaço territorial da Coopercana - municípios de Porto Lucena, Roque Gonzáles bem como Porto Xavier, onde se localizam os sócios (agricultores produtores de cana e funcionários da Cooperativa) - pode ser entendido como periférico às regiões de concentração de produção industrial e dos centros de decisão do Estado brasileiro e rio-grandense.

As regiões de planejamento dos Coredes Fronteira Noroeste e Missões, onde estão localizados os municípios citados, destacam-se no plano agrícola, principalmente pela produção de soja. No entanto, as pequenas propriedades rurais enfrentam problemas frente ao meio técnico-científico-informacional em virtude de sua pequena extensão. Este meio, à medida que exige grandes investimentos, inovações permanentes, altas tecnologias, torna-se um obstáculo para territórios e regiões estruturadas em pequenos municípios e em pequenos empreendimentos, longe dos grandes centros, como estas duas regiões dos Coredes. Diante desta realidade, observa-se que os atores locais/regionais buscam alternativas às exigências do meio técnico-científico-informacional, podendo a Coopercana ser um exemplo disso.

Surgem, portanto, alguns questionamentos. Diante da dinâmica do meio-técnico-científico-informacional, há alternativas de desenvolvimento aos territórios periféricos, ou àqueles pequenos municípios estruturados em pequenos e médios empreendimentos? Como os atores locais/regionais podem atuar no desencadeamento de um processo de desenvolvimento baseado em suas potencialidades? Na realidade a ser observada, qual a contribuição da *inovação territorial coletiva* e da *densidade institucional* no processo de *desenvolvimento territorial local/regional*? Em que medida a experiência da Coopercana poderia demonstrar estas variáveis? Estas contribuem para o desenvolvimento territorial local/regional?

A Coopercana é entendida como inovadora em nível regional e, de certa forma, até estadual, por ser a única usina de álcool combustível do Estado. Observa-se uma relativa articulação dos atores locais/regionais em torno da mesma, além de uma interação com demais escalas de poder e gestão, levando o cultivo e industrialização da cana a tornarem-se uma alternativa à agricultura familiar. Há, portanto, indícios das variáveis acima mencionadas nesta experiência. Assim sendo, buscar-se-á observar na experiência desta Cooperativa, como os atores locais/regionais, - públicos e privados, individuais e coletivos -, estão se organizando em torno de estratégias e/ou alternativas de desenvolvimento territorial local/regional.

Considera-se que esta pesquisa se justifica pelo fato do processo globalizador não levar ao aumento das oportunidades de desenvolvimento aos territórios, mas sim, ao aumento das desigualdades, gerando espaços hegemônicos e hegemonzados (SANTOS, 1997-b, p.251). Frente a isso, considera-se que adquirem importância cada vez maior, estudos preocupados com territórios, regiões ou lugares submissos, passivos ao processo de globalização. Estes lugares acabam submetendo-se de forma passiva aos interesses externos,

pois a lógica da globalização não tem por objetivo atender às necessidades e interesses locais/regionais, mas sim a busca exclusiva do lucro.

Como as duas regiões dos Coredes não podem ser consideradas um território central, entende-se que o mesmo merece estudos mais aprofundados. Haesbaert corrobora nesse sentido ao afirmar que a globalização, “que envolve basicamente o capital financeiro, se dá na forma geográfica de redes (pontos e linhas), sendo portanto *extremamente seletiva* (...). O capitalismo nunca se reproduz priorizando o bem-estar e a maior igualdade social, mas o aumento das desigualdades que promovem o lucro e a acumulação” (1998, p.14, grifo meu).

Além do mais, a Geografia como ciência trata de analisar e compreender a dinâmica do espaço geográfico. Já, à geografia social e política, em particular, cabe o papel de compreender o processo de exclusão ocasionado pela globalização e, conseqüentemente, investigar possíveis alternativas aos territórios subordinados aos ditames exógenos. Estudos desse caráter possibilitarão à Ciência Geográfica a ampliação da compreensão da dinâmica do espaço, a partir da dimensão sócio-espacial, ou seja, das ações dos homens (ou dos atores) sobre o espaço.

Considera-se ainda que a presente pesquisa é relevante, pois trata de um problema de âmbito global, e que neste caso, se manifesta ao nível local/regional, ou seja, o surgimento de territórios periféricos, excluídos pelo processo de globalização, ou inseridos nele, de forma passiva, atendendo às suas exigências. Sendo esta uma situação identificada com a realidade do espaço local/regional, entende-se ser de fundamental importância a realização do presente estudo, com o intuito de ampliar a discussão local/regional quanto a alternativas ou mecanismos que levem ao desencadeamento de processos de desenvolvimento.

Além do mais, hoje todos os lugares, sem importar onde se localizem, podem ser incorporados a qualquer momento pelos territórios centrais, o que nos conduz a refletir sobre a relevância do espaço para garantir (ou não) a eficácia de um lugar e, por conseguinte, sua

competitividade em relação a outros lugares (SANTOS, 1997-b). Assim, estando todos os territórios vulneráveis à subordinação passiva da lógica global, quando se tratam de territórios periféricos, entende-se que a importância da pesquisa em tais e para tais territórios se acentua.

Outra questão importante neste contexto é o fato da agricultura familiar enfrentar relativas dificuldades frente ao meio técnico-científico-informacional, face a pequena extensão das propriedades rurais, a baixa tecnologia empregada, ao pouco valor agregado aos produtos primários de modo geral. Diante disso, entende-se ser relevante a investigação de alternativas para a agricultura familiar, tendo em vista que a região possui sua base econômica, em grande parte, sustentada pela agricultura.

Além disso, mesmo a agricultura sendo do tipo familiar, ela está fortemente voltada à produção de soja, a qual se destina em grande parte à exportação de grãos. Pesquisas demonstram que o cultivo desta oleaginosa está tornando-se cada vez mais inviável em pequenas propriedades, como aponta Brum:

Assim, um contingente elevado, de (...) pequenas e médias propriedades com até 50 hectares, não tem conseguido resultados suficientes para se manterem na produção de soja. Neste caso, ou tais produtores serão excluídos do processo produtivo rapidamente ou, paradoxalmente, outras atividades econômicas começarão a financiar a produção de soja em suas propriedades (2002, p.143-144).

Outro motivo que justifica este estudo é o fato de se tratar de uma realidade vivida. Além disso, pesquisas desenvolvidas durante a Graduação<sup>1</sup>, instigaram a um aprofundamento maior da temática do desenvolvimento e também à busca de respostas às questões locais/regionais que se levantam. Enfim, as desigualdades e discrepâncias territoriais geradas pelo processo de globalização, subordinando grande parte dos territórios à sua lógica

---

<sup>1</sup> Pesquisas de Iniciação Científica nos projetos: *Desenvolvimento Local/Regional: uma abordagem de diferentes mecanismos e práticas de gestão* (jul/01 a jun/02) e *Dinâmica Territorial do Desenvolvimento Local/Regional: uma análise comparativa entre duas regiões - Fronteira Noroeste e Missões/RS-Brasil* (jul/02 a jan/03), bem como o Trabalho de Conclusão de Curso *A Dinâmica Territorial de Desenvolvimento do Município de Santo Cristo/RS a partir do Estudo de Experiências Alternativas* (ago/02 a fev/04).

excludente justificam uma pesquisa que tem por espaço de análise, justamente estes territórios.

Para tal, a presente pesquisa está baseada em quatro hipóteses, referentes ao desenvolvimento territorial local/regional. São elas:

- A *inovação territorial coletiva* e a *densidade institucional* são variáveis fundamentais para o desencadeamento de um processo de desenvolvimento territorial local/regional;
- As variáveis acima citadas assumem uma importância maior em âmbitos territoriais periféricos, principalmente quando estes encontram-se estruturados na agricultura familiar, devido ao controle hegemônico do meio técnico-científico-informacional pelos territórios centrais;
- Os atores locais/regional e, principalmente a sociedade civil, em interação com demais escalas de poder e gestão, têm atuado na criação e implementação de ações, projetos, programas de desenvolvimento territorial local/regional no recorte territorial a ser analisado;
- A Coopercana coloca-se como uma experiência inovadora em nível regional, frente à forte territorialidade em torno das relações de poder e gestão decorrentes do cultivo da soja, por caracterizar a única usina de álcool etílico hidratado do Estado e pelo caráter coletivo com que se desenvolve. Apresenta um nível considerável de densidade institucional podendo em função dessas duas variáveis contribuir para o processo de desenvolvimento territorial local/regional, imprimindo novos usos políticos e econômicos do território.

Com base nas hipóteses levantadas, o objetivo central gira em torno de “investigar a importância da *inovação territorial coletiva* e da *densidade institucional*, como estas têm

levado a novos usos políticos e econômicos do território desencadeando processos de desenvolvimento territorial local/regional mensuráveis em um espaço, qual seja, os Coredes Fronteira Noroeste e Missões”. Por sua vez, os objetivos específicos consistem em:

- ❑ Identificar os atores envolvidos direta e indiretamente na experiência;
- ❑ Identificar as *inovações territoriais coletivas* e mensurar a *densidade institucional* presente na experiência;
- ❑ Apresentar os novos usos políticos e econômicos do território resultantes da experiência da Coopercana;
- ❑ Identificar e mapear o território desta Cooperativa;
- ❑ Demonstrar as transformações territoriais resultantes da inovação territorial coletiva e da densidade institucional e sua contribuição para o desenvolvimento territorial local/regional.

Para alcançar estes objetivos utilizar-se-á a metodologia das escalas geográficas de poder e gestão. Este é um procedimento metodológico que contribui para a compreensão da dinâmica territorial do desenvolvimento, pois permite observar como os atores locais/regionais – sociedade civil, Estado e mercado – articulam-se entre si e com as demais escalas de poder e gestão, com vistas à promoção do desenvolvimento de seu território. Para a análise geográfica, torna-se de fundamental importância, a consideração da existência de diferentes escalas de poder e gestão atuantes nos lugares, para a compreensão da densidade e da complexidade oriunda da multiplicidade de poderes neles existentes e atuantes.

Antes de prosseguir nesta discussão, vale ressaltar a importância em não confundir-se a escala geográfica com a cartográfica. A cartográfica constitui um instrumento da Geografia e representa o espaço como forma geométrica. Já a escala geográfica trata de

representar as relações que as sociedades mantêm com essa forma geométrica (RAFFESTIN, 1993).

Dentro da ciência Geográfica, a questão da escala ganha relevância em função do processo globalizador estar deixando o espaço mais dinâmico, mais interconectado. Acaba-se estabelecendo assim, um número maior de fluxos entre os lugares que, frente à lógica capitalista, tendem a assumir um caráter hegemônico. Nessa realidade a escala geográfica acaba se caracterizando como um método eficiente que, ao estabelecer um subconjunto, torna sua compreensão possível. Frente à complexidade do espaço, a descrição da totalidade torna-se exaustiva, não levando à compreensão do fenômeno (RAFFESTIN, 1993). Racine; Raffestin; Ruffly (1983) tratam a escala como um filtro que empobrece a realidade, mas que preserva o que é pertinente em relação ao objeto ou processo de estudo, permitindo sua compreensão.

Diante disso, a escala geográfica pode ser considerada como um artifício analítico que dá visibilidade ao real (CASTRO, 1995). Este real, por vezes pode ser compreendido somente através da representação e da fragmentação. Contudo, este recorte, visto isoladamente de seu entorno, não tem poder explicativo. Ou seja, o recorte espacial a ser analisado estará sempre relacionado com seu entorno, com as demais escalas.

Além do mais, a multidimensionalidade do poder (Estado, sociedade civil e mercado), também torna a análise territorial mais complexa. Em razão disso, explicar o lugar pelo lugar tornou-se algo incoerente. Nem mesmo o lugar pode explicar a totalidade, ou seja, o local não é auto-suficiente e o contrário da mesma forma. Quando se trata de questões territoriais, levar-se em consideração escalas exógenas ao recorte em análise, torna-se algo essencial para a compreensão da essência dos fenômenos. Outro ponto a considerar é o fato de que “a noção de espaço é inseparável da idéia de sistemas de tempo. A cada momento da história local, regional, nacional ou mundial, a ação das diversas variáveis depende das

condições do correspondente sistema temporal” (SANTOS, 1985, p.22). Assim, para compreender a realidade local/regional, observar as rugosidades do espaço, bem como a difusão desigual das técnicas torna-se algo imprescindível.

Porém, é importante considerar o maior protagonismo que o local, ou que os atores locais/regionais vem assumindo no desencadeamento de processos de desenvolvimento territorial. Acselrad (2002) trata desta questão ao afirmar que o Estado pré-moderno não governava, apenas mantinha a soberania sobre seu território, passando historicamente a incorporar práticas governamentais. No século XIX, passa a ocorrer uma externalização, ou uma descentralização dessas práticas, por meio das privatizações, parcerias, responsabilidade social atribuída às empresas, do papel crescente da participação da sociedade civil quanto a governabilidade de seus problemas e do espaço sobre o qual desenvolve suas atividades. Reportando-se a Klein (1991), o mesmo autor afirma que a escala local é essencial em função da incapacidade de, em âmbito nacional, estabelecer-se convergências sociais, passando estas a ser estabelecidas em torno do local, como a forma mais eficaz de gerir os meios de vida dos cidadãos. Tais considerações demonstram a importância da escala local ou local/regional para a promoção do desenvolvimento que atenda às necessidades e demandas dos atores locais/regionais, não restringindo-se aos aspectos econômicos.

A escala local, relacionada com a questão do desenvolvimento, surgiu em função dos resultados negativos de desenvolvimento de cima para baixo. O desenvolvimento local (ou territorial local/regional), está baseado na realização de projetos concretos, levando em consideração a especificidade do território, o enraizamento dos atores, gerando sinergias locais. Está acompanhado de uma mudança de mentalidade, caracterizada pela busca do empreendedorismo (ou da inovação territorial coletiva), do pragmatismo em projetos concretos, nas vantagens dos consensos, em novas formas de solidariedade, não necessariamente mediadas pelo Estado, mas pela interação de atores, de modo a buscar

coalizões, consensos, evitando a fragmentação de interesses políticos e econômicos, e construir-se um projeto político que atenda as demandas sócio-econômicas do coletivo local (ACSELRAD, 2002).

Pelo acima mencionado, fica evidente a importância que o local vem assumindo frente aos processos de desenvolvimento territorial. Para compreender a dinâmica territorial do recorte a ser analisado, são estabelecidas cinco escalas de poder e gestão: (1) *a escala local*, correspondente ao território da Coopercana; (2) *a escala local/regional*, correspondente às regiões de planejamento dos Coredes, (3) *a escala estadual*; (4) *nacional* e por fim (5) *a internacional*. Tem-se por pressuposto que tal divisão, permitirá uma demonstração mais didática da interação das escalas de poder e gestão e como isso se reflete no espaço local/regional.

Tendo por base estas cinco escalas, adotaram-se os seguintes procedimentos técnicos:

- (1) *pesquisas documentais*: Estatuto, projetos, pesquisas, relatórios obtidos na própria Coopercana, Prefeitura Municipal de Porto Xavier, escritórios contábeis, Unijuí, Ufpel, MDA, além de consultas a *sites* da Fee, IBGE, ANP, Alcopar, IPD/Unijuí, para obtenção de dados secundários;
- (2) *entrevistas*: foram entrevistados dirigentes da Coopercana (presidente, secretário, agrônomo), além de um associado de cada núcleo de base e ainda dirigentes das demais instituições/organizações envolvidas no processo de constituição da Cooperativa.
- (3) *representações gráficas e cartográficas* - foram elaborados mapas e figuras representando:

- (a) o território da Coopercana, apresentando a malha, os nós e as redes, com base na análise de Raffestin (1993);
- (b) o mapa institucional baseado em Boisier (1997), bem como;
- (c) diferentes figuras consideradas relevantes à compreensão do texto.

O *mapa institucional*<sup>2</sup> será elaborado a fim de tornar mais visível a *densidade institucional* que se forma em torno da experiência da Coopercana. Este mapa institucional consiste numa representação qualitativa e quantitativa das instituições e organizações, ou seja, dos atores que atuam sobre o território. Segundo Boisier (1997), os organismos que definem o mapa institucional são os organismos de governo, as universidades, os centros científicos, os serviços públicos, as empresas públicas, a imprensa, as associações de caráter gremial, os municípios, as ONGs, etc. Este permite demonstrar:

- quais atores (individuais, corporativos, coletivos) agem no território;
- quais os procedimentos utilizados pelas diferentes organizações e instituições do lugar;
- os recursos (materiais, financeiros, naturais, humanos, conhecimento, etc.) presentes no território;
- o entorno, ou seja, as escalas exógenas ao território, demonstrando os reflexos e importância de sua articulação com determinado território.

Por sua vez, para mensurar a densidade, ficam estabelecidos quatro níveis. Para tal classificação, é considerada a presença, atuação e participação de atores do Estado, mercado e sociedade civil, das escalas internacional, nacional, estadual, local/regional e local, junto a experiência da Coopercana. Assim,

---

<sup>2</sup> O mapa institucional, vem neste trabalho, representado através de uma figura/organograma, devido a impossibilidade de o fazer na forma cartográfica. Os atores que o compõem a densidade estão localizados em escalas distintas, partindo da local até a internacional.

a categoria I considera a presença e/ou participação com recursos concomitantes dos poderes federal e/ou estadual e local junto às organizações civis; a II, a atuação e/ou participação com recursos apenas do poder estadual junto às organizações civis e profissionais, sem a participação do poder público municipal; a III, a atuação e/ou participação com recursos apenas do poder municipal junto às organizações civis e profissionais; a IV, apenas das organizações civis e profissionais, sem participação do poder público municipal nem estadual (RÜCKERT, 2001, p.538).

A tabela abaixo busca sistematizar os níveis de densidade:

**Tabela 01:** Os quatro níveis de densidade institucional

NÍVEIS	PODERES PRESENTES/ATUANTES JUNTO A COOPERCANA
1	Poder federal, estadual e local, instituições/organizações civis e organizações estrangeiras.
2	Poder estadual e instituições/organizações civis.
3	Poder municipal e instituições/organizações civis.
4	Poder apenas das instituições/organizações civis e profissionais.

**Fonte:** Baseado em Rückert, 2001. p. 538.

Os níveis de densidade serão identificados por meio da consulta e catalogação de ações, projetos, programas, desenvolvidas pela Coopercana, levantando-se questões como: atores envolvidos, área de abrangência, justificativa, objetivos, atividades desenvolvidas/a desenvolver, recursos financeiros envolvidos e período de execução. Estes dados serão obtidos a partir de informações e documentos fornecidos pela própria Cooperativa ou de diferentes fontes sempre que assim for exigido.

Quanto ao mapeamento do território da Coopercana, sua delimitação se dará através da identificação e/ou localização:

- ❑ dos atores envolvidos na experiência;
- ❑ das propriedades produtoras de cana dos associados (localização em cartas topográficas 1:50.000);
- ❑ dos fluxos internos à Cooperativa (discussão e tomada de decisão a partir dos núcleos de base; produção de cana e sua comercialização junto à Cooperativa).

□ dos fluxos externos da Cooperativa (comercialização do álcool etílico hidratado junto às empresas distribuidoras).

Após sistematização, análises e organização dos dados a dissertação apresenta-se disposta em sete capítulos: (1) *Globalização X Desenvolvimento: como ficam os territórios periféricos?!*; (2) *O papel dos atores, da inovação territorial coletiva e da densidade institucional no desenvolvimento territorial local/regional*; (3) *Desenvolvimento territorial local/regional: agricultura familiar e cooperativismo nos Coredes Fronteira Noroeste e Missões*; (4) *A Coopercana e os atores locais/regionais envolvidos na experiência*; (5) *Inovações territoriais coletivas e a densidade institucional na experiência da Coopercana*; (6) *As transformações territoriais decorrentes da inovação territorial coletiva e da densidade institucional: os novos usos políticos e econômicos do território* e (7) *O território da Coopercana*, além desta *Introdução*, das *Considerações Finais*, das *Referências* e dos *Anexos*.

No capítulo primeiro será abordado o processo de globalização e como este tem gerado discrepâncias territoriais, reestruturando territórios centrais e periféricos. Em seguida, é feita uma discussão a respeito do conceito de território, de territorialidade e desenvolvimento territorial, bem como da importância da abordagem da dinâmica territorial do desenvolvimento. Para finalizar o primeiro capítulo, são tecidas algumas considerações sobre como pensar a relação cidade-campo quando se discute a questão do desenvolvimento territorial, além de tratar-se ainda do conceito de agricultura familiar ora empregado.

O capítulo segundo trata da questão central desta pesquisa: o papel da *inovação territorial coletiva* e da *densidade institucional* em um processo de desenvolvimento territorial numa escala local/regional. Para tal, primeiramente estabelece-se uma discussão sobre os atores, pois afinal, são estes os agentes modificadores do espaço. Tem-se como atores, o **Estado** (secretarias, ministérios e órgãos do governo, universidades públicas, empresas estatais), a **sociedade civil** (associações, cooperativas, representações de classe,

ONGs, escolas e universidades comunitárias) e o **mercado** (empresas locais, nacionais e multinacionais, capital financeiro, bolsas de valores) nas diferentes escalas anteriormente apresentadas. Este capítulo destacará a importância que a sociedade civil vem assumindo na escala local e em territórios periféricos frente à descentralização político-administrativa do Estado. Além disso, enfatiza que, mesmo os atores que compõem o mercado se colocando cada vez mais atuantes, estes não neutralizam o poder do Estado, sendo o mesmo um ator indispensável nos processos de desenvolvimento territorial local/regional, principalmente em territórios periféricos.

Já no terceiro capítulo, passa-se a tratar do objeto empírico desta pesquisa. Num primeiro momento busca-se caracterizar os Coredes Fronteira Noroeste e Missões: seu processo histórico, a realidade socio-econômica, destacando-se a territorialidade das relações de poder em torno do cultivo da soja, pois afinal, a região é conhecida como berço nacional da soja. Num segundo momento, demonstrar-se-á como, ao longo da história, a região apresenta momentos em que se destacam ações e experiências com características de inovação territorial coletiva e de densidade institucional, as quais surgem como uma resposta a demandas que se colocam. Nesse sentido, destaca-se o cooperativismo, uma prática constante nestes Coredes. Em razão disso, tentar-se-á demonstrar como a organização de cooperativas caracteriza um capital do território, ou uma potencialidade territorial e junto a isso, como se passou de um processo de regionalização a um processo de territorialização das cooperativas.

O capítulo quarto, por sua vez, trata do processo de constituição da Coopercana, que se dá em 1999, mas que na verdade, se inicia em 1984, quando da criação da Alpox S/A, empresa que antecedeu a Cooperativa. No processo de constituição da Coopercana, não se envolveram apenas os associados e funcionários da Alpox S/A, mas também vários atores locais/regionais, tais como sindicatos, cooperativas, ONGs e igrejas. É sobre estes atores que trata a segunda seção do quarto capítulo.

É a partir do quinto capítulo que se aplica a teoria à prática. Este apresentará as inovações territoriais coletivas e a densidade institucional presentes na experiência da Coopercana. Tentar-se-á demonstrar como as transformações territoriais decorrentes tanto da inovação quanto da densidade, geram novos usos políticos e econômicos do território.

Por sua vez, o sexto capítulo, tratará das transformações territoriais decorrentes da inovação territorial coletiva e da densidade institucional. Nesta seção são apresentados os novos usos políticos e econômicos do território resultantes da experiência da Coopercana.

No último capítulo, será apresentado como os novos usos políticos e econômicos do território têm desencadeado um processo de desenvolvimento territorial local/regional, formando assim um novo espaço de poder e gestão - *o território da Coopercana*. Este pode ser representado através de uma malha territorial, de nós e de redes. Ao final, tratar-se-á de como a inovação territorial coletiva e densidade institucional caracterizam uma alternativa de desenvolvimento aos territórios periféricos.

Já as considerações finais apresentarão observações e apontamentos tanto acerca da questão teórica quanto empírica deste estudo. Os anexos, por sua vez, trazem os roteiros de entrevistas e a lista de entrevistados.

## **1 GLOBALIZAÇÃO X DESENVOLVIMENTO: COMO FICAM OS TERRITÓRIOS PERIFÉRICOS?!**

O presente capítulo apresenta uma abordagem acerca do processo de globalização, como este tem gerado discrepâncias territoriais, reestruturando territórios centrais e periféricos, o que é destacado no item 1.1. Por sua vez, no item 1.2, é traçada uma discussão a respeito do conceito de território, de territorialidade e desenvolvimento territorial, destacando-se a importância da abordagem territorial na dinâmica do desenvolvimento. Já no último item são tecidas algumas considerações sobre como pensar a relação cidade-campo quando se discute a questão do desenvolvimento territorial, além de se tratar ainda do conceito de agricultura familiar que vem sendo empregado.

### **1.1 O processo de globalização e os territórios periféricos**

Como já mencionado anteriormente, o processo globalizador, ao invés de homogeneizar, acaba por acentuar os desníveis sócio-econômicos. Reestruturam-se assim

espaços que controlam o meio técnico-científico-informacional, usando-o para atingir seus fins, submetendo, por sua vez, os demais espaços a seus interesses econômicos.

Segundo Santos, a história do meio geográfico pode ser dividido em três etapas: o meio natural, o meio técnico e o atual meio técnico-científico-informacional. Neste último, os objetos são carregados de intencionalidade, e possuem base na tecnologia e na informação. Nessa atual fase, os espaços “atendem sobretudo aos interesses dos atores hegemônicos da economia, da cultura e da política e são incorporados plenamente às novas correntes mundiais. O meio técnico-científico-informacional é a cara geográfica da globalização” (1997-b, p.191). Este meio, embora seja difuso não se dá de maneira homogênea, originando espaços hegemônicos e hegemonzados. Ou seja, “agora torna-se mais nítida a associação entre objetos modernos e atores hegemônicos” (SANTOS, 1997-b, p.191). A constituição desses dois cenários, um hegemônico e outro hegemonzado, podem ser reconhecidos em diversas literaturas.

Castells (1999, p.450-451-452) aponta para o crescimento dos espaços de fluxos em detrimento dos espaços de lugares. O autor afirma que “o poder em nossas sociedades estão organizados no espaço de fluxos, a dominação estrutural de sua lógica altera de forma fundamental o significado e a dinâmica dos lugares. (...) A tendência predominante é para um horizonte de espaço de fluxos aistórico em rede, visando impor sua lógica nos lugares segmentados e espalhados (...)”. Portanto, os espaços de lugares, com poucos fluxos, relativamente isolados ou distantes daqueles espaços dinâmicos, tenderiam a submeter-se às exigências e interesses dos espaços de fluxos.

Outra constatação ainda mais preocupante, principalmente ao levar-se em consideração a realidade do recorte territorial a ser analisado, é a que fazem Benko e Lipietz (1994) quando tratam do surgimento das regiões ganhadoras e perdedoras. As regiões ganhadoras seriam, em geral, aquelas regiões de aglomerações no meio urbano - metrópoles,

megalópoles - ligadas às redes globais, cuja dotação de recursos humanos e naturais e sua forma de inserção no mercado se sobrepõem as demais. Assim, de acordo com essa abordagem, o espaço a ser pesquisado, provavelmente, estaria condenado a ser uma “eterna região perdedora”.

Ainda segundo Milton Santos, em função do processo de globalização, pode-se observar a coexistência dos espaços opacos e luminosos, regiões do mandar e as regiões do fazer. Segundo o autor, os espaços luminosos são considerados “aqueles que mais acumulam densidades técnicas e informacionais, ficando assim mais aptos a atrair atividades com maior conteúdo em capital, tecnologia e organização. Por oposição, os subespaços onde tais características estão ausentes seriam espaços opacos” (SANTOS; SILVEIRA, 2004, p.264).

Além disso, existem lugares que não atendem de forma satisfatória à lógica capitalista, ou seja, lugares que não interessam diretamente ao mercado, pois não trazem o retorno econômico esperado. Lugares desprovidos de recursos financeiros, sem condições de concorrer com os grandes capitais, acabam assumindo uma postura passiva frente à lógica global, submetendo-se aos ditames e às exigências exógenas. Constituem-se as regiões do fazer submissas às regiões do mandar:

O peso do mercado externo na vida econômica do país acaba por orientar uma boa parcela dos recursos coletivos para a criação de infra-estruturas, serviços e formas de organização e trabalho voltados para o comércio exterior, uma atividade ritmada pelo imperativo da competitividade e localizada nos pontos mais aptos para desenvolver essas funções. Isso não se faz sem uma regulação política do território e sem uma regulação do território pelo mercado. É desse modo que se reconstróem os contextos da evolução das bases materiais geográficas e também da própria regulação. O resultado é a criação de regiões do mandar e regiões do fazer (SANTOS; SILVEIRA, p.21, 2004).

Para esta discussão, opta-se por utilizar o conceito de territórios centrais e periféricos, em função de enfatizar-se as relações de poder e gestão dos atores sobre o território, destacando seus usos políticos e econômicos. Assim sendo, os territórios

periféricos, são entendidos como àqueles que se encontram distantes e/ou à margem dos interesses dos grandes centros industriais e de tomada de decisão política e econômico-financeira, não apresentando atrativos ao grande capital e, da mesma forma, não sendo agentes ativos no seu processo de desenvolvimento. O conceito territórios periféricos, não se restringe a questão espacial, mas também a questão sócio-econômica, e vem a ser empregado, numa tentativa de reunir os conceitos de regiões do fazer, espaços opacos e espaço de lugares, aproximando-se ainda ao que Haesbaert chama de aglomerados de exclusão, caracterizando espaços

(...) que, “arrasados” e padronizados à feição do modelo dominante, [que] muitos preferem considerar espaços sem história, sem identidade. Neles, a velocidade atroz das novas tecnologias transformam num ritmo alucinante a paisagem e incorporam áreas imensas numa mesma rede hierarquizada de fluxos alinhavada em escalas que vão muito além dos níveis local e “regional”. Mas este mesmo processo que, por um lado, produz redes que conectam os capitais com as bolsas mais importantes do mundo e aceleram a circulação da elite planetária, por outro gera uma massa de despossuídos sem as menores condições de acesso a essas redes e sem a menor autonomia para definir seus “circuitos de vida”. Essa massa “estrutural” de miseráveis, fruto em parte do novo padrão tecnológico imposto pelo capitalismo, fica totalmente marginalizada do processo de produção, formando assim verdadeiros amontoados humanos... de exclusão... (1995, p. 166).

Concomitante a isso, há um processo de perda de poder pelo Estado, tomado pelo mercado, o que tem levado a uma competição cada vez maior entre os territórios<sup>3</sup>. Nesse sentido, Santos afirma que na era da globalização, o dinheiro torna-se a medida geral, tornando a acumulação como uma meta em si. Na realidade o resultado dessa busca incessante, em geral, leva tanto a acumulação para a minoria, como ao endividamento para a maioria. Essa necessidade de capitalização leva a necessidade de competição. “Num mundo globalizado, regiões e cidades são levadas a competir e, diante das regras atuais do consumo, a competitividade se torna também uma regra da convivência entre as pessoas” (p.57, 2001a).

---

<sup>3</sup> É importante ressaltar que não se pretende aqui, afirmar que o Estado está desprovido de poder, pelo contrário, seu papel é fundamental na promoção de processos de desenvolvimento territorial, como será demonstrado no decorrer desta pesquisa. Entretanto, não se pode desconsiderar que o mercado, através de empresas multinacionais, do capital financeiro, das bolsas de valores, vem fragilizando o poder do Estado.

Ao lado da competitividade, há ainda uma exigência crescente quanto à produtividade, qualidade, flexibilidade, variedade, reação às variações dos mercados, capacidade de modificação de produtos e processos e capacidade de inovação (BREITBACH, 2001), enfim, o domínio do meio técnico-científico-informacional. Essas exigências tornam-se mais difíceis de serem enfrentadas quando os territórios são sustentados por pequenos empreendimentos, tanto no espaço urbano quanto no rural e, principalmente quando a base econômica deste território é sustentada em grande parte pela agricultura familiar.

Entende-se que a agricultura familiar enfrenta dificuldades não pelo fato de ser de pequeno porte, mas por na maioria das vezes, estar estruturada de forma isolada, competindo entre si e com os grandes empreendimentos. Isto, por sua vez, acaba dificultando a obtenção de tecnologia, informação, velocidade, acumulação de capital e, conseqüentemente, dificultando o desencadeamento de ações de desenvolvimento territorial.

Além do mais, é importante ressaltar que o processo de globalização não ameaça apenas os territórios periféricos, mas exige esforços constantes de todos os atores para manterem-se no processo. Segundo Santos, “hoje todos os lugares, sem importar onde se localizem, podem ser incorporados a qualquer momento” o que nos “conduz a refletir sobre a relevância do espaço para garantir (ou não) a eficácia de um lugar e, por conseguinte, sua competitividade, em relação a outros lugares” (p. 272, 1997-b).

A afirmação do autor acentua a importância da mobilização e organização dos atores locais/regionais - das regiões perdedoras, dos lugares opacos, das regiões do fazer ou dos territórios periféricos -, formando coletividades e buscando uma interação com as demais escalas de poder e gestão. Uma interação capaz de criar mecanismos, estratégias, ações e

políticas<sup>4</sup> de desenvolvimento territorial que, não possuem por objetivo primeiro incluir-se na dinâmica global e dominar o meio técnico-científico-informacional, mas sim, reduzir sua perifericidade atendendo as demandas dos atores locais/regionais, para num segundo momento, sanadas tais demandas, procurar inserir-se nesta dinâmica.

A mobilização dos atores locais buscando reduzir sua perifericidade frente às exigências globais, tornando-se atores mais protagonistas na promoção do desenvolvimento territorial é percebida em Santos (p.12, 2001) quando afirma que “essa competitividade, possibilitada pelas atuais condições objetivas, é resultado da perversidade da globalização, e a única solução que parece viável é ir remando também”.

A afirmação de Santos demonstra a relevância que assume a organização dos atores locais/regionais em pensar e buscar alternativas de desenvolvimento pois, “o capitalismo nunca se reproduz priorizando o bem-estar e a maior igualdade social, mas o aumento das desigualdades que promovem o lucro e a acumulação” (HAESBAERT, p.14, 1998). Assim, quando os processos de desenvolvimento passam a ser protagonizados por atores locais/regionais, o bem-estar, a qualidade de vida, *a priori*, entram na pauta das discussões, sendo estes muitas vezes, os motivos que levam tais atores a tornar-se mais ativos nestes processos, deixando de ser meros espectadores.

Entende-se que o recorte territorial que se pretende analisar constitui um território periférico, onde, no entanto, desenvolvem-se mecanismos que possuem um relativo potencial, não para reverter seu caráter periférico, mas para atender às demandas e necessidades dos atores locais/regionais e promover um processo de desenvolvimento territorial local/regional. Processo este, não restrito a busca de um crescimento econômico, mas voltado à melhoria das condições sócio-econômicas dos atores locais/regionais.

---

<sup>4</sup> Por mecanismos, práticas políticas e estratégias entende-se que sejam ações coletivas desenvolvidas por atores locais/regionais - sociedade civil, Estado e mercado- ou de forma conjunta, objetivando desencadear processos de desenvolvimento.

Tendo tratado até o momento do processo de globalização e de como este se coloca como um obstáculo aos territórios periféricos, entende-se ser importante esclarecer o que se entende por território, por territorialidade e porque falar em desenvolvimento “territorial”. Estas questões estão apresentadas a seguir:

## **1.2 O território, a territorialidade e o desenvolvimento territorial**

Frente à discussão que se propõe estabelecer, tentando demonstrar a articulação dos atores locais/regionais quanto ao desencadeamento de processos de desenvolvimento, tem-se presente que o conceito “território” adquire fundamental importância. Em função disso, adota-se o conceito “desenvolvimento territorial” procurando destacar dinâmicas territoriais, ou seja, os usos políticos e econômicos do território numa escala local/regional.

Da mesma forma, para a compreensão de dinâmicas territoriais, considera-se essencial levar em consideração a multidimensionalidade do poder, considerando-se que o Estado não é o único ator capaz de determinar os processos sobre o território. Embora seu poder (principalmente econômico) esteja reduzido, ele não está desprovido do mesmo, como traz, por exemplo, Ohmae (1996), ao tratar do esgotamento do papel do Estado nacional. Pelo contrário, o Estado é um importante ator nos processos de desenvolvimento, porém não é o único. Acresce-se a este cenário, o poder da sociedade civil – das associações, cooperativas, representações de classe, ONGs, escolas e universidades comunitárias - e o mercado – das empresas multinacionais, do capital financeiro, das bolsas de valores por exemplo.

Nesse sentido, diante dessa multidimensionalidade do poder, o conceito de território é essencial para a compreensão da dinâmica dos processos de desenvolvimento,

principalmente aqueles que se dão em escalas locais/regionais. Isso pois, o poder expresso pelos atores sobre o espaço e sua apropriação leva a novos usos do território, e tendencialmente a processos de reestruturação territorial:

Face a multidimensionalidade do poder, o espaço reassume sua força e recupera-se a noção de território. Trata-se pois agora da geopolítica de relações multidimensionais de poder em diferentes níveis espaciais. No momento em que se retorna à análise das relações de poder (...) o território volta a ser importante, não mais apenas como espaço próprio do Estado-Nação, mas sim dos diferentes atores sociais, manifestação do poder de cada um sobre uma área precisa. O território é um produto “produzido” pela prática social, e também um produto “consumido”, vivido e utilizado como meio, sustentando portanto a prática social (BECKER, 1983, p.7-8)

Nesse sentido, quando se propõe pesquisar processos de desenvolvimento territorial, trata-se de investigar e compreender como os atores exercem seu poder sobre o território e como fazem uso deste, política e economicamente, ao longo do tempo. Trata-se, não de estudar o território em si, mas o território vivido e usado, como enfatiza Milton Santos:

O território não é apenas o conjunto de sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas. O território tem que ser entendido como *território usado*, não território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar de residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida (SANTOS, 2002, p.10, grifo do autor).

O conceito de território usado, dá ênfase aos atores que agem sobre este. Destaca seu trabalho, suas ações, as transformações que se dão no espaço decorrentes do exercício de poder destes atores sobre seu território. Com base nisso, Santos e Silveira (2004), definem o território como uma extensão do espaço apropriado e usado; um espaço de ação e poder (CORRÊA, 1995).

Por sua vez, nesta discussão, entende-se por *poder* a capacidade dos atores de agir, realizar ações e produzir efeitos sobre o território, ou seja, de fazer uso do território e de transformá-lo, respondendo aos interesses e às demandas dos atores deste território. Ou ainda, é a capacidade ou a possibilidade de agir, de produzir efeitos (BOBBIO et al., 1995), é a gama

das ações que se sabe praticar para modificar o meio, explorá-lo e dele retirar o necessário à vida (CLAVAL, 1979). Segundo Raffestin (1993), é no espaço concreto que os homens agem, e o domínio do território, sua destruição e modificação é fonte fundamental do poder.

Desse modo, o exercício do poder sobre o espaço o torna território. Ou seja, o território corresponde ao espaço apropriado pelo homem, concreta ou abstratamente, por meio do exercício de relações de poder, gerando um sentimento de pertença, de identidade para com aquele espaço. Segundo Raffestin (1993) o território é produto dos atores sociais, do Estado ao indivíduo, passando por todas as organizações, pequenas ou grandes. São esses atores que produzem o território, composto por malhas, nós e redes, partindo da realidade inicial dada que é o espaço, passando a implantação de novos recortes e ligações. Dessa maneira, para o autor, a malha, também denominada tessitura é

(...) a projeção de um sistema de limites ou fronteiras, mais ou menos funcionalizadas (...). A tessitura é sempre um enquadramento do poder ou de um poder. A escala da tessitura determina a escala dos poderes. Há poderes que podem intervir em todas as escalas e aquelas que estão limitadas às escalas dadas. Finalmente, a tessitura exprime a área de exercício dos poderes ou a área de capacidade dos poderes (RAFFESTIN, 1993, p.154).

Pode-se considerar assim que a malha é a base, ou o substrato do território, é o que há de mais concreto e enraizado. Os limites da malha são definidos pela ação dos nós ou dos pontos, os quais estabelecem redes ou fluxos, reforçando os limites ou as fronteiras dessa malha e dando dinamicidade ao território. Entende-se que seja dentro dessa perspectiva que Raffestin define o que sejam os nós ou os pontos. Segundo o autor, os pontos simbolizam a posição dos atores, representando locais de poder e locais de referência, lembrando que existe uma multiplicidade de atores que agem sobre o território. Estes atores, não necessariamente se opõem,

(...) agem e, em conseqüência, procuram manter relações, assegurar funções, se influenciar, se controlar, se interditar, se permitir, se distanciar ou se aproximar e,

assim, criar redes entre eles. Uma rede é um sistema de linhas que desenham tramas. Uma rede pode ser abstrata ou concreta, invisível ou visível. A idéia básica é considerar a rede como algo que assegura a comunicação (...) (RAFFESTIN, 1993, p.156).

Portanto, pode-se assim considerar que os nós, representados pelos atores, relacionam-se entre si e estabelecem redes, reforçando o poder dos atores sobre seu território. Estes atores e estas redes, relacionam-se ainda com nós externos a malha, tornando este território mais dinâmico. Esta dinamicidade, por sua vez, possibilita aos atores locais um melhor atendimento de suas demandas e necessidades.

Estes três elementos - os nós, as malhas e as redes - são fundamentais para a constituição de um território, sendo que um complementa e reforça os demais. Mesmo que na era da globalização a rede assuma papel dinamizador do território, esta não necessariamente se opõe ao mesmo, até pois o território “não significa enraizamento, estabilidade, limite e/ou fronteira (...) inclui também o movimento, a fluidez, as conexões” (HAESBAERT, 2002, p.26), sendo a rede responsável por transportar o global ao local e vice-versa, tendo tanto um caráter técnico quanto social.

As redes podem ainda, ter um caráter desterritorializante ou reterritorializante. Neste segundo caso, as redes reforçam as relações de poder dos atores sobre seu território. De acordo com Haesbaert (p. 45, 2002), a territorialização, consiste num “conjunto das múltiplas formas de construção/apropriação (concreta e/ou simbólica) do espaço social, em sua interação com elementos como o poder (político/disciplinar), os interesses econômicos, as necessidades ecológicas e o desejo/a subjetividade”.

Na presente pesquisa, será dada ênfase às redes que reforçam e dinamizam os territórios, buscando demonstrar através delas, a importância da interação dos atores das diferentes escalas de poder e gestão, conectando o endógeno ao exógeno. Da mesma forma, tratar-se-á basicamente das redes sociais, pois, no recorte territorial a ser analisado, estas se

destacam no processo de desenvolvimento. O mesmo não ocorre com as redes técnicas, as quais ainda caracterizam uma debilidade daquele território<sup>5</sup>.

Raffestin destaca a ação dos múltiplos atores que constituem um território, os quais definem novos recortes, novas ligações, ou seja, estabelecem novos usos que acabam transformando ou reestruturando o território. Para a compreensão das transformações impregnadas pelos atores sobre o território, entende-se que o conceito de territorialidade adquire grande importância em função deste assumir

(...) um valor bem particular, pois reflete a multidimensionalidade do “vivido” territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral. Os homens “vivem”, ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas (...) todas são relações de poder, visto que há interação entre os atores que procuram modificar tanto as relações com a natureza como as relações sociais (1993, p. 158-159).

Assim, entende-se que a territorialidade gira em torno das ações, estratégias, políticas que mantém as relações de poder dos atores sobre seu território. Estes atores projetam ações e usufruem de seus resultados que, *a priori*, visam uma autonomia maior do território frente a poderes exógenos, podendo estes possuir objetivos divergentes. Além disso, tais ações, estratégias e políticas acabam caracterizando, diferenciando o território do seu entorno. Com base nisso, tem-se que a territorialidade consiste nas relações dos atores para com seu território, o que por sua vez, permite identificá-lo como tal. Nas palavras de Raffestin (p.160, 1993), a territorialidade refere-se a “‘soma’ das relações mantidas por um sujeito [pertencente a uma coletividade] com o seu meio [entendendo-se o termo soma como uma totalidade das relações biossociais em interação]”.

As relações acima mencionadas, carregadas de poder, podem, em função da dinâmica de atores exógenos, ou por desarticulação territorial interna, deixar de atender às

---

<sup>5</sup> Pode-se citar como exemplo desta situação as precárias condições da RST 472, principal via de acesso da região Fronteira Noroeste aos municípios de Porto Lucena e Porto Xavier, a qual não se encontra asfaltada em toda sua extensão.

demandas locais. Em função disso, novas territorialidades podem ser constituídas, novas ações, diferentes relações de poder entre atores sobre o território, novos limites, formando uma nova escala de poder e gestão, com vistas à recuperação de sua autonomia e do desenvolvimento territorial.

Nesse sentido a afirmação de Raffestin, com base em Soja (1971) parece corroborar com essa idéia: “a territorialidade pode ser definida como um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade – espaço – tempo em vias de atingir a *maior autonomia possível*, compatível com os recursos do sistema” (1993, p.160, grifo meu). Becker (1983, p.08,) também baseada em Raffestin, complementa a discussão ao afirmar que a territorialidade consiste num

(...) fenômeno associado à *organização do espaço* em territórios diversos, considerados exclusivos por seus ocupantes; é uma relação com o espaço, considerando os demais atores. A territorialidade é o consumo do território, é a face vivida do poder. Como significação da vida cotidiana, representa a oposição do local com o universal; representa relações mais simétricas do poder, pela busca de uma nova compartimentação do espaço, de uma malha territorial vivida, que possa permitir o exercício do poder pelas coletividades, malha concreta que se opõe à malha abstrata, concebida e imposta pelo poder do Estado (grifo meu).

Segundo Santos e Silveira (2004, p. 19), a territorialidade pode ser compreendida como sinônimo de “pertencer àquilo que nos pertence”. Entende-se que isso permite formar uma consciência coletiva, pois os atores possuem algo em comum, o seu território, servindo como fator de conexão entre os mesmos. Isso por sua vez pode facilitar a busca coletiva por mecanismos de desenvolvimento territorial.

Cara (1994, p. 263) vem contribuir nesta discussão, quando afirma que “o sentido de pertença, de identidade regional, de tomada de consciência regional e de ação regional, define a territorialidade regional”, o que reforça a idéia de que a territorialidade pode contribuir para as transformações territoriais. Ou seja, a territorialidade diz respeito à forma como os atores organizam seu espaço para, sobre ele, exercer seu poder por meio de ações que buscam

manter este poder, permitindo sua sobrevivência, o atendimento de suas demandas, necessidades e interesses.

Outra literatura bastante presente quanto à discussão sobre a territorialidade é a definição de Robert Sack (1986). Este define-a como a tentativa de um indivíduo ou grupo, de atingir, afetar, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos ou relacionamentos, pela delimitação e afirmação do controle sobre uma área geográfica, sendo esta chamada território.

Sem discordar da afirmação, entende-se que, ao tratar-se de territórios periféricos, a territorialidade, estaria mais centrada em torno de estratégias de sobrevivência. No caso dos territórios periféricos, a territorialidade acaba constituindo-se em mecanismos, ações, políticas, resultado de uma construção coletiva dos atores, para manter o poder sobre seu território, gerindo seus recursos (ambientais, sociais, econômicos, culturais) e desenvolvendo suas potencialidades, de modo que possam permanecer naquele espaço.

Nesse sentido, a contribuição de Corrêa parece ser mais adequada ao caso a ser pesquisado. O autor define territorialidade como um “conjunto de práticas, expressões materiais e simbólicas capazes de garantirem a apropriação e permanência de um dado território por um determinado agente social” (CORRÊA 1994, p. 251) ou por sua coletividade.

Nessa mesma linha de pensamento a afirmação de Santos parece corroborar com o acima exposto. O autor afirma que “para os atores hegemônicos o território usado é um recurso, garantia de realização de seus interesses particulares”. Para os “atores hegemonzados” trata-se de “um abrigo buscando constantemente se adaptar ao meio geográfico local, ao mesmo tempo que recriam estratégias que garantem sua sobrevivência nos lugares” (apud HAESBAERT, 2004, p.95). Assim, considera-se que nos territórios periféricos a territorialidade tenha mais características de manutenção do poder sobre o

espaço do que um controle e influência de pessoas, fenômenos ou relacionamentos, ao menos num primeiro momento.

Enfim, ao se enfatizar as ações dos atores sobre seu espaço, a identidade destes para com o espaço vivido, apropriado, o sentimento de pertença, a busca por um protagonismo maior nas ações em seu território, as quais objetivam o atendimento das demandas e necessidades dos atores locais/regionais, está tratando-se de processos de desenvolvimento territorial local/regional. Tal processo inclui ações, mecanismos, estratégias e políticas, desencadeadas por atores locais/regionais, que formam uma territorialidade, criam uma nova escala de poder e gestão através de novos usos políticos e econômicos do território. Tem-se presente também, que há uma interação destes atores com diferentes escalas de poder e gestão. Isso porque um território não é auto-suficiente, pois está sempre em interação com demais territórios, regiões, lugares e atores.

Levando-se em consideração a interação das escalas de poder e gestão e os processos de desenvolvimento territorial numa escala local/regional, tem-se presente que o conceito de território, não se restringe unicamente àquele do Estado-nação, numa dimensão unidimensional do poder, conforme a visão da geopolítica estatal. Uma visão unidimensional, não permitiria a compreensão da dinâmica territorial do desenvolvimento na escala local/regional, pois em muitos casos este processo se dá a partir do protagonismo dos atores locais/regionais, principalmente da sociedade civil.

Nesse sentido, a afirmação de Candioto (2004, p.81), reportando-se a Saquet é relevante. O autor relata que “o território é produzido espaço-temporalmente pelas relações de poder engendradas por um determinado grupo social. (...) e se efetiva em diferentes escalas, portanto, não apenas naquela convencionalmente conhecida como o ‘território nacional’ *sob gestão do Estado-Nação*” (grifo meu).

Entende-se assim que, estudos com bases territoriais, são aqueles que buscam compreender como os atores se apropriam ou exercem poder sobre o espaço, como fazem uso deste ao longo do tempo e, como suas ações territorializam-se neste espaço tornando-o território. Segundo Spósito (2004), quando os atores expressam suas ações sobre os territórios estes se tornam “fonte de recursos (...) o que pode ser identificado pela indústria, pela agricultura, pela mineração, pela circulação de mercadorias, etc., pelas diferentes maneiras que a sociedade se utiliza para se apropriar e transformar a natureza”. Dessa maneira, na medida em que se analisa como o uso destes recursos transforma o território, resultado do exercício de poder dos atores sobre o mesmo, está se tratando de dinâmicas territoriais. Com base nisso, pode-se considerar que o território é portanto, um espaço territorializado, apropriado pelo homem, regido por interesses sociais, culturais, ambientais e econômicos de uma sociedade (SOUZA, 1995).

Tornar o espaço território, ou analisar um recorte ou um fenômeno na perspectiva territorial, exige levar-se em consideração três elementos, como nos traz a Heidrich:

Da ocupação e formação do habitat a manifestação das demais características da condição territorial (apropriação, domínio, identidade, pertencimento, demarcação, separação) parece necessária a ocorrência de: a) uma relação de apropriação (mais que domínio) das condições naturais e físicas por uma determinada coletividade, b) uma organização das relações, de modo a particularizar a coletividade como uma *comunidade*, por isso mesmo diferenciadas de outras e, pela mesma razão, c) a delimitação do acesso, do domínio e da posse ao interior da comunidade constituída (2004, p.40, grifo do autor).

Tal afirmação, além de enfatizar a importância das relações dentro de um território, traz mais um importante elemento quando trata da coletividade ou da comunidade. Na medida em que os atores, principalmente nos territórios periféricos, formam uma coletividade, realizando e desenvolvendo ações conjuntamente, estabelecendo metas e objetivos comuns, as relações de poder locais/regionais tendem a ser reforçadas, permitindo o atendimento das

demandas locais/regionais e por consequência, a possibilidade do desencadeamento de um processo de desenvolvimento territorial local/regional se torna possível.

Nessa perspectiva, entende-se que o desenvolvimento territorial se produz a partir do momento em que os atores, formando uma comunidade (BOISIER, 1996) ou uma sociedade (RAFFESTIN, 1993), se reconhecem como tal e tem como referência primeira seu território. Projetam suas ações sobre suas tessituras, nós e redes, desenvolvendo suas potencialidade (ambientais, humanas, econômicas) colocando-se como atores mais ativos na intervenção e ação sobre seu território, promovendo seu desenvolvimento.

Para Boisier (1995) o desenvolvimento territorial consiste numa expressão ampla que inclui o desenvolvimento de micro-localidades, tais como comunidades e de meso-localidades, tais como províncias ou regiões. O conceito refere-se a processos de mudança sócio-econômica, de caráter estrutural, delimitados geograficamente e inseridos num marco configurado por sistemas econômicos de mercado, ampla abertura externa e descentralização dos sistemas de decisão. Ou seja, a organização coletiva dos atores locais/regionais, realizando ações, implementando políticas que visam o desenvolvimento de seu território, permitindo o atendimento das demandas e necessidades dos atores locais/regionais e, ao mesmo tempo, procurando atender ou contornar exigências do mercado como a competitividade, inovação permanente, produtividade, qualidade, flexibilidade, variedade, capacidade de modificação de produtos e processos, capacidade de reação às variações dos mercados, as quais são dinâmicas e tendem a eliminar aqueles que não conseguem atender tais exigências.

Ainda, segundo o mesmo autor, o objetivo do desenvolvimento territorial é triplo: (1) o aperfeiçoamento do território entendido não como um container e suporte físico de elementos naturais, mas como um sistema físico e social estruturalmente complexo, dinâmico e articulado, (2) o aperfeiçoamento da sociedade ou comunidade que habita esse território; (3)

o aperfeiçoamento de cada pessoa, que pertence a essa comunidade e que habita esse território (BOISIER, 1995). Com base nisso, observa-se que o desenvolvimento territorial não se restringe ao crescimento econômico, e consiste na articulação dos atores na busca em atender suas demandas e necessidades não só econômicas, mas também sociais. Por sua vez, para que estas demandas sejam atendidas, é fundamental que o processo de desenvolvimento esteja sustentado na potencialização dos capitais tangíveis - aspectos econômicos do desenvolvimento - e os aspectos intangíveis - capacidade coletiva para realizar ações em comum, existentes no local, com vistas à melhoria da qualidade de vida de sua população” (DALLABRIDA; SIEDENBERG; FERNÁNDEZ, 2004).

Diante disso, fica evidente o caráter social do desenvolvimento. Este caráter adquire importância quando se leva em consideração que as demandas dos territórios periféricos frequentemente não restringem-se ao simples crescimento econômico. Nesse sentido Fischer afirma que “o desenvolvimento local [ou territorial] ou é desenvolvimento social ou não é desenvolvimento (...)” (2002, p.27).

Outra importante contribuição de Fischer (2002) vem quando a autora menciona a existência de dois sentidos e significados de desenvolvimento: um voltado à competição e orientação e o outro à cooperação ou solidariedade. O primeiro enfatiza o econômico, mesmo seu discurso englobando adjetivos como local, integrado e sustentável. Sua estratégia gira em torno de novas formas de organização do sistema produtivo orientado pela competitividade.

Na segunda abordagem, voltada à cooperação e à solidariedade, a autora reporta-se a Santos e Silveira (2004), quando estes mencionam que as ações do desenvolvimento devem inspirar-se nos valores de qualidade e cidadania, incluindo setores marginalizados na produção e usufruto de resultados. Não ignora a questão do desenvolvimento econômico, mas lhe coloca limites e subordina-os aos imperativos não econômicos, além de privilegiar a

escala local como objeto e ação e, ainda, dá ênfase à produção não capitalista e estratégias econômicas autônomas com tecnologias apropriadas.

Frente a estas duas abordagens e diante do processo de globalização que tende a constituir espaços hegemônicos e hegemonzados, fica evidente que a segunda abordagem melhor se adapta aos territórios periféricos ou hegemonzados. Enfim, a competitividade não interessa (ao menos num primeiro momento) àqueles atores marginalizados, desprovidos do acesso a saúde e educação de qualidade e mesmo a cidadania. Na medida em que tais necessidades básicas passam a ser atendidas, novas demandas surgem, e assim, buscam-se novas respostas a estas demandas, desencadeando-se um processo contínuo de desenvolvimento.

É com base nesta segunda abordagem que se opta pelo conceito de desenvolvimento territorial. Embora muito semelhante aos conceitos de desenvolvimento local, local/regional, endógeno, integrado, entende-se que, a partir do momento que se enfatiza as transformações territoriais que se expressam a partir de relações de poder dos atores sobre o espaço, trata-se de uma dinâmica territorial, de uma comunidade/sociedade delimitando seu território e identificada por sua territorialidade.

Além do mais, considera-se que o caráter endógeno é subentendido quando se enfatiza que o desenvolvimento parte de uma base territorial, ou seja, é desencadeado por atores de uma escala local/regional. Sem esquecer que é relacional, ou seja, estes atores, constante e continuamente, interagem com as demais escalas de poder e gestão. A ambigüidade do conceito pode ser observada no trecho abaixo, trazido por Courlt:

O desenvolvimento local - nomeado também "endógeno", "ascendente", ou ainda "comunitário" - exprime a esperança de que o próprio local possa iniciar o seu processo de desenvolvimento, um desenvolvimento regional baseado nas iniciativas de "saber fazer" dos atores locais - indivíduos e organizações. Até pelo fato do desenvolvimento se tratar "de um processo social e não um processo unicamente técnico". (COURLT, 1997, p. 283 apud NASCIMENTO, 2004).

Da mesma forma, Braga (1999), reportando-se aos conceitos de Barquero acerca de desenvolvimento local e endógeno, trata-os como um processo de crescimento e mudança estrutural que mediante a utilização do potencial de desenvolvimento existente no território conduz a melhoria do bem-estar da população de uma localidade ou um território, conceito este muito semelhante ao que Boisier (1995) denomina “desenvolvimento territorial”, como já apresentado anteriormente.

Diante disso, entende-se que o conceito de desenvolvimento territorial, acaba englobando as características dos conceitos acima mencionados, na medida em que enfatiza as transformações territoriais decorrentes da ação dos atores. Ou seja, ao enfatizar-se a ação dos atores sobre o território, como fazem uso deste, política e economicamente, e as transformações que estes usos geram, está se tratando de processos territoriais, incluindo relações, endogeneidade, podendo estas características serem analisadas em escalas locais/regionais.

Entretanto, quando se trata de “processos de desenvolvimento territorial local/regional”, é necessário fazer-se uma observação. *A priori*, entende-se como desnecessário o adjetivo “local/regional”, em função do territorial opor-se ao global, e estar subentendida uma dimensão mais local. Porém, como utilizar-se-á o recurso metodológico das escalas geográficas de poder e gestão, acresce-se o local/regional ao territorial na tentativa de demonstrar os diferentes usos políticos econômicos do território numa escala local/regional e a interação dos atores locais/regionais com as demais escalas de poder e gestão.

Opta-se por tal metodologia, pois se tem presente que esta caracteriza um procedimento que contribui para a compreensão da dinâmica territorial do desenvolvimento, permitindo a observação de como os atores locais/regionais – sociedade civil, Estado e mercado – se articulam entre si e com as demais escalas de poder e gestão, com vistas à

promoção do desenvolvimento de seu território. Para a análise geográfica, torna-se de fundamental importância a consideração da existência de diferentes escalas de poder e gestão atuantes nos lugares, para a compreensão da densidade e da complexidade oriunda da multiplicidade de poderes neles existentes e atuantes.

Além do mais, segundo Acselrad (2002) o processo de desenvolvimento local [ou territorial] não pode ser entendido simplesmente como uma resposta endógena aos problemas exógenos ocasionados pela globalização. A dinâmica do desenvolvimento de escala local, se dá pela combinação de fatores em escalas variadas, não havendo um poder econômico estruturalmente local, privado ou público, mas dimensões locais de um poder que se constrói na hierarquia complexa dos tomadores de decisão.

A escala local/regional, embora adquira maior protagonismo ao longo da história quanto a gestão de seu espaço, por si só, não consegue manter-se, muito menos desenvolver-se isoladamente. É diante deste fato que as escalas geográficas de poder e gestão adquirem importância em análises relativas a processos de desenvolvimento territorial, principalmente local/regional.

Entretanto, para dar continuidade à discussão sobre desenvolvimento territorial, considera-se importante tecer algumas considerações acerca da relação cidade-campo. Ao tratar-se de processos de desenvolvimento de caráter territorial, entende-se que estes não se restringem a setores da sociedade, como por exemplo, em uma discussão acerca do desenvolvimento rural.

Embora a presente pesquisa tenha com o foco o espaço rural, as análises vão muito além, incluindo o espaço urbano, ou melhor, incluindo a dinâmica dos atores do espaço urbano, tanto na escala local/regional quanto das demais escalas em questão. Compreender processos de desenvolvimento territorial exige uma análise das relações de poder que os atores exercem sobre o território, os usos deste território, e isso vai além de análises setoriais.

Como tratar a relação cidade-campo ao se abordar processos de desenvolvimento territorial em regiões com predominância da agricultura familiar nas quais os agricultores familiares desencadeiam ações visando processos de desenvolvimento, é o tema que será tratado na seção seguinte:

### **1.3 Desenvolvimento territorial, relação cidade-campo e a agricultura familiar**

Diante dos obstáculos que se impõe à agricultura familiar devido ao processo de globalização, pode-se observar o desenvolvimento de ações e experiências alternativas e mesmo inovadoras à realidade local, que permitem a manutenção e o desenvolvimento dos agricultores familiares, bem como sua inserção menos subordinada às exigências da globalização, ou a modernidade<sup>6</sup>.

São exemplos destas experiências, agroindústrias familiares, cooperativas da agricultura familiar, turismo rural, produções orgânicas e/ou agroecológicas, certificação de qualidade de produtos agrícolas, *marketing* sobre a produção familiar, e mesmo ou principalmente, o objeto empírico desta pesquisa: uma cooperativa produtora de álcool combustível formada por agricultores familiares. O que tem caracterizado tais experiências, aqui denominadas alternativas à realidade local/regional, é a lógica ou a racionalidade que as têm permeado.

Historicamente, o espaço rural pode ser caracterizado por quatro aspectos fundamentais:

---

<sup>6</sup> Segundo Featherstone (1995, p.20) “a modernidade contrapõem-se a ordem tradicional, implicando a progressiva racionalização e diferenciação econômica e administrativa do mundo social”.

- (a) a produção de alimentos como função principal;
- (b) a agricultura como atividade econômica dominante;
- (c) a família camponesa como grupo social de referência, com modos de vida, valores e comportamentos próprios e;
- (d) uma paisagem, que reflete equilíbrio entre características naturais e o tipo de atividade humana desenvolvida (FERRÃO, 2000).

No entanto, com o desenvolvimento capitalista, com a modernização e o processo de globalização, observa-se uma mudança nesses aspectos. Essa mudança pode ser associada à classificação de Queiroz (1978) quanto à evolução das relações entre cidade-campo, distinguindo entre sociedade tribal, sociedade agrária e a sociedade urbana.

A classificação desta autora demonstra a evolução das relações cidade-campo, partindo de uma realidade onde não há distinção entre ambos os espaços, chegando a realidade atual, onde há uma predominância da cidade sobre o campo, ou melhor, da racionalidade urbana sobre a rural. Entretanto, mesmo a cidade sendo o centro das decisões e tendo grande influência sobre as ações do campo, esta não se mantém sem o primeiro. Atualmente, a visão que opunha o rural ao urbano como realidades distintas e de negação uma da outra, associando o “rural” ao agrícola e ao atrasado e o ‘urbano’ ao industrial e ao moderno foi superada, a dicotomia entre rural e o urbano está diluída em um *continuum* (SANTOS, 1997-a).

Pode-se dizer ainda, que a racionalidade urbana tem-se expandido sobre o rural, ao levar-se em consideração que “a noção de conforto passa a ser um objetivo ideal a todos os homens” (FONTOURA, 2002, p.29) e com base nisso surgem no campo novas atividades e novas racionalidades. Nesse sentido, Castells (2000) contribui ao afirmar que se existem diferenças entre a cidade e o campo, elas são apenas a expressão de processos que produzem

ao mesmo tempo efeitos específicos em outros níveis da estrutura social. Assim, o que acaba diferenciando a cidade do campo é o grau de artificialização da natureza.

Por sua vez, a cultura urbana, a racionalidade ou modo de vida urbano se define, não “unicamente por oposição à *rural*, mas por um conteúdo específico que lhe é próprio, sobretudo num momento em que a urbanização generalizada e a interpretação das cidades e dos campos tornam difíceis sua distinção empírica” (CASTELLS, 2000, p.134, grifo do autor). Em razão disso, “o meio rural não pode ser estudado em si mesmo, mas deve ser encarado como parte de um conjunto social mais amplo, do qual faz parte juntamente com a cidade” (QUEIROZ, 1978, p.51). Da mesma forma, as alternativas de desenvolvimento, praticadas no campo, não deixam de levar em consideração a cidade e a racionalidade urbana, estabelecendo e reforçando o *continuum* rural-urbano.

De acordo com Ferrão (2000), as relações de complementaridade entre cidade e campo tendem a aumentar, na medida em que há, numa procura urbana, o essencial da evolução das áreas rurais, nas quais a atividade agrícola orientada para o mercado não alcança uma expressão significativa. Ou seja, as experiências alternativas e inovadoras tendem a surgir em áreas de declínio e estrangulamentos sócio-econômicos, em territórios periféricos, onde os atores percebem que, para sua manutenção e desenvolvimento, se faz necessário a busca de alternativas, como Santos enfatiza:

O fato de que a produção limitada é associada a uma produção ampla de escassez conduz os atores que estão fora do círculo da racionalidade hegemônica à descoberta de sua exclusão e à busca de formas alternativas de racionalidade, indispensáveis à sua sobrevivência. A racionalidade dominante e cega acaba por produzir seus próprios limites (1997-b, p.247).

Esta nova racionalidade, ou como o próprio Milton Santos (1997-b, p.246) denomina, as contra-racionalidades localizariam-se “de um ponto de vista social, entre pobres, os imigrantes, os excluídos, as minorias; de um ponto de vista econômico, entre as atividades

marginais, tradicional ou recentemente marginalizadas; e de um ponto de vista geográfico, nas áreas menos modernas e mais ‘opacas’”. Dessa maneira, à medida que os atores locais/regionais buscam dar novas funções às antigas formas, estes incutem nestas formas uma nova racionalidade, que da mesma maneira como a dominante, visa desencadear processos de desenvolvimento. Essas novas racionalidades, levam a novos usos do território.

Ainda de acordo com Ferrão (2000), um caminho para desencadear processos de desenvolvimento territorial pode estar na consolidação de relações de proximidade mutuamente benéficas; nas quais as cidades acabam assumindo o papel de pontes entre as áreas rurais e o mundo exterior. Este caminho exige uma visão de conjunto, uma forte capacidade de diálogo institucional, principalmente entre Estado e sociedade civil. Um diálogo que permita satisfazer não apenas as necessidades econômicas, mas também sociais, tanto da população urbana quanto da população rural.

Os exemplos de experiências acima mencionadas, apresentam-se como atividades alternativas, as quais surgem no campo e se norteiam por uma racionalidade urbana. Isso passa a ser a característica comum destas experiências. Surgem portanto, atividades rurais não-agrícolas, relativamente inovadoras, as quais têm atribuído uma nova função às antigas formas, às rugosidades do espaço. Ou seja, as experiências inovadoras no espaço rural atribuem novas funções às velhas formas, como uma maneira de incluir-se de forma menos passiva na dinâmica capitalista globalizada. Assim pode-se dizer que, aquilo antes tido como um obstáculo, passa a constituir como uma potencialidade destes espaços rurais, potencialidades que por vezes têm como base o desenvolvimento das especificidades territoriais. Isso pois,

ao contrário da modernização assistida na década de 60, onde imperava o discurso da produtividade, da mecanização e do consumo de massa, o que hoje assistimos, é o discurso da qualidade de vida, da qualificação e da participação da mão-de-obra e da competitividade, ou seja, à disputa de mercados específicos e internacionais (FONTOURA, 2002, p.33).

Vale destacar ainda que tais experiências balizam-se também na propagação cada vez maior da cultura de consumo. Segundo Featherstone (1995) a cultura do consumo tem como premissa a expansão da produção capitalista de mercadorias, levando à acumulação de uma cultura material na forma de bens e locais de compra e consumo. Focaliza-se o fato de que as pessoas usam as mercadorias de forma a criar vínculos ou estabelecer distinções sociais, e a questão dos prazeres emocionais do consumo produz diversos tipos de excitação física e prazeres estéticos.

Entende-se que as experiências da agricultura familiar, que destacam a característica do pequeno porte de suas propriedades, a produção artesanal e/ou manual, livre de agrotóxicos, entre outras, guiam suas experiências por essa cultura de consumo, que se dá dentro de uma racionalidade urbana. Tornam-se assim, alternativas de desenvolvimento territorial, dando nova função a antigas formas. À medida que essas experiências se desenvolvem no campo, tendo em vista a racionalidade urbana, entendendo o urbano-rural como um *continuum*, as possibilidades de desencadear-se um processo de desenvolvimento territorial e não apenas setorial aumentam.

Da mesma forma, para compreender processos de desenvolvimento territorial, os quais partem de ações e atividades realizadas no campo, considerar o *continuum* rural-urbano (SANTOS, 1997-a, SANTOS, 1997-b, QUEIROZ, 1978, FERRÃO, 2000) é fundamental para compreensão do caráter territorial do processo. As debilidades, os potenciais, as transformações territoriais geradas por tais processos tornam-se visíveis na medida em que se entende o campo, ou o espaço rural como um território, em constante interação com o espaço urbano.

Mesmo havendo um predomínio da racionalidade urbana sobre a rural, em regiões predominantemente agrícolas, é de extrema importância o desenvolvimento de ações, de

políticas públicas voltados ao espaço agrário. Entretanto, estas tornam-se mais efetivas, na medida em que o rural e o urbano são entendidos como um *continuum* (SANTOS, 1997-a, SANTOS, 1997-b, QUEIROZ, 1978, FERRÃO, 2000), com todas as interações existentes entre ambos, como um território e não apenas um setor econômico.

A concepção de *continuum* rural-urbano não significa que estes dois espaços sejam homogêneos, que não possuam diferenças ou especificidades. O que se pretende aqui enfatizar é que estes não são auto-suficientes e que entre eles ocorrem trocas, interações a serem levadas em consideração, principalmente quando se trata de processos de desenvolvimento territorial. Além disso, as especificidades rurais, por exemplo, podem caracterizar um diferencial, o potencial de um território a ser desenvolvido, o qual certamente será destinado ao consumo urbano.

Na medida em que o espaço rural e urbano são considerados um *continuum*, havendo níveis consideráveis de densidade institucional e a presença de inovação territorial coletiva, entende-se que seja possível desencadear tanto processos de desenvolvimento territorial, levando a transformações territoriais mais significativas, quanto compreender sua dinâmica. Sendo assim, considera-se indispensável, ao se estudar processos de desenvolvimento territorial focalizados no espaço agrário, levar em consideração a interação com o espaço urbano e vice-versa.

Não se aprofundando na discussão, até pelo fato de não ser o ponto central desta pesquisa, segue-se nessa mesma linha de pensamento, com base nessas novas racionalidades, ou nas contra-racionalidades, a definição conceito de *agricultura familiar*. Apesar dos pequenos agricultores, ora em questão, não estarem inseridos de forma ativa no meio técnico-científico-informacional, observa-se a existência de uma busca pela inserção no mercado, pela modernização e por alternativas que visam seu desenvolvimento e de seu território.

Segundo Abramovay (1992), a racionalidade econômica é o que diferencia o campesinato da agricultura familiar, ou seja, “explicar a existência camponesa a partir da lógica do capital é um equívoco que impede a compreensão do que há de mais importante na estrutura social da agricultura capitalista contemporânea: o peso predominantemente, em seu interior, de unidades produtivas que são familiares, mas não camponesas” (p.24, grifos do autor). O campesinato caracteriza-se por relações de mercado em estágio precário de desenvolvimento, estando os agricultores mais subordinados aos comerciantes, predominando assim, mecanismos de troca desigual. O mesmo autor afirma ainda que,

É muito mais fácil que este tipo de mecanismo possa se impor a produtores de pimenta no Baixo Tocantins (PA), cuja sobrevivência é totalmente dependente dos comerciantes a quem vendem seus produtos, do que do Alto Uruguai (RS), onde as cooperativas divulgam os preços de Chicago a todo instante e onde os próprios canais pelos quais passava o tipo de reprodução clientélica do camponês já foram praticamente extintos (ABRAMOVAY, 1992, p.221).

Assim, entende-se que a agricultura familiar seja formada por aqueles agricultores que desenvolvem suas atividades principalmente em pequenas propriedades, com predominância de mão-de-obra familiar, sendo que as atividades e ações que desenvolvem, possuem uma nova racionalidade ou contra-racionalidade. O agricultor familiar pode ser entendido como aquele camponês que, embora não modernizado tecnicamente, embora enfrentando obstáculos diante do meio técnico-científico-informacional, volta suas atividades à racionalidade urbana, dando novas funções a formas antigas e almejando além do bem-estar e da manutenção da família, e da pequena propriedade, também o desenvolvimento de seu entorno territorial.

A agricultura familiar torna-se assim mais dinâmica, estabelecendo relações entre agricultores e destes com atores dos demais setores e escalas. Com base nisso, entende-se que não é a racionalidade econômica a principal diferença entre camponeses e agricultores familiares, como mencionado acima, mas aliada a esta, está uma nova racionalidade social,

ambiental e mesmo cultural, levando a novos usos políticos e econômicos que possibilitam um processo de desenvolvimento territorial.

Entende-se ainda que, ao se falar em agricultura familiar não está subentendido o fim do campesinato. Essa distinção na verdade é feita numa tentativa de se diferenciar a agricultura tradicional destas novas racionalidades que permeiam a agricultura e as relações cidade-campo.

A seguir, levando-se em consideração os pressupostos acima, quanto ao processo de globalização que tem acentuado as discrepâncias territoriais, a importância da inovação territorial coletiva e da densidade institucional para o desenvolvimento destes territórios periféricos, cuja agricultura familiar tem grande importância sócio-econômica, buscar-se-á apresentar o papel e a dinâmica dos atores neste processo. Enfim, é a partir da ação dos atores, do exercício de seu poder sobre o espaço que os diferentes processos se concretizam. Se destacará a importância dos atores das diferentes escalas de poder e gestão, demonstrando a relevância dos locais/regionais, no desencadeamento de processos de desenvolvimento territorial local/regional.

## **2 O PAPEL DOS ATORES, DA INOVAÇÃO TERRITORIAL COLETIVA E DA DENSIDADE INSTITUCIONAL NO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL LOCAL/REGIONAL**

Este capítulo tratará da articulação dos atores em prol do desencadeamento de processos de desenvolvimento territorial local/regional. Entende-se por atores aqueles pertencentes ao Estado (secretarias, ministérios e órgãos do governo, universidades públicas, empresas estatais), à sociedade civil (associações, cooperativas, representações de classe, ONGs, escolas e universidades comunitárias) e ao mercado (empresas locais, multinacionais, capital financeiro, bolsas de valores) das diferentes escalas de poder e gestão anteriormente apresentadas. A partir da articulação destes atores será demonstrado como a inovação territorial coletiva e a densidade institucional adquirem importância no desencadeamento dos processos de desenvolvimento.

### **2.1 Os atores e o desenvolvimento territorial**

Ao se estabelecer uma discussão a respeito do processo de desenvolvimento territorial, tem-se por pressuposto de que este se dá a partir da ação de diferentes atores sobre

um determinado espaço. Além do poder do Estado, é importante considerar o poder do mercado. Os monopólios, as multinacionais, o capital financeiro se utilizam de estratégias do “mercado” que redundam em disputas de poder e tentativas de subjugação do Estado. Junto ao Estado e ao mercado, o poder da sociedade civil emerge, decorrência da reforma do Estado a partir dos anos 80. Esta passa a se organizar em torno de suas reivindicações.

É com base nessa multidimensionalidade do poder que se busca compreender a dinâmica da gestão do território, com vistas ao desencadeamento de processos de desenvolvimento territorial local/regional. Conforme Becker (1983), tomando-se o território como *locus* de controle, ordenamento e gestão do espaço, o Estado, embora maior, não é o único ator do território. Incluem-se as corporações industriais, comerciais, financeiras, de serviços, sociedade civil organizada, enfim interações desiguais de poderes assimétricos. Diante disso, “o poder é multidimensional, o que implica no reconhecimento dos diversos agentes sociais com suas estratégias e conflitos presentes em diferentes escalas espaciais” (BECKER, p.02, 1983).

Ou seja, para a compreensão da dinâmica territorial do desenvolvimento numa escala local/regional, não basta levar-se em consideração a ação dos atores locais/regionais. Além destes atores, representados tanto pelo Estado (Governo municipal) quanto pela sociedade civil e mercado, é fundamental observar-se e analisar a ação local de tais atores das outras escalas.

Além disso, o cenário neoliberal tem sua contribuição para a multidimensionalidade do poder. O mercado se coloca como forte ator na transformação do espaço, ora estabelecendo relações de sinergia com o Estado (por exemplo, as parcerias público-privadas), ora de conflito (solicitando isenção de impostos para instalação de grandes plantas industriais). Por conseqüência, a partir da reforma do Estado, torna-se cada vez mais visível, a organização da sociedade civil, a emergência como poder local, buscando ações, mecanismos

e estratégias de inserção menos subordinadas à lógica capitalista global e que, ao mesmo tempo atendam as necessidades e demandas da sociedade local/regional.

De acordo com Becker (1983) a flexibilização do Estado é uma mostra do surgimento de novos usos políticos do território. O Estado trata dos macro programas de desenvolvimento cooperando com capitais privados e iniciativas da sociedade civil. Além disso, revelam novos usos políticos do território as contradições entre Estado e empresa. As empresas, a partir da década de 1970, devido ao desenvolvimento tecnológico e dos transportes, dependem menos do Estado e buscam instalar-se nos locais mais competitivos, diminuindo o poder de controle do Estado sobre as mesmas. Assim, acabam surgindo os territórios periféricos, desinteressantes ao mercado e distantes dos grandes centros industriais e de tomada de decisão do país. É justamente nestes territórios, ou em parte deles, que os atores locais vem se destacando como atores ativos no desencadeamento de ações que buscam seu desenvolvimento.

Tendo por pressuposto esta multidimensionalidade do poder, expressa pelo Estado, sociedade civil e mercado, pretende-se compreender como o poder destes atores tem levado a novos usos políticos e econômicos do território. Atribui-se grande importância ao papel da sociedade civil, tendo em vista, que nos territórios periféricos, esta tem assumido grande importância.

### 2.1.1 O Estado e o mercado: reflexos sobre os territórios periféricos

No contexto da globalização, da crescente internacionalização da economia-mundo, que se dá com base no desenvolvimento científico, tecnológico e informacional no tempo

acelerado e na inovação permanente, tem-se enunciado a superação dos Estados e das fronteiras a exemplo de Ohmae (1991, 1996) e Badie (1995) entre outros. Ohmae (1996), por exemplo, trata do surgimento de uma ordem internacional sem fronteiras nacionais, com um conseqüente esgotamento do papel do Estado nacional e de suas políticas de regulação macroeconômica. É enfático ao afirmar que “as fronteiras nacionais efetivamente desapareceram” (OHMAE, 1991, p.175).

Por sua vez, Badie busca demonstrar que o enfraquecimento da territorialidade, a redução do poder político do território leva ao enfraquecimento do Estado nacional. Segundo o autor, a desterritorialização, que corresponde a investimentos individuais forçados, incitados pela economia mundializada, resultando numa internacionalização das políticas econômicas e na ampliação das lógicas internacionais dos mercados, faz com que os Estados-Nação percam sua relevância (BADIE, 1995).

A paradoxal coexistência da homogeneização e diferenciação, da globalização e fragmentação torna-se um elemento essencial ao desenvolvimento capitalista e um entrave ao desenvolvimento dos territórios periféricos. Esse paradoxo, segundo Escolar (1996), não leva a extinção do Estado-nação mas sim a uma reestruturação. É fato que o Estado vem sofrendo a influência do processo globalizador, que não é resultante do livre jogo das forças do mercado, mas da discussão e da ação dos atores e suas geopolíticas (BECKER, 1991). Portanto, não se está caminhando para o fim dos Estados-nação, mas para uma reestruturação de suas funções.

Fiori (1994, p.300) contribui, ao mencionar Polany, que “a intervenção estatal não apenas foi indispensável para a implantação original das economias de mercado, como se transformou em elemento indispensável à sua sobrevivência: o mercado entregue as suas próprias forças espontâneas tende a entropia”. Tal afirmação aliada à constatação de que os países centrais possuem Estados fortes que emitem políticas de proteção de suas economias,

leva a crer que embora o Estado tenha passado por reformas este continua com papel relevante. Isso fica evidente quando leva-se em consideração que o “Ocidente forçou a liberalização do comércio para os produtos que exportava, mas, ao mesmo tempo, continuou a proteger aqueles setores nos quais a concorrência dos países em desenvolvimento poderia representar uma ameaça à sua economia” (STIGLITZ, 2002, p.93).

No Brasil buscou-se a modernização através da ação do Estado, entendido como o único ator capaz de acelerar tal processo. Passa-se a produzir o espaço nacional com vista a sua integração, visando inserir o país na nova economia global. Ou seja “o espaço tornou-se o mediador entre a nova economia planetária e a formação social brasileira” (BECKER, 1991, p.49). No entanto, a gestão territorial centralizada e conservadora do Estado, ao contrário de integrar o território internamente e com a economia global, acaba acentuando suas desigualdades sócio-econômicas levando a competição de regiões.

O Estado buscando a produção do espaço por meio da expansão das fronteiras, entendida como expansão da sociedade e a integração territorial, leva a um crescimento econômico que, no entanto, não é apropriado por grande parte da população. Constituiu-se um espaço tecnicamente homogêneo (interação entre lugares/tempo), mas fragmentado, pois a apropriação do território e a destinação dos recursos foram seletivos, levando a conflitos que deram origem a novas territorialidades (BECKER, 1991) e não a integração.

A modernização do Brasil se deu por meio da ação do Estado Desenvolvimentista entendido como o único ator capaz de acelerar tal processo. Segundo Fiori (1992, 1995) o caráter desenvolvimentista estatal brasileiro, procurando propor um programa de indução à modernidade, mostrou-se bem-sucedido no que diz respeito ao processo de industrialização, no entanto, deixou lacunas quanto ao desenvolvimento do país como um todo. De seu programa, resultaram 50 anos de intervenção pública e crescimento contínuo, tornando o Brasil uma economia industrial integrada de capitais estatais, privados nacionais e

estrangeiros, levando a uma modernização econômica e institucional. Contudo, tal processo acabou gerando disparidades sociais e econômicas, em razão do processo de industrialização não ter sido acompanhado por transformações na estrutura agrária e na distribuição de renda, nem tão pouco a participação da sociedade na definição das políticas.

Assim, a crise de 1980, coincidindo com crises financeiras internacionais, gerou conseqüências mais danosas pela escassez de investimentos externos. Houve desarticulação de investimentos, o que gerou a degradação da infra-estrutura econômica e a deterioração dos serviços públicos (segurança, educação, saúde). Tal crise impede a ação desenvolvimentista do Estado, sujeitando-se a interesses setoriais, deixando de lado um projeto de afirmação nacional, subordinando-se ao capital internacional como a única possibilidade de financiar a industrialização. Sobre uma base liberal-desenvolvimentista o Estado acaba entrando em crise.

Frente a um território que permanece fragmentado, necessita-se então, de uma redefinição do seu papel: sair de um Estado empresário, financiador da economia para um capaz de atender as demandas sociais da nação. Ou de acordo com Fiori (1994), passa-se por um processo de democratização do Estado autoritário e centralizante e a descentralização fiscal de um Estado desenvolvimentista falido.

A crise do Estado reflete sua incapacidade de financiamento da industrialização “que contava com o setor público para socializar os riscos do investimento privado assumindo a dívida para o crescimento a qualquer custo, sem consolidar um sistema financeiro capaz de garantir a sua reprodução ampliada” (BECKER, 1991, p.50). Além disso, sendo o Estado entendido como único ator capaz de gerir o território, este estava desprovido de canais de comunicação com a sociedade civil, não atendendo as suas necessidades mais básicas. Passa-se à reivindicação das demandas sociais, como pode ser percebido abaixo:

A centralização excessiva do poder governamental combinada com a ampla extensão de suas operações cortou os laços de comunicação com o espaço vivido (...) O Estado foi incapaz de controlar a resistência da população excluída e de atender as demandas localizadas, que eclodiram em uma frente de conflitos expressa pelos movimentos sociais localizados (BECKER, 1991, p.51).

Além do Estado mostrar estrangulamentos quanto ao atendimento das demandas sociais do território, contribui para sua crise a perda de poder sobre a decisão da localização das empresas e o crescente poder das transnacionais. O Estado não consegue mais integrar o território, desenvolver as regiões problema por meio das empresas transnacionais. Inicia-se uma fase de integração do território por meio da competição dos espaços (BECKER, 1991).

Na medida em que os créditos tomados da economia internacional, tornam-se mais escassos, passa a ganhar destaque a economia flexível, incentivando a competição espacial junto a flexibilização do território. Passam a constituir-se solidariedades de base territorial, valorizando-se as diferenças e a inovação contínua. Busca-se considerar as diferenças locais/regionais, tentando atender expectativas políticas e sociais do território nacional como um todo. Esse contexto exige uma flexibilização do Estado, pois acentuam-se os conflitos entre os processos controlados pelo valor (indivíduo/lucro) e os processos controlados pelo poder (Estado/social) (BECKER, 1991). Evidencia-se uma reestruturação estatal, capaz de conciliar os interesses econômicos e as necessidades sociais. Assim, mesmo o Estado enfraquecido economicamente pelo mercado, possui um importante papel político a desempenhar no território.

A relevância do Estado frente ao mercado, à globalização e à lógica neoliberal fica explícita na colocação de Stiglitz (2002). O autor menciona que os países em desenvolvimento mais bem sucedidos se abriram para o exterior de maneira lenta e contínua, tirando vantagens da globalização para a expansão de suas exportações. Reduziram as barreiras de proteção de maneira criteriosa e sistemática, tratando da criação de novos empregos. Isso demonstra, conforme o autor, a importância do Estado na dinâmica do

mercado, desenvolvendo ações e mecanismos para que este não devaste o país socialmente. Mesmo quem defende o liberalismo econômico, mantém o Estado nas negociações, como já mencionado acima.

Fiori (1994) reportando-se a Paul Kennedy ressalta que mesmo com a autonomia e as funções do Estado enfraquecidas não há o que o substitua no processo de reação à globalização. No entanto, é essencial que a sociedade civil esteja inserida de forma ativa, na gestão do território, levando suas demandas ao Estado e exigindo o exercício de sua função sócio-econômica para com a sociedade. Segundo Bobbio (1986), a relação sociedade civil - Estado, se dá pelo fato da primeira ser responsável pela formação das demandas que se dirigem ao segundo, responsável pelo atendimento das mesmas. Por sua vez, a qualidade do atendimento não depende exclusivamente do Estado, mas também da organização da sociedade civil em torno destas demandas.

A importância da organização da sociedade civil e mesmo do poder local, é demonstrada quando Fiori (1994) menciona, reportando-se a Reich, que os indivíduos são capazes de sacrificar seu bem-estar pessoal para um bem maior, desde que ligados a uma sociedade na qual o bem maior tenha significado para eles. É com base nisso que se considera a sociedade civil como um ator essencial no desencadeamento de processos de desenvolvimento, principalmente nos territórios periféricos.

### 2.1.2 O papel da sociedade civil no âmbito dos territórios periféricos

Entende-se como sendo fundamental a discussão acerca da sociedade civil frente ao papel que esta vem assumindo no contexto da descentralização do Estado, da dinâmica do mercado e da lógica global, sendo que a mesma vem atuando significativamente nos

processos de desenvolvimento, principalmente nos âmbitos periféricos. Percebe-se, *a priori*, que esta tem se organizado de modo a atender suas demandas e necessidades, buscando implementar ações, mecanismos e estratégias de desenvolvimento.

O poder de organização da sociedade civil fica evidente quando Nascimento, reportando-se a Pelènese (2004) afirma que “nas regiões mais desfavorecidas ou mais isoladas, as funções de animação e de organização são as que se revelam mais úteis - sobretudo quando as estruturas políticas estabelecidas pelo poder central são mal adaptadas às realidades locais” (1998, p.238).

A definição de sociedade civil varia de acordo com as correntes ideológicas de cada autor. Para a presente discussão, busca-se compreendê-la, como um ator, dotado de poder, distinta da esfera estatal. A sociedade civil é tida como as relações sociais não reguladas pelo Estado e este como um sistema organizado para exercer poder sobre o território. O exercício do poder pelo Estado, teoricamente, dar-se-á guiado pelas demandas da sociedade civil, havendo portanto, uma conexão constante entre ambos.

Nessa perspectiva a sociedade civil caracteriza-se pelo “lugar onde se desenvolvem os conflitos econômicos, ideológicos, religiosos, que as instituições estatais têm o dever de resolver...” (BOBBIO, 1986, p.35). São sujeitos ou atores da sociedade civil, conforme o mesmo autor, as classes sociais, os grupos, os movimentos, as associações, representantes das associações, grupos de interesse, movimentos com finalidades sociais.

Ao estabelecer-se uma discussão em torno da sociedade civil, entende-se ser importante considerar seus atores individuais e coletivos. No segundo caso trata-se da sociedade civil organizada. Levar em conta atores individuais e coletivos permite observar e enfatizar o processo de organização da sociedade civil, destacando como se dá a procura por respostas as suas demandas.

Segundo Demo (2001, p.15) “é a sociedade civil organizada que define o papel e o espaço do Estado, não o contrário”. Exemplificando, o autor afirma que “não somente o Estado deve cuidar para que nenhuma criança em idade escolar esteja fora da escola, mas sobretudo a comunidade toma a iniciativa para que isto não aconteça, assumindo o problema como compromisso seu indiscutível” (2001, p.15). A afirmação do autor encontra respaldo em Gramsci. Nessa mesma linha, Bobbio (1986, p.49), afirma que Marx considera inclusas na

(...) esfera da sociedade civil exclusivamente as relações materiais ou econômicas e, [...] não apenas separa a sociedade civil do Estado como dela faz o momento ao mesmo tempo fundante e antitético. Gramsci, enfim, embora mantendo a distinção entre sociedade civil e Estado, desloca a primeira da esfera da base material para a esfera superestrutural e dela faz o lugar da formação do poder ideológico distinto do poder político estritamente entendido e dos processos de legitimação da classe dominante.

Com base no acima mencionado, é possível considerar que a partir do momento em que a sociedade civil passa a se organizar em torno de suas demandas, constitui-se um micro-poder, que busca no poder do Estado, as repostas a estas demandas. O poder da sociedade civil caracteriza portanto, de acordo com Gramsci, um contra-poder, uma contra-hegemonia àquela dominante, ou seja, um processo de reabsorção da sociedade política pela sociedade civil. Esta seria a esfera na qual agem os aparatos ideológicos que buscam exercer a hegemonia e, através dela, obter consensos (BOBBIO, 1986).

Esta reabsorção da sociedade política é entendida aqui como um processo de concertação - de discussão e formação de consensos - entre Estado e sociedade civil. Não que se considere este processo sem conflitos, até porque a sociedade civil caracteriza “o lugar onde se manifestam todas as instâncias de modificação das relações de dominação, [onde] formam-se os grupos que lutam pela emancipação do poder político, [e] adquirem força os assim chamados contra-poderes” (BOBBIO, 1986, p.35). Entretanto, quando se considera um processo de desenvolvimento territorial numa escala local/regional, a solução de conflitos e o estabelecimento de acordos são inerentes.

O micro-poder que emana da sociedade civil é mérito de suas organizações - associações, cooperativas, sindicatos, organizações de classe, ONGs, movimentos, bem como da atuação dos intelectuais, considerados por Gramsci, aqueles organizadores políticos, vinculados a sua classe social, e mediadores sociais do consenso, os quais articulam o aparelho estatal de poder com o restante do corpo social. Entretanto, considera-se que este micro-poder torna-se tanto mais efetivo na medida em que houver uma densidade institucional, reunindo primeiramente estas organizações da sociedade civil em torno de consensos, para em seguida, “dialogar” com o Estado e mesmo com os atores que compõem o mercado.

No entanto, Bobbio, (1986) alerta que quanto mais aumentam as demandas da sociedade civil desproporcionalmente à capacidade das instituições respondê-las, mais ingovernável torna-se uma sociedade. Diante disso, e pelo acima mencionado, entende-se que, quando a sociedade civil passa a organizar-se e produzir consensos em torno de seus problemas, pensando em estratégias, ações e mecanismos que promovam o desenvolvimento do seu território e, posteriormente busca uma interação com o Estado, torna-se possível uma gestão mais democrática do território. Ou seja, uma negociação, a partir de pré-consensos estabelecidos pela sociedade civil, entre si, entre esta e o Estado e, destes com o mercado, buscando práticas, estratégias tendo em vista o desenvolvimento do território.

Frente a isso, pode-se concordar com Bobbio (1986, p.52) quando afirma que o Estado e a sociedade civil “atuam como dois momentos necessários, separados mas contíguos, distintos mas interdependentes do sistema social em sua complexidade e em sua articulação interna”. Assim, a relação sociedade civil e Estado consiste em ambos regulamentarem-se, desenvolvendo uma gestão do território, ou seja, um diálogo entre Estado – sociedade civil, para definir projetos, ações, estratégias mais adequadas à realidade expressa no território, e

não como duas instâncias conflitantes, uma enfraquecendo a outra. Pelo contrário esse diálogo entre ambas tende a resultar no fortalecimento do território.

Em Touraine a relação entre Estado e sociedade civil, se expressa pela prática da cidadania, a qual exige uma associação entre sociedade civil, sistema político e Estado. O autor define-a como “o direito de participar, direta ou indiretamente, na gestão da sociedade” (1996, p.98). A cidadania constituiria-se portanto, a partir de um sentimento maior de responsabilidade e pertencimento a uma dada nação, a qual não é homogênea sócio, econômico e culturalmente. Assim, há uma necessidade em considerar-se tanto as minorias quanto as majorias, por ambas as partes e também pelo Estado. O autor afirma ainda que “não há democracia sem o reconhecimento de um campo político onde se exprimem os conflitos sociais e se tomam, por voto majoritário, decisões conhecidas como legítimas pelo conjunto da sociedade. A democracia se apóia na idéia de conflito social, mas é incompatível com a crítica radical de toda sociedade...” (p.95). Daí a importância da sociedade civil estar organizada, de haver um processo de concertação desta, constituindo novas unidades de poder político, para a partir disso, interagir e negociar com o Estado, a procura por respostas às suas demandas.

A importância da relação da sociedade civil com o Estado é reforçada quando Touraine (1996, p.101) afirma que “a luta da democracia contra o Estado totalitário e contra a colonização do planeta pelo mercado mundial deve partir dos próprios atores sociais, de sua capacidade de auto-organização e de defesa das liberdades privadas e públicas”.

Assim, entende-se que a organização da sociedade civil adquire maior importância nos territórios periféricos. Isso pois, como já mencionado acima, há uma tendência de perda do poder econômico do Estado em favor da empresa, do mercado internacional, o que por sua vez, gera desigualdades dentro do território:

(...) reduz-se a eficácia dos sistemas de decisões nacionais de interpretar as aspirações sociais de seus respectivos países ou de compatibilizá-los com objetivos econômicos. O descompasso entre o econômico e o social acumula problemas estruturais sem que os governos disponham de referenciais para a ação, gerando crise econômica e tensões sociais ao nível local, que também enfraquecem o governo (BECKER, 1983, p.13)

Enfim, o Estado, à medida que perde poder econômico, mas não importância política, faz emergir a organização da sociedade civil, em torno de alternativas de desenvolvimento. Ou nas palavras de Becker (1983, p.16): “O Estado, produzindo e usando o espaço não está atento à necessidade de todos os setores da população. Restou à população integrar seu poder no espaço vivido, criando uma nova linguagem, do espaço social vivido”.

A partir dessa realidade, entende-se que no âmbito dos territórios periféricos, acentua-se a relevância da preocupação dos atores locais/regionais – Estado e sociedade civil e mercado (empresas locais), com a *inovação territorial coletiva* e a *densidade institucional*, como variáveis essenciais no desencadeamento de processos de desenvolvimento territorial local/regional.

## **2.2 O papel da inovação territorial coletiva e densidade institucional nos processos de desenvolvimento territorial local/regional**

Frente às possibilidades oriundas da reforma do Estado, os atores locais/regionais têm a possibilidade de exercer maior poder sobre a gestão de seu espaço, promovendo ações, mecanismos, políticas que visem seu desenvolvimento. No entanto, a dinâmica global excludente se coloca como um entrave aos territórios periféricos. Este entrave se acentua

quando a agricultura familiar tem importante percentual de participação na economia local e principalmente quando os agricultores familiares atuam de forma isolada<sup>7</sup>.

Diante da realidade acima apresentada, surge uma questão: como os territórios periféricos poderão concorrer com os grandes capitais, como tornar-se competitivos? De que maneira buscar qualidade, flexibilidade? Como enfrentar as variações do mercado, como modificar e adequar produtos e processos, como inovar? Como dominar o espaço pelo tempo? Estas são exigências da globalização, verdadeiros obstáculos aos territórios periféricos. Aliado a isso, a preocupação com a questão social também está presente nas discussões acerca do desenvolvimento territorial. Ou seja, não basta um território ser competitivo, dinâmico se as necessidades básicas dos atores locais/regionais (acesso à saúde, educação, emprego, etc.) não são atendidas.

O que se objetiva com este estudo, não é pesquisar alternativas à globalização ou ao sistema capitalista. O que se pretende, são alternativas que permitam aos atores dos territórios periféricos atender suas demandas, suas necessidades e interesses em um mundo globalizado e neoliberal. No entanto, “como conciliar, num mundo crescentemente globalizado, grandes dificuldades tendencialmente universais com soluções sensíveis à diversidade territorial nos domínios sócio-cultural, institucional, econômico e político?” (FERRÃO, 1996, p.101).

Considera-se que frente a essa realidade a *densidade institucional* e a *inovação territorial coletiva* podem, com base no desenvolvimento das potencialidades locais/regionais, ser fundamentais para contornar exigências globais e atender as demandas locais, possibilitando o desencadeamento de processos de desenvolvimento territorial local/regional. Nesse sentido, contribuem Gehlen e Riella, ao enfatizar a importância da mobilização das potencialidades, dos recursos, das competências locais, e também da cooperação:

---

<sup>7</sup> O termo “atuação isolada” refere-se por exemplo a comercialização individual de produtos provenientes das propriedades, a aquisição e uso individual de máquinas e equipamentos agrícolas, a não organização/participação em associações, cooperativas, sindicatos.

A mobilização do patrimônio local induz à redinamização do território, através de novas modalidades de integração e de valorização dos recursos e dos produtos locais, como componentes do patrimônio sociocultural coletivo. Não se trata simplesmente de integrar de forma positiva os conhecimentos científicos e técnicos nos sistemas cognitivos e de agir de forma solidária, mas de estabelecer relações de cooperação e de negociação do conflito (...) (GEHLEN; RIELLA, 2004, p.22)

Conforme o trecho acima, a dinamicidade de um território pode ser dada pela valorização das potencialidades locais/regionais, o que por sua vez é acentuado na medida em que os atores formam uma densidade institucional em torno de ações que valorizem estas potencialidades. A densidade permite desenvolver as especificidades territoriais possibilitando que territórios periféricos atendam às necessidades e demandas locais/regionais e mantenham-se menos submissos às exigências da economia global.

Assim sendo, entende-se que diante dessa realidade a inovação territorial coletiva e a densidade institucional, com base no desenvolvimento das potencialidades locais/regionais, adquirem papel crucial no desencadeamento de processo de desenvolvimento territorial local/regional.

Para tal, segundo Amin e Thrift (1995) a densidade institucional representa a “combinação de fatores, incluindo suas interações inter-institucionais e sinergia, uma representação coletiva por muitos corpos, um objetivo industrial comum e normas culturais e valores compartilhados”. Fernández (2003), ampliando a discussão de Amin e Thrift, define a densidade institucional como uma sólida presença institucional (formal), representada através da presença de firmas, associações empresariais, instituições financeiras, ONGs, agências de desenvolvimento, escolas, centros de serviço, institutos tecnológicos e universidades, etc; bem como o desenvolvimento de formas de cooperação entre os atores a partir da consolidação entre esse complexo de atores, de uma consciência de pertença mútua a uma dinâmica territorial e ao padrão de coalizão representativo dos interesses locais. Pela definição acima,

percebe-se que a densidade institucional incorpora tanto instituições quanto organizações. Defini-las consiste numa tarefa árdua.

Para Douglas North (1990) p.04) instituições são as regras do jogo em uma sociedade ou, mais formalmente, são as coerções projetadas que moldam a interação humana. Em consequência elas estruturam incentivos nas trocas humanas, sejam políticas, sociais ou econômicas. Mudanças institucionais moldam a forma como as sociedades evoluem ao longo do tempo e, portanto, é a chave para compreender mudanças históricas. Já, as organizações segundo o mesmo autor incluem corpos políticos (partidos políticos, o Senado, câmara de vereadores, uma agência reguladora), corpos econômicos (firmas, corporações, fazendas familiares, cooperativas), corpos sociais (escolas, universidades, centros de treinamentos vocacional). São grupos de indivíduos ligados por algum motivo comum para atingir objetivos (p.05). Ainda segundo o mesmo autor, as instituições seriam as regras do jogo enquanto as organizações seriam os jogadores.

Por sua vez, para Amin e Thrift (1994, p.14) as instituições incluem firmas; instituições financeiras; câmaras de comércio local; agências de treinamento, associações comerciais; centros de inovação; corpos eclesiásticos; uniões; agências governamentais e de infra-estrutura; organizações de serviço e negócios. (apud DALE, 2002, p.6).

Além disso, autores como Harrington; Ferguson, 1999, Lundquist; 1998, Scott, 1995, tratando das diferenças entre instituições e organizações, têm em mente que escolas, universidades, hospitais ou companhias enquanto infra-estrutura social completa – consistindo em construções e equipamentos – deveriam ser referidas como organizações. Tais organizações, podem ser vistas como um resultado de instituições mais amplas, ou idéias de como várias funções da sociedade deveriam ser organizadas. Além disso, uma vez que são criadas, elas também desenvolvem instituições de suas próprias organizações: uma companhia cultural, uma universidade cultural... (DALE, 2002).

Com base no acima exposto, uma cooperativa que, segundo North (1990) é uma organização, poderia também ser considerada uma instituição, na medida em que ela passa a ser referência para um número mais amplo de pessoas, além de seus associados. Segundo Schneider (2005, informação oral<sup>8</sup>)<sup>9</sup>, uma cooperativa caracteriza uma organização, pois esta segue a lógica ou a racionalidade de qualquer empresa, claro, não objetivando o lucro, mas visando atender as necessidades de seus associados. Por outro lado, caracteriza uma instituição, pois representa uma associação de pessoas com uma determinada visão de mundo, sustentada em valores e princípios que orientam o comportamento de seus associados.

Dale (2002, p.05) propõem “um conceito amplo de instituições” sendo adepto as contribuições de W. Richard Scott. Para este autor, as “instituições consistem em estruturas cognitivas, normativas, e regulativas e atividades que fornecem estabilidade e significado para o comportamento social”. Por sua vez, as instituições seriam transportadas por vários transportadores – culturas, estruturas, e rotinas – operando em múltiplos níveis de jurisdição” (SCOTT, 1995, 33).

A estrutura ou o pilar regulativo é tratado principalmente pelos economistas, os quais entendem que as instituições restringem e regularizam o comportamento. Já o pilar normativo considera as instituições como sistema de prescrição, evoluções e obrigações que influenciam a vida social. Enquanto o pilar regulativo estaria baseado na lógica do instrumentalismo, perguntando “o que é meu interesse?”, o pilar normativo estaria baseado em uma lógica de apropriação perguntando “o que é esperado por mim?”. Ao enfatizar-se aspectos normativos das instituições não necessariamente se vê atores como “escravos de convenções sociais”, mas pode-se vê-los como “pessoas suficientemente adaptadas às regras das instituições” (SCOTT, 1995, p.39).

---

<sup>8</sup> SCHNEIDER, José Odelso. Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas da Unisinos. Linha de pesquisa: Associativismo e Cooperativismo.

<sup>9</sup> O termo “*Informação oral*” neste trabalho refere-se a entrevistas não gravadas, ou mesmo a informações obtidas fora do roteiro de entrevista pré-estabelecido.

Por sua vez, o pilar cognitivo, considera que para compreender ou explicar ações, é necessário levar em conta as interpretações e significados anexados nelas. O significado seria coletivamente construído por indivíduos em interação, que estão criando uma estrutura de referência. Este pilar atribui importância à identidade social (SCOTT, 1995).

Levando em consideração os três pilares das instituições, abordados por Scott (1995), é possível observar que estas instituições não se referem apenas a estruturas historicamente enraizadas na sociedade, como o Estado e a Igreja, sustentados principalmente nos pilares regulativo e normativo. Diz respeito também a estruturas que servem de referência para um grupo mais amplo de atores, podendo ser instituídas também a partir de consensos da sociedade civil, estando estruturadas principalmente no pilar cognitivo. Bobbio (1986) parece corroborar com essa consideração ao enfatizar o aspecto ideológico da sociedade civil, na qual segundo ele agem os aparatos ideológicos que buscam exercer a hegemonia e, através dela, o estabelecimento de consensos.

Nessa mesma linha de pensamento, quando se forma uma densidade, uma interação entre atores, que superam conflitos e, que estabelecem objetivos e metas comuns, criam regras e compromissos mesmo que informais, mas que norteiam o rol de suas ações, pode-se dizer que, estas instituições e organizações acabam formando uma densidade “institucional”. Nesse sentido, por instituições pode-se entender aqueles atores, regras e poderes, principalmente formais, mas também informais<sup>10</sup>, que servem de referência para uma parcela mais ampla da sociedade, os quais ultrapassam objetivos corporativos. Por sua vez, as organizações, mais restritas, podem ser entendidas como associações de atores que buscam atender a seus próprios interesses, não estando, *a priori*, comprometidos com parcelas mais amplas da

---

<sup>10</sup> Por instituições devemos entender normas informais e formais – incluindo leis – valores, costumes, modalidades organizativas e práticas decisórias adotadas por determinado grupo social (TONI, Fabiano, 2004).

sociedade. No entanto, como mencionado acima, as organizações podem assumir um caráter institucional, desde que seja formada uma densidade em torno das mesmas.

De fato, não é tarefa fácil distinguir claramente uma instituição de uma organização. Portanto, em função dos autores que tratam da densidade institucional (AMIN; TRIFTH, 1995 e FERNÁNDEZ, 2004) não fazerem uma distinção clara entre ambas, neste trabalho, será utilizada a expressão instituições/organizações, respeitando diferenças entre ambas e, ao mesmo tempo, levando em consideração que uma organização pode adquirir um caráter institucional (sustentada principalmente pelo pilar cognitivo), na medida em que esta passa a atuar de forma coletiva, interagindo com outros atores em torno de um objetivo comum, que traga benefícios a uma parcela mais ampla de atores.

Enfim, considera-se que as organizações, além de possuir seus objetivos próprios, podem assumir um caráter institucional, à medida que demonstram preocupações e ações sócio-econômico e culturais para com a coletividade ou a sociedade e não apenas corporativas<sup>11</sup>. Ou seja, a densidade institucional não pertence apenas a interações que instituições formais são capazes de gerar entre elas, mas também as representações coletivas de apoio a atores em projetos comuns (KIRAT; LUNG, 1999). Sendo assim, a partir da densidade institucional é estabelecida uma sinergia entre estes atores fazendo com que suas ações convirjam para um objetivo comum, neste caso, o desencadeamento de um processo de desenvolvimento territorial local/regional.

A partir da discussão acima, pode-se considerar a densidade institucional como uma “ferramenta” que permite a estes atores executar ações que de forma isolada ou individual não seriam possíveis. Ainda, de acordo com a Rede Dlis (2005), esta “se refere à temática de capital social e associativismo como também a outros aspectos de fortalecimento da sociedade

---

<sup>11</sup> Entende-se que este tema deverá ser aprofundado em estudos posteriores, até porque a própria literatura aponta para a necessidade de mais e novos estudos acerca deste tema (SCOTT, 1995).

civil. Solidariedade, emancipação e capacidade associativa também se refletem na capacidade que pequenos empreendedores têm para criar novas ligações não exploradoras nas cadeias de produção das quais fazem parte”.

Enfim, entende-se que a densidade institucional representa a frequência ou densidade de interações entre atores da sociedade civil, Estado e mercado, sejam organizações e instituições de um território, com vistas à realização de determinadas ações em prol de objetivos comuns. Dessa forma, considera-se que essa interação entre atores, permite enfrentar, de forma menos passiva, os entraves impostos aos territórios periféricos. De acordo com Kirat e Lung (1999) nos níveis regionais e urbanos, a densidade institucional é a base para o surgimento e desenvolvimento de sistemas localizados de inovação ou, neste caso, para o surgimento e desenvolvimento da inovação territorial coletiva.

Assim sendo, *a inovação territorial coletiva* é considerada um sistema dinâmico de reprodução territorial fundado em inovações permanentes, resultado de relações de cooperação entre os atores - públicos e privados, individuais e coletivos - de determinada região/território (FERNÁNDEZ, 2004). Ou ainda, segundo Méndez, (2002) consiste na capacidade de gerar e incorporar conhecimentos para dar respostas criativas aos problemas do presente, resultando num fator chave para melhorar a competitividade e favorecer o desenvolvimento dos territórios, não só em termos de crescimento econômico, mas numa perspectiva integrada.

Da mesma forma que as regiões inteligentes, a inovação territorial coletiva atribui valor e mantém a importância que os mecanismos formais e informais de produção, circulação, e consumo de informação e de conhecimento têm para estes territórios. Ao mesmo tempo, atribui “uma centralidade ainda maior à *capacidade coletiva e permanente de aprendizagem e adaptação* (defensiva e ofensiva)” (FERRÃO, 1996, p.103, grifo meu).

Enfim, entende-se que a inovação territorial coletiva consiste numa busca territorial coletiva por novos conhecimentos que levem a inovações quanto à organização e gestão do território. Um processo que possibilita aos atores locais/regionais a promoção do desenvolvimento territorial, atendendo a suas demandas e interesses, respondendo de forma menos passiva às exigências da dinâmica global.

A inovação territorial coletiva adquire maior importância pelo fato da globalização ser um processo paradoxal. Por um lado este tende a homogeneização ou uniformização de práticas e valores mas, ao mesmo tempo, valoriza o diferencial, o inovador, excluindo do processo os “menos aptos”. Em função disso, a manutenção da diferença (da inovação) não é só conciliável com os processos de globalização como deles faz parte integrante (FERRÃO, 2002-a).

É com base neste paradoxo que os territórios periféricos, através de suas potencialidade e suas especificidades, desenvolvem ações inovadoras, capazes de potencializar estes diferenciais, permitindo atender às necessidades dos atores locais/regionais e às exigências capitalistas, pois afinal, os territórios estão inseridos neste sistema. Então surge novo dilema: globalizar o local, não unicamente como resposta aos estímulos desencadeados pela globalização, porém principalmente como um movimento coletivo de organização ascendente (FERRÃO, 2002-a).

Frente a isso, quando os objetivos que balizam a densidade institucional e a inovação giram em torno de minimizar desigualdades, cria-se a possibilidade de suprir necessidades e carências dos atores e incluir territórios periféricos na dinâmica global de forma menos passiva. Tal processo, não se restringe ao objetivo de tornar os territórios competitivos, de promover um crescimento econômico, o qual, não necessariamente gera mudanças para os atores hegemônicos. Estes objetivos, na verdade, são somados a preocupações e ações quanto (1) a redução de desigualdades sociais; (2) acesso a saúde e educação de qualidade; (3)

diminuição dos impactos ambientais, adequando-se técnicas e tecnologias para um uso mais sustentável dos recursos naturais.

Nesse sentido Caravaca (1998) traz sua contribuição quando trata dos meios inovadores. Nestes meios a inovação não pode ser entendida tão somente como de caráter tecnológico, numa perspectiva econômico-empresarial, mas, para ter uma dimensão territorial, para constituir um território inovador, ou neste caso, desenvolver ações com características de inovações territoriais coletivas, são acrescidas à ótica econômica e tecnológica, características como:

- a) a criação de um clima social, onde é perceptível certa mobilização em favor do desenvolvimento local e uma permeabilidade a incorporação de novidades capazes de romper com inércias herdadas, ineficazes ou injustas;
- b) a existência de redes locais de cooperação, formais ou informais que tornam possível a realização de projetos comuns e que em determinados casos podem impulsionar diferentes formas de inovação;
- c) a presença de instituições públicas, locais e regionais, que adotam uma atitude protagonista em apoio à inovação e o desenvolvimento territorial mediante a geração de iniciativas próprias, a negociação de acordos com outras instâncias públicas e privadas, ao mesmo tempo que asseguram uma eficiente participação da sociedade civil nos processos de informação e decisão;
- d) um esforço quanto a melhorias na formação de recursos humanos, podendo incluir desde o ensino em seus diversos níveis a qualificação e reciclagem de empresários e trabalhadores, até uma adaptação adequada de oferta formativa as demandas do saber fazer local (MÉNDEZ, 2002).

Essa mesma perspectiva de inovação é adotada pelo Programa Leader (2005)<sup>12</sup> Este considera que a característica “inovadora” de uma ação é definida tendo em conta o contexto local no qual esta ação se inscreve. Toda a ação que responde a necessidades particulares de desenvolvimento de um território introduzindo novas soluções, é inovadora. Dessa forma, a inovação territorial coletiva, extrapolando o caráter econômico e tecnológico, permite que seus resultados se reflitam ao nível territorial, e não apenas setorial, ou seja, o território como um todo pode usufruir do desenvolvimento decorrente da inovação, podendo-se de fato falar em desenvolvimento “territorial”, neste caso local/regional.

Vale mencionar ainda que, da mesma forma como há dois sentidos de desenvolvimento (um voltado à competição/orientação e o outro à cooperação/solidariedade), há duas concepções de inovação: uma convencional (linear) e outra sistêmica (FERRÃO, 2002-b). A concepção convencional decorre da descoberta científica por atividades e investigação/desenvolvimento dentro das empresas, instituições de investigação ou ensino superior. É um processo seqüencial, hierárquico e descendente. Cada ciclo de inovação inclui três fases: produção, difusão, adaptação de novos conhecimentos, que se dá de forma linear.

A visão sistêmica valoriza a criação de novos conhecimentos, enfatizando o modo como as organizações conseguem combinar diferentes tipos e fontes de informação, de modo a produzir inovação. Essa produção é resultante de uma interação complexa de atores - universidades, instituições de investigação, empresas e demais organizações. Esta segunda concepção de inovação se faz mais presente nos territórios periféricos onde atores locais/regionais buscam maior protagonismo nos processos de desenvolvimento, sendo que tanto a inovação quanto o desenvolvimento decorrem de processos interativos e aprendizagens coletivas.

---

<sup>12</sup> LEADER - Ligações entre Ações de Desenvolvimento da Economia Rural, compostos por diferentes Estados da União Européia. Consiste numa iniciativa comunitária que incentiva ações-piloto integradas de desenvolvimento rural, concebidas e realizadas através de parcerias que atuam a nível local.

Ferrão evidencia a importância da inovação territorial coletiva quando relata que diante da configuração capitalista exige-se dos territórios e das regiões uma “capacidade coletiva de produzir, acumular e consumir informação e conhecimento como preocupação estratégica se quiserem construir vantagens sustentadas num mundo em crescente globalização” (FERRÃO, 1996, p.101), o que pode ser um obstáculo difícil de ser transposto pelos territórios periféricos.

Nesse sentido, Ferrão menciona ainda a existência de quatro fontes de conhecimento: tácito – interno ou externo - como aquele que “se produz e acumula de forma implícita como consequência natural dos contatos, das práticas e dos saberes desenvolvidos por indivíduos nas suas rotinas diárias”; e conhecimento codificado – interno ou externo como “saberes de base científica e tecnológica [...] conhecimento valorizado pela bibliografia que utiliza a concepção convencional de inovação” (2002-b, p.20). Assim, concorda-se com o autor quando afirma que, quanto maior a interação desses tipos de informação e conhecimento, maior será a capacidade de um dado território constituir um processo de inovação territorial coletiva desencadeando processos de desenvolvimento. Nos territórios periféricos, isso se torna possível por meio da densidade institucional, por meio da cooperação de atores das diferentes escalas de poder e gestão.

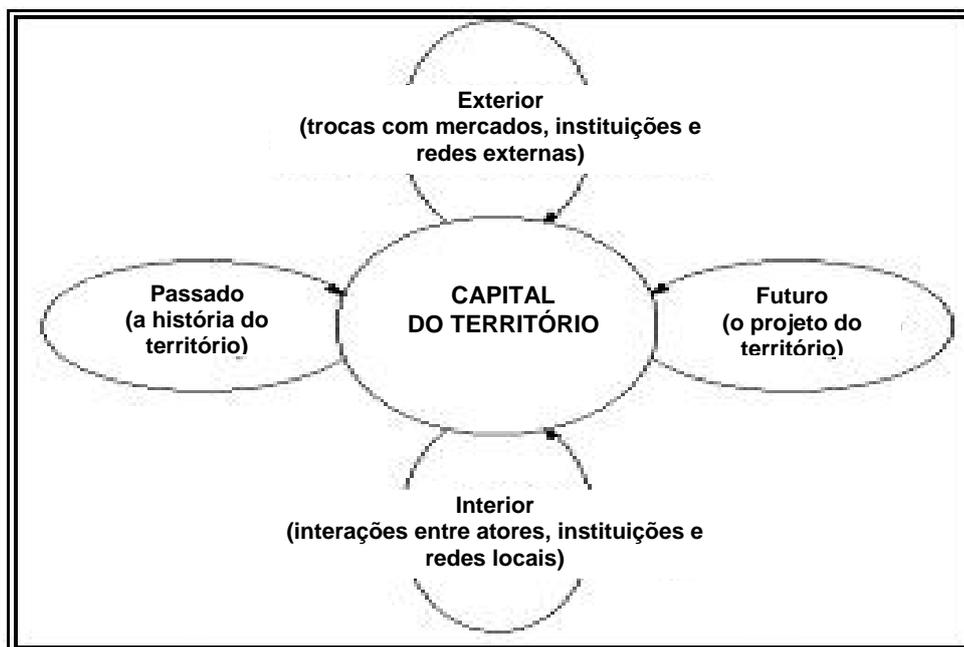
Dessa maneira, a partir do momento em que há atores formando uma coletividade, uma densidade institucional, buscando a partir de suas potencialidades, promover inovações territoriais coletivas torna-se possível definir trajetórias de evolução consideradas mais adequadas ao território, levando em conta, a situação presente e um horizonte estratégico que vise compensar as principais debilidades existentes (FERRÃO, 2002-b).

As debilidades de um território podem ser compensadas através do desenvolvimento de seus potenciais, suas especificidades. Segundo Méndez (2002), todas as comunidades territoriais dispõem de um conjunto de recursos (econômicos, humanos, ambientais,

institucionais, culturais...) que constitui seu potencial de desenvolvimento, devendo-se encontrar atores e estratégias capazes de atribuir valor a tais recursos, de forma eficaz e inovadora. O autor enfatiza que o desenvolvimento local tem destacado de forma reiterativa a necessidade de embasar esses processos de desenvolvimento no conhecimento e utilização prioritária dos recursos endógenos existentes em cada área. E é precisamente esta capacidade inovadora, que permite melhor utilizar os próprios recursos, o que condiciona a forma de articulação dos distintos âmbitos territoriais no espaço mundial desequilibrado e dinâmico, onde se contrapõem áreas inovadoras e bem conectadas às principais redes, àquelas marginais ou excluídas por falta de espírito inovador e de seu deficiente acesso às ditas redes. (CARAVACA, 1998).

O potencial de desenvolvimento do qual trata Méndez, é denominado de capital territorial pelo Programa Leader (2005). Segundo o Programa, o capital territorial, remete àquilo que constitui a riqueza do território, (atividades, paisagens, patrimônio, saber-fazer local), não na perspectiva de um inventário contabilístico, mas da procura das especificidades que podem ser valorizadas (como, por exemplo, a existência de um micro-clima favorável à cultura da cana). Em alguns territórios, por exemplo, este fenômeno pode passar pela recuperação pontual de elementos em vias de abandono e cujo desaparecimento se traduziria por um anonimato ainda mais profundo. Ao observar-se a figura 01, é possível perceber que o capital territorial possui quatro dimensões:

**Figura 01:** O Capital do Território e suas dimensões



Fonte: Leader (mai/2005).

Para potencializar o chamado capital territorial objetivando o desencadeamento de processos de desenvolvimento territorial, é crucial observar-se o processo histórico do território, até porque “a noção de espaço é inseparável da idéia de sistemas de tempo. A cada momento da história local, regional, nacional ou mundial, a ação das diversas variáveis depende das condições do correspondente sistema temporal” (SANTOS, 1985, p.22). Dessa forma, levar em consideração as rugosidades do espaço se torna importante tanto para recuperar especificidades do local quanto para superar debilidades existentes ou herdadas.

A dimensão interior pode ser compreendida como a interação entre os atores locais e a exterior, entre estes atores locais com as demais escalas de poder e gestão, constituindo portanto, a densidade institucional. A visão de futuro, pode ser entendida como o próprio processo de desenvolvimento territorial local/regional a ser desencadeado, levando em consideração a dimensão do passado, de exterior e interior, modo que o desenrolar do processo atenda as demandas e necessidades dos atores locais/regionais.

Além do mais, de acordo com Fernández (2003), a escala local/regional constitui um âmbito estratégico para o desencadeamento de processos de desenvolvimento territorial, pois a aglomeração territorial, as lealdades, as identidades, facilitam as interações e aprendizagens coletivas, o que sustenta a produção de conhecimento e o desenvolvimento de inovações. Isto já pode ser considerado um capital do território, que ao ser potencializado através de ações coletivas passa a contribuir no desencadeamento destes processos.

Entende-se desse modo que, frente a multidimensionalidade do poder, os territórios periféricos, cujos atores locais/regionais buscam assumir maior protagonismo quanto a seus processos de desenvolvimento, formando uma densidade institucional, e buscando uma inovação territorial coletiva, com base nas potencialidades locais/regionais, seja uma forma, relativamente promissora, de reagir à passividade a que se encontram submetidos. É relevante enfatizar a importância em levar-se em consideração as potencialidades locais/regionais, sendo que estas podem constituir o diferencial do processo de desenvolvimento territorial, além de estarem presentes no cotidiano dos atores por ser algo pertencente, constituinte do próprio território. Isso, *a priori*, torna possível promover um desenvolvimento, que não seja apenas econômico, como ocorre em geral quando este processo se dá de forma exógena, mas incluindo um caráter social, atendendo às necessidades e as demandas locais/regionais bem como contornando as exigências globais.

### **3 DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL LOCAL/REGIONAL: AGRICULTURA FAMILIAR E COOPERATIVISMO NOS COREDES FRONTEIRA NOROESTE E MISSÕES**

O presente capítulo dará início a caracterização do objeto empírico desta pesquisa. Num primeiro momento serão caracterizados os Coredes Fronteira Noroeste e Missões: o processo histórico e a realidade socio-econômica, destacando-se a territorialidade das relações de poder em torno do cultivo da soja, pois afinal, a região é conhecida como berço nacional da soja.

Num segundo momento, demonstrar-se-á como, ao longo da história, a região apresenta momentos em que se destacam ações e experiências com características de inovação territorial coletiva e de densidade institucional, as quais surgem como uma resposta a demandas que se colocam. Nesse sentido, o cooperativismo merece destaque, pois é uma prática constante nestes Coredes.

Em razão da prática cooperativa ser comum nesta região, tentar-se-á demonstrar como a organização de cooperativas caracteriza um capital do território, ou uma potencialidade territorial e, junto a isso, como se passou de um processo de regionalização a um processo de territorialização das cooperativas.

### 3.1 Corede Fronteira Noroeste e Missões: uma breve caracterização

A regionalização dos Coredes foi criada pela Lei Estadual nº 10.283 de 1994, com a finalidade de descentralizar e democratizar as ações de investimento sendo referência para as estruturas administrativas regionais dos órgãos do Poder Executivo. É um fórum de discussão e decisão a respeito de políticas e ações que visam ao desenvolvimento regional com o fim de compatibilizar competitividade, equidade e sustentabilidade. Os 497 municípios do Rio Grande do Sul estão distribuídos em 24 Coredes, conforme figura abaixo:

**Figura 02:** Localização dos Coredes Fronteira Noroeste e Missões no RS



Fonte: FEE, jan/2005-c. Adaptada pela autora.

O Corede Fronteira Noroeste é composto por 21 municípios<sup>13</sup> possuindo uma área de 5.605,44 Km<sup>2</sup>. Já o Corede Missões é composto por 23 municípios<sup>14</sup>, com uma área de 11.861,96 Km<sup>2</sup>.

Para a presente discussão considera-se importante tratar, mesmo que de forma sintética, do processo de colonização destas duas regiões. No entanto, como a regionalização dos Coredes é recente, tratar-se-á da colonização do noroeste gaúcho, não fazendo distinção entre ambas, até porque, o processo a colonização é muito semelhante e ocorre quase que concomitantemente.

O noroeste gaúcho passa a ser colonizado na última década do século XIX, pela necessidade de novas bases de um modelo de desenvolvimento nacional em função da crise do modelo agrário-exportador, além da necessidade de defesa da fronteira. A colônia Ijuhy, criada em 1890, representa o marco inicial do processo de formação das Colônias Novas. A criação de colônias como a Guarani, Cerro Azul, Ijuí, Vitória, Timbaúva, Boa Vista, consolidaram o projeto de colonização por imigrantes europeus (IPD, 2003).

O Noroeste do Rio Grande do Sul foi uma das últimas regiões a ser colonizada no Estado. Este foi inicialmente habitado por indígenas, organizados segundo o modo de produção primitivo. Já nos séculos XVI e XVII, houve grande influência dos jesuítas sobre estes povos, formando a “república comunista-cristã dos guaranis” (BERNARDES, 1997). Essa experiência acabou sendo destruída pelos interesses político-econômicos das coroas portuguesa e espanhola.

---

<sup>13</sup> Alecrim, Alegria, Boa Vista do Buricá, Campina das Missões, Cândido Godói, Doutor Maurício Cardoso, Giruá, Horizontina, Independência, Nova Candelária, Novo Machado, Porto Lucena, Porto Mauá, Porto Vera Cruz, Santa Rosa, Santo Cristo, São José do Inhacorá, Senador Salgado Filho, Três de Maio, Tucunduva e Tuparendi,

<sup>14</sup> Bossoroca, Caibaté, Cerro Largo, Dezesesseis de Novembro, Entre Ijuis, Eugenio de Castro, Garruchos, Guarani das Missões, Mato Queimado, Pirapó, Porto Xavier, Rolador, Roque Gonzáles, Salvador das Missões, Santo Ângelo, Santo Antônio das Missões, São Luiz Gonzaga, São Miguel das Missões, São Nicolau, São Paulo das Missões, São Pedro do Butiá, Sete de Setembro, Vitória das Missões

A experiência missioneira tem fim em 1801, quando os portugueses conquistaram definitivamente a região ocupada pelos Sete Povos das Missões. Os índios missioneiros que sobreviveram à guerra guaraníca refugiaram-se na margem direita do rio Uruguai ou na mata densa do noroeste do Rio Grande do Sul, porém de forma dispersa (ROTTA, 2003). O fim desta experiência abriu caminho para a articulação de uma nova forma de apropriação e exploração das terras, baseada em duas estruturas específicas, (1) os campos nativos, passaram a ser ocupados por tropeiros e militares, introduzindo a criação de gado e; (2) nas áreas cobertas por florestas, passou a desenvolver-se uma produção de subsistência e de extração de erva-mate, a qual foi em grande parte exportada para países vizinhos.

“Estancieiros e caboclos constituíram, então, as classes sociais que determinaram o processo de ocupação e de desenvolvimento da região Noroeste do Rio Grande do Sul” (BERNARDES, 1997 p.69). Essa forma de ocupação trouxe como consequência a concentração da propriedade da terra e o extermínio dos povos indígenas, hoje restritos às reservas legais.

O processo de colonização do Noroeste por colonos, provenientes das Colônias Novas no final do século XIX, gerou uma economia agrária com relativa capacidade de produção, resultante tanto da qualidade do solo, quanto das técnicas de produção empregadas pelos colonos. Isso possibilitou o desenvolvimento de atividades ligadas ao comércio e à indústria, havendo uma grande associação entre o desenvolvimento da policultura e a industrialização em toda região.

Quanto às atividades econômicas pode-se citar a pecuária e o extrativismo da erva-mate, aliada a uma pequena produção mercantil policultora, destacando-se a banha, milho, feijão, linhaça, mandioca, fumo, arroz, bem como as serrarias, devido a grande riqueza florestal do planalto (ROTTA, 1999).

A região teve grande desenvolvimento na atividade econômica entre 1930 e 1950 impulsionada pela agropecuária diversificada (ROTTA, 1999). A partir daí, a pequena produção mercantil policultora passa a ser substituída pela agricultura comercial, processo esse que foi acelerado pela instalação do transporte ferroviário, que chega a Cruz Alta em 1894 e ao povoado Cruzeiro (hoje município de Santa Rosa) em 1937. A estrada de ferro pôs fim ao isolamento da região, facilitando o comércio e a chegada dos imigrantes.

Esse fato possibilitou o desenvolvimento das relações entre colonos e comerciantes, marcando contudo uma progressiva subordinação dos primeiros aos segundos. A partir desse período, com o grande desenvolvimento capitalista, passam a surgir problemas na agricultura regional os quais conseqüentemente levam a geração de crises de âmbito regional.

A agricultura familiar, o comércio, e a indústria foram as bases da estrutura de produção e da formação de grupos sociais até a década de 1950. Entretanto, o desenvolvimento capitalista requerendo tecnologias, inovação, poder de competitividade, se torna um empecilho ao desenvolvimento das pequenas propriedades. Diante disso, já na mesma década, observa-se o início da crise no modelo regional de desenvolvimento, estruturado no binômio policultura-industrialização.

Nesse período se dá a divisão das propriedades em função da herança, o empobrecimento dos colonos em virtude da transferência do fluxo financeiro para os comerciantes e industriais, o esgotamento da fertilidade dos solos, a falta de investimentos públicos. Ou seja, “a estagnação decorre dos limites estruturais do sistema de produção baseado na pequena propriedade familiar dependente do uso intensivo da mão-de-obra familiar e na fertilidade natural dos solos” (IPD, 2003, p.70).

A resposta a esta crise se deu de forma exógena, através do processo denominado *modernização da agricultura*, ou *revolução verde*, a qual fazia parte do projeto de internacionalização do capitalismo monopolista ditado pelos Estados Unidos, que consistia na

introdução do capital industrial e financeiro na agricultura. A modernização da agricultura consistia na introdução:

- de máquinas e equipamentos;
- uso intensivo de pesticidas e fertilizantes;
- novas técnicas de plantio e manejo do solo;
- colheita e armazenamento da produção. Segundo Brum (1988, p.44) caracterizava um programa

(...) que tinha como objetivo explícito contribuir para o aumento da produção e da produtividade agrícola no mundo, através do desenvolvimento de experiências no campo da genética vegetal para a criação e multiplicação de sementes adequadas às condições dos diferentes solos e climas e resistentes às doenças e pragas, bem como da descoberta e aplicação de técnicas agrícolas ou tratos culturais mais modernos e eficientes. Através dessa imagem humanitária, ocultavam-se, no entanto, poderosos interesses econômicos e políticos ligados à expansão e fortalecimento das grandes corporações a caminho da transnacionalização.

Com a revolução verde, a policultura passa a ser substituída pelas culturas de trigo e soja, voltadas para o mercado de exportação, levando a economia regional a caminhar para uma integração com o mercado internacional. Nesse processo, é marcante a subordinação da agricultura à indústria, principalmente de máquinas e insumos, além da expansão do comércio e dos bancos. No entanto, há uma ação um pouco maior quanto à presença do Estado na região, possibilitando certa inovação tecnológica na produção agrícola regional em três linhas: crédito rural, pesquisa agropecuária, assistência técnica e extensão rural.

Porém, essas políticas em geral foram restritas aos médios e grandes proprietários, o que acabou por gerar um enfraquecimento das pequenas propriedades, tornando-as inviáveis economicamente. Isso, por consequência levou ao aumento do êxodo rural, agravado ainda, pela liberação da mão-de-obra em função da mecanização agrícola e a concentração fundiária (IPD, 2003).

Dentro deste processo, a década de 1960 foi marcada pelo desenvolvimento da industrialização (colheitadeiras, automotrizes, implementos agrícolas), pelo surgimento das agroindústrias, pelo incremento da atividade comercial e financeira, decorrência do desenvolvimento da agricultura a partir da revolução verde. Isso acarretaria, futuramente, uma necessidade de mudança na matriz produtiva, pois o caminhar do processo acabou por gerar a exclusão das pequenas estruturas na agricultura, na indústria e no comércio, que constituíam, e hoje ainda constituem, a base econômica da região. (IPD, 2003).

Na década de 1970, ainda como consequência do desenvolvimento da agricultura, a região destaca-se pela suinocultura, passando esta a tornar-se a principal fonte de renda regional, colocando o noroeste como uma das maiores regiões produtoras do Estado. Entretanto, a crise acentua-se e é mais visível a partir dos anos de 1980.

Nesse período houve um considerável aumento dos custos de produção, e em contrapartida uma diminuição de produtividade. Além disso, houve grande endividamento e empobrecimento dos agricultores, o que acabou intensificando o êxodo rural. Essa situação de certa forma foi agravada pelas monoculturas da soja e do trigo.

Embora tenha havido uma certa diversificação da produção, através da introdução da pecuária leiteira, da piscicultura, da produção de hortifrutigranjeiros e da agroindústria, a situação atual caracteriza-se pelo aprofundamento das dificuldades. A política de estabilização implementada segundo a lógica e o interesse dos fluxos financeiros globalizados demonstra cada vez mais sua profunda incompatibilidade com o setor produtivo. O afastamento do Estado da regulação social e econômica reforça a subordinação da agricultura ao complexo agroindustrial, pois esta não tem condições de competitividade (IPD, 2003, p. 72).

Os anos de 1990 foram marcados pelo aprofundamento das dificuldades, sendo que o Ped (1996), aponta numa visão prospectiva, para o empobrecimento crescente da região e um colapso no modelo agrícola.

A seguir, se tratará da dinâmica da cultura da soja em um espaço onde predomina a agricultura familiar, a exemplo dos Coredes Fronteira Noroeste e Missões, partindo de sua caracterização sócio-econômica.

### 3.1.1 A realidade socio-econômica dos Coredes Fronteira Noroeste e Missões

As duas regiões dos Coredes ora analisadas podem ser consideradas periféricas aos grandes centros industriais e de tomada de decisão do Estado e mesmo do país. O conjunto de dados apresentado a seguir demonstra a perifericidade dos dois Coredes, não apenas quanto a sua localização, mas quanto a situação sócio-econômica. São regiões onde predomina a agricultura familiar voltada ao cultivo da soja, possuindo ainda o espaço urbano estruturado por empresas de pequeno e médio porte, com poucas exceções, sendo que, *a priori*, não é uma região atrativa para grandes investimentos externos.

Para caracterizar a situação socio-econômica, pode-se recorrer ao Idese – Índice de Desenvolvimento Social e Econômico, da Fee. Este índice, que vai de 1 a 10, avalia variáveis como saúde, educação, renda e saneamento/domicílio.

A média estadual é de 0,75, sendo que ambas regiões estão abaixo desta média. A Fronteira Noroeste possui um índice de 0,74, enquanto que a região das Missões apresenta um índice menor, de 0,73. Esta representa 2,9% da população do estado, enquanto aquela 2% (FEE, jan/2005-a)<sup>15</sup>.

Quanto ao PIB total, pode-se observar que em 2002, a Fronteira Noroeste representou 2,4% do PIB do Estado, e as Missões apenas 1,7%. Os valores absolutos podem

---

<sup>15</sup> Dados referentes ao ano de 2003.

ser visualizados na tabela abaixo. Observa-se que as Missões demonstram um percentual maior na população, porém menor quanto ao PIB, o que vai refletir-se também no PIB per capita. Além disso, o crescimento do PIB nos anos analisados foi maior no Estado do que nas regiões. Enquanto o Estado apresentou um aumento de 48,1%, as regiões demonstram um crescimento médio de 43,7%.

**Tabela 02:** PIB total e per capita dos Coredes Fronteira Noroeste, Missões e RS

ANO	Região	F. Noroeste		Missões		RS	
		Total*	Per capita	Total*	Per capita	Total*	Per capita
1998		1.623	6.953	1.348	5.553	70.542	7.063
1999		1.540	6.624	1.219	5.039	75.450	7.478
2000		1.813	7.823	1.509	6.257	85.138	8.357
2001		2.092	9.039	1.617	6.727	94.084	9.144
2002		2.542	10.989	1.742	7.260	104.451	10.045

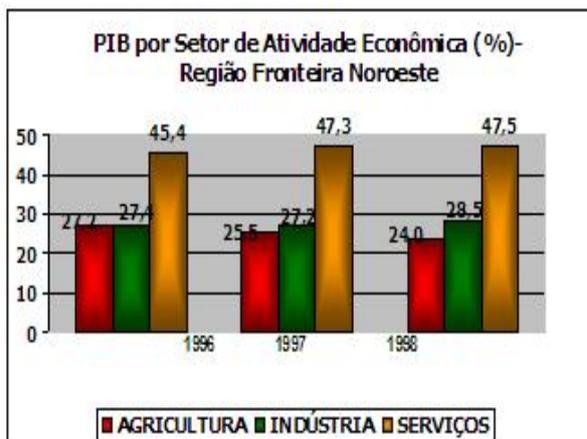
(\*) em milhões.

Fonte: IPD, jan/2005 e FEE, jan/2005-b. Elaborada pela autora.

O PIB per capita, está abaixo da média do estado nas duas regiões, exceto no ano de 2002, quando a Fronteira Noroeste apresenta-se um pouco superior. As Missões apresentam valores mais baixos, sendo que em 2002 a região ficou 28% abaixo da média estadual.

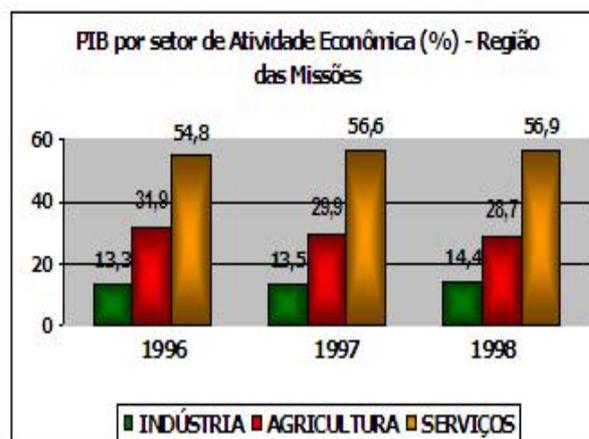
A seguir apresentam-se dois gráficos que buscam demonstrar a participação dos três setores no PIB das regiões. Pode-se observar que apesar da maior participação dos serviços, a agricultura ainda tem papel de destaque nos dois Coredes:

**Gráfico 01:** PIB por Setor de Atividade Econômica (%) no Corede F. Noroeste



Fonte: IPD, jan/2005.  
Elaborado pela autora.

**Gráfico 02:** PIB por Setor de Atividade Econômica (%) no Corede Missões



Fonte: IPD, jan/2005.  
Elaborado pela autora.

Os dados demonstram que na região Fronteira Noroeste a agricultura e a indústria encontram-se num mesmo nível de contribuição, variando entre 24% e 28% de 1996 a 1998. Já nas Missões a agricultura sobrepõe-se a indústria, embora esteja decrescendo, contudo em 1998 ainda representava 28,7% do PIB.

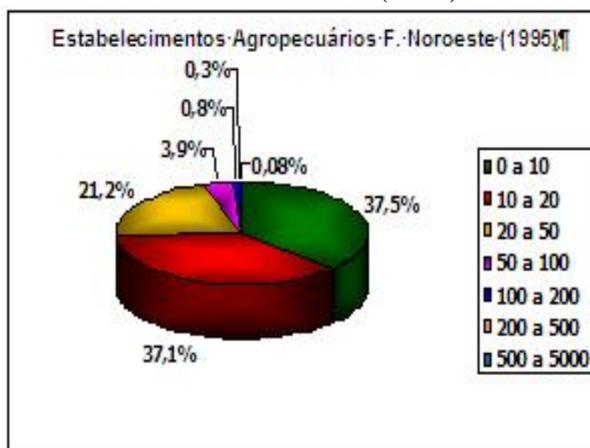
Estes dados obtidos a nível de Estado, embora de 2004, permitem uma comparação. Neste caso, a indústria e os serviços colocam-se lado a lado, contribuindo com 40,6% e 41,4% para o PIB estatal, respectivamente. Já a agricultura tem uma participação menor, sendo esta de 18%. Essa comparação evidencia a importância da agricultura na escala local/regional, principalmente quando relacionada aos dados do Estado. Outro dado que permite demonstrar a importância das atividades rurais nos Coredes é a distribuição da população no campo e na cidade, como segue na tabela a seguir:

**Tabela 03:** População Rural e Urbana - Fronteira Noroeste, Missões, RS (1996-2000)

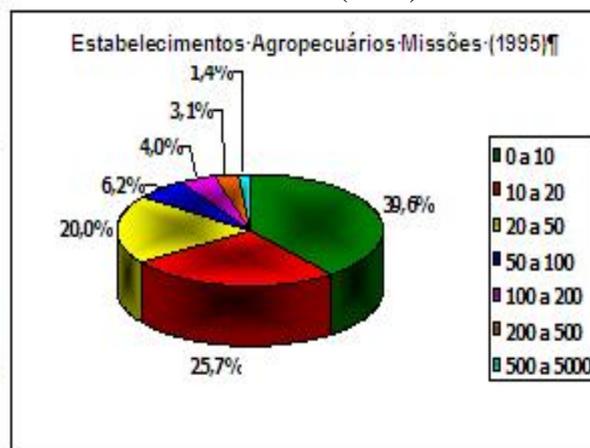
ANO	URBANA (%)			RURAL (%)			TOTAL (hab)		
	F. Noroeste	Missões	RS	F. Noroeste	Missões	RS	F. Noroeste	Missões	RS
1996	57,1%	61,8%	78,7%	42,9%	38,2%	21,3%	235.344	243.641	9.634.688
1997	57,1%	62,0%	79,6%	42,9%	38,0%	20,4%	234.250	243.610	9.879.813
1998	60,1%	63,5%	80,3%	39,9%	36,6%	19,7%	233.426	242.832	9.987.770
1999	59,9%	63,3%	90,8%	40,1%	36,7%	19,1%	232.590	242.037	10.089.899
2000	61,3%	64,0%	81,6%	38,7%	36,0%	18,4%	231.792	241.254	10.187.798

Fonte: IPD, jan/2005 e FEE, jan/2005-b. Elaborada pela autora.

Pode-se observar que a média de população no campo é maior nos dois Coredes do que a nível de estado. Enquanto que nas duas regiões o percentual mais elevado chega a quase 39%, no Estado chega a apenas 21%. Isso demonstra que, um número ainda considerável de pessoas reside no campo, chegando a alcançar mais de 50% em alguns municípios. A predominância de pequenos estabelecimentos rurais certamente tem influência sobre esses valores, como pode ser visualizado a seguir. A partir dos gráficos abaixo pode-se observar que os estabelecimentos agropecuários de até 20 hectares representam 74,6% do total no Corede Fronteira Noroeste e nas Missões 65,3%, ressaltando que o módulo rural é de 25ha.

**Gráfico 03:** Estabelecimentos Agropecuários-Fronteira Noroeste (1995)

Fonte: IPD, jan/2005. Elaborado pela autora.

**Gráfico 04:** Estabelecimentos Agropecuários-Missões (1995)

Fonte: IPD, jan/2005. Elaborado pela autora.

No entanto, mesmo as pequenas propriedades prevalecendo nas duas regiões, a cultura da soja é a que mais se destaca em termos de área cultivada.

### 3.1.2 A agricultura familiar e a territorialidade das relações de poder em torno do cultivo da soja

A cultura da soja foi introduzida no noroeste gaúcho alguns anos após o início da colonização, entre 1915 e 1930, mas consolida-se enquanto atividade voltada ao mercado por volta da década de 1950 como observado anteriormente. Segundo Rotta et al (2002) há uma discordância quanto à origem da introdução da soja nessa região. Alguns pesquisadores acreditam que a oleaginosa tenha sido introduzida pelo pastor luterano Alberto Lehenbauer em 1915, vindo dos Estados Unidos, o qual fixou residência em Santa Rosa. Neste período, sua irmã teria-lhe enviado da Austrália, 2Kg de feijão-soja distribuídos entre os vizinhos. Nessa época a leguminosa tinha por finalidade o trato dos animais passando a ser comercializada apenas alguns anos após.

Já outros estudiosos atribuem a Francisco Seiboth a introdução da cultura na região, o qual teria distribuído sementes a agricultores poloneses, alemães e italianos de Santa Rosa, São Luiz Gonzaga e Guarani das Missões, município este onde ajudou a fundar a Escola Agrônômica de Guarani.

Diante das divergências quanto à data e local exatos da origem do cultivo da soja no Brasil, tem-se como certo o fato de que no noroeste gaúcho terem se iniciado as primeiras experiências de cultivo da soja em escala comercial e com técnicas modernas, tendo Santa Rosa sido uma das referências para a expansão em nível de estado e país (ROTTA et al,

2002). Este município é considerado o berço nacional da soja, local onde se realiza a Feira Nacional da Soja/FENASOJA desde 1966, chegando em 2006 a sua 16ª edição. Portanto, os atores locais/regionais foram pioneiros, quanto à produção da soja em escala comercial, caracterizando naquele período uma atividade inovadora ao nível nacional.

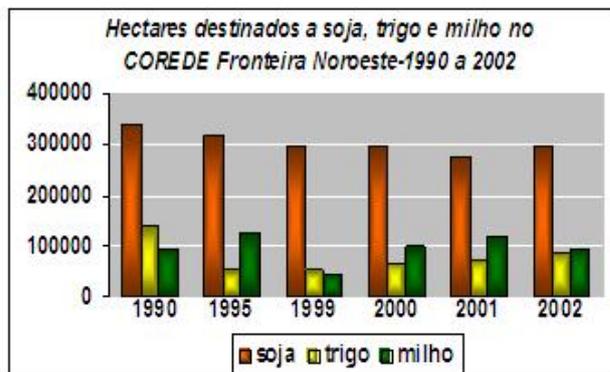
No final dos anos 60, entre os agricultores familiares do Noroeste do Rio Grande do Sul, quando os sistemas de produção característicos da agricultura colonial haviam deixado de responder às condições necessárias à reprodução social desses camponeses, a modernização, materializada no cultivo da soja, fora o caminho encontrado como saída daquela crise (MENASCHE, 1996, p.16).

Entretanto, já a partir dos anos de 1980, são alteradas as condições do crédito rural ao lado da queda da rentabilidade da soja, e nesse período a agricultura familiar percebe sua reprodução social mais uma vez ameaçada. A soja passa a ser apontada, então, como fator de insegurança, que coloca em risco a subsistência da família (MENASCHE, 1996, p.17). É dessa forma que o processo de modernização da agricultura, aliada ao cultivo da soja acabaram excluindo grande parte dos pequenos agricultores das duas regiões, o que é reforçado no trecho abaixo:

A seletividade do processo de modernização da agricultura e as distorções sociais dela decorrentes, como a expulsão de milhares de pequenos agricultores do campo, alteram, sobremaneira, o modo de vida das populações rurais. A partir do “fenômeno soja”, a Região Noroeste do Estado (Alto Uruguai, Missões, Zona da Produção, etc.) foi palco de significativas mudanças na forma de produzir dos colonos. A grande maioria dos pequenos proprietários que não conseguiu incorporar o progresso técnico e adequar-se às economias de escala na produção de soja viu-se forçada a abandonar suas atividades rurais e buscar alternativas para sua reprodução (SCHNEIDER, 1999, p.86-87).

Porém, mesmo que o processo de modernização da agricultura, que culmina com o desenvolvimento da cultura da soja, tenha gerado a exclusão dos pequenos proprietários, o cultivo da oleaginosa é difuso nas duas regiões.

**Gráfico 05:** Hectares destinados aos três principais cultivos - Fronteira Noroeste



Fonte: IPD, mai/2005. Elaborado pela autora.

**Gráfico 06:** Hectares destinados aos três principais cultivos - Missões



Fonte: IPD, mai/2005. Elaborado pela autora.

Embora se observe oscilações durante os anos, o cultivo da soja é muito superior às demais culturas. Dessa maneira, fica claro o destaque desta oleaginosa na agricultura regional, mesmo encontrando dificuldades em viabilizar-se nas pequenas propriedades, as quais representam cerca de 70% do total dos dois Coredes. Vale mencionar ainda que grande parte destas pequenas propriedades, não são mecanizáveis em toda sua extensão em função do relevo ondulado. Assim, não é incomum encontrar agricultores plantando e colhendo soja manualmente ou com máquinas rústicas, como por exemplo, as trilhadeiras. Segundo Brum (2002, p.142),

a soja continua sendo o motor econômico regional, porém, não permite a sobrevivência das pequenas e médias propriedades rurais quando vista isoladamente. Os altos custos de produção, a estagnação na baixa dos preços internacionais da oleaginosa, e a incapacidade destes produtores em assimilarem novas técnicas de comercialização, os obriga a modificarem seu sistema de produção.

Os dados apresentados até o momento evidenciam o predomínio tanto da agricultura familiar quanto da soja na escala local/regional. Levar-se tal fato em consideração se torna de extrema importância quando se trata de políticas públicas aplicadas a regiões como a destes

Coredes e mesmo quando se pensa a promoção do desenvolvimento territorial desencadeado por atores locais/regionais.

Ainda segundo Brum, “diante das atuais condições internacionais em que se encontra o mercado da soja, onde o comportamento da oferta define os preços, em detrimento da demanda, regiões produtoras de soja como a do Noroeste gaúcho, cuja base produtiva é o minifúndio, ficam relativamente comprometidas” (2002, p.51). “Na medida em que estas [as pequenas propriedades rurais] não alcançam sobras suficientes, por falta de escala, tanto horizontal (área) quanto vertical (produtividade), a exclusão das mesmas se acelera, agravando a realidade econômica da região” (2002, p.111).

Diante da realidade de um território periférico, onde a agricultura que se dá em grande parte em pequenas propriedades e, da mesma forma, possuindo um espaço urbano sustentado por pequenas e médias empresas, entende-se que um processo de desenvolvimento territorial local/regional torna-se possível na medida em que os atores locais/regionais desencadeiem atividades com características de inovações territoriais coletivas e sob relativa densidade institucional, sempre no intuito de potencializar suas especificidades.

Os atores dos Coredes Fronteira Noroeste e Missões, em diferentes momentos de sua história, desenvolveram ações e atividades coletivas e inovadoras, dando respostas criativas aos problemas e obstáculos que surgiam, podendo-se citar como experiência mais significativa quanto a densidade institucional e da inovação territorial coletiva, o caso da Coopercana, que será abordado posteriormente. A seguir, serão apresentados alguns exemplos de como, ao longo da história desta região pode-se observar uma articulação/mobilização dos atores locais/regionais em torno de soluções para suas demandas.

### **3.2 Indícios de inovação territorial coletiva e de densidade institucional ao longo da história dos Coredes Fronteira Noroeste e Missões**

Voltando-se a década de 1950, diante do início de uma crise da pequena produção mercantil policultora, os atores locais/regionais vêm na Revolução Verde a solução para seus problemas. Assim, a resposta a essa crise se deu de forma exógena, adotando-se, de forma passiva, o projeto de internacionalização do capitalismo monopolista ditado pelos Estados Unidos, dando início à modernização da agricultura, a um momento de prosperidade, seguido de um momento de crise, o qual, de certa forma se estende até os dias atuais, conforme o exposto acima.

A partir deste processo, como um dos primeiros momentos de organização dos atores locais/regionais em torno de suas demandas pode ser a Operação Tatu, desenvolvida em Santa Rosa na segunda metade da década de 1960. De acordo com o IPD,

Sendo o esgotamento dos solos uma das causas da diminuição da produtividade do milho, elaborou-se um programa de recuperação dos mesmos mediante o uso generalizado de calcário e fertilizantes. Esse programa foi coordenado pela Prefeitura e pela Associação Rural de Santa Rosa, ASCAR, UFRGS, Secretaria Estadual da Agricultura e Ministério da Agricultura. Cabe lembrar que neste momento estava em desenvolvimento um convênio entre a UFRGS e a United States Agency for International Development (USAID) com a participação da Universidade Americana de Wisconsin, que permitiu o aporte tecnológico para a operacionalização do programa de recuperação dos solos (IPD, 2003).

Mesmo este programa estando dentro das linhas da revolução verde e ser um programa exógeno, o mesmo é executado na região através da organização dos atores locais/regionais. O trecho acima demonstra relativa densidade de atores locais/regionais buscando interagir com atores das demais escalas em torno de uma resposta a esta demanda. O programa é implementado pela primeira vez nesta região, passando posteriormente a ser reproduzido em outras regiões do Estado (DALLABRIDA; BÜTTENBENDER, 2003).

Com a revolução verde, a agricultura passa a necessitar de novas máquinas e novos equipamentos exigidos pelas monoculturas soja/trigo. Este foi um período que levou os atores locais/regionais novamente a buscar respostas locais as suas demandas, num processo coletivo, com relativo grau de protagonismo e de inovação.

Foram fundadas e estruturadas indústrias de máquinas trilhadeiras, até chegarem a produção de colheitadeiras automotrizes. Em 1947 a Empresa Schneider e Logemann, de Horizontina, construiu a sua primeira trilhadeira. Já em 1965, através da mesma empresa, a região fabricou, de forma pioneira, a primeira colheitadeira automotriz produzida no Brasil. Em 1969, a Ideal Indústria de Máquinas Agrícolas, de Santa Rosa, também produz a sua primeira Colheitadeira Automotriz (BÜTTENBENDER, 2001, In: DALLABRIDA; BÜTTENBENDER, 2003).

Concomitante a isso, a região torna-se grande produtora de suínos. Até a década de 1950, toda a produção era transportada para outras regiões do Estado, bem como para São Paulo, comercializada aos frigoríficos. No entanto, com o aumento da produção, isso torna-se inviável em razão dos custos de transporte, da longa distância em função de ser uma carga viva, além da necessidade de agregar-se valor à produção. Isso leva a um momento marcante de mobilização dos atores locais/regionais em torno da solução desta demanda regional. Produtores e lideranças passam a pensar em possíveis soluções:

Foi avaliada, inicialmente, a possibilidade de atrair a filial de um frigorífico para Santa Rosa. Porém, a perspectiva de compor estruturas próprias para a industrialização de suínos, levou um grupo de produtores e empresários locais a constituir um frigorífico próprio. No dia 11 de março de 1956, numa reunião da Associação Comercial de Santa Rosa, foi decidido pela criação de um frigorífico em Santa Rosa, com capital local. No dia 12 de outubro de 1957 aconteceu o primeiro abate de suínos e iniciavam-se as atividades do Frigorífico Santarosense, constituído de 170 associados, entre empresários, profissionais liberais e agricultores. (DALLABRIDA; BÜTTENBENDER, 2003).

Percebe-se nesse momento a formação de uma densidade institucional em torno de suprir uma demanda local/regional. Outro momento que pode ser citado foi a mobilização dos atores visando à instalação de uma instituição de ensino superior na região. Assim em 1970 se dá a implantação da Faculdade de Educação pelos Padres Salesianos, no Município de Santa

Rosa, sendo que em 1973, o Ministério da Educação reconhece a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Dom Bosco. Além disso, atualmente há um número considerável de universidades regionais em diferentes municípios da região: Unijuí e Fema em Santa Rosa, Setrem em Três de Maio, Fabor em Horizontina, Uri e Iesa em Santo Ângelo.

Outro momento de forte organização e mobilização dos atores locais/regionais se deu na década de 1980. Esta, não foi uma “década perdida” para os movimentos sociais na região destes Coredes, mas sim um período de formação de lideranças, as quais a partir desta época passam a atuar ativamente nas diferentes instituições/organizações da região.

Segundo um dirigente sindical “... a primeira grande mobilização na região foi contra o confisco da soja, isso mexeu diretamente com o bolso dos colonos...” (MENASCHE, 1996, p. 18). Na década de 1970, os anos de 1975, 1976, 1977 e 1979 foram de frustrações na cultura do trigo e em 1978 e 1979 o mesmo ocorre com a soja, consequência de intempéries climáticas. Aliado a isso estava a instabilidade do preço da oleaginosa.

Já no ano de 1980, diante da perspectiva da alta produtividade da soja, aliada a um alto preço, o governo estabelece um imposto de exportação, que se tornou conhecido como “o confisco da soja”. “O imposto foi fixado em 13% sobre a tonelada exportada de soja em grão, 5% sobre a de farelo e 28% sobre a de óleo (BRUNET; HACKBART, 1990: 9 apud MENASCHE, 1996, p.19).

A organização pelo fim do imposto de exportação iniciou no município de Ijuí, Corede Noroeste Colonial, em 21 de março de 1980, com a realização com a participação de 50 dirigentes sindicais além de cerca de dez mil produtores de soja do noroeste. Nesta reunião,



**Foto 01:** Trancamento da rua de acesso ao porto internacional de Porto Xavier, década de 80.

**Fonte:** ASTRF.

marcou-se para o dia 31 de março o “Dia do Protesto”. As mobilizações chegaram a envolver 700 mil pessoas de cerca de 100 municípios das regiões sojicultoras do Rio Grande do Sul (MENASCHE, 1996). O noroeste gaúcho participou ativamente dos protestos que contaram com passeatas, máquinas agrícolas nas ruas das cidades, trancamento de rodovias e uma mobilização tanto de agricultores familiares quanto grandes sojicultores.

No entanto, a mobilização dos agricultores familiares enquanto categoria se acentua em 1987 diante do plano do governo federal “Cruzado II”, onde, entre outras medidas, era descongelada a OTN, que regulava os contratos de crédito rural. Entre fevereiro e março de 1987 a OTN deu um salto de 70%, sendo que os preços dos produtos agrícolas e a taxa de câmbio continuavam congelados. (MENASCHE, 1996).

Após ampla mobilização local dos STRs ligados a Cut, a 16 de março de 1987, em reunião da Secretaria Rural da Cut/RS, a qual reuniu as Secretarias Rurais das regionais da Cut Missões, Alto Uruguai e Planalto, elaborou-se uma pauta de reivindicações e um plano de lutas que seriam apresentados como proposta desta organização para o conjunto do movimento sindical rural gaúcho na Assembléia da Fetag, que se realizaria no dia seguinte. Durante esta assembléia, realizada em Porto Alegre, os 400 representantes dos pequenos agricultores decidiram pelo bloqueio aos bancos e rodovias, por tempo indeterminado, a partir de 30 de março, como forma de pressionar o governo para que atendesse as reivindicações do setor agrícola.

A proposta denominada “Por Uma Nova Política Agrícola”, tinha como eixo central a diferenciação entre pequenos, médios e grandes agricultores. Exigia-se o cumprimento do Plano Nacional de Reforma Agrária, reivindicavam-se preços mínimos, seguro agrícola, assistência técnica, aposentadoria, assistência médica e hospitalar, reconhecimento da profissão de trabalhadora rural e educação rural, posicionamentos referentes ao valor do salário mínimo, não pagamento da dívida externa e a não privatização do sistema financeiro

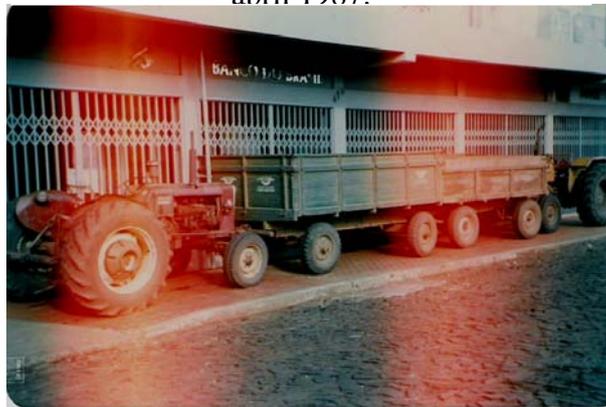
(Documento da CUT, março/87. In: MENASCHE, 1996). Com as mobilizações de março e abril, os pequenos agricultores conquistaram a isenção da correção monetária para empréstimos de valor até Cz\$ 200.000,00. Segundo a mesma autora essa luta se diferencia das ocorridas até então por ter sido assumida como apenas dos pequenos agricultores, por ter marcado a intervenção da Cut no sindicalismo rural estadual e por ter sido marcada pela repressão, efetivada pelo Exército e pela Brigada Militar, como demonstram as fotos abaixo:

**Foto 02:** Presença da Brigada Militar no protesto dos agricultores familiares em Porto Xavier, abril 1987.



Fonte: ASTRF.

**Foto 03:** Protesto dos agricultores familiares em frente ao Banco do Brasil, Porto Xavier, abril 1987.



Fonte: ASTRF.

É a partir dos anos de 1980 que se volta a discutir a diversificação da produção ao lado da produção para subsistência, enfatizando que as culturas do trigo e soja inviabilizam as pequenas propriedades. Nesta época era possível encontrar-se faixas com o seguinte dizer: “plante e coma, se não o governo toma” (MENASCHE, 1996). A retomada dessa questão junto à busca por alternativas à agricultura familiar na escala local/regional pode ser observada no depoimento do secretário e ex-presidente da Coopercana ao tratar do processo de constituição da Cooperativa:

Esse processo iniciou em 87 com o movimento sindical, quando se começa a protestar junto a queda da correção monetária e a gente entendia que tinha que procurar alternativas, porque a soja tava indo pra um vínculo sem saídas, principalmente pra questão da agricultura familiar, nós aqui, numa articulação bastante grande em função da própria questão geográfica [distância dos grandes

centros], enfim, e poucas alternativas, levam o movimento sindical a discutir alternativas (ago/05).

Ao lado da luta pela queda da correção monetária, os atores locais/regionais passam a se mobilizar contra o projeto de construção de barragens no rio Uruguai. O MAB possuía divergências internas quanto aos atingidos diretos e indiretos pelas barragens. Isso fez com que na escala local/regional um grupo de lideranças se organizasse para buscar alternativas e assessorar os agricultores numa tentativa de desenvolver projetos com recursos obtidos de ONGs. Começa a se destacar um grupo de lideranças ligados aos 4 STRs das Missões: Porto Xavier, Porto Lucena, Pirapó e Dezesseis de Novembro. Além da luta contra as barragens, este movimento girava em torno de discussões sobre a mudança do caráter assistencialista dos STRs, voltando-os a reivindicações quanto a políticas agrícolas, aposentadoria, alternativas à monocultura, dependência tecnológica e alternativas de comercialização. As fotografias abaixo retratam mobilizações do movimento contra as barragens:

**Foto 04:** Mobilização dos agricultores contra a construção de barragens no rio Uruguai. Porto Xavier. anos 80



Fonte: ASTRF.

**Foto 05:** Encontro Binacional dos Atingidos por Barragens, San Javier, Argentina, anos 80



Fonte: ASTRF.

Enfim, pode-se dizer que as mobilizações que ocorreram no ano de 1980, desde o confisco da soja, passando pela luta da queda da correção monetária e pelo movimento contra as barragens, foram um marco para a organização dos atores locais/regionais que objetivavam

responder às demandas que surgiam, formando uma densidade de atores em torno das mesmas. Segundo a Arede “a região na década de 1980 teve um ganho em termos de organização e movimento social” (out, 2005).

Outro exemplo mais recente, é o Fórum Regional de Desenvolvimento. Este partiu de uma proposta da Universidade local, que formou uma comissão de 27 representantes de organizações (instituições de Ensino Superior, associações empresariais e de trabalhadores, o Poder Público, etc.), que desde novembro de 2000 discutiram a organização do Seminário de Desenvolvimento Regional, realizado no dia 20 de abril de 2001. O mesmo contou com mais de 700 participantes (lideranças, população em geral, especialistas no assunto, atores públicos e privados, individuais e coletivos), discutindo questões sobre o desenvolvimento da região. Posteriormente constituíram-se cinco comitês de trabalho, estruturados com base no que foi levantado no Seminário, sendo eles: (1) incentivo ao empreendedorismo; (2) fomento de práticas agroecológicas; (3) fortalecimento do ensino técnico; (4) democratização do acesso ao ensino superior e (5) apoio às agroindústrias familiares.

Os comitês, da mesma forma, procuraram representar o maior número de segmentos da sociedade regional, com a participação de diferentes entidades e municípios, a fim de viabilizar pequenos projetos a serem desenvolvidos, com o principal intuito de realizar-se um processo de “aprender a trabalhar coletivamente”, desenvolvendo um capital social, ou na linguagem ora adotada, formar-se uma densidade institucional e, à medida do desenrolar do processo, produzir, coletivamente, maiores reflexos na região:

Foi proposto aos atores regionais um processo de “aprender a aprender” coletivamente e, com isso, contribuir para a mudança das idéias pré-concebidas sobre a natureza do desenvolvimento e os instrumentos para sua promoção. Propôs-se, através do consenso, aprender a tolerar soluções abaixo do nível ótimo e aprender a conviver com divergências ideológicas, partidárias e outras. O objetivo principal desta proposta metodológica foi a promoção de uma prática grupal de planejamento, para diagnosticar problemas/limitações e potencialidades, definir prioridades, elaborar e implementar projetos, visando a superação de problemas locais, através da

otimização de recursos e instrumentalização pela gestão em rede (DALLABRIDA; BÜTTENBENDER, 2003).

Mais uma mostra da organização dos atores locais em torno de suas demandas são as rádios comunitárias. Nos dois Coredes há pelo menos 12<sup>16</sup> associadas a Abraço – Associação Brasileira de Rádios Comunitárias. Estas são constituídas a partir de uma associação de pessoas físicas, não possuindo fins lucrativos. Elas surgem como um canal de comunicação alternativo, mais acessível economicamente à população local. A Abraço foi constituída principalmente para agregar forças no sentido da legalização destas estações de rádio.

É necessário tratar-se ainda do cooperativismo. Esta é uma prática comum no recorte regional em questão, sendo uma constante ao longo dos anos, o que acaba caracterizando mais um potencial, ou um capital do território, com será apresentado a seguir:

### 3.2.1 Cooperativismo: um capital do território?

De acordo com a Rede Dlis (2005), a densidade institucional também se refere ao associativismo e a aspectos de fortalecimento da sociedade civil. Assim, a intensa presença de cooperativas de diferentes tipos na região em questão, pode ser considerada uma consequência do capital social existente no norte gaúcho (BANDEIRA, 2003) e resultado da densidade institucional que se forma em torno da criação das cooperativas. A tabela 04 apresentada a seguir, traz as principais cooperativas presentes nos dois Coredes junto aos municípios nos quais possuem unidades.

---

<sup>16</sup> Há rádios comunitárias nos municípios de: Alecrim, Alegria, Boa Vista do Buricá, Dr. Maurício Cardoso, Giruá, Horizontina, Independência, Novo Machado, São José do Inhacorá, Tuparendi - no Corede Fronteira Noroeste - e Porto Xavier e Roque Gonzáles – no Corede Missões.

**Tabela 04:** Principais cooperativas localizadas nos Coredes Fronteira Noroeste e Missões

<b>COOPERATIVA</b>	<b>UNIDADES EM</b>	<b>TIPO</b>
<b>CRE\$OL</b>	Porto Xavier, Santo Cristo e postos em Porto Lucena, Guarani das Missões e Cerro Largo*	<b>Crédito</b>
<b>SICREDI</b>	Bossoroca, Caibaté, Cerro Largo, Dezesseis de Novembro, Entre Ijuis, Eugenio de Castro, Guarani das Missões, Porto Xavier, Roque Gonzáles, Salvador das Missões, Santo Ângelo, Santo Antônio das Missões, São Luiz Gonzaga, São Miguel das Missões, São Nicolau, São Paulo das Missões, São Pedro do Butiá, Vitória das Missões Alecrim, Alegria, Boa Vista do Buricá, Campina das Missões, Cândido Godói, Doutor Maurício Cardoso, Giruá, Horizontina, Independência, Nova Candelária, Novo Machado, Porto Lucena, Porto Mauá, Santa Rosa, Santo Cristo, São José do Inhacorá, Senador Salgado Filho, Três de Maio, Tucunduva e Tuparendi.*	
<b>CERMISSÕES</b>	Caibaté, Bossoroca, Cerro Largo, Guarani das Missões, Roque Gonzáles, Santo Ângelo, São Luiz Gonzaga, São Paulo das Missões, Porto Xavier, Santo Antônio das Missões, São Nicolau, Eugênio de Castro, Entre Ijuís, São Miguel das Missões, Dezesseis de Novembro, Pirapó, Jóia, Vitória das Missões, Salvador das Missões, São Pedro do Butiá, Porto Lucena, Rolador, Mato Queimado, Capão do Cipó, Catuípe e Garruchos	<b>Eletrificação rural</b>
<b>COOPERLUZ</b>	Santa Rosa, Santo Cristo, Alecrim, Porto Vera Cruz, Porto Lucena, Campina das Missões, Cândido Godói, Giruá, Senador Salgado Filho, Ubiretama e Sete de Setembro.	
<b>CERTHIL</b>	Três de Maio, Tucunduva, Tuparendi, Horizontina, Alegria, Porto Mauá, São Martinho, Dr. Mauricio Cardoso, Novo Machado, Independência, São José do Inhacorá.	
<b>COTRIROSA</b>	Santa Rosa, Santo Cristo, Campina das Missões, Cândido Godói, Porto Lucena, Porto Mauá, São José do Mauá, Tuparendi, Tucunduva, Novo Machado, Ubiretama, Giruá.	<b>Tritícola ou mista**</b>
<b>COOPERMIL</b>	Santa Rosa, Santo Cristo, Tuparendi, Tucunduva, Giruá	
<b>COTRIMAIO</b>	Três de Maio, Alegria, Boa Vista do Buricá, Crissiumal, Cruz Alta, Dr. Maurício Cardoso, Horizontina, Fortaleza dos Valos, Humaitá, Pejuçara, São José do Inhacorá, Sede Nova, Tiradentes do Sul, Três Capões.	

<b>COTRISA</b>	Santo Ângelo, São Paulo das Missões, Roque Gonzáles, São Pedro do Butiá, Cerro Largo, Guarani das Missões, Mato Queimado, Caibaté, Vitória das Missões, Catuípe, Entre Ijuís, Eugênio de Castro, Jóia, São Miguel das Missões.	
<b>COOPATRIGO</b>	São Luiz Gonzaga, Santo Antônio das Missões, Rolador, Bossoroca, São Nicolau, Pirapó, XVI de Novembro, Guarruchos, Roque Gonzáles, São Luiz Gonzaga.	
<b>COMTUL</b>	Tucunduva	
<b>COOPLEC***</b>	Eugênio de Castro	<b>Agricultura familiar</b>
<b>COOPASC***</b>	Santo Cristo	
<b>COOPRAL***</b>	Alecrim	
<b>COOPERAÉ***</b>	Cândido Godói	
<b>COOPERTEREZA***</b>	Campina das Missões	
<b>COOPLEITE***</b>	Salvador das Missões	
<b>COOPERBUTIÁ***</b>	São Pedro do Butiá	
<b>COOPERFORT</b>	Horizontina	<b>Mulheres trabalhadoras urbanas</b>
<b>COOPERUNIÃO</b>	Santo Ângelo	
<b>COOPERCRIATIVA</b>	Santo Cristo	
<b>ECOS DO VERDE</b>	Santo Ângelo, Giruá, Santa Rosa, São Luiz Gonzaga	<b>Reciclagem</b>

<b>COOPERCIL</b>	Porto Xavier	
<b>COOPERCULTURA</b>	Três de Maio****	<b>Comunicação</b>
<b>UNIODONTO</b>	Boa Vista do Buricá, Cruz Alta, Horizontina, Roque Gonzáles, Santa Rosa, Santo Ângelo, São Luiz Gonzaga, São Paulo das Missões, Três de Maio	<b>Saúde</b>
<b>UNIMED</b>	Santo Ângelo, Santa Rosa e Três de Maio	

**Fonte:** *sites* das cooperativas citadas; Puhl (2005, inédito)<sup>17</sup>.

\*Estão citadas apenas as unidades dos Coredes Fronteira Noroeste e Missões.

\*\* Também denominadas cooperativas empresariais (ver FRANTZ, 1982 e Duarte, 1986)

\*\*\* Cooperativas que compõem a CRECAF. Além destas, estão em fase de inclusão COOPOVEC de Porto Vera Cruz; COOPACEL de Cerro Largo; COOPAX de Porto Xavier e COGUARANI de Guarani das Missões.

\*\*\*\*Edita o COOPERJORNAL, jornal semanal que circula nos municípios de Alegria, Boa Vista do Buricá, Campina das Missões, Candido Godói, Crissiumal, Dr. Maurício Cardoso, Giruá, Horizontina, Humaitá, Independência, Nova Candelária, Novo Machado, Santa Rosa, Santo Cristo, São José do Inhacorá, São Martinho, Sede Nova, Tiradentes do Sul, Três de Maio, Três Passos, Tucunduva, Tuparendi e Porto Mauá.

---

<sup>17</sup> Além dos *sites* das cooperativas, contou-se com a ajuda do mestrando Mário Puhl (UNIJUÍ) o qual desenvolve sua pesquisa em torno do cooperativismo.

Pela tabela é possível observar que há um número considerável de cooperativas nos dois Coredes, sendo que aquelas voltadas à agricultura se destacam das demais pelo número de unidades. Isso deixa evidente que o cooperativismo é uma prática constante na escala local/regional, podendo ser considerado um potencial deste território. A formação de cooperativas agrícolas é outro exemplo do *continuum* rural-urbano, sendo que estas organizações de agricultores, localizadas no espaço urbano, são criadas justamente para manter relações mais benéficas com os atores deste espaço. Este é mais um argumento acerca da importância de se analisar o rural sob o ponto de vista territorial, levando em consideração as relações que este estabelece.

A organização de uma cooperativa pode ser compreendida como uma resposta dos atores locais/regionais aos entraves oriundos do meio técnico-científico-informacional. Segundo Panzutti (2002, p.07) a cooperativa é uma forma específica de organização da sociedade civil que, segundo a Teoria de Münster<sup>18</sup>

(...) não exclui o interesse pessoal, nem a concorrência (tal como afirmam outras teorias cooperativistas); ao contrário, permitem aos fracos desenvolverem-se dentro da economia competitiva. Além disso, os associados buscam satisfazer seus interesses pessoais através de cooperativas quando verificam que a ação solidária é mais vantajosa que a ação individual.

Bialoskorski Neto (2002), ao tratar especificamente de cooperativas agropecuárias, afirma que estas “se apresentam como organizações capazes de atuar em mercados sem ter de discriminar pequenos produtores rurais”, podendo essa razão explicar o grande número de cooperativas agrícolas na região, sendo que há predominância de pequenos agricultores. Além disso, desde o início do processo de colonização, a cooperação e a ajuda mútua se faziam necessários para que os colonos conseguissem desbravar a mata nativa e se estabelecer, como traz Büttgenbender:

O trabalho coletivo já caracterizava a organização destas colônias, seja na organização social, como econômica. Nestes espaços eram colocados em comum as diferentes experiências, o trabalho cooperativo, a motivação e outros. Eram também desenvolvidas práticas de cooperação nas derrubadas de matas, na produção, no crédito, na armazenagem,

---

<sup>18</sup> Teoria desenvolvida por professores do Instituto de Cooperativismo da Universidade de Münster na Alemanha.

e até na comercialização. A exemplo desta prática, a educação era, inicialmente, auto-sustentada pelas próprias comunidades, com vistas à preservação do patrimônio cultural e à preparação dos indivíduos para o trabalho (1995, p.118).

Segundo Bialoskorki Neto (2001) o marco fundamental do cooperativismo moderno foi a criação da *Rochdale Society of Equitable Pionneers*, (Sociedade dos Justos Pioneiros de Rochdale) na Inglaterra em 1844, uma cooperativa de consumo organizada por tecelões de Rochdale. No Brasil a primeira cooperativa a surgir, também foi de consumo, a qual fora criada em Limeira, São Paulo no ano de 1891 (SCHNEIDER; KONZEN, 2001).

Já no Rio Grande do Sul, conforme Schneider e Konzen (2001) a primeira cooperativa, *Società Cooperativa delle Convezione Agricoli Industriali*, é criada em 1892 por Vicente Monteggia em Alfredo Chaves (hoje Veranópolis) e Antônio Prado com 700 associados. Esta foi também a primeira cooperativa agropecuária do Brasil. Contribuiu para a gênese do cooperativismo no Estado, o início do processo de industrialização e a chegada dos imigrantes, que já conheciam a experiência cooperativa. Estes imigrantes passam a constituir uniões de operários, associações e sindicatos.

Entretanto, o cooperativismo passa a se desenvolver sob o pioneirismo do Pe. Theodor Amstad (1902 a 1938), promovendo o desenvolvimento das cooperativas de crédito e Giuseppe Stefano Paternó (1911 a 1913) multiplicando as cooperativas agropecuárias. Quanto as de crédito, as caixas rurais, somavam 63 até 1966, todas resultado do trabalho do Pe. Amstad. Já as agropecuárias prosperaram até 1913 passando por um período de estagnação até por volta de 1930.

Em 1928/29, ressurgia o cooperativismo, novamente como uma reação dos pequenos produtores coloniais às condições de descapitalização e aos problemas que vinham enfrentando, agravados pelas transformações e as crises do capitalismo daquela época. (...) O Estado não só estimulou a criação de cooperativas de produtores rurais, de crédito e de consumo, mas também, por meio de Departamentos de Assistência ao Cooperativismo – DCAs, as acompanharia de perto, fiscalizando-as, e até intervindo, quando se tratava de sanear-las (SCHNEIDER; KONZEN 2001, p.20).

Vale considerar que o Estado foi um ator importante no desenvolvimento do cooperativismo mas, por outro lado, as cooperativas acabaram dependendo significativamente do governo, estabelecendo-se por vezes, uma relação de subordinação com o Poder Público (Duarte, 1986).

Este foi o período do surgimento, tanto no estado quanto no noroeste gaúcho, de pequenas e médias cooperativas, denominadas “cooperativas agrícolas mistas”, pouco especializadas que contavam com a administração do gerente geral, responsável por todas as decisões dentro destas. Na região, era comum encontrar-se nas localidades do interior dos municípios, um centro que possuía uma igreja, uma escola, um clube de festas e uma pequena cooperativa. Até o ano de 1960 havia no Estado 1.127 cooperativas (de produtores rurais, de consumo e de crédito) sendo o Rio Grande do Sul e São Paulo os estados que mais se destacavam em número de cooperativas (SCHNEIDER; KONZEN, 2001).

Já a partir da segunda metade da década de 1960 estendendo-se até o final dos anos de 1980 surge uma nova fase no cooperativismo no país. A modernização da agricultura leva o cooperativismo a assumir uma dinâmica de intermediação comercial e de industrialização da produção dos associados baseado no binômio trigo/soja, momento em que as grandes cooperativas tritícolas se consolidam com base em políticas definidas pelo Estado. Neste período também é crescente o processo de incorporação das pequenas cooperativas mistas pelas tritícolas, sendo que contribuía para isso o fato das mistas não serem beneficiadas por recursos oficiais e subsidiados, restritos às tritícolas. Estes recursos possuíam três destinos: (1) cobrir custos de assistência técnica; (2) de armazenagem e (3) repasse aos associados, razão do prefixo “tri” destas cooperativas. Nesse período,

(...) o número de cooperativas agrícolas passou a diminuir, porém não se reduziu o número total de agricultores associados a cooperativas. Passava-se de uma produção familiar diversificada para a empresarial, ainda familiar, mas concentrando-se no binômio trigo e soja, dentro de um processo de tecnificação bioquímica e mecânica (SCHNEIDER; KONZEN, 2001, p.27).

Segundo Büttgenbender (1995, p.119) “nesse período, os produtores cooperados nas cooperativas estavam mais a serviço da reprodução das políticas oficiais e viciadas na geração dos recursos subsidiados, do que da geração de formas alternativas de organização, para o seu autofortalecimento” Com o decorrer dos anos, as cooperativas tritícolas passam a assumir um caráter mais empresarial, buscando o crescimento e ampliação de sua estrutura, além de participar de todas as fases do processo de produção (insumos, produção/cultivo, processamento, industrialização e comercialização).

A expansão do cooperativismo empresarial levou a um distanciamento do associado em relação à estrutura de poder, tornando freqüente expressões como “a cooperativa ficou rica e o associado continua pobre” ou “a cooperativa cresce e o associado continua na mesma” (SCHNEIDER; KONZEN, 2001). Ou seja, “grande parte das cooperativas passou a priorizar seus interesses empresariais, o que afetou negativamente os produtores-associados à medida que os afastou de sua cooperativa, desestimulando sua participação ativa...” (EW, 2001, p.100). Esforços para mudar essa situação foram feitos criando-se, por exemplo, departamentos de educação e comunicação. Porém, ainda hoje observa-se que esse distanciamento permanece no caso das cooperativas tritícolas ou empresariais. Quando associados e dirigentes da Coopercana são questionados a respeito de possíveis diferenças entre esta e as cooperativas tritícolas das quais também são associados estes afirmam:

Bom, o que a gente notava no tempo do meu pai, (...) que raramente saia uma reunião pra saber qual era o lucro, o que eles tiravam. Hoje eu acredito que eles fazem no máximo uma reunião por ano, pra falar quanto rende, se tá valendo a pena ter as filiais no lugar (Associada da COOPERCANA, ago/05).

Segundo Duarte (1986, p.48), “a prática do cooperativismo empresarial relega o papel do cooperativado (principalmente os pequenos produtores) à sua função de usuário, eliminando o seu

papel de dono”. Esse distanciamento da direção da cooperativa com o associado, já observado no depoimento acima é reforçado pelo trecho abaixo:

As grandes cooperativas elas usam o nome [cooperativas], elas estão disfarçadas de cooperativas, mas na verdade são empresas (Presidente da Coopercana, out/05)

Por sua vez, a Coopercana, possui ainda como foco central, o fortalecimento do associado e não o crescimento empresarial da cooperativa. É certo que qualquer cooperativa deve ter a racionalidade e eficiência de qualquer empresa, porém, conforme demonstra a entrevista que segue, isso não deve prejudicar o associado:

A Cooperativa aqui ela tem uma visão assim, de almejar (...) uma solidez tanto financeira e estruturar, honrar os nossos compromissos que a gente fez, mas a gente não almeja formatar uma grande estrutura, apesar do porte ser considerado grande ao nível de industrialização de cana-de-açúcar pro Estado. Mas a nossa intenção não é essa e sim, nós tentar cada vez mais melhorar a qualidade de vida do associado, que o associado tenha resultado, não a entidade jurídica Coopercana. Se ela quisesse ter isso aí, claro ela ia ter que acabar tendo que sacrificar (...) algum ramo de sua estrutura, fatalmente isso aí pode ser que ia bater sobre o associado. Nossa intenção é bem outra, é fortalecer o associado, formar uma estrutura organizacional onde ela possa, se trabalhar tranquilamente e a partir daí ela possa fortalecer o associado, não que ela tenha um superávit grande e o associado lá na ponta estar sendo explorado (Engenheiro Agrônomo da Coopercana, ago/05).

Nesse sentido, Duarte corrobora com o trecho acima. A autora afirma que as cooperativas tritícolas ou empresariais,

ao optar por um crescimento empresarial que, na maioria das vezes, afasta o associados do poder decisório, inviabilizando o princípio da participação efetiva e do controle democrático da organização por parte dos mesmos, as cooperativas tendem a se descaracterizar como tais, em que os associados são ao mesmo tempo donos e usuários, deixa de se efetivar em sua plenitude (DUARTE, 1986, p.87).

O crescimento empresarial das cooperativas tem por conseqüência o aumento no número de associados. Isso acaba gerando um distanciamento do associado com a direção da cooperativa. Para evitar isso, a Coopercana, que caracteriza uma pequena cooperativa se comparada às tritícolas, possui seus associados organizados em 11 núcleos de base. O número reduzido de cooperados aliado à estrutura dos núcleos, permite uma relação direta entre diretoria e associados:

O que a gente percebe, (...), eu acho que essas cooperativas são muito grandes. Eu acho que por ser uma cooperativa, (...) a Coopercana hoje tem 280 associados, aí é bem mais fácil atender todos eles e as cooperativas maiores, eu vejo que o pessoal não atende tão bem o associado (Associado da Coopercana, ago/05)

As vantagens do menor porte das cooperativas, apontada no trecho acima, também faz parte dos apontamentos de Bialoskorski Neto (2002, p.15): “as vantagens do tamanho reduzido de associados, que propiciam assembléias gerais regulares e com alta frequência, fazem com que se reduzam as assimetrias de informação intragrupo e que cresçam, proporcionalmente, as relações de ética entre os participantes do grupo”.

Dificuldades internas como a citada, além da conjuntura econômica de 1980, geraram uma crise nas cooperativas agropecuárias, as quais passaram a desencadear um processo de reestruturação (incentivo à diversificação, formação dos núcleos de base), sendo que muitas delas ainda hoje tentam encontrar novos paradigmas de desenvolvimento rural e novas funções do cooperativismo na reestruturação produtiva (SCHNEIDER; KONZEN, 2001). Ao mesmo tempo, na medida em que os interesses dos associados não são mais atendidos de forma satisfatória, estes novamente organizam-se formando novas cooperativas.

São exemplos dessas novas organizações cooperativas as Apsats criadas de 1986 a 1990 e os Condomínios do período de 1990 a 1994, ambos resultado de programas do governo do Estado, experiências essas bastante disseminadas no noroeste neste período. Mais recentemente, principalmente nos Coredes em questão, vem surgindo um número considerável das chamadas cooperativas municipais da agricultura familiar (conforme tabela anterior), além de cooperativas urbanas (mulheres trabalhadoras urbanas, de trabalho, de reciclagem por exemplo).

As cooperativas da agricultura familiar são de pequeno porte e possuem associados apenas no município onde se localizam. Estão voltadas principalmente a comercialização da produção diversificada das pequenas propriedades, incentivando a prática agroecológica e a produção orgânica, além de, em alguns casos, conseguir disponibilizar insumos agrícolas a preços mais

acessíveis. Estas cooperativas compõem a Crecaf que possui um posto de vendas no município de Santa Rosa.

Essa mobilização dos atores locais em torno da formação de cooperativas, a exemplo da Coopercana, leva a crer que o cooperativismo é uma importante “ferramenta” de organização e reunião de esforços dos pequenos para enfrentar exigências do meio técnico-científico-informacional bem como as demandas destes atores. Segundo Schneider e Konzen,

a ameaça que a globalização representa para os micro, pequenos e médios empreendimentos nacionais é, ao mesmo tempo, a grande chance para o cooperativismo, que é, neste momento, uma das principais, se não a única, alternativa à disposição do micro, pequeno e médio empreendimento, não só para viabilizar-se economicamente, como também para enfrentar o mercado com qualidade e para ter respeitada sua presença, graças a união das pequenas forças que o cooperativismo consegue realizar (1995, p.32).

Como observado acima, desde a colonização da região Noroeste, os colonos viam nas ações e trabalhos coletivos uma alternativa para responder aos obstáculos que surgiam. Assim, ao longo do processo histórico, as práticas cooperativas se fazem presentes através da formação de associações, cooperativas, clubes de esporte e recreação, associações atléticas, clubes e grupos de mulheres, de idosos, de jovens, associações de classes, ONGs etc. Assim, a organização cooperativa sendo uma constante na região noroeste pode ser considerada um capital do território, a potencialização de um capital intangível (DALLABRIDA; SIEDENBERG; FERNÁNDEZ, 2004).

Sendo o cooperativismo um instrumento de fortalecimento da sociedade civil bem como um instrumento que reforça as relações de poder e gestão dos atores locais/regionais sobre seu território, este pode portanto, contribuir com um processo de desenvolvimento territorial local/regional, principalmente quando se forma uma densidade institucional em torno das mesmas. Observa-se que essa densidade está mais presente nas pequenas cooperativas que surgem de um processo de caráter mais endógeno.

Assim, pode-se considerar que a formação de cooperativas como as mistas<sup>19</sup>, da agricultura familiar, grande parte das cooperativas urbanas e mesmo a Coopercana, distinguem-se das empresariais ou tritícolas por seu processo de constituição. As primeiras surgem a partir da iniciativa dos atores locais/regionais o que acaba definindo um processo de territorialização destas cooperativas e não o simples estabelecimento de regiões de atuação ou áreas de abrangência de forma exógena e mecânica, como é tratado a seguir:

### 3.2.2 Da regionalização a territorialização das cooperativas

Como já mencionado anteriormente, a partir da modernização da agricultura, o sistema cooperativista tornou-se um importante pilar que permitiu a consolidação de um novo padrão de produção agrícola (binômio trigo-soja, aumento da produtividade, uso de agroquímicos). Nesse período, “o Estado brasileiro buscou, no cooperativismo, um dos pilares para viabilizar suas políticas econômicas para a agricultura do país” (SIQUEIRA; MIELITZ NETO, 2001, p.78), criando-se assim as cooperativas tritícolas a partir de políticas oficiais e créditos subsidiados.

A criação destas cooperativas obedeceu a regionalização das superintendências do Banco do Brasil<sup>20</sup>. Segundo Büttendender (1995, p.120), “(...) a distribuição das cooperativas de produção e comercialização no Rio Grande do Sul é efetuada tradicionalmente através da definição rígida das áreas de ação. Numa determinada região/município, atua essencialmente uma única cooperativa”. Vale considerar que o noroeste do Estado foi uma exceção quanto a esta forma de regionalização.

---

<sup>19</sup> A gênese das cooperativas mistas pode ser considerada endógena, já que estas surgem por iniciativa local. Entretanto, atualmente, estas se distinguem das tritícolas apenas pela nomenclatura.

<sup>20</sup> Mesmo em contato com a Ocergs, Unisinos e mesmo Banco do Brasil, não foram encontrados documentos que apresentassem essa regionalização.

Em virtude da prática cooperativa ser comum desde o início da colonização no noroeste gaúcho, esta região era provida por um número significativo de pequenas cooperativas. Quando as tritícolas são criadas, inicia-se uma fase de competição entre mistas e tritícolas, cada uma incorporando cooperativas menores. Porém, a exemplo da Coopermil e da Comtul, algumas cooperativas mistas sobreviveram à expansão das tritícolas, permanecendo em atividade até o presente momento. Essa competição levou a outra exceção, o fato de uma cooperativa mista também se beneficiar dos recursos disponibilizados apenas às tritícolas:

A estrutura na região (...) defronta-se com a realidade não comum no restante do Estado (...) (p.120). As cooperativas COTRIROSA e COOPERMIL são as que tiveram a sua origem, expansão e desenvolvimento alicerçados na política desenvolvimentista do binômio trigo e soja. Inicialmente, com origens pacatas e, posteriormente, com políticas de expansão, de ocupação de espaços, de incorporação de outras cooperativas menores (cooperativas mistas), passaram a deter uma abrangência regional. No decorrer desse processo passou-se a estabelecer um determinado grau de concorrência entre ambas às cooperativas (BÜTTENBENDER, 1995, p.123).

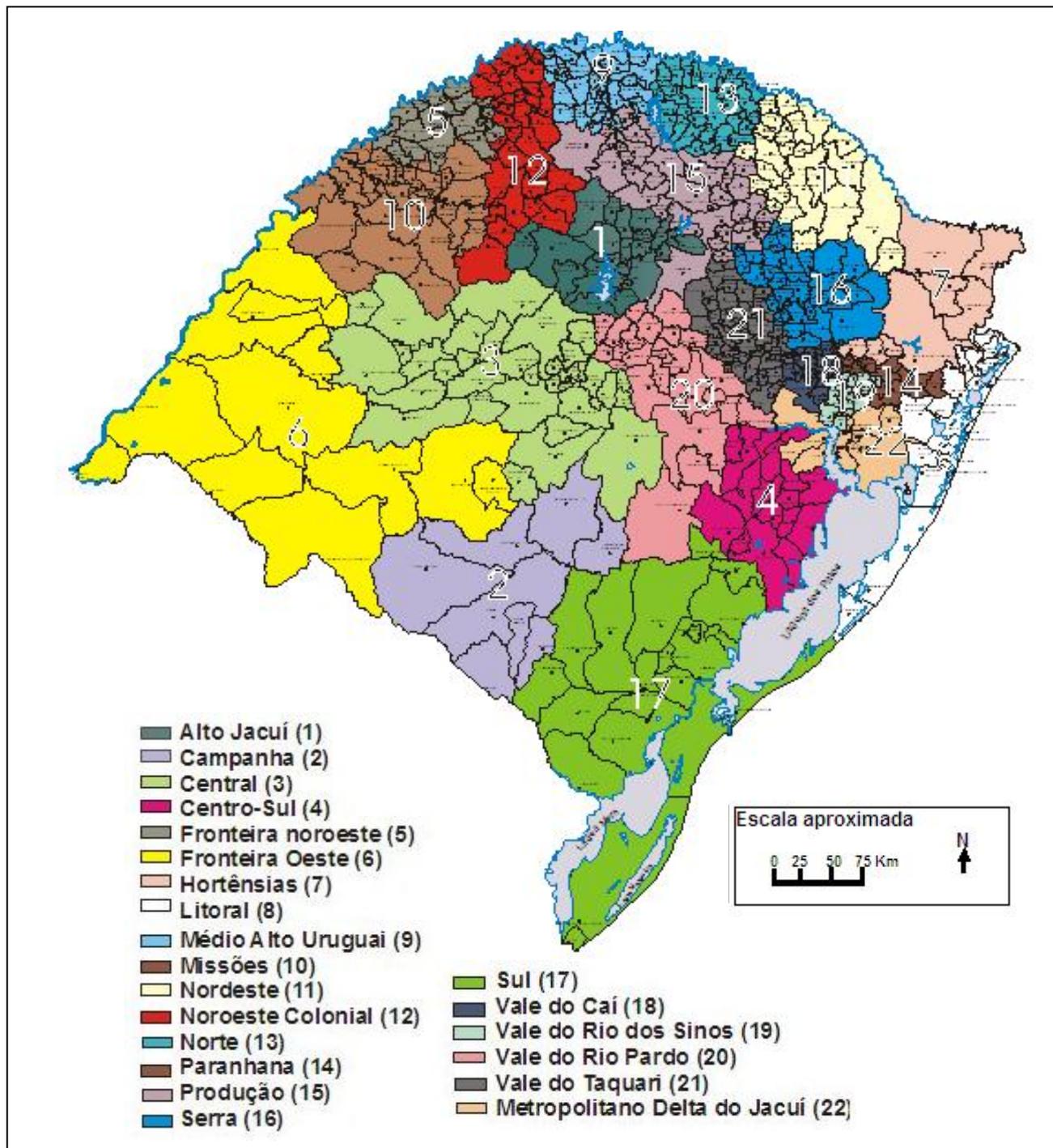
O diferencial quanto ao processo de regionalização das cooperativas na região Noroeste é mais um fato que leva a crer que o cooperativismo é um capital daquele território. Além disso, justamente para evitar essa concorrência, ficava estabelecido que a cada superintendência corresponderia apenas uma cooperativa, fato que não se concretizou no noroeste do Estado. Observa-se assim, que o estabelecimento das áreas de atuação destas cooperativas passa por um processo de regionalização o qual possui como único critério outra regionalização, considerada conveniente para o repasse de recursos.

O conceito de região, na linguagem cotidiana, está atribuído à localização ou à extensão de um fato, fenômeno, ou a limites da diversidade espacial (GOMES, 1995), constituindo assim uma área onde o domínio de alguma característica, ou o conjunto delas que a diferencia das demais. A região é identificada ainda como unidade de gestão, de controle político e administrativo ou de planejamento de determinada parcela do território, por meio de determinada divisão regional (SILVEIRA, 2003).

Considera-se portanto, a região como um conceito intelectualmente construído a partir de uma especificação da totalidade, da qual a região faz parte por meio de uma articulação tanto funcional quanto espacial (GOMES, 1995). Assim, ao se tratar das cooperativas tritícolas, sua gênese passa por um processo de regionalização estabelecido a partir de políticas do Estado, que o faz dessa maneira para facilitar a gestão dos recursos disponibilizados às cooperativas.

Dessa maneira, pode-se observar que a definição das áreas de atuação das cooperativas não considerou critérios locais/regionais como por exemplo, uso do solo agrícola, estrutura fundiária etc. Não havia portanto, uma identidade ou mesmo uma territorialidade dos atores locais/regionais para com aquela região, até porque este foi um processo exógeno. Atualmente, a definição destas regiões é menos rígida, sendo que, de acordo com a Ocergs, quando uma nova cooperativa é constituída estes a “aconselham” a não interferir na área de atuação das já existentes.

A atual regionalização das cooperativas ligadas a Ocergs é baseada na regionalização dos Coredes, como aponta o mapa 01. Da mesma forma como na época da criação das tritícolas, a atual regionalização se dá com base em outra unidade de gestão (região dos Coredes). Portanto, não são territórios, mas sim regiões, unidades de gestão, de controle político/administrativo ou de planejamento de determinada parcela do território como já é apontado acima por Silveira (2003).

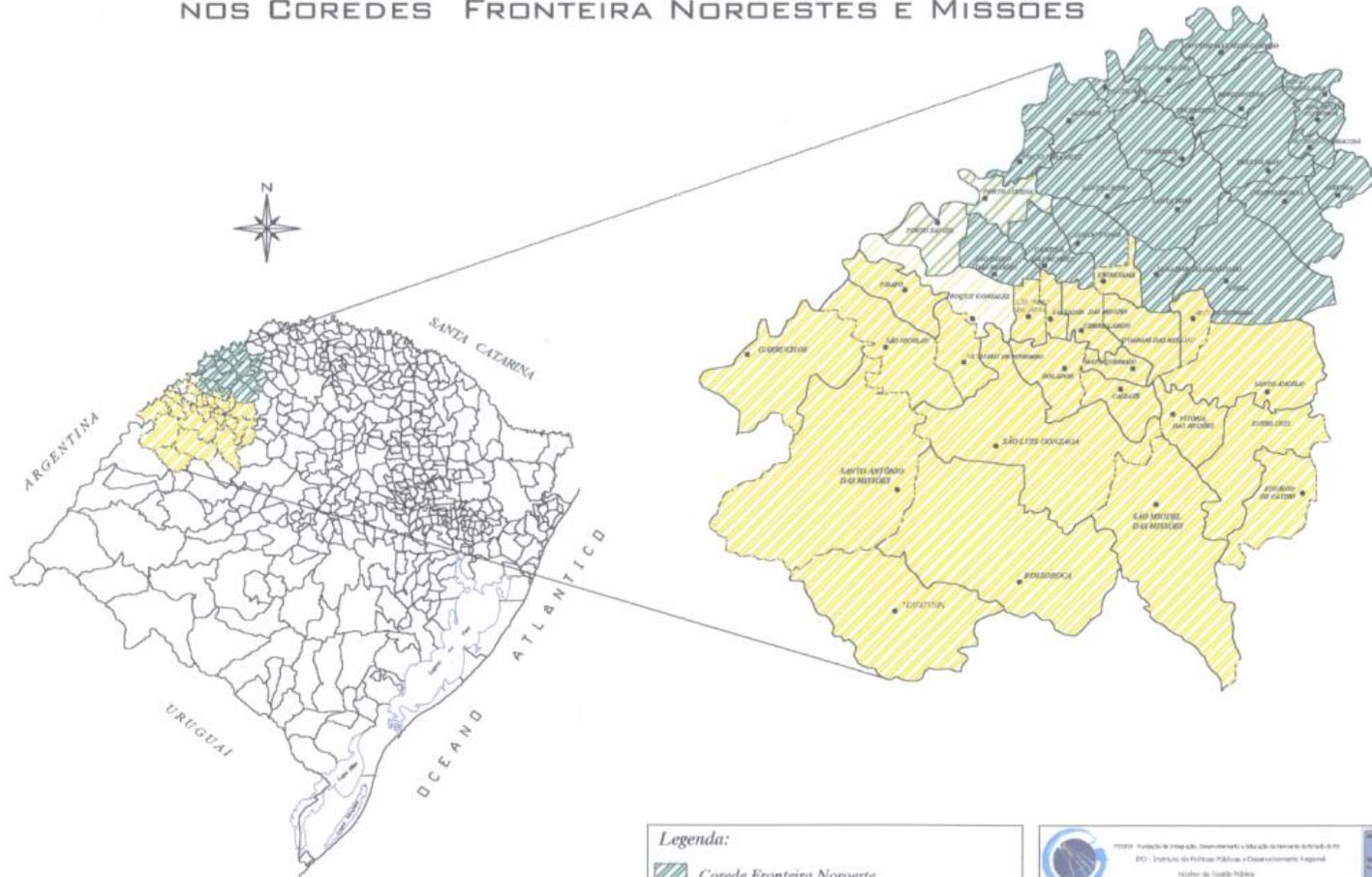
**Mapa 01:** Regionalização da Ocergs

Fonte: OCERGS, fev/2006. Adaptado pela autora.

Tomando como exemplo a Coopercana, constituída a partir da organização dos atores locais/regionais, se dá um processo de territorialização desta cooperativa. Sua área de abrangência é

definida de forma endógena, a partir da apropriação do espaço pelos atores locais/regionais através do cultivo da cana-de-açúcar. Este processo se dá de forma orgânica, partindo do local, e estabelecendo-se novos limites dentro da regionalização das cooperativas tritícolas. A endogeneidade deste processo formou uma identidade dos atores, ou dos associados da Coopercana com aquele espaço, sendo que esta atividade (produção e industrialização da cana) passa a ser entendida como uma alternativa de reprodução social e desenvolvimento para as pequenas propriedades rurais. Os municípios de abrangência da Coopercana podem ser observados no mapa 02 a seguir.

## MAPA 02: ÁREA DE ABRANGÊNCIA DA COOPERCANA NOS COREDES FRONTEIRA NOROESTES E MISSÕES



FONTE: SAA/RS; Divisão de Geografia e Cartografia.  
Sistematização e organização dos dados: Anelise Rambo

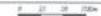
**Legenda:**

-  Corede Fronteira Noroeste
-  Corede Missões
-  Municípios de influência COOPERCANA




102010 - Fundação de Inovação, Tecnologia e Iniciação de Novos Empreendedores (FINEP)  
 IPT - Instituto de Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional  
 Núcleo de Gestão Pública

**GEOP - Geoprocessamento e Análise Territorial**

Projeção (faixa-fuso)/Datum	Universal Transversa de Mercator 50-21/SAD 69
Data	Março/2006
Escala	

Como apresentado no item 1.2, a territorialização consiste num conjunto de múltiplas formas de construção e apropriação do espaço social, em sua interação com elementos como o poder, os interesses econômicos, as necessidades ecológicas e o desejo” (HAESBAERT, 2002). Assim, a partir de uma necessidade sentida pelos atores locais/regionais, estes organizam uma cooperativa e a partir da interação com as demais escalas, reforçam as relações de poder e gestão sobre seu território, de modo a atender suas diferentes demandas e atenuar debilidades.

A necessidade de buscar uma alternativa à situação que a Alpox S/A se encontrava e mesmo a pouca viabilidade da soja nas pequenas propriedades, leva a uma ampla participação dos atores locais/regionais tanto no processo de constituição quanto nas discussões que hoje se estabelecem. Forma-se assim uma territorialidade em torno das relações de poder estabelecidas pelo cultivo e industrialização da cana, vistas como uma alternativa de desenvolvimento territorial, dentro de uma estrutura na qual prevalecem pequenas e médias propriedades.

Portanto, a diferença entre o processo de regionalização e o de territorialização refere-se a participação dos atores locais/regionais na definição, tanto dos limites destes espaços, quanto das ações a serem executadas sobre o mesmo. No caso das tritícolas, não houve o mesmo grau de participação dos agricultores na formação das cooperativas, na definição das ações, das políticas a serem adotadas, como houve no caso da Coopercana. Havia incentivos ao cultivo de trigo e soja e as cooperativas são criadas (já com suas áreas de atuação definidas pelo Estado) para repassar estes recursos, servindo como pontes entre o Estado e o agricultor. Isso pode explicar a menor participação atual dos associados na definição das políticas destas cooperativas, bem como o surgimento de novas cooperativas (por exemplo, as da agricultura familiar) que melhor atendam as demandas dos agricultores.

Estas novas cooperativas agrícolas, em geral, buscam valorizar os demais produtos oriundos da agricultura familiar, incentivando a diversificação produtiva bem como a pluriatividade. Segundo Menasche (1996) a pequena propriedade familiar, por suas características de tamanho, de

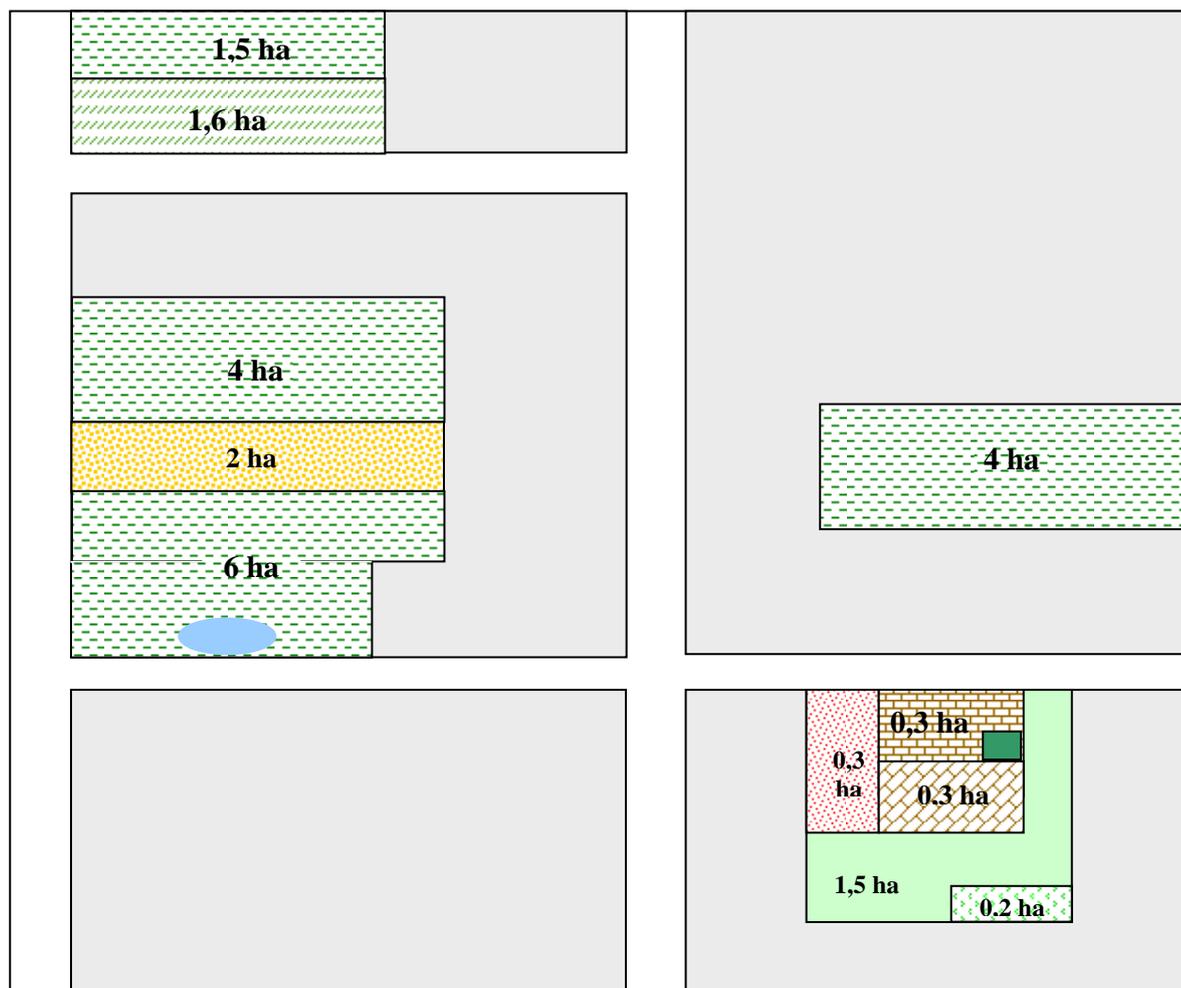
área, pela disponibilidade de mão-de-obra e por sua natural vocação, não pode ter como atividade principal, a prática da monocultura, mas sim a diversificação orientada e projetada para prover a subsistência familiar, aproveitando assim o máximo da unidade produtiva. É esse valor atribuído a diversificação que leva a formação destas cooperativas da agricultura familiar. É comum encontrar-se nos mercadinhos ou pontos de venda destas cooperativas, hortifrutigranjeiros, cereais (feijão, arroz integral, pipoca, amendoim...) além de produtos agroindustrializados como erva-mate, derivados de cana (melado, cachaça, licores, rapadura, açúcar mascavo...), embutidos (banha, queijos, salame) bolachas caseiras, entre outros, estes últimos resultado da pluriatividade das pequenas e médias propriedades rurais. Schneider (1999, p.187) reportando-se a Pfeffer, afirma que na agricultura familiar a pluriatividade permite a ampliação das rendas e o bem-estar da família. Por sua vez a pluriatividade é entendida como uma diversidade, uma relativa pluralidade de fontes de entrada de dinheiro advindas tanto de atividades propriamente agrícolas (policultura, criação de animais) como também atividades não agrícolas (ALMEIDA, 1999).

Embora a Coopercana produza apenas álcool combustível, esta pode ser um exemplo de diversificação produtiva e de pluriatividade da agricultura familiar. Os agricultores passam a cultivar cana-de-açúcar em quantidades maiores para destiná-las ao mercado. Além disso, 196 agricultores desempenham diferentes funções na Cooperativa (trabalhadores da usina, operadores de carregadeiras, funcionários, caminhoneiros), todas gerando uma renda extra para a família destes associados. As figuras que seguem apresentam duas propriedades rurais de associados da Coopercana. Nelas pode-se observar a diversificação produtiva além da própria pluriatividade dentro da propriedade através de pequenas agroindústrias familiares.

Quanto a primeira é importante tecer uma consideração. Esta propriedade representa uma realidade comum no município de Porto Xavier – a fragmentação de lotes rurais. Assim, um agricultor possui pequenas áreas distribuídas em diferentes lotes, às vezes até distantes do local

onde reside. Na figura abaixo, pode-se observar que os 21,7 ha de um associado da Coopercana, são pertencentes a quatro lotes diferentes.

**Figura 03:** Diversificação Produtiva – Croqui da propriedade de um associado da Coopercana – Linha São Carlos/Porto Xavier

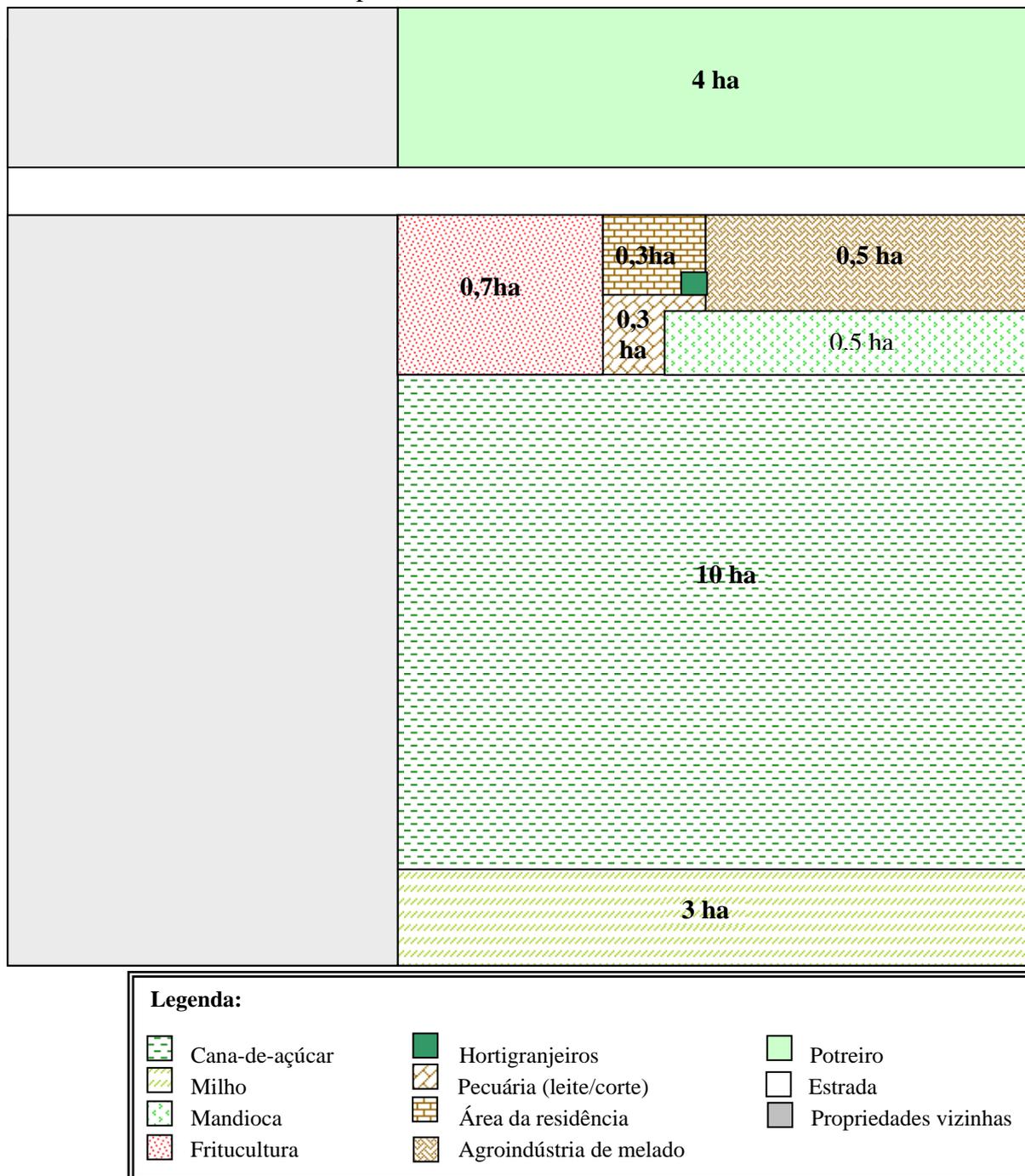


**Legenda:**

Cana-de-açúcar	Fruticultura	Poteiro
Milho	Lagoa de irrigação	Hortigranjeiros
Soja	Área residencial	Propriedades vizinhas
Mandioca	Pecuária (leite/corte)	Estrada

**Fonte:** Coopercana, 2005. Adaptada pela autora.

**Figura 04:** Diversificação Produtiva e Pluriatividade- Croqui da propriedade de um associado da Coopercana – Linha São Carlos/Porto Xavier



**Fonte:** Coopercana, 2005. Adaptada pela autora.

De acordo com Schneider (1999, p.185). “o termo pluriatividade tem sido utilizado para descrever o processo de diversificação que ocorre dentro e fora da propriedade, bem como apontar a emergência de um conjunto de novas atividades que tomam lugar no meio rural”. A Coopercana é

portanto, um exemplo de pluriatividade dentro e fora da propriedade. Alguns associados possuem agroindústrias familiares produzindo derivados de cana, como apresenta a figura 04 e mesmo produtos como bolachas, compotas de frutas, artesanato, mel entre outros. A usina da Cooperativa é um exemplo de pluriatividade que se dá fora da propriedade além de caracterizar uma nova atividade no espaço rural. Muitos associados estão envolvidos também com a pesca, sendo mais um exemplo de pluriatividade.

Entretanto, os dirigentes da Coopercana vêem, cada vez mais, a necessidade de se estimular a diversificação e a pluriatividade nas pequenas propriedades rurais, uma vez que há agricultores que estão substituindo a monocultura da soja pela monocultura da cana. Para disseminar as idéias de diversificação e pluriatividade são realizadas discussões nos próprios núcleos de base, além de buscar-se implementar projetos dentro de programas federais, como por exemplo, o Programa de Geração de Biodiesel, o Pronaf Agroindústria, bem como cursos de capacitação e formação realizados em parceria com outras instituições/organizações (cursos de artesanato, conserva de alimentos, industrialização de frutas). Mesmo assim, os próprios dirigentes ressaltam a necessidade de maiores ações nesse sentido. Contudo, o estímulo dado à diversificação e à pluriatividade, tanto pelas cooperativas da agricultura familiar quanto pela Coopercana, já representa um avanço nessa questão.

Enfim, as cooperativas que surgem pela organização dos atores locais/regionais, através de um processo endógeno, são constituídas para atender a alguma debilidade ou demanda destes atores. Há assim, uma identidade maior dos associados para com estas cooperativas, resultando em uma participação mais ativa dos mesmos em sua gestão, contribuindo para isso ainda, o fato de serem de menor porte. Para tal, ocorre um processo de territorialização, de apropriação do espaço pelos atores locais/regionais, e essa apropriação vai definindo a área de atuação destas cooperativas e não simplesmente fatores externos àquele espaço.

Por meio dos exemplos expostos acima, observa-se que ao longo da história dos dois Coredes houve vários momentos em que os atores locais/regionais passaram a se organizar e se mobilizar em torno de suas demandas. Há, mesmo que de forma pontual, ações e projetos coletivos formando uma densidade institucional, reunindo instituições e organizações de diferentes municípios, produzindo respostas locais, ou buscando-as em outras escalas, respostas estas, com relativo grau de inovação territorial coletiva.

É dentro deste contexto de organização, de mobilização e de lutas que surge a Coopercana. Os atores que iniciam as discussões em torno da formação de uma cooperativa são basicamente aquelas lideranças que na década de 1980 iniciam sua atuação nos movimentos sociais da região. No capítulo seguinte será apresentado o processo de constituição e de territorialização desta Coopercana.

## **4 A COOPERCANA E OS ATORES LOCAIS/REGIONAIS ENVOLVIDOS NA EXPERIÊNCIA**

O presente capítulo trata, num primeiro momento, do processo de constituição da Coopercana. Este processo inicia-se em 1984, quando é criada a Alpox S/A tornando-se posteriormente a Cooperativa dos Produtores de Cana de Porto Xavier - Coopercana. Além disso, a cooperativa será caracterizada quanto ao número e localização dos associados, das propriedades produtoras de cana, bem alguns pontos referentes à dinâmica organizacional interna. Num segundo momento, tratar-se-á dos atores locais/regionais que tiveram importante papel no processo de constituição da cooperativa, os quais, ainda hoje interagem constantemente com a Coopercana.

### **4.1 O processo de constituição da Coopercana**

O trecho apresentado abaixo, extraído de documentos fornecidos pela Coopercana, demonstra que acabou se constituindo uma territorialidade em torno das relações de poder decorrentes do cultivo e industrialização da cana em uma escala local/regional. Este é um processo que se inicia na década de 1980 e na medida em que este caminha vem se constituindo uma densidade de atores pensando alternativas de desenvolvimento para a agricultura familiar. A

Coopercana acaba sendo um marco neste processo. A Cooperativa torna-se uma referência do poder da sociedade civil organizada e um exemplo de que a agricultura familiar é viável social e economicamente, permitindo a manutenção e desenvolvimento dos agricultores, bem como do local, ou da região onde estes se localizam. Através da interação e da cooperação dos atores, procurando culturas mais adequadas à pequena propriedade bem como às condições morfo-climáticas locais, potencializando o capital territorial, ou buscando uma inovação territorial coletiva torna-se possível pensar em um processo de desenvolvimento territorial local/regional.

Importa salientar, com a finalidade de compreender a magnitude da atual inserção da cana-de-açúcar na economia regional, que o movimento reivindicatório dos produtores de cana que tem início em 1989, está calcado na discussão que se inicia nesta década sobre alternativas para o desenvolvimento da agricultura familiar, frente à inviabilidade econômica e ecológica do então chamado modelo da Revolução Verde. Reflete ainda um processo mais amplo de renovação nos quadros do sindicalismo rural, confrontado com propostas pontuais de desmantelamento do universo rural, como o foram as ameaças de construção de barragens ao longo do leito do Rio Uruguai, cogitadas na época. O resultado desta efervescência política será não só a posterior fundação da Coopercana, mas também de uma série de organizações (...) (ASTRF, Coopax, Cresol, STR, etc.) que tem hoje por meta fornecer subsídios técnicos e financeiros para viabilizar uma produção agroecológica firmada na exploração de derivados da cana-de-açúcar (Coopercana, 2003, p.10).

Diante disso, será apresentado a seguir o processo de constituição da Coopercana. Mesmo que a iniciativa de produção de álcool não tenha partido dos atuais associados da Cooperativa e sim de um grupo de empresários e profissionais liberais locais/regionais, a experiência desde o início se coloca como inovadora, sendo uma mostra do



**Foto 06:** Vista aérea de Porto Xavier em 2004  
**Fonte:** Prefeitura de Porto Xavier.

protagonismo local. Conforme consta na pedra fundamental da Alpox S/A de 1984, a empresa que antecede a Coopercana, esta era “*um exemplo do que pode ser feito quando se integram harmonicamente, empresários, governo e comunidade*”. Entretanto, este exemplo é tornado mais factível a partir de 1999, conforme apresentado a seguir.

Para a compreensão do processo de constituição da Coopercana é necessário reportar-se ao Pró-álcool – Programa Nacional do Álcool, uma iniciativa do governo federal que incentiva a produção de álcool etílico hidratado, ou seja, álcool combustível. Diante das discussões em vigor na região, visando alternativas ao binômio trigo-soja e aliada a esta política pública surge a possibilidade de instalar-se uma usina de álcool no município de Porto Xavier.

Segundo o Relatório da Comissão Especial para o Estudo da Agroindústria Açucareira de 1975, o Rio Grande do Sul possui “três regiões onde há possibilidade de produzir cana-de-açúcar em quantidade industrial, no tocante ao clima: litoral norte, vale inferior dos afluentes do Guaíba, e o vale do rio Uruguai” (ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, 1975). Porém apenas duas indústrias de álcool combustível, foram instaladas no estado na década de 1980: uma na região de Santo Antônio da Patrulha e a outra em Porto Xavier, na região das Missões. A primeira, de propriedade do Estado e a segunda, uma iniciativa de um grupo de empresários e profissionais liberais, a Alpox S/A. A indústria de propriedade do Estado terminou desmantelada, com os seus equipamentos doados e distribuídos pelo Estado em diferentes municípios. A segunda, depois de 15 anos de atividades, torna-se a atual Coopercana.

A Alpox é criada em 1984, sendo que o parque industrial entra em funcionamento no ano de 1987. Na época a Alpox possuía 156 acionistas, sendo 143 pequenos agricultores com 49% das ações e 13 empresários e profissionais liberais, formados por dentistas, advogados, contabilistas, professores, comerciantes, usineiros paulistas, serralheiros, mecânicos, exportadores-importadores (posteriormente conhecido como grupo dos 13) com 51% das ações do empreendimento.



**Foto 07:** Parque de moagem da Coopercana em agosto de 2004

**Fonte:** ASTRF.

Os pequenos agricultores que compunham o grupo dos sócios minoritários possuíam suas propriedades localizadas nas encostas dos morros e costa do rio Uruguai. Estes agricultores eram em grande parte descendentes de caboclos ou índios. Os agricultores descendentes de imigrantes italianos, alemães e poloneses, que em grande parte possuem suas propriedades em áreas de relevo menos ondulado, praticamente não tiveram participação na Alpox. Os pequenos agricultores sócios da Alpox, possuíam propriedades de 05 a 20 ha, sendo que para viabilizar sua participação como acionistas na usina penhoraram suas propriedades.

De acordo com documentos disponibilizados, a relação do “grupo dos 13” para com os pequenos agricultores é marcada desde o início pela falta de transparência e exploração político-econômica. Na época, o pequeno agricultor já no plantio dos primeiros canaviais adentrou em um processo de endividamento e, conseqüentemente, de criação de vínculos de dependência através da imposição de algumas variedades de cana. Isso acabou ocasionando problemas de caráter econômico e ecológico, pois eram variedades que não se adaptavam à região, o que tornou os canaviais vulneráveis a doenças danificando-os seriamente. Além disso, mudas trazidas do estado de São Paulo, em grande parte infectadas por doenças fúngicas, acabaram ocasionando sérios problemas na produção e implantação de novas lavouras.

O pessoal só consegue implantar os canaviais das mudas do grupo dos treze, porque era eles que traziam as mudas de São Paulo, e aí queriam vender pelo dobro do preço, enfim, pra ter vantagem econômica (Secretário e 1º Presidente da Coopercana, ago/05).

Os interesses contraditórios entre sócios majoritários e minoritários tomam maiores proporções e se tornam mais visíveis no ano de 1988, quando é criada a Asplacan pelo grupo dos 13:

(...) na época tinha o chamado IAA, que era o Instituto do Açúcar e do Alcool que tinha uma resolução que dizia que tinha que descontar um x por cento da cana para repassar em assistência social. Isso em 1988 ainda, foi formada a Associação dos Produtores de Cana, mas puxado basicamente por eles, pelo grupo dos 13, para justamente implementar esta questão da legislação. (...) Começaram a descontar um x percentual da cana e diziam que iam transformar em ações pra depois ajudar a pagar as contas da antiga empresa (1º presidente da Coopercana, In: UNIJUÍ, 2003, p.10).

A desconfiança gerada pelos fatos acima citados, faz com que em 1989 um grupo que compunha os sócios minoritários assumia a Asplacan, na tentativa de defender os interesses dos pequenos agricultores. Este é o mesmo grupo que posteriormente toma a frente nas discussões da criação da Coopercana.

Se passa a entender de que a Asplacan tem que ser uma entidade não de assistência social, e sim de reivindicação, de um grupo de reivindicação, de preços da cana, enfim de aumento da produtividade, enfim, passa a ser um órgão de reivindicação (Secretário e 1º presidente da Coopercana, ago/05).

Outro fato que demonstra não haver espaço de discussão e tomada de decisão por parte dos pequenos agricultores é a progressiva exclusão destes do processo produtivo. Em 1990, já eram descontados dos pequenos agricultores 5% do valor da cana entregue na usina. Além disso, as tecnologias adotadas pela equipe técnica da Alpox, faz com que o plantio da cana se desloque das áreas de maior declive para as mais planas. Dessa maneira, nos anos de 1992/1993 as áreas declivosas, em grande parte, penhoradas, passam a produzir pouca cana.

Nesse período se inicia ainda a execução de um montante das dívidas da Alpox por parte do Banco do Brasil. Em função disso os pequenos agricultores passam a correr o risco de perder as terras penhoradas. Estes exigem a substituição da penhora das terras e o concomitante repasse das ações que estavam em seu poder, sendo que não lhes proporcionavam mais nenhuma rentabilidade. Estes fatos somados deixam transparecer os problemas financeiros e administrativos que permeiam a usina.

No ano de 1993, estas ações são transferidas para um grupo de empresários paulistas (um deles já sócio da usina), acentuando os problemas estruturais - de ordem jurídica, administrativa e econômica - que acompanhavam o empreendimento desde a fundação. Entretanto, este grupo abandona a usina em julho de 1994, em pleno período de safra, efetuando o desfalque de alguns bens patrimoniais da indústria.

Diante desse abandono, uma comissão administrativa provisória assume a direção da Alpox. Esta comissão é legitimada por instâncias judiciais, e tem por objetivo viabilizar a moagem

da safra e cancelar a transferência das ações para os empresários paulistas, ocorrida em 1993. Esta Comissão, composta por dois funcionários da usina e o maior produtor de cana da Cooperativa, resistiu por 40 dias à complexidade dos problemas e divergências de interesses, demitindo-se então.

Quando o produtor terminou de colher a produção dele, ele achou que tava satisfeito, ele tinha colhido a cana dele, e aí o pessoal começou a pressionar e aí eles abriram mão da junta provisória. Aí o juiz nomeia outra junta provisória, só que aí a junta que assume é mais voltada ao grupo dos 13 (Secretário e 1º presidente da Coopercana, ago/05).

Quando estes fatos ocorrem, já circulavam propostas embrionárias de formação de uma Cooperativa de produção com o propósito de encontrar soluções para o rol de problemas então instalados. Tais propostas resultam na formação de uma cooperativa ao final de 1996, a Agropox, processo marcado por fortes disputas e tensões entre o grupo dos 13 e os representantes dos pequenos produtores:

(...) forma-se uma cooperativa em fevereiro de 97, chamada Agropox. Bom, até o momento, quem conduzia o processo de constituição da cooperativa era eu e o engenheiro agrônomo que trabalhava na indústria. Só que daí em 97 o grupo dos 13 entendeu de que tinha que dar um *chutômetro* (...) Tinha umas pessoas no dia da formação da assembléia, que inclusive me cortaram, não me deixaram falar, me boicotaram, e acabaram, bom a assembléia tava com 90 e poucos agricultores; formaram a cooperativa com 21, mas a grande maioria do grupo dos 13, mais alguns trabalhadores internos e formaram então a dita cooperativa, como sempre era entre aspas, uma alternativa pra uma possibilidade de falência. Bom, em 98, quando se começa a trabalhar a possibilidade de falência, bom eles já tavam faceiros porque tinham constituído a cooperativa em 97, eles entenderam que seria legítimo, a reivindicação que eles tavam fazendo. Só que eles não imaginavam que nós do movimento sindical estávamos articulando por trás a possibilidade de fazer uma outra cooperativa, que hoje é a Coopercana (Secretário e 1º presidente da Coopercana, ago/05).

A ascensão, novamente, do chamado grupo dos 13 à direção da empresa em 1997, assim como a execução de dívidas trabalhistas pela Justiça do Trabalho acirrara estas tensões, uma vez que a solução apontada é a penhora da matéria-prima para resolver o impasse financeiro. Além de terem os valores de seus pagamentos reduzidos, funcionários, produtores e transportadores sofrem a inconstância no pagamento de seus trabalhos e produtos, sendo que os funcionários da usina passam sete meses sem receber seu pagamento.

Diante de uma situação insustentável, os agricultores e funcionários da usina, incentivados pelo STR, ASTRF, Igrejas Católica e IECLB além da Coopax, articulam-se e depois de cerca de oitenta e sete encontros e reuniões, no dia 16 de junho de 1999 realizam uma grande manifestação

em frente ao Fórum da cidade envolvendo trabalhadores, produtores e autoridades políticas da região; o objetivo era exigir a decretação da falência da Alpox.

Com o objetivo alcançado na tarde do mesmo dia, através de ato judicial, parte da sociedade civil organizada do município articula a fundação da Coopercana, a qual é efetivada em julho do mesmo ano. A partir de uma autorização provisória, permitindo a entrada dos cooperativados nas imediações da usina, são encaminhados papéis para registro da Coopercana na Junta Comercial, a qual foi homologada em agosto do mesmo ano. Dois dias após, a Coopercana assina contrato de aluguel da massa falida junto ao Fórum do município com vencimento em janeiro de 2000. Na seqüência, é assinado novo contrato por mais dois anos, sendo o mesmo renovado, a partir de então, de ano em ano. A compra da massa falida da Alpox pela Coopercana é efetivada em setembro de 2004.



**Foto 08:** Torre de Destilação, set/04.  
**Fonte:** Rambo. 2004.

Para associar-se à Coopercana, é necessário possuir lavouras de cana e tornar-se sócio é um pré-requisito para o exercício de funções remuneradas que envolvem atividades na usina. A cooperativa possui atualmente 273 associados localizados nos municípios de Roque Gonzáles, localidades de Rincão Vermelho, Rincão do Meio, Sobrado e Barra do Ijuí; município de Porto Xavier, nas localidades de Linha São Carlos, Rincão Comprido, Barro Preto e Linha do Rio, e em Porto Lucena, nas localidades de Secção Dourados e Linha Traira. Grande parte das propriedades dos associados localiza-se no município de Porto Xavier, representando 50,5%, seguido de Roque Gonzáles, com 45,6% das propriedades e, por último Porto Lucena, com uma participação mais discreta, apenas 3,8%. O parque industrial da Coopercana localiza-se na linha Divisa, a cerca de 1Km da cidade de Porto Xavier.

A autogestão da Coopercana é viabilizada por uma estrutura administrativa composta pelo conselho de administração e por 11 núcleos de base. Esta forma de organização conecta a base da cooperativa a sua direção, como será detalhado em um momento posterior.

Nas propriedades dos associados é comum haver sistemas de produção diversificados como a soja, milho, gado de leite, gado de corte, piscicultura. Em uma mesma propriedade é possível encontrarem-se cultivos de cana com destinos diferenciados: produção de álcool pela Usina da Coopercana, fabricação de cachaça, melado e açúcar mascavo, rapadura, estas, em agroindústrias familiares.

A área cultivada com cana para produção de álcool totaliza 2.050 ha, dos quais 62,8 ha foram erradicados no ano de 2005 e por sua vez, 265 ha integrados ao processo produtivo com a implantação de novos canaviais, estimando-se uma produção de 120.000 toneladas para a safra 2006/2007. No período de funcionamento da usina, que se estende de junho a novembro, são envolvidos aproximadamente 919 trabalhadores, que executam as tarefas de corte, carregamento, transporte, industrialização, além dos serviços de escritório e no laboratório, assegurando o funcionamento da indústria.



**Foto 09:** Plantio de cana, set/04  
Fonte: ASTRF.



**Foto 10:** Corte de cana, set/04  
Fonte: ASTRF.

A importância da Coopercana para a realidade local/regional bem como as transformações por ela geradas serão destacadas no capítulo 5. Com o que é apresentado até o momento, da caracterização dos Coredes Fronteira Noroeste e Missões até o processo de constituição da Cooperativa é possível observar que há uma considerável densidade institucional ao longo da formação da Coopercana além da mesma possuir características quanto a inovação territorial coletiva, até pelo fato de ser a única usina de álcool hidratado do Estado.

Embora a Coopercana possa ser considerada um marco na história regional, sendo que a partir dela os atores locais/regionais passam a desencadear um processo de desenvolvimento territorial, ela é resultado da mobilização e organização dos atores locais/regionais ao longo dos anos em torno de diferentes demandas. Até a constituição da Cooperativa, os atores locais/regionais ensaiam atividades e ações coletivas que visam atender demandas de caráter mais pontual e menos sistêmico. Já a partir da formação da Cooperativa, cria-se uma territorialidade em torno das relações de poder e gestão provenientes do cultivo da cana que leva os atores a pensar ações em diferentes áreas, de caráter mais sistêmico e processual tendo em vista o desencadeamento de um processo de desenvolvimento territorial local/regional, como será demonstrado no capítulo 5. A Coopercana passa a ser um exemplo de que os pequenos agricultores são capazes de se organizar e produzir resultados que contribuem tanto para seu desenvolvimento quanto para o desenvolvimento de uma região:

Esse foi um aspecto, (...) que me chamou atenção e que eu sempre tenho destacado, é que muitos diziam assim: Volmir, não adianta, nós não temos condições de tocar isso, isso é uma indústria e nós estamos acostumados a produzir, sabemos fazer isso mas lá no nosso espaço, nós sabemos plantar cana. Agora industrializar, isso é complexo, tá cheio de problemas e de fato tinha muitos problemas, na estrutura, tanto na credibilidade, a imagem estava totalmente desgastada, e produzir álcool não é bem assim, e nós não temos condições de tocar isso enquanto agricultores. (...) Quando os agricultores pegaram, quando muitos se achavam incapazes pra tocar, deu certo. Porque o problema não está na inviabilidade desses empreendimentos (...), o que precisa é ter um projeto sério, ajustado, eficiente, gestão transparente, boa, problemas tem evidente, mas a diferença está na forma em que você trabalha o problema né, se torna público, se discute, se busca a solução pro problema...(membro da AREDE, out/05).

Assim, formando uma densidade institucional e desencadeando ações com características de inovação territorial coletiva os atores locais/regionais vêm interagindo com as demais escalas de poder e gestão, ativando potenciais do território e promovendo um processo de desenvolvimento. Entretanto, antes de demonstrar como vem se dando esta dinâmica na escala local/regional serão caracterizados os atores que formam a densidade institucional na escala local/regional atuantes junto à Coopercana, os quais são fundamentais neste processo.

## 4.2 Os atores locais/regionais envolvidos na experiência da Coopercana

A seguir, serão caracterizados os principais atores coletivos - instituições e organizações que interagem com a Coopercana e foram essenciais para a formação da Cooperativa em 1999. Será dada ênfase aos atores da escala local/regional, pelo fato destes estarem em constante interação, até pelo fato de se localizarem na malha territorial da Coopercana. Pode-se observar que estes atores correspondem à sociedade civil organizada, o que demonstra o poder desta categoria e, o exemplo da Coopercana demonstra a capacidade que estes atores têm de gerar transformações territoriais.

### 4.2.1 ASTRF – Associação dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais Fronteiriços

Como já mencionado anteriormente, em 1987 a luta pela queda da correção monetária e contra a construção das barragens no leito do rio Uruguai, faz com que um grupo de lideranças ligados aos quatro STRs das Missões: Porto Xavier, Porto Lucena, Pirapó e XVI de Novembro, se



Foto 11: Sede da ASTRF-Porto Xavier, jul/05  
Fonte: ASTRF.

reúnem começando a questionar o caráter assistencialista dos STRs. Estes sindicatos passam a reivindicar diferentes políticas agrícolas, objetivando ainda criar uma atividade de assessoria na tentativa de pleitear recursos financeiros com ONGs. A 10 de outubro de 1994 a ASTRF é fundada como entidade jurídica, o que lhe permite a tomada de recursos financeiros para a realização de projetos.

Após lutas conjuntas contra as barragens, estes sindicatos constituem a ASTRF, já discutindo a possibilidade de torná-la uma ONG. A primeira atividade deste grupo foi a elaboração de um projeto denominado “*Produzindo Alternativas*” o qual foi enviado a Luxemburgo à ASTM a

fim de solicitar recursos para viabilizar o trabalho. Este pretendia a organização dos agricultores a fim de encontrar alternativas de sobrevivência na atividade e tomar maiores conhecimentos no campo social e político.

Após dois anos e meio o projeto é aprovado, entretanto foi o STR de Porto Xavier que juridicamente foi o proponente do projeto. Iniciou-se assim sua implantação, buscando alternativas para viabilizar a pequena propriedade. Este é considerado o primeiro passo da ASTRF na tentativa de superar o caráter assistencialista dos sindicatos, passando estes a discutir alternativas para os agricultores.

Finalizado este projeto, passa-se a elaborar um segundo, encaminhado à ASTM em 1995, cujo objetivo era dar continuidade aos trabalhos já realizados, estruturando um centro de experimentação agrícola e difusão de tecnologias e estruturação de um fundo rotativo a partir de uma cooperativa de crédito. Entretanto este projeto não é aprovado.

Em 1998, após o desenvolvimento de mais alguns projetos, é incluído nos ideais da ASTRF a discussão e ações em torno da agroecologia, “tendo como base a causa ambientalista e a incompatibilidade do sistema tecnológico oficial com agricultura familiar e com a realidade ambiental (COOPERCANA, 2004-a). Assim, com base nos ideais da agroecologia, junto a questão da atuação sindical e da formação de agricultores, formula-se um projeto que tem a duração de três anos.

É através da realização de diferentes projetos que a ASTRF busca viabilizar culturas alternativas para a pequena propriedade e validar tecnologias sob a ótica da agroecologia, o que se dá com a participação direta dos agricultores familiares na execução das ações e na tomada de decisões. Tais projetos são freqüentemente realizados em parceria, formal e mesmo informalmente com a Coopercana, como será detalhado no próximo capítulo. No momento da constituição da Cooperativa, a atuação da ASTRF foi fundamental para a mobilização dos agricultores e

funcionários da Alpox, realizando reuniões, encabeçando discussões, encorajando e convencendo agricultores e funcionários de que uma cooperativa de produção de álcool seria possível e viável.

#### 4.2.2 Coopax – Cooperativa dos Pequenos Agricultores de Porto Xavier

A Coopax também é resultado das discussões e mobilizações que ocorreram na região no final da década de 1980. Esta iniciativa surge como *Associação dos Pequenos Agricultores de Porto Xavier* no ano de 1989 reunindo apenas 20 famílias. Este grupo de atores que, além de participar de uma feira de produtos coloniais no município de São Luiz Gonzaga, organizou um pequeno ponto de vendas o qual comercializava os produtos dos associados e abastecia-os com aquilo que não era produzido por eles nas propriedades. Através da Associação os agricultores possuíam um espaço de venda dos produtos alternativos à monocultura da soja.

O crescimento das vendas e da busca pelos produtos dos agricultores leva estes a formarem uma cooperativa, uma vez que todo o funcionamento da associação já se dava como tal. Assim em 1991 é constituída a Coopax. A estrutura cedida pelo STR ficou pequena e a cooperativa viu-se obrigada a buscar uma solução:



**Foto 12:** Ponto de vendas da Coopax no prédio do STR em 1991

**Fonte:** ASTRF.

Bom isso cresceu rapidamente, naquela época funcionava muito o porto internacional, então os castelhanos vinham coisa assim, isso nós não vencia colocar produto na prateleira pra venda pro consumidor. O que nós fizemos: logo, logo esse espaço ficou pequeno e não tinha mais lugar pra nada. Daí nós alugamos um prédio pra nós trabalhar, pra nós poder pôr esses produtos e pôr o mercado que expandiu muito, um prédio pagando 3 salários mínimos por mês, e nós ficamos 2 anos nesse prédio, pagando isso, pagando esse valor.



**Foto 13:** Prédio da Coopax, ago/05

**Fonte:** Rambo, 2005.

(...) depois nós mudamos pra um outro prédio e pagamos 2 salários por mês e a coisa não parava de crescer. Aí em 96 nós compramos um prédio próprio por 100 mil dólares, e fizemos até uma loucura assim, uma certa aventura, porque nós compramos assim pra não pagar aluguel e conseguimos pagar, compramos parcelado, e eu lembro que na época deu um problema, porque o dólar tava num valor quando nós compramos, depois ele subiu e aí a coisa complicou mais, mas nós conseguimos pagar (Presidente STR e sócio da Coopax, ago/05).

Além disso, a Coopax adquiriu uma unidade da Cotrisa que havia no município com o objetivo de disponibilizar uma estrutura para a agroindustrialização dos produtos produzidos pelos pequenos agricultores, além da padronização dos mesmos. Dessa forma, a cooperativa pretende transformar a produção de grãos dos pequenos agricultores em rações bem como agroindustrializar a produção de frutas, que vem ocorrendo a partir de um projeto de fruticultura desenvolvido no município pela ASTRF.

O depoimento abaixo retrata a importância atribuída pela Coopax à agroindustrialização e à valorização da produção dos pequenos agricultores:

Esta estrutura (..) da unidade da Cotrisa (...) nós pretendemos transformar ela numa agroindústria pros pequenos agricultores pra fazer com que ela realmente seja de fundamento, pra que ela tenha proveito pelos agricultores, porque tipo assim um grande silo, um grande secador pra nós não é mais negócio, nós não produzimos grãos, então na verdade a gente até tá pensando também em vender esses grandes silos que a gente tem aí, esse grande secador e comprar um secador pequeno pra poder secar os produtos dos agricultores, que é em pequena escala e a partir disso, transformar, industrializar (...).O mercado é fundamental, ele sustenta a cooperativa, mas nós temos que assim, o produto do agricultor tem que estar em destaque, essa é a grande briga minha, eu sempre fui um cara que pra mim é muito mais importante aquele produto do agricultor, aquele produto que ele produz, que vem lá da pequena propriedade dele, estar bem em destaque, do que um monte de coca-cola ou um monte de chips que é o que acontece no mercado tradicional hoje, então

essa é a nossa meta, esse é o nosso objetivo ... (Presidente STR e associado da Coopax, ago/05).

A Coopax surge portanto, a partir da mobilização e organização dos atores locais/regionais, como mais uma alternativa à agricultura familiar. A Coopax está em constante interação com a Coopercana estabelecendo relações de reciprocidade, possuindo um número significativo de associados em comum. Da mesma forma como a ASTRF, a Coopax participou da mobilização em torno da constituição da Coopercana.

#### 4.2.3 Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Porto Xavier

O STR de Porto Xavier é criado em outubro de 1966 e a partir do final da década de 1980, se dá uma mudança estrutural no STR, substituindo o assistencialismo por uma postura de organização e como “ferramenta” de luta da agricultura familiar. A partir deste momento o sindicato procura desenvolver ações, interagindo com outras instituições e



**Foto 14:** STR Porto Xavier, ago/05

**Fonte:** Rambo, 2005.

organizações locais/regionais, em prol de responder a demandas que surgem no âmbito da agricultura familiar. Dessa forma, diante da crise financeira da Alpox o STR assume postura ativa frente a essa situação:

O papel do sindicato foi no sentido de organizar os agricultores, orientando eles, chamando eles pra reunião, explicando o momento que passava a Alpox naquela época, e até no sentido de ceder o espaço, a estrutura que tinha aqui, o espaço físico pra que esses agricultores pudessem sentar aqui, se reunir, discutir aqui as coisas pra poder depois então tomar uma decisão então referente ao foco. A maioria dos plantadores de cana associados da Alpox eram associados também do STR, por isso a preocupação do sindicato com a

situação porque eles eram associados nossos, eram pequenos agricultores que estavam envolvidos no processo, interessante pro desenvolvimento da região, do local, do próprio agricultor (Presidente STR, ago/05).

O STR interage com a Coopercana principalmente através da execução de projetos. Além disso, pode-se citar o momento da compra da massa falida da Alpox, momento este em que o sindicato fornece as cartas de aptidão para o Pronaf aos agricultores para que estes pudessem realizar o financiamento e repassar os recursos a Coopercana, que devolverá o montante aos associados sob forma de mudas de cana ou serviços na lavoura. Enfim, o STR caracteriza um importante ator de organização e mobilização dos pequenos agricultores, representando os interesses dos mesmos, sendo um claro exemplo disso sua participação nos movimentos em prol da constituição da Coopercana.

#### 4.2.4 As Igrejas: Católica e IECLB

As igrejas também assumiram um importante papel quanto ao encorajamento dos agricultores e funcionários da Alpox para que estes constituíssem a Cooperativa e dessem continuidade a industrialização da cana. Todavia, este não foi o primeiro momento em que a igreja participa de mobilizações da sociedade civil local/regional. Já no final da década de 1980, ela participa da luta pela queda da correção monetária e contra a construção das barragens, além de apoio à organização do movimento das mulheres trabalhadoras rurais, cedendo até mesmo seu espaço físico para a realização de reuniões, como pode ser observado nas fotografias a seguir:



**Foto 15:** IECLB – Porto Xavier, ago/05  
**Fonte:** Rambo, 2005.

**Foto 16:** Igreja sediando movimento de luta pela queda da correção monetária e contra as barragens. dec. de 1980



Fonte: ASTRF.

**Foto 17:** Igreja sediando o movimento de organização das mulheres trabalhadoras rurais. dec. de 1980



Fonte: ASTRF.

Já no momento em que os atores locais regionais passam a se articular em torno da constituição da Coopercana a igreja tem sua participação dada principalmente através do estímulo aos agricultores durante as próprias celebrações religiosas, disseminando a idéia de que estes eram capazes de dar continuidade a industrialização de cana e produção do álcool na medida em que se organizassem.



**Foto 18:** Igreja Católica – Porto Xavier, ago/05

Fonte: Rambo. 2005.

Os atores acima citados são aqueles que tiveram destacada participação no processo de constituição da Coopercana, não sendo entretanto os únicos. Tiveram participação ainda atores individuais da sociedade civil, além do poder público municipal de Porto Xavier e Roque Gonzáles. Estes últimos, no entanto, tiveram inserções mais pontuais. Além disso, após a formação da Coopercana, essa densidade institucional permanece, dando origem a novas instituições/organizações como Cre\$ol, Ema, Rádio Amizade, Arede e interagindo com demais atores como organizações do mercado e mesmo universidades, como será apresentado no próximo capítulo. É possível observar que estas instituições/organizações constituídas após a Coopercana, também resultam da organização da sociedade civil local/regional. Entretanto, isso só se concretiza

na medida em que esta sociedade civil interage com atores das demais escalas de poder e gestão, principalmente o Estado.

O poder público municipal tem uma participação mais discreta no que se refere às ações desencadeadas por essas instituições/organizações. Embora apóie, não propõem programas ou projetos que pudessem auxiliar as ações que vêm sendo desenvolvidas visando o desencadeamento de um processo de desenvolvimento territorial. Nesse sentido, Farah (2003, p.83) afirma que:



**Foto 19:** Prefeitura Municipal de P. Xavier, ago/05

**Fonte:** Rambo, 2005.

Embora tenha havido, a partir da Constituição de 1988, um aumento das transferências de recursos da União para os estados e municípios e também dos estados para os municípios, tanto os governos estaduais, como os municipais têm se defrontado com dificuldades financeiras e não com abundância de recursos que a descentralização financeira determinada pela Constituição levaria a supor. O governo federal adotou, no ano de 1990, uma série de medidas que restringiram o volume de recursos à disposição dos estados e municípios (...), tendo ocorrido de fato certa recentralização (...). A capacidade financeira dos municípios também foi afetada, mais recentemente, pela queda do nível de atividade econômica do país.

Considera-se que essa limitação financeira do poder público local representa um grande empecilho para que os governos municipais criem seus próprios programas ou projetos de desenvolvimento, tornando-se dessa forma, atores mais passivos nesse processo<sup>21</sup>. Nesse sentido Becker (1991) complementa que a disputa pela hegemonia também está presente na descentralização político-administrativa do Estado. A restrita capacidade financeira dos municípios põe em xeque as estruturas de poder local institucionalizando e definindo formas paralelas de gestão. Concomitante e, conseqüentemente a isso, surgem instituições/organizações na escala local/regional voltadas a buscar alternativas de desenvolvimento territorial.

<sup>21</sup> Vale mencionar que existem exceções quanto a essa realidade no próprio noroeste gaúcho, a exemplo do município de Crissiumal. O poder público municipal daquele município, criou em 1998, em parceria com demais atores locais, o Programa “Pacto Fonte Nova” que incentiva a formação e o desenvolvimento de agroindústrias, reunindo agricultores, comerciantes e consumidores (a esse respeito ver RAMBO; RÜCKERT, 2004).

Já a interação do poder público estadual e federal com o poder local, representado principalmente pela sociedade civil organizada, apresenta uma dinâmica interessante. Mesmo não possuindo políticas públicas voltadas ao processo que vem se desenvolvendo localmente, a organização dos atores locais/regionais permite que estes se apoderem de diferentes políticas públicas para atender a demandas e necessidades locais/regionais. Grande parte das transformações territoriais que ocorrem na escala local/regional são decorrência da organização da sociedade civil desta escala, a qual leva suas demandas ao Estado que passam a ser concretizadas a partir de políticas públicas existentes. É diante deste fato que é possível perceber a importância do Estado nos processos de desenvolvimento territorial local/regional. Para tal, a organização dos atores locais/regionais, formando uma densidade é tão importante quanto à participação do Estado na execução das ações localmente planejadas. Este pode ser um exemplo empírico da multidimensionalidade do poder tratado por Becker (1991) e do papel do Estado em um contexto de economia globalizada (STIGLITZ, 2002, FIORI, 1994), tema tratado no segundo capítulo.

## **5 AS INOVAÇÕES TERRITORIAIS COLETIVAS E A DENSIDADE INSTITUCIONAL NA EXPERIÊNCIA DA COOPERCANA**

Considera-se que a inovação territorial coletiva (FERNANDÉZ, 2004; MÉNDEZ, 2002; FERRÃO 1996) e a densidade institucional (FERNANDÉZ, 2004, AMIN; TRIFT, 1995) são elementos fundamentais para que os atores locais/regionais de territórios periféricos, principalmente quando sustentados pela agricultura familiar e por pequenas e médias empresas no espaço urbano, possam assumir maior protagonismo no desencadeamento de processos de desenvolvimento territorial local/regional. Entende-se que a experiência da Coopercana apresenta tais variáveis e por isso pode ser um exemplo empírico do que foi acima afirmado.

O presente capítulo apresentará as inovações territoriais e a densidade institucional presentes na experiência da Coopercana junto às transformações territoriais por elas geradas. Tais transformações visíveis através dos novos usos políticos e econômicos do território, por sua vez, têm desencadeado um processo de desenvolvimento territorial local/regional, formando assim um espaço de poder e gestão - o território da Coopercana, como será melhor detalhado no último capítulo.

## 5.1 As inovações territoriais coletivas

Ao se entender a *inovação territorial coletiva* como a capacidade de geração e incorporação de conhecimentos para dar respostas criativas aos problemas do presente, resultado de relações de cooperação entre os atores (FERNANDÉZ, 2004; MÉNDEZ, 2002), pode-se considerar toda dinâmica de constituição da Coopercana como uma inovação. O processo de constituição da Cooperativa, descrita no capítulo 4 deixa evidente o caráter coletivo que permeia sua criação. Da mesma forma, os demais projetos e ações que serão apresentados a seguir, são elaborados e executados de forma coletiva buscando atender a demandas dos atores locais/regionais.

Conforme já apresentado no capítulo 01, o programa Leader (2005) considera que a característica “inovadora” de uma ação é definida tendo em conta o contexto local no qual esta ação se inscreve. Toda a ação que responde a necessidades particulares de desenvolvimento de um território introduzindo novas soluções, é inovadora.

Diante disso, pode-se considerar a Coopercana como uma experiência inovadora principalmente quanto à gestão e organização do território, que se dá a partir dos novos usos políticos e econômicos. A partir da criação da Cooperativa são constituídas relações de cooperação entre os atores locais/regionais - públicos e privados, individuais e coletivos – e destes com as demais escalas de poder e gestão. Essas relações têm permitido aos atores locais/regionais incorporar novos conhecimentos e novas formas de organização e gestão territorial, que lhes possibilita dar respostas criativas aos problemas e/ou debilidades existentes, atribuindo uma característica inovadora a experiência, o que por sua vez, contribui para o desencadeamento de processos de desenvolvimento territorial local/regional.

Essas respostas criativas dadas aos problemas e/ou debilidades caracterizam a inovação territorial coletiva, o que é demonstrado na figura 05 a seguir:

**Figura 05:** A inovação territorial coletiva presente na experiência da Coopercana



Fonte: Elaborada pela autora.

A seguir, são apresentadas as respostas criativas ou as inovações que permitem afirmar que a experiência possui características de inovação territorial coletiva:

### 5.1.1 A própria densidade institucional em torno da Coopercana

É bem visível a interação da Coopercana com demais instituições/organizações da região, bem como com as demais escalas. Essa densidade tem permitido o desenvolvimento de diferentes projetos e ações e o alcance dos objetivos a que estes se propõem. Além disso, têm possibilitado a constituição de instituições e organizações que têm atendido a demandas

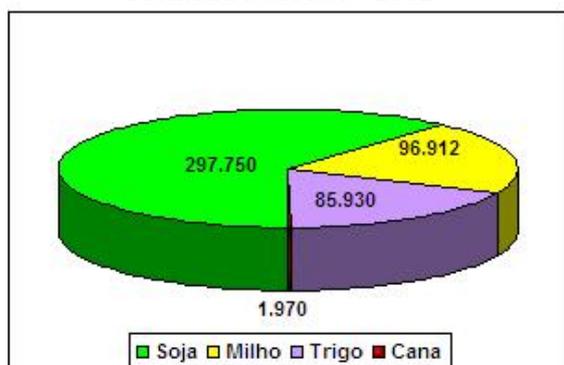
locais/regionais, não apenas dos associados da Cooperativa, mas também de diferentes atores do espaço rural e urbano, bem como de atores de outros municípios.

Constitui-se assim, uma mobilização social, uma cooperação, formando redes (HAESBAERT, 2002) que permitem a busca das demais inovações observadas, como as que serão mencionadas a seguir, permitindo novos usos políticos e econômicos do território e, conseqüentemente, o desencadeamento de um processo de desenvolvimento territorial local/regional. Como já afirmaram Kirat e Lung (1999), a densidade institucional é a base para o surgimento e desenvolvimento de sistemas localizados de inovação ou para a inovação territorial coletiva.

### 5.1.2 Cultivo de cana numa região em que predomina a cultura da soja

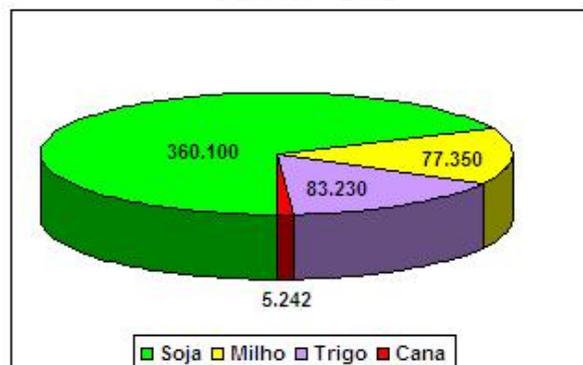
Os gráficos a seguir evidenciam as três culturas mais cultivadas no Corede Fronteira Noroeste e Missões. Através deles é possível observar a desproporção que há entre a soja, o milho e trigo em relação à cana-de-açúcar.

**Gráfico 07:** Hectares destinados a soja, milho, trigo e cana-de-açúcar no Corede Fronteira Noroeste - 2002



Fonte: IPD, mai/2005; IBGE, ago/2005. Elaborado pela autora.

**Gráfico 08:** Hectares destinados a soja, milho, trigo e cana-de-açúcar no Corede Missões - 2002



Fonte: IPD, mai/2005; IBGE, ago/2005. Elaborado pela autora.

Diante da discrepância entre os hectares destinados às culturas, principalmente comparando-se soja e cana, fica evidente o destaque que a soja assume na agricultura regional, podendo-se em função disso, considerar o cultivo da cana como uma inovação territorial coletiva, na medida em que esta é destinada ao mercado e quando passa a ser a principal fonte de renda dos agricultores familiares. No caso da Coopercana, o cultivo da cana diversifica a produção das pequenas propriedades rurais, sendo mais uma alternativa de renda.

É importante mencionar que, embora a desproporção do cultivo de cana-de-açúcar em relação ao da soja, esta não é uma cultura estranha aos agricultores das duas regiões. Seu cultivo se dá desde a época das reduções jesuíticas (1600), e até hoje está presente em grande parte das pequenas propriedades rurais. Entretanto, também em grande parte, seu cultivo tem por finalidade o auto-consumo na propriedade.

Embora existam agroindústrias (melado, aguardente, açúcar mascavo), estas são em pequeno número, e de economia familiar. Ou seja, para 52.028 estabelecimentos agropecuários há apenas 89 agroindústrias de derivados de cana-de-açúcar nos dois Coredes. Ao mesmo tempo, grande parte dos agricultores familiares cultiva cana, no entanto em pequenas quantidades e para o auto-consumo (LUNARDI, 2005, informação oral<sup>22</sup>).

Pode-se entender assim que a cultura da cana caracteriza uma potencialidade local/regional, ou ainda, constitui um capital do território (LEADER, 2005), principalmente quando é levado em consideração o fato da existência de um micro-clima favorável (semelhante ao tropical) principalmente nas proximidades do rio Uruguai. Além disso, a cana-de-açúcar é considerada uma cultura rústica, por ser mais resistente às intempéries climáticas sendo, por exemplo, mais resistente às estiagens, outro potencial da cultura, caracterizando um capital tangível do território (DALLABRIDA; SIEDENBERG; FERNÁNDEZ, 2004).

---

<sup>22</sup> LUNARDI, Jorge João –Veterinário e Gerente da Emater Regional da região de Santa Rosa.

É importante mencionar que o Relatório da Comissão Especial para o Estudo da Agroindústria Açucareira corrobora com tal consideração. O relatório afirma que:

Nosso Estado apesar de estar localizado na região brasileira de mais elevada latitude, oferece em algumas de suas regiões condições climáticas que se adaptam à cultura da cana-de-açúcar. Essas áreas, que se constituem mais em micro-clima, vêm, desde sua colonização, procedendo a um plantio incipiente e restrito da cana para alimentação de animais ou para utilização em industrialização primária, em rudimentares alambiques para produção de aguardente, ou engenhocas para fabrico de açúcar mascavo ou rapadura, produtos de generalizado consumo nas regiões de elaboração (ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, 1975, p.123).

Como já anteriormente mencionado, no Rio Grande do Sul, há três regiões onde é possível cultivar-se cana-de-açúcar em quantidade industrial. São elas o (1) litoral norte, mais precisamente os municípios de Torres, Osório, Santo Antônio da Patrulha e Rolantes; (2) o vale inferior dos afluentes do Guaíba, principalmente Rio dos Sinos, rio Caí e Taquari e (3) o vale do rio Uruguai, com extremos próximos a Marcelino Ramos, a leste, e Porto Xavier, a oeste. Nesta última região são destacados os municípios de Nonoai, Planalto, Frederico Westphalen, Palmitinho, Tenente Portela, Três Passos, Humaitá, Três de Maio, Santo Cristo, Santa Rosa e Porto Xavier, pois possuem condições morfo-climáticas adequadas (nenhuma ou pouca formação de geada, topografia do solo pouco ondulada, permitindo a mecanização) além de apresentar “áreas (...) com muita cana plantada...” (ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, 1975, p.169).

Vale destacar ainda, o relatório de Estudos Ambientais realizado pela Unijuí a pedido da Coopercana, o qual objetivou a obtenção da Licença de Operação Ambiental. Este aponta que:

A permanência da cana-de-açúcar indica a atualização de um “hábito produtivo” tradicional, transmitido dos agricultores brasileiros aos colonos. Sua importância no contexto cultural-produtivo regional é atestada pela presença no município de Porto Xavier, há 50 anos atrás, de uma indústria de médio porte produtora de rapadura e melado e pela presença atual de agroindústrias produtoras de açúcar mascavo e cachaça. (UNIJUÍ, 2003, p.25)

Enfim, o cultivo da cana como uma alternativa de renda pode ser considerada uma inovação frente ao cultivo da soja. A cana-de-açúcar também caracteriza um capital territorial, ao levar-se em consideração a existência do micro-clima favorável, pelo fato de ser uma cultura rústica, e por seu cultivo, embora para auto-consumo, ser comum nas pequenas propriedades.

### 5.1.3 A industrialização da cana e não sua venda *in natura*

Novamente com base no que afirma o programa Leader (2005), pode-se considerar a industrialização da cana-de-açúcar como uma inovação se comparada à soja. Os agricultores produtores de soja da região comercializam esta oleaginosa *in natura*. Nas duas regiões há apenas duas indústrias que beneficiam o grão: Câmera S/A, localizada no município de Santa Rosa, no Corede Fronteira Noroeste e a Giovelli S/A, no município de Guarani das Missões, no Corede Missões. As cooperativas tritícolas existentes nos dois Coredes também comercializam grande parte dos grãos *in natura*, sendo exportados pelo porto de Rio Grande.

Levando-se em consideração que os produtos primários agregam menos valor que os industrializados, o pequeno agricultor deixa de explorar mais uma alternativa de renda ao comercializar a soja *in natura*. No caso da cana, seu plantio, corte e industrialização gera novos empregos, novos postos de trabalho, além dos impostos. A cana passa a ser mais uma fonte de renda para os pequenos agricultores, pois (1) agrega valor ao produto primário, (2) diversifica a produção bem como (3) as fontes de renda através da pluriatividade (produção de álcool, no caso da Coopercana, e açúcar mascavo, cachaça, melado, licores, no caso de outras agroindústrias).

Dessa forma, levando em consideração o contexto local – do plantio e venda *in natura* do principal cultivo da região - a industrialização da cana e sua transformação em álcool combustível caracteriza uma ação que responde a necessidades particulares daquele território, introduzindo novas soluções a demanda por alternativas mais adequadas, sócio-econômico-ambiental e mesmo culturalmente, às pequenas propriedades rurais.

#### 5.1.4 O fato de ser uma cooperativa e não uma empresa S/A

No setor secundário dos dois Coredes predominam empresas de capital e não empresas cooperativas, sendo as primeiras compostas por um número muito limitado de proprietários ao contrário da Coopercana que possui 273 associados. Além disso, o número de empregados está muito acima da média regional como poderá ser observado no sexto capítulo.

É importante mencionar ainda que os dois Coredes se destacam pelo grande número de cooperativas existentes - de produção, de crédito, de trabalho. Por sua vez, as de industrialização são pouco frequentes. Diante disso, a Coopercana pode novamente ser considerada uma inovação pelo fato de caracterizar uma cooperativa de industrialização, bem como de produção. Como já trazia Panzutti (2002, p.07) anteriormente, a cooperativa é uma forma específica de organização da sociedade civil, permitindo aos mais fracos desenvolverem-se dentro da economia competitiva. Os associados buscam satisfazer seus interesses pessoais através de cooperativas quando verificam que a ação solidária é mais vantajosa que a ação individual.

A organização cooperativa deste empreendimento tem viabilizado o mesmo, pois seus associados de forma individual, não teriam condições financeiras para dar continuidade

às atividades da usina depois da falência da Alpox. No entanto, de forma coletiva ou cooperativa, a usina tornou-se um empreendimento viável, reunindo esforços de todos os seus associados (recursos financeiros, mão-de-obra, matéria-prima). Além disso, a Cooperativa permite uma gestão mais democrática e voltada às necessidades de seus associados, o que fica mais evidente quando se compara a Coopercana com a antiga Alpox, como apresentado no item 4.1.

A organização dos agricultores e dos funcionários do parque industrial da Alpox, ao constituírem a Coopercana, também pode ser considerada uma resposta criativa a uma demanda que se colocava: num primeiro momento, colher e industrializar a cana que estava na lavoura e em seguida, dar continuidade às atividades da usina. Essa organização vai ao encontro da afirmação de Fernández (2004) quando menciona que as inovações são resultado de relações de cooperação entre os atores - públicos e privados, individuais e coletivos.

#### 5.1.5 O fato de ser uma usina de álcool autogestionária

Ao lado do cooperativismo, a autogestão surge como mais uma resposta a demandas locais. Segundo Carvalho (1995) a “autogestão é uma forma de organização tanto política como econômica (...) dá às pessoas o poder de tomar decisões nas áreas mais vitais de seu próprio interesse” (p. 120-121). A Coopercana, junto a Catende de Pernambuco são as únicas usinas de álcool autogestionárias do Brasil, o que demonstra o grau de protagonismo desta experiência.

A autogestão no caso da Coopercana, tem permitido uma gestão mais democrática do empreendimento. No período da Alpox, os agricultores não participavam das discussões dentro da empresa. Hoje existe a possibilidade de cada associado colocar seu ponto de vista,

sua opinião, o que é possibilitado por meio dos núcleos de base e, de forma democrática, na assembléia geral, a opinião da maioria é seguida. Isso vai ao encontro dos princípios da Anteag (2005) a qual entende que “a autogestão é um modelo de organização em que o relacionamento e as atividades econômicas combinam propriedade e/ou controle efetivo dos meios de produção com participação democrática da gestão” Além disso, “os trabalhadores devem ter a capacidade e o poder de decisão sobre tudo o que acontece na empresa: metas de produção, política de investimentos, modernização, política de pessoal, etc. Isso quer dizer que as atividades educativas e o incentivo à inteligência coletiva constituem a vida das empresas autogestionárias”.

A autogestão da Coopercana propicia ainda, uma distribuição mais eqüitativa dos recursos gerados, contribuindo para o desenvolvimento/melhoria da usina e da mesma forma, para a melhoria das condições de vida de seus associados através da diversificação da produção e da pluriatividade.

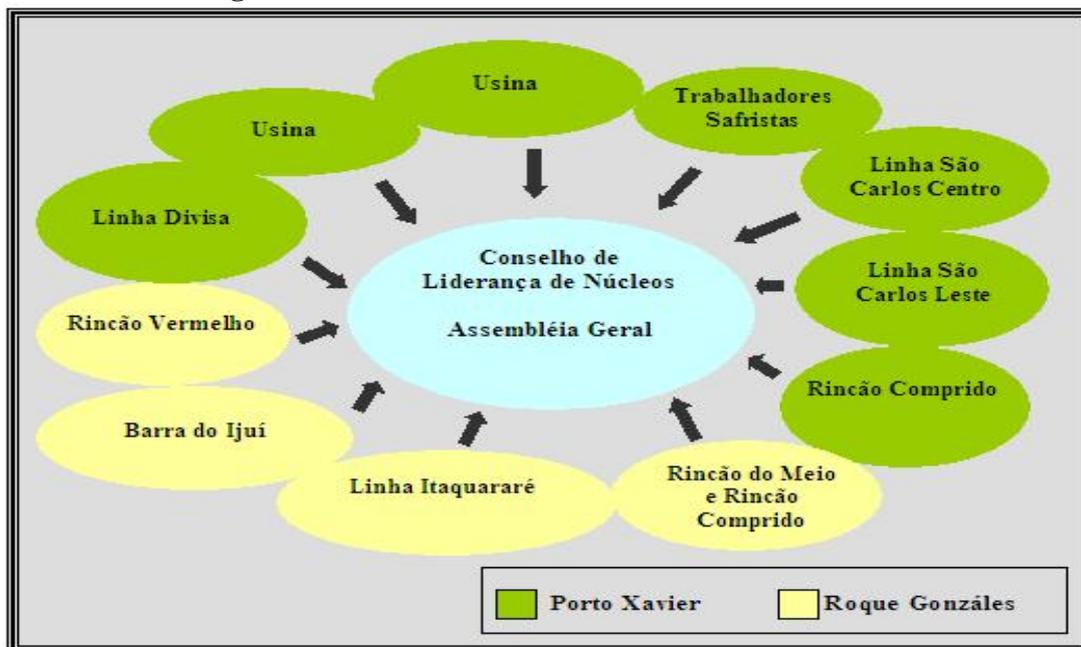
#### 5.1.6 Os onze núcleos de base da Coopercana

Os núcleos de base consistem em grupos que reúnem tanto os trabalhadores do parque industrial quanto os agricultores associados, de acordo com a distribuição espacial dos mesmos, ou seja, as localidades e bairros em que residem.

Os núcleos são formados de onze a quarenta e oito pessoas, sendo que anualmente são realizadas duas reuniões ordinárias. Segundo documentos da Coopercana, essa forma de organização “além de possibilitar aos associados um controle maior sobre a administração dos recursos da Cooperativa, proporcionam espaços para a troca e difusão de saberes de caráter agrônomo, ecológico, gerencial e organizacional, viabilizando a formulação de projetos

comuns” (COOPERCANA, 2004-a). A figura a seguir busca demonstrar o fluxo de discussões dos núcleos nas localidades e seus respectivos municípios até as assembleias gerais.

**Figura 06:** Dinâmica da discussão dos núcleos de base



Fonte: Elaborada pela autora.

A realização de reuniões nos núcleos, mais próximos das propriedades ou da residência dos associados caracteriza uma vantagem em função da diminuição tanto do custo quanto do tempo de deslocamento. Além disso, um grupo com um número mais reduzido de pessoas, junto a uma roda de chimarrão, gera uma descontração maior, sendo que é frequente a realização das discussões no dialeto local.

O que neste caso caracteriza uma inovação não é a simples organização dos núcleos de base, até porque esta é uma prática relativamente comum no sistema cooperativista. O diferencial neste caso é a efetividade da participação dos associados nas reuniões dos núcleos bem como na assembleia geral o que não ocorre na mesma intensidade no caso das grandes cooperativas empresariais. Ou seja, “...o processo de crescimento da sociedade cooperativa supõe o rompimento do controle do corpo de produtores sobre a mesma em favor de um

grupo de verdadeiros produtores-empresários (...) a quem passará a responsabilidade de decidir sobre os rumos a serem impressos, ao seu desenvolvimento” (BENETTI, 1982, p.153). Assim, na medida em que haja um crescimento empresarial da cooperativa, haverá uma tendência de afastamento da liderança em relação às suas bases” (PANZUTTI, 2002, p.56).

As reuniões nos núcleos da Coopercana têm possibilitado uma maior participação de cada associado, gerando discussões mais aprofundadas, mais densas e encaminhamentos ou pré-definições para as assembleias gerais, como traz o depoimento abaixo:

a questão da nucleação, o associado é bastante atuante na Cooperativa, a gente não pertence a uma cooperativa tritícola para saber qual é a atuação do associado, mas aqui na Coopercana a gente vê que ele é bastante atuante. A gente tem reuniões periódicas de núcleos, divididos em 11 núcleos, onde o associado tá sempre trabalhando, ou ele participa dando sugestões, ou pelo menos eles estão bem esclarecidos qual é a situação, tanto financeira quanto estrutural da Cooperativa, isso é um diferencial (Engenheiro agrônomo da Coopercana, ago/05).

A participação efetiva dos associados nas reuniões dos núcleos e nas assembleias demonstra haver uma capacidade coletiva e permanente de aprendizagem e adaptação, característica entendida como fundamental por Ferrão (1996) para o desenvolvimento da inovação territorial coletiva, como apontado no item 2.2. A importância da organização dos núcleos de base também é ressaltada pelos associados:

É discutido nas reuniões de núcleo né, cada um vai lá e apresenta os desejos que tem, o que precisa ser melhorado, o que vai ser feito naquele ano, o que precisa ser feito antes da colheita (...). É bem democrático né, o cara chega ali, fala, ouve tudo, não tem problema né (Associado da Coopercana ago/05).

Segundo outro entrevistado, as reuniões dos núcleos estimulam a participação dos associados nas discussões trazidas pelo conselho administrativo e técnicos da Coopercana:

Os agricultor conseguem dá a opinião e por isso já é feito assim, nos núcleos com poucas pessoas pra todos os agricultores dar opinião. Se é num lugar onde tem bastante gente muitos já não tem condição de falar e o agricultor é... Assim tem muito agricultor que não fala né, quando é um público grande, e ali que é povo só da

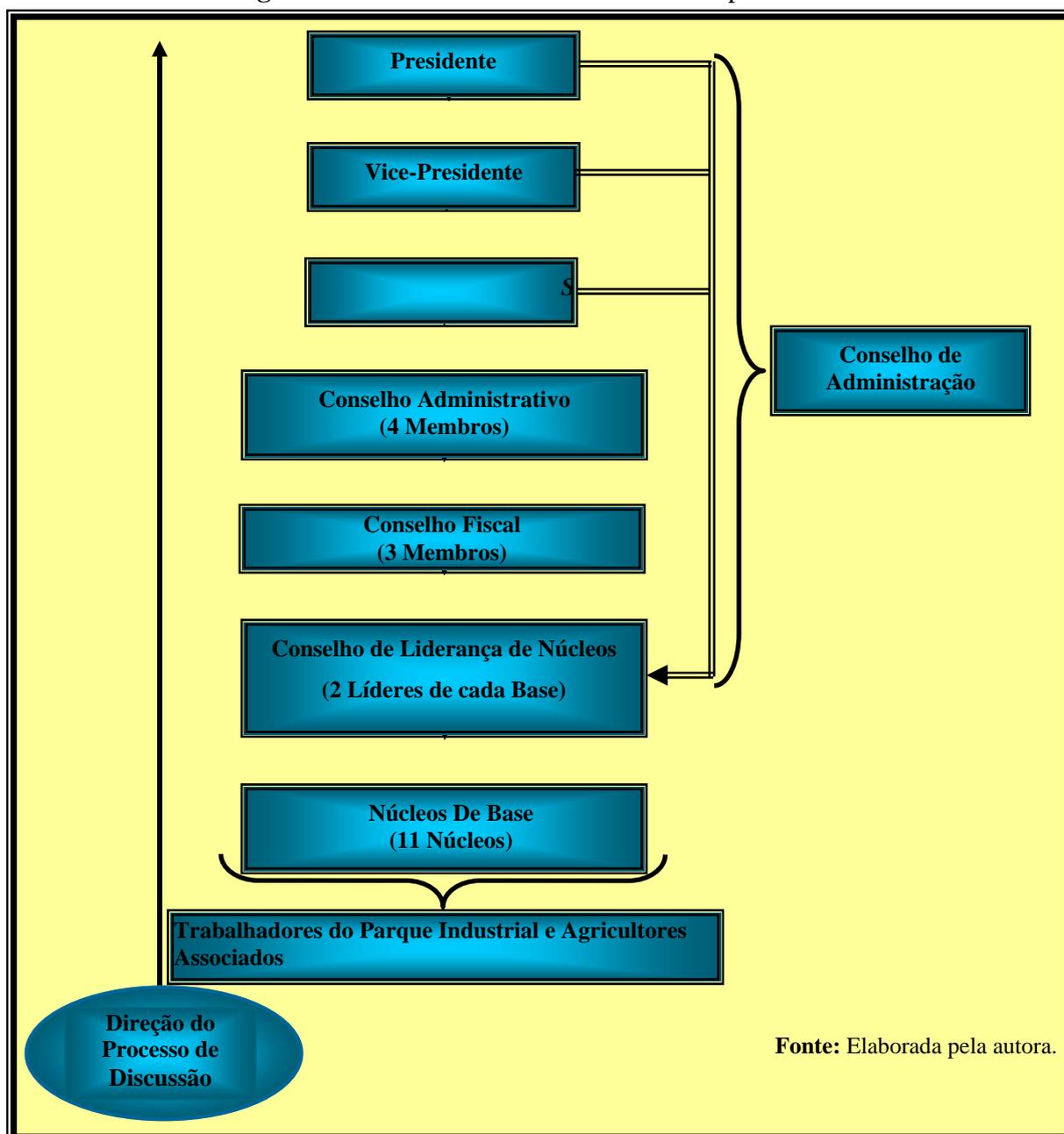
comunidade mesmo, aí eles acabam falando, dão as opinião né. Normalmente é tudo conhecido aí eles acabam dando opinião (Associado da Coopercana ago/05).

É ressaltado ainda que a organização dos núcleos de base permite uma gestão mais democrática da cooperativa, onde as decisões são tomadas pelos associados e não apenas pelo conselho administrativo:

O que a gente vê na cooperativa aqui, não tem um grupo de duas, três pessoas que pegam e dizem “não, vai ser isso” daí exatamente pra isso que existem os núcleos, que é onde fazem a discussão em pequenos grupos. Digamos, depois da safra o pessoal sempre tem alguma reclamação, isso, aquilo, então essas reclamações o pessoal da diretoria traz pra gente discutir, ver o que tá acontecendo, se é exatamente isso, aí se tenta melhorar. A decisão é tomada nos associados, e tomada entre eles, não supor, chegar um cara aqui e dizer o que tem que fazer e dizer “não, é isso e isso” se não é isso que o pessoal quer (Associado da Coopercana out/05).

A figura que segue apresenta o organograma do conselho administrativo da Coopercana, demonstrando como esta se encontra estruturada, possibilitando observar a dinâmica global do processo de discussão da Cooperativa, desde os agricultores na base, até o presidente da Cooperativa no topo. O Conselho de Administração possui mandato eletivo por um período de dois anos, sendo a lisura administrativa garantida pelo acompanhamento mensal das finanças da cooperativa pelo conselho fiscal. Como já apontado acima, há uma relação estreita do conselho de administração com os núcleos de base, sendo que o processo de discussão se inicia nos núcleos, passa pelo conselho de lideranças de núcleos chegando enfim até à assembléia geral.

**Figura 07:** Conselho administrativo da Coopercana



### 5.1.7 O Estatuto

Um dos primeiros passos para a formação de uma cooperativa, a elaboração de seu Estatuto, que pode ser apresentado, neste caso, como a formalização do caráter institucional da Coopercana. Dentre os objetivos da mesma consta:

A Cooperativa dos Produtores de cana de Porto Xavier Ltda – Coopercana – tem como objetivo produzir, industrializar e comercializar derivados da cana-de-açúcar, desenvolver programas de apoio e fomento aos seus associados e *contribuir para o desenvolvimento regional* (Estatuto da Coopercana, 1999, grifo meu).

Tal objetivo, estabelecido por uma cooperativa, que resulta da organização da sociedade civil e não de alguma instituição do Estado, pode ser considerada uma característica inovadora, uma resposta às demandas e debilidades locais/regionais. Tal consideração pode ser reforçada pelo depoimento abaixo:

(...) a forma de gestão faz a diferença. A Coopercana diferentemente das outras [cooperativas tradicionais] ela se preocupa em discutir o desenvolvimento regional enquanto as tradicionais são fechadas em torno de si (Tesoureiro da ASTRF, dez/04).

Como mencionado anteriormente, Nascimento (2004) afirma que, quando as estruturas políticas estabelecidas pelo poder central são mal adaptadas às realidades locais, nas regiões mais desfavorecidas ou mais isoladas, as funções de animação e de organização são as que se revelam mais úteis. Uma organização da sociedade civil, voltada a contribuir com o desenvolvimento da região, pode ser resultado das estruturas políticas mal adaptadas das quais trata o autor. Isso não quer dizer “má vontade política” pois, como afirma Becker (1983), o Estado, produzindo e usando o espaço não está atento à necessidade de todos os setores da população, o que é um obstáculo maior ainda em um país com as extensões territoriais como as do Brasil.

Bobbio (1986) nos traz que a sociedade civil caracteriza-se pelo lugar onde se desenvolvem os conflitos econômicos, ideológicos, religiosos, que as instituições estatais têm o dever de resolver. Entretanto, pelo mencionado no parágrafo anterior, entende-se que, frente ao dinâmico meio técnico-científico informacional é exigido que a sociedade civil se organize em torno de suas demandas, de modo que seja possível ao Estado atender às mesmas. A preocupação da Coopercana com o desenvolvimento regional é aqui compreendida como a

organização da sociedade civil em torno de suas demandas, que são atendidas a partir da densidade institucional que é formada em torno da Cooperativa.

Este objetivo, resultado de discussões dos associados, sendo o Estatuto aprovado em assembléia, demonstra o caráter coletivo desta inovação e um comprometimento destes associados para com seu território, não se restringindo aos objetivos corporativos (enquanto empresa). Pode-se considerar que este objetivo vem sendo progressivamente alcançado ao levar-se em consideração os projetos dos quais a Coopercana participa, bem como as instituições/organizações constituídas posteriormente a Coopercana.

#### 5.1.8 A produção de energia elétrica

Outra inovação que pode ser considerada é a produção de energia elétrica pela Coopercana. Durante os meses de funcionamento da usina, a Cooperativa isenta-se do pagamento da taxa de energia elétrica.

Esta energia é produzida a partir da queima do bagaço de cana. A caldeira inicialmente é acesa com madeira, porém, na medida em que é produzido bagaço, este passa a ser queimado movendo a usina e gerando energia para os demais setores do parque industrial. Além da vantagem quanto ao não pagamento da taxa de energia, outro resultado positivo é a redução de bagaço a ser levado às lavouras para adubação, pois o excesso do mesmo pode prejudicar a fertilidade do solo. Frente à realidade regional, a produção de energia pode ser considerada como mais uma resposta criativa a uma debilidade que havia: reduzem-se os custos com a energia elétrica e diminuem-se possíveis danos ambientais.

Vale destacar que a potência do gerador de energia é de 1000 kWh, sendo que a produção supera a demanda de energia da usina. Segundo técnicos da Cooperativa, o gerador

teria a capacidade de abastecer metade da cidade de Porto Xavier. A possibilidade de se expandir o uso desta energia para além do parque industrial existe. Ainda não há projetos concretos neste sentido, porém a intenção e a possibilidade existem, podendo-se considerar este fato como uma potencialidade deste território.

#### 5.1.9 A produção de álcool etílico hidratado

Quando se leva em consideração que a Coopercana é a única usina produtora de álcool etílico hidratado do Estado, não restam dúvidas sobre o caráter inovador desta experiência. Esta inovação já era uma característica da Alpox, contudo, o caráter coletivo, territorial, surge a partir das mobilizações em prol da constituição da Cooperativa, estando seus atores preocupados também com o desenvolvimento do entorno territorial, conforme apresenta o Estatuto.

A tabela 05 apresenta o consumo de álcool etílico hidratado do Rio Grande do Sul junto à produção da Alpox (1994 a 1998) e da Coopercana (1999 a 2003). Pode-se observar que a partir da Coopercana, a usina passa a atender um percentual consideravelmente maior da demanda do Estado. É visível que contribui para isso, a queda no consumo de álcool no Estado, 73% de 1999 a 2003. Entretanto, o aumento da produção é superior a este percentual, sendo de 120%.

A queda no consumo do álcool hidratado neste período é uma realidade em todos os estados do país (ANP, 2005). Porém, segundo a Coopercana, a expectativa é que esse crescimento passe a ser positivo com a produção dos carros bi-combustíveis. Contudo, sendo a Coopercana a única usina do Estado, essa queda não caracteriza um problema, ao menos em curto prazo. Além do mais, a Cooperativa pretende investir na produção de álcool anidro

(misturado à gasolina e ao óleo diesel) o qual possui um preço superior ao hidratado, servindo também como uma forma de diversificar a produção.

**Tabela 05:** Atendimento da demanda do consumo de álcool hidratado do RS pela Alpox e Coopercana.

<b>Ano</b>	<b>Consumo do RS (l)</b>	<b>Produção Alpox/ Coopercana (l)</b>	<b>Atendimento da demanda do RS (%)</b>
<b>1994*</b>	563.830.000	2.738.118	0,49
<b>1995*</b>	554.840.000	2.335.370	0,42
<b>1996*</b>	524.120.000	3.000.147	0,57
<b>1997*</b>	385.280.000	3.405.173	0,88
<b>1998*</b>	272.290.000	3.818.011	1,40
<b>1999</b>	222.930.000	4.038.000	1,81
<b>2000</b>	200.880.000	3.003.000	1,50
<b>2001</b>	165.260.000	5.306.000	3,21
<b>2002</b>	177.790.000	6.411.000	3,61
<b>2003</b>	149.570.000	6.045.000	4,04

\* Período referente à produção da Alpox.

**Fonte:** ANP, de/2005-b e Coopercana, 2004-a. Elaborada pela autora.

Pelos exemplos mencionados, as características que compõem a inovação territorial coletiva, citadas anteriormente por Mendéz (2002), podem ser reconhecidas na experiência da Coopercana. Ou seja,

- a) a partir do processo de constituição da Coopercana observa-se a criação de um clima social, havendo uma mobilização visível em favor do desenvolvimento local e uma permeabilidade quanto a incorporação de novidades capazes de romper com inércias herdadas, como pode ser o exemplo das pequenas propriedades rurais. O problema quanto ao pequeno porte e a pequena escala de produção é atenuada através da organização cooperativa. Além disso, um cultivo de auto-consumo que passa a fazer parte das principais fontes de rendas dos agricultores familiares, mais adaptada ao clima, e mesmo a pequena

extensão das propriedades também caracteriza uma novidade que rompe com o que o autor chama de inércia herdada;

- b) a presença de redes locais de cooperação, formais ou informais, resultantes da densidade institucional, é uma constante, como será detalhado adiante. Estas redes tornam possível a realização de projetos que tendem a gerar novos conhecimentos, levando a transformações territoriais;
- c) mesmo que de forma discreta, observa-se a presença de instituições públicas, locais e regionais, que apóiam a inovação e o desenvolvimento territorial. Observa-se no caso empírico que a geração de iniciativas próprias, a negociação com outras instâncias públicas e privadas, parte da sociedade civil, mas se efetiva através da interação com os demais atores;
- d) é bem visível o esforço quanto a melhorias na formação e educação. Pode-se citar neste sentido (o que também estará detalhado a seguir) os cursos de formação e capacitação dos associados da Coopercana, o Ensino Médio Alternativo, a constituição da Arede, as visitas técnicas, intercâmbios com outras agroindústrias de cana bem como com escolas de ensino fundamental e médio, e ainda com universidades. Estes esforços vão de encontro às demandas do saber fazer local. Ou seja, há uma intenção em potencializar as especificidades locais/regionais.

Com base em Méndez pode-se demonstrar que a experiência da Coopercana está carregada de inovações territoriais coletivas, que valorizam a criação de novos conhecimentos, decorrentes do modo como as organizações conseguem combinar diferentes tipos e fontes de informação, de modo a responder a suas demandas e desencadear um processo de desenvolvimento territorial local/regional, conforme a visão de inovação

sistêmica de Ferrão (2002-b). Essa produção de inovações é possível nos territórios periféricos, a partir da densidade institucional, como será apresentado a seguir:

## **5.2 A densidade institucional**

Considera-se a densidade institucional (AMIM e THRIFT, 1995; FERNÁNDEZ, 2004) um elemento essencial para o desencadeamento de processos de desenvolvimento territorial local/regional. Entende-se ainda, que essa densidade assume maior importância em territórios periféricos, àqueles distantes e/ou à margem dos interesses dos grandes centros industriais e de tomada de decisão, sustentados principalmente pela agricultura familiar e ainda, por pequenas e médias empresas no espaço urbano.

Na medida em que pequenos agricultores passam a se mobilizar, a buscar interação com atores do espaço urbano, bem como com as demais escalas de poder e gestão, atuando coletivamente, ou formando uma densidade, torna-se mais fácil responder a demandas locais/regionais e desencadear ações que contribuam para o desenvolvimento territorial local/regional, o que individualmente, ou não seria possível, ou seria um processo de maior complexidade. Na experiência da Coopercana, observa-se relativa densidade institucional, tanto entre atores locais/regionais, quanto com as demais escalas de poder e gestão.

Foram catalogadas quarenta e oito instituições e organizações da sociedade civil, do Estado e do mercado, das diferentes escalas de poder e gestão (local, local/regional, estadual, federal e internacional) além de dezenove programas/projetos/ações. Abaixo estão relacionados estes programas, projetos e ações resultantes da densidade institucional, junto ao nível de densidade e aos atores, instituições e organizações, como firmas, associações, instituições financeiras, ONGs, escolas, universidades:

**Tabela 06:** Programas/projetos/ações resultantes da densidade institucional em torno da experiência da Coopercana

PROJETO/AÇÃO	ESCALAS				NÍVEL
	LOCAL E LOCAL/REGIONAL	ESTADUAL	FEDERAL	INTERNACIONAL	
<b>PBA: Educação para a Gestão Ambiental: Qualidade de Vida e do Ambiente pela Cidadania Consciente<sup>23</sup></b>	- Coopercana - EMATER - STR-Porto Xavier - Secretarias Municipais da Saúde, Educação e Agricultura-Porto Xavier - Escolas - Brigada Militar - Clubes de Senhoras - Associações de Classe - Clubes de Serviço - Igrejas.	Órgãos ambientais	Órgãos ambientais		1
<b>Projeto para Modernização da Planta Industrial na Produção de Álcool para Produção de Biodiesel pela Agricultura Familiar</b>	- Coopercana - CRECAF		BNDES/Pronaf Agroindústria		1
<b>Integração Cultural entre Coopercana e Engenho Azucarero</b>	- Coopercana (Associação de Cooperados Trabalhadores da Coopercana)			Engenho Azucarero San Javier Argentina	1
<b>Processo de Arrendamento da Massa Falida da Alpox.</b>	- STR-Porto Xavier - COOPAX - ASTRF - ASPLACAN - Agricultores e funcionários da Alpox - Prefeitura de Porto Xavier - Prefeitura de Roque Gonzáles - 400 pessoas ligadas a Alpox		Poder Judiciário		1
<b>Construindo Segurança Alimentar nas Missões do RS</b>	- ASTRF - STRs (da região das Missões) - 600 agricultores familiares		- Ministério do Desenvolvimento Social - CONSAD Missões		1

<sup>23</sup> Este PBA, apresentado pela Coopercana ao Ibama, não está em prática ainda, pois estão sendo realizados os ajustes solicitados pelo Ibama. O PBA vem citado aqui, para demonstrar a atuação da Cooperativa quanto à redução dos impactos ambientais gerados pela usina.

<b>Rede de Cidades</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- AMM</li> <li>- Sindicatos de Trabalhadores Rurais e Urbanos</li> <li>- ACIs</li> <li>- Cooperativas de Trabalhadores</li> <li>- ONGs que visam o combate a pobreza e a exclusão</li> <li>- FUNMISSÕES – Fundação das Missões</li> <li>- EMATER</li> <li>- MST</li> <li>- Movimento de Mulheres Rurais</li> <li>- URI</li> <li>- Igrejas</li> <li>- Câmara de Vereadores dos 25 municípios da AMM</li> <li>- cerca de 165 entidades da região, entre elas Coopercana</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Governo do Estado</li> <li>- Delegados do OP</li> <li>- Corede/Missões</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Secretaria Especial de Combate às Desigualdades</li> <li>- AGORA XXI</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- PGU-ALC</li> <li>- IPES</li> <li>- FEMUM</li> <li>- COPEVI</li> </ul>	1
<b>Curso de Formação</b>	- 24 Agricultores cooperados da Coopercana		<ul style="list-style-type: none"> <li>- DIEESE</li> <li>- ANTEAG</li> </ul>		1
<b>Processo de Compra da Massa Falida pela Coopercana</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Coopercana</li> <li>- Credores da Alpox S/A (processos trabalhistas)</li> </ul>	Credores da Alpox S/A (ICMS)	Credores da Alpox S/A (débitos fiscais com a União Federal)		1
<b>Estudo de Adaptação de Variedades de Cana-de-açúcar na Região Noroeste do Rio Grande do Sul</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Coopercana</li> <li>- ASTRF</li> <li>- COOPAX</li> <li>- CRESOL</li> <li>- COOPERLUZ</li> <li>- STRs</li> <li>- Secretarias Municipais da Agricultura</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Governo do Estado – RS Rural/Pesquisa por Demanda</li> <li>- EMATER</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- EMBRAPA/RJ</li> <li>- UFRGS</li> </ul>		1
<b>Processo de Constituição da CRESOL</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Coopercana</li> <li>- ASTRF</li> <li>- STR – Porto Xavier</li> <li>- COOPAX</li> <li>- EMA</li> <li>- COOPESC</li> <li>- Secretaria da Agricultura</li> <li>- Conselho Municipal da Agricultura</li> </ul>	EMATER	Banco do Brasil		1
<b>Curso de Cooperativismo</b>	Agricultores cooperados da Coopercana	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Governo do Estado (Qualificar RS)</li> <li>- EMATER Porto Xavier</li> <li>- EMATER Roque Gonzáles</li> </ul>			2

<b>Processo de Constituição do EMA</b>	- Secretaria da educação - Escolas de Rincão Comprido, Rincão Vermelho e Linha São Carlos de Porto Xavier - COMADEM - Coopercana - STR - COOPAX	- Secretaria da educação - EMATER			2
<b>Projetos patrocinados através da LIC (Lei de Incentivo a cultura)</b>	- Coopercana - CTG Corredor Missioneiro – Porto Xavier - Mercedo Produções Sto Cristo - CPM da Escola de Ensino Fundamental João Manoel Corrêa – Porto Xavier - Piquete Nativista – Giruá - Prefeitura Municipal – Giruá - CPM da Escola Estadual de Educação Básica Leopoldo Ost-Sto Cristo - APROSAN_Sto Cristo - Grupo de Jovens Alicerce-Sto Cristo - COOTRIROSA - Sto Cristo - Coral Santa Cecília - Quero-Quero - Sto Cristo	Governo do Estado			2
<b>Processo de Constituição da Cooperbioverde</b>	- Coopercana - ASTRF - STR – Porto Xavier - COOPAX - ACI - Escola de Trabalhadores 8 de Março/Novo Hamburgo	- STCAS (Programa Coletivos do Trabalho) - EMATER			2
<b>Diagnóstico e Estratégias de Desenvolvimento da Agricultura de Porto Xavier</b>	- Coopercana - Agricultores de Porto Xavier - Secretaria Municipal da Agricultura de Porto Xavier - COOPAX - CRESOL - STR - DEAg - PIBEX	EMATER			2
<b>Convênio de Cooperação técnica Coopercana - UNIJUÍ</b>	- Coopercana - UNIJUÍ: DEAg,DBQ, DCS, DCSa, DeTEC				4
<b>Intercâmbio ao Salto do Jacuí</b>	- Coopercana -Grandespi				4

<p><b>Processo de Constituição da Rádio Comunitária Amizade FM</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Coopercana</li> <li>- ASTRF</li> <li>- EMA</li> <li>-STR</li> <li>- CRE\$OL</li> <li>- IGREJAS (Católica e IECLB)</li> </ul>				4
<p><b>Processo de Constituição da AREDE</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- STRs de Santo Cristo, Porto Lucena, Porto Vera Cruz, Guarani das Missões, Sete de Setembro, Caibaté, Porto Xavier</li> <li>- COOPERLUZ</li> <li>- Coopercana</li> <li>- SINDICOOP</li> <li>- Sindicato dos Bancários de Santa Rosa e Região</li> <li>- Sindicato dos Municipários de Santa Rosa</li> <li>- Sindicato dos Comercários de Santa Rosa</li> <li>- CPERS Sindicato – 10º Núcleo Santa Rosa</li> <li>- Sindicato dos Metalúrgicos de Horizontina</li> <li>-Igreja Católica – Diocese Santo Ângelo</li> <li>- IEAB</li> <li>- IECLB</li> </ul>				4

**Fonte:** Elaborada pela autora.

Dos dezenove programas/projetos e ações das quais a Coopercana participa, 53% são de nível 01; 26% do nível 02; e 21% do nível 04, não encontrando-se nenhum do nível 03. Ao levar em consideração que 79% dos projetos são de nível 01 e 02 pode-se afirmar que há uma alta densidade em torno da experiência e que estas ações têm conseguido atender a demandas dos atores locais/regionais envolvidos.

Diante dessa realidade, não é estranho que se levante um questionamento: se o Estado (na escala estadual e federal) está presente em 79% das ações, qual seria então o papel do poder local, ou mesmo, é conveniente falar-se em poder local? A resposta é sim, e o poder local, no presente caso representado principalmente pela sociedade civil organizada, é fundamental para que estas ações sejam colocadas em prática.

Como mencionado no início desta pesquisa e mesmo a poucos instantes, o Estado não está atento a todas as demandas da sociedade (BECKER, 1983). Cabe portanto ao poder local, onde está inclusa a sociedade civil, o mercado e o poder público municipal, organizar-se em torno de suas demandas exercendo sua cidadania (TOURAINÉ, 1996).

Embora grande parte dos programas/projetos/ações seja de nível 01 e 02, o que significa participação do Estado nas escalas federal e estadual, observa-se a presença de um número considerável de atores da sociedade civil principalmente na escala local/regional. Isso representa a organização da sociedade civil, sendo que esta vem se mobilizando em torno de suas demandas, buscando respostas criativas (MÉNDEZ, 2002) e soluções junto ao governo estadual e federal, além das demais instituições e organizações das diferentes escalas. Isso evidencia a afirmação de Bobbio (1986), quando menciona que a relação sociedade civil - Estado, se dá pelo fato da primeira ser responsável pela formação das demandas que se dirigem ao segundo, responsável pelo seu atendimento.

Diante disso, pode-se considerar que a organização dos atores locais em torno de suas demandas é fundamental para o desencadeamento de processos de desenvolvimento. Vale ressaltar que o alto nível de densidade é resultado justamente dessa organização da sociedade civil, que busca interagir com os poderes das demais escalas em respostas aos problemas locais que se colocam.

A densidade que se constitui em torno dos programas/projetos e ações permite, primeiro, que estes sejam colocados em prática, pois *o local não é auto-suficiente* e o desenvolvimento exclusivamente endógeno pode ser considerado “utópico”<sup>24</sup>. Da mesma forma, políticas e programas exógenos correm o risco de não encontrar uma identidade e um comprometimento no espaço local/regional, havendo possibilidades de não alcançar os objetivos estabelecidos.

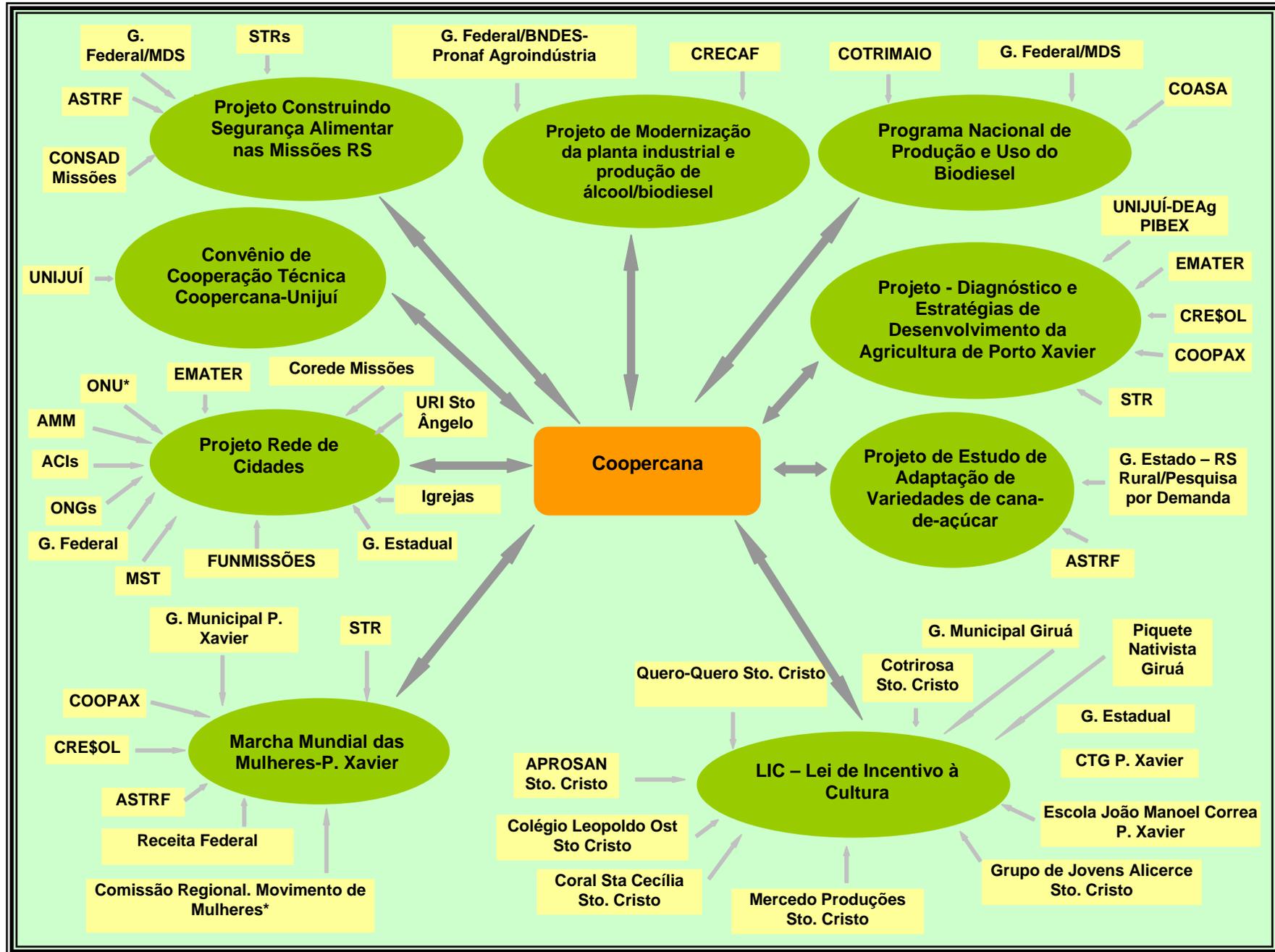
Já na medida em que a construção destes projetos se dá de forma conjunta, partindo de uma iniciativa local e, interagindo com poderes das demais escalas, tal processo adquire legitimidade maior, havendo mais possibilidades de êxito. Um processo que parte do local e interage com as demais escalas, leva àquilo que Fernández (2004) chama de uma consciência de pertença mútua a uma dinâmica territorial e a um padrão de coalizão representativo dos interesses locais entre os atores.

A figura a seguir apresenta os principais projetos e programas nos quais a Coopercana está envolvida, além das demais instituições/organizações que participam dos mesmos, formando assim, diferentes níveis de densidade institucional. A figura deixa mais visível a densidade institucional que há em torno da Coopercana:

---

<sup>24</sup> Essa afirmação encontra respaldo em Fischer (2002) quando afirma que a dinâmica do desenvolvimento na escala local, se dá pela combinação de fatores em escalas variadas, conforme apresentado no item 1.2.

**Figura 08:** Densidade institucional - projetos e programas

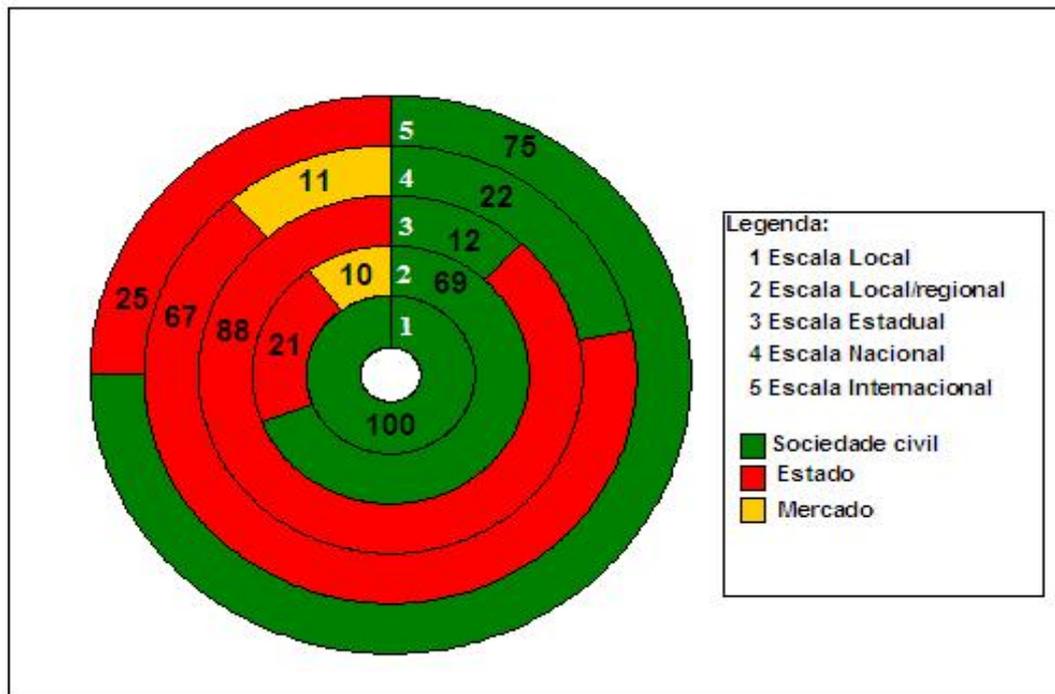


Fonte: Elaborada pela autora.

Pode-se observar que cada projeto possui no mínimo três atores envolvidos sendo estes de diferentes escalas de poder e gestão. Cada um destes atores possui um papel fundamental para a implementação dos projetos. Além disso, a densidade de atores locais/regionais envolvidos na construção e desenvolvimento dos projetos se reflete na abrangência de seus resultados. Ou seja, não são apenas os associados da Cooperpaca os beneficiados com os mesmos, mas demais produtores de cana e agricultores da região. Podem ser exemplos disso o projeto Estudo de Variedades e a constituição da Cre\$ol. Nem tão somente se restringe aos agricultores o que se dá por meio dos eventos patrocinados pela Lic e pelo Ema, escola localizada no espaço rural procurada também por alunos da cidade de Porto Xavier.

As ações e os projetos apresentados na figura anterior resultam, em grande parte, de iniciativas dos atores locais/regionais, que no entanto, não atuam de forma isolada. Estes buscam interagir com atores das demais escalas de poder e gestão. Ao analisar-se os programas, projetos e ações nas quais a Cooperpaca está envolvida, observa-se que há vinte e nove atores da escala local/regional, oito da escala estadual, nove da nacional e quatro da escala internacional. Do total de quarenta e oito atores envolvidos, vinte e quatro pertencem à sociedade civil, vinte ao Estado e quatro ao mercado. O gráfico a seguir demonstra essa realidade e apresenta o percentual de participação dos atores –sociedade civil, Estado e mercado -, em suas respectivas escalas de poder e gestão.

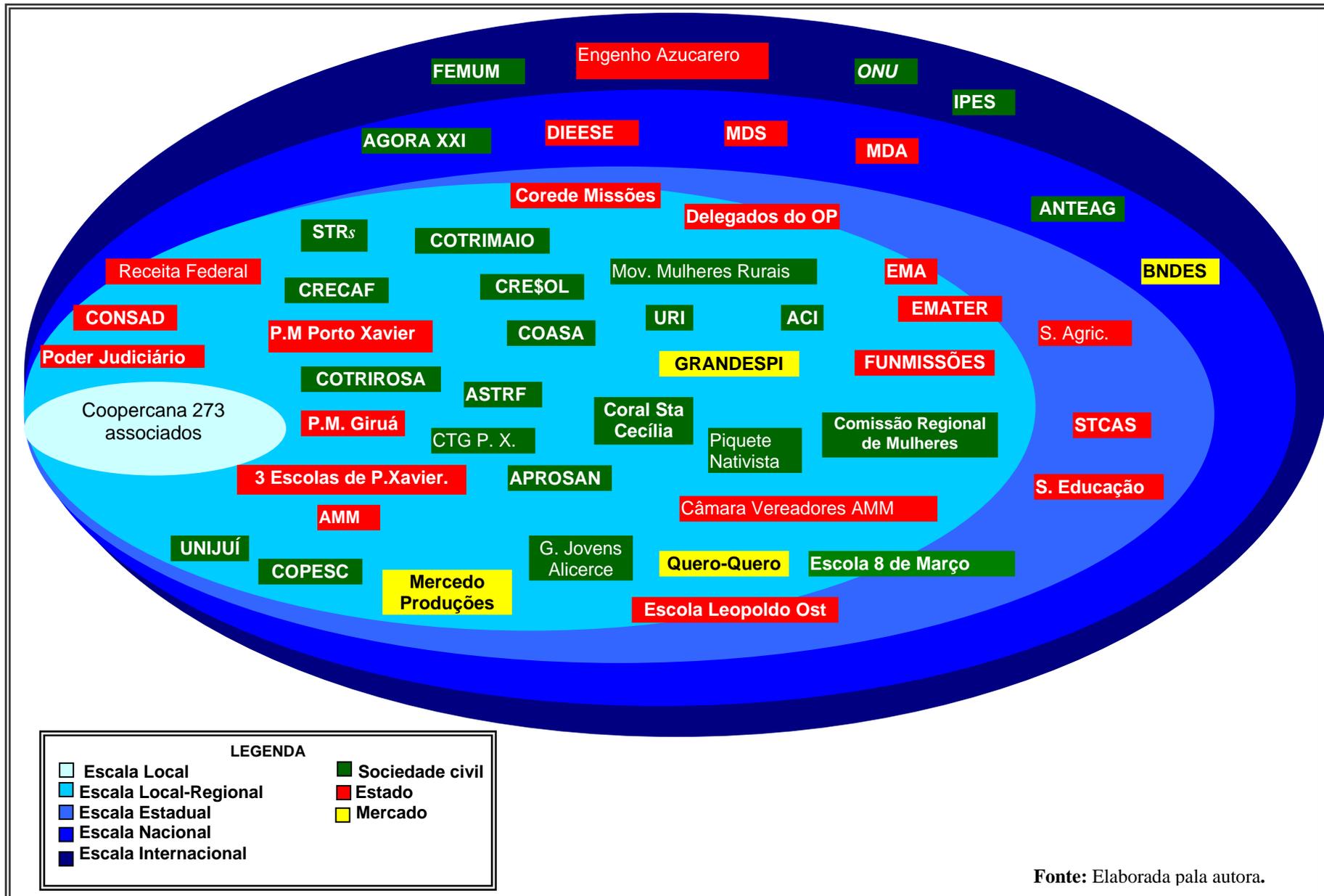
**Gráfico 09:** Densidade Institucional: participação dos atores nas distintas escalas de poder e gestão (%)



**Fonte:** Elaborado pela autora.

O destaque que a sociedade civil assume frente aos demais atores, quanto ao número de instituições/organizações envolvidas, confirma uma das hipóteses levantadas, a de que a sociedade civil se coloca como um ator essencial para o desencadeamento de processos de desenvolvimento territorial local/regional. Por sua vez, o mapa institucional da Coopercana, apresentado em seguida, traz os atores que formam a densidade institucional, além de deixar evidente a elevada participação da escala local/regional:

**Figura 09:** O mapa institucional da Coopercana: os atores e suas respectivas escalas de poder e gestão



Na medida em que a população local/regional passa a assumir-se enquanto atores ou agentes capazes de realizar ações sobre o território, ao perceber que a crise do Estado Desenvolvimentista traria impactos negativos na escala local/regional, estes acabam formando uma densidade institucional de modo a responder a suas demandas e necessidades. Segundo Kahil (2005) os atores locais criam nos lugares um novo dinamismo já que, da convivência com a necessidade e com o outro, a cada dia, todo novo dia está a exigir a descoberta e criação de formas inéditas de trabalho e de luta.

Este processo de organização dos atores locais/regionais culmina com a criação da Coopercana em 1999. A partir daí, forma-se uma nova territorialidade em torno das relações de poder e gestão provenientes da cultura da cana, sendo esta entendida como um capital territorial (LEADER, 2005). A partir da Coopercana, que se coloca como uma referência do poder de organização local, são desencadeados projetos e ações que extrapolam a cadeia da cana, como será detalhado a seguir.

Quando a percepção e a ação em direção a solução de um problema ou uma necessidade parte dos atores locais/regionais, ou seja, daqueles afetados pelo problema, há um comprometimento maior destes atores para com as ações desencadeadas em prol de sua solução. O comprometimento leva a uma identidade e as práticas, no caso empírico, a uma nova territorialidade.

A presença considerável de atores locais/regionais resulta da identidade destes com os programas/projetos e ações que vem sendo executados em prol do desencadeamento de um processo de desenvolvimento territorial local/regional, que tem no cultivo, industrialização e comercialização da cana sua referência, mas não se restringe a esta. Essa é a dinâmica que gera uma consciência de pertença da qual trata Fernández (2004).

A partir desta consciência, a sociedade civil local/regional organiza suas demandas principalmente através de projetos. No entanto, para sua implementação recorre

principalmente ao Estado (mas também aos demais atores das outras escalas), procurando inserir estes projetos em programas governamentais, como por exemplo, Pronaf, Programa Fome Zero - Consad, Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel, RS - Rural entre outros, como poderá ser observado adiante. Isso explica o fato de 79% dos programas/projetos e ações serem de nível 01 e 02, contando com a participação do Estado e um número significativo de atores da sociedade civil. Enfim, o Estado continua com um importante papel a exercer frente aos processos de desenvolvimento territorial como tratam Becker (1983), Fiori (1994) e Stiglitz (2002), o que pode ainda ser reforçado pelas considerações do geógrafo João Ferrão:

Reconstruir o interior destruindo a interioridade [ou reduzir a perifericidade de um território] implica, pois, o desenvolvimento de estratégias ativas de inclusão: mobilizar atores individuais e coletivos, integrá-los em objetivos comuns e em linhas de rumo estrategicamente partilhadas, co-responsabilizá-los na missão de criar condições de desenvolvimento para as regiões onde vivem e atuam. E, nesta tarefa específica, cabe ao Estado um papel crucial, impulsionando direta e indiretamente estas estratégias ao mesmo tempo que combate com vigor a cultura assistencialista (FERRÃO, 2005).

Enfim, após tratar das inovações territoriais coletivas, da densidade institucional – da importância do Estado e da ativa participação da sociedade civil no desencadeamento dos processos de desenvolvimento territorial local/regional -, buscar-se-á a seguir, apresentar algumas transformações territoriais decorrentes das inovações acima citadas e da densidade institucional em torno da Coopercana. Essas transformações se expressam a partir nos novos usos políticos e econômicos do território.

## **6 AS TRANSFORMAÇÕES TERRITORIAIS DECORRENTES DA INOVAÇÃO TERRITORIAL COLETIVA E DA DENSIDADE INSTITUCIONAL: OS NOVOS USOS POLÍTICOS E ECONÔMICOS DO TERRITÓRIO**

A seguir, serão relatadas ações, projetos e programas decorrentes das inovações territoriais coletivas e da densidade institucional. Tentar-se-á demonstrar como as ações, os projetos e os programas têm levado a novos usos políticos e econômicos do território (BECKER, 1993, SANTOS; SILVEIRA, 2004) e conseqüentemente, desencadeado um processo de desenvolvimento territorial local/regional no espaço que está sendo analisado:

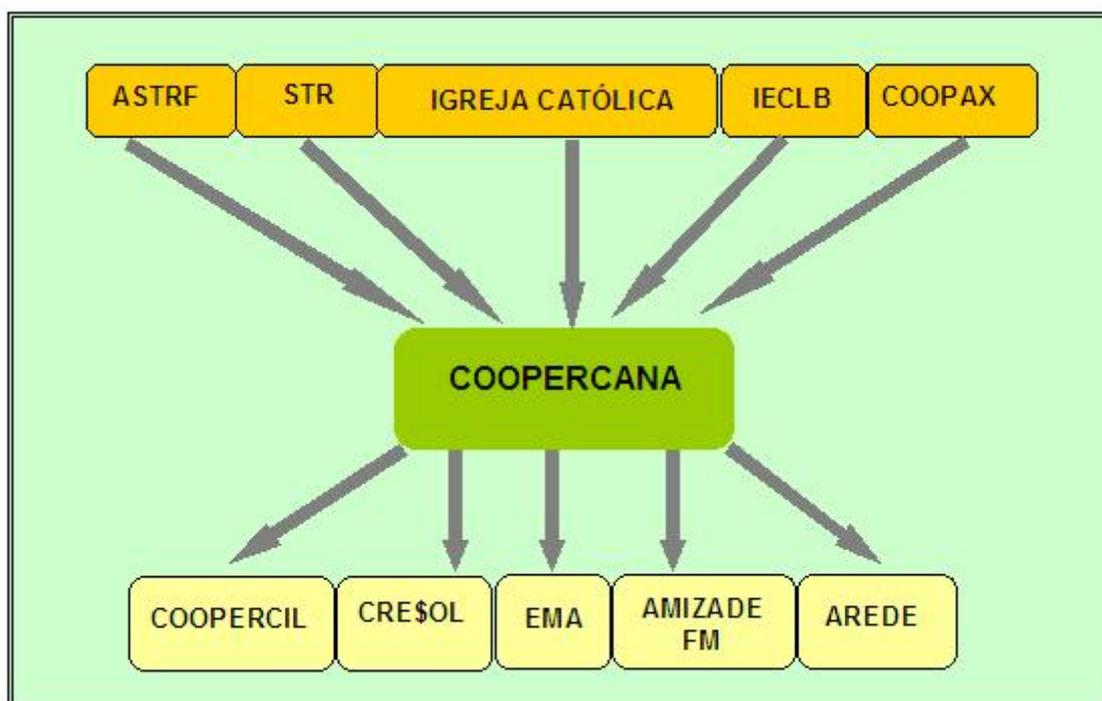
### **6.1 Os novos usos políticos**

A partir do momento em que se caracterizam os novos usos políticos do território, é possível demonstrar que as transformações territoriais decorrentes das ações da Coopercana não se restringem ao crescimento econômico e têm reflexos mais amplos. O processo de constituição da Coopercana já é marcado por um novo uso político do território. Por sua vez, os novos usos políticos são entendidos como as novas formas de gestão territorial, possíveis desde a descentralização político-administrativa do Estado e a maior participação da

sociedade civil na gestão territorial, ou seja, na negociação de estratégias e ações visando seu desenvolvimento.

A figura a seguir, demonstra a densidade de instituições/organizações que mais diretamente se envolveram no processo de criação da Coopercana, além das instituições/organizações que surgiram em consequência da densidade institucional pós-Cooperativa:

**Figura 10:** Instituições/organizações locais que deram origem à Coopercana e instituições/organizações que se originaram a partir de sua formação



**Fonte:** Elaborada pela autora.

Estas instituições/organizações também caracterizam novos usos políticos do território decorrentes da densidade institucional em torno da Coopercana. Além disso, diante da realidade local/regional, podem ser consideradas inovadoras, como apresentado a seguir:

### 6.1.1 Processo de constituição do Ema - Linha São Carlos/Porto Xavier

O Ema foi criado na Escola Carlos Bratz a partir do Projeto Alternativo de Ensino Médio, programa desenvolvido pelo Governo do Estado (1999-2002), através da Secretaria da Educação em conjunto com os municípios de baixa densidade demográfica, a partir de junho de 2001. As escolas que desenvolveram o projeto, passaram a adequar o ensino médio à realidade local. Através do Parecer nº 640/01 do Conselho Estadual de Educação, foram implementadas escolas de ensino médio em 39 comunidades do Estado, em 16 CREs, reunindo 2.559 educandos (SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO ESTADO, 2002).

O projeto propôs a construção de uma proposta político-pedagógica que articulasse a construção social do conhecimento com a elaboração de um projeto de desenvolvimento local emancipador. Foi proposta a construção de um currículo a partir da realidade local, envolvendo aspectos econômicos, sociais, culturais, antropológicos, históricos, geográficos, com vistas à integração com a respectiva comunidade. Para o atendimento desses objetivos o currículo passou a ser organizado em sete etapas durante seus três anos do ensino médio, como pode ser visualizado a seguir:

**Tabela 07:** Etapas do currículo do projeto alternativo de ensino médio

<b>Etapas</b>	<b>Descrição das Etapas</b>
<b>1</b>	Compreensão da realidade do ponto de vista do desenvolvimento, devendo ocorrer a pesquisa e a elaboração dos Planos de Estudo
<b>2</b>	Espaços de gestão (família, escola, comunidade...) e relações de poder
<b>3</b>	Formação cultural da população e construção da identidade
<b>4</b>	Relação do ser humano com o conjunto da natureza e o processo produtivo
<b>5</b>	Políticas públicas em vista da qualidade de vida
<b>6</b>	Alternativas de desenvolvimento
<b>7</b>	Sistematização reflexiva sobre o processo realizado

**Fonte:** Secretaria da Educação do Estado, 2002. Adaptada pela autora.

Os objetivos do projeto na escala estadual estão voltados à criação de escolas públicas com responsabilidade social adaptadas à realidade das minorias (comunidades rurais, sem terra, populações ribeirinhas, comunidades indígenas e remanescentes de quilombos). Assim, destaca-se a proposta de educação básica do campo, que visa adaptar o ensino à realidade das regiões rurais, levando as discussões do cotidiano rural para a sala de aula, buscando diminuir o êxodo rural. (PROJETO ENSINO MÉDIO ALTERNATIVO NO RS, mar/2005).

Dentro desse contexto mais amplo, na escala local/regional buscou-se adequar o ensino médio à realidade rural local do aluno. Nessa escala o Projeto Alternativo de Ensino Médio foi implementado em três municípios localizados no Corede Missões, São Nicolau, Santo Antônio das Missões e em Porto Xavier, pertencentes à 32ª CRE.

A iniciativa de implementação do Ema na Escola Carlos Bratz da Linha São Carlos - Porto Xavier, partiu da própria localidade da Linha São Carlos, mobilizando também localidades vizinhas. Estes atores sentiam a necessidade de um ensino mais voltado à realidade da agricultura familiar, havendo interesses na constituição de um curso técnico agrícola. No entanto, segundo os professores e direção da escola, um curso técnico agrícola apresentava pouca viabilidade técnica, financeira e principalmente burocrática.

Frente a essa realidade, a comunidade escolar buscou junto ao Governo do Estado uma resposta a sua demanda. Como estava sendo desenvolvido o Projeto Alternativo de Ensino Médio, a escola optou por aderir a este, criando um ensino médio voltado à realidade agrícola local, sem, no entanto, excluir o currículo tradicional. O Conjunto Educacional de Ensino Médio São Luiz Gonzaga, o Ema da Escola Carlos Bratz é oficializado em 28 de fevereiro de 2002.

Entre os atores envolvidos na constituição e desenvolvimento do Ema estão - Governo do Estado (Secretaria da Educação), Poder Público Municipal (Secretaria da

Educação), Escolas de Rincão Comprido, Rincão Vermelho e Linha São Carlos de Porto Xavier, Comadem, Coopercana, STR, Coopax, Emater, além dos pais dos alunos, que desencadearam as discussões acerca deste ensino médio.

Dados os primeiros passos para a constituição do Ema na Linha São Carlos, esta discussão passa a fazer parte da pauta do Fórum de Desenvolvimento Local. Este Fórum realizado nos anos de 2000 a 2002 (duas vezes por ano), contava com a participação de cerca de trinta representantes de instituições/organizações



**Foto 20:** Fórum de Desenvolvimento Local, nov/2000

**Fonte:** ASTRF.

locais/regionais, os quais tinham como objetivo discutir ações para o desenvolvimento do município de Porto Xavier. Levantavam-se questões como: “que problemas temos?”, “quais as possíveis soluções para estes problemas?”, “Que ações desenvolver para solucioná-los?”.

Além das discussões dentro do Fórum, foram desenvolvidas reuniões com a Secretaria da Educação do Estado e posteriormente entre as entidades acima citadas para traçar o planejamento inicial do Ema. Realizaram-se assim, sucessivos momentos de encontros através de seminários e reuniões com o objetivo principal de planejar a melhor forma de implantação, organização e seqüência do Ema.

Estando o Ensino Médio Alternativo constituído, entidades como a Secretaria Municipal da Educação, Emater, Coopercana, STR, Coopax, passam a ser parceiras da Escola Carlos Bratz. Passam a desenvolver assim, atividades didáticas como palestras, seminários, viagens de estudo, apoio técnico, reuniões de planejamento arcando com alguns custos das atividades. Além disso, a formação e preparação dos professores se deu a partir de reuniões no turno inverso às aulas para desenvolver e discutir os projetos a serem realizados na Escola.

O diferencial da Escola Carlos Bratz inicia por seu currículo. Os três anos do ensino médio estão divididos em sete etapas com uma duração média de um semestre, como pode ser observado na tabela 07 acima. O currículo tradicional permanece com sua disposição durante os três anos, no entanto, cada disciplina está mais voltada ao tema de cada uma das etapas e, conseqüentemente à realidade do aluno. Em cada uma das etapas busca-se partir do micro para o macro, retornando novamente ao micro. Ou seja, parte-se da realidade do aluno, passando pela localidade, município, estado, país, até chegar ao global, retornando posteriormente à realidade do aluno, passando então e pensar em como mudar ou intervir na realidade local. (Professora do Ema, ago/05). Durante a gestão do governo estadual 1999/2002, havia ainda uma carga horária específica, tanto para a preparação de projetos por parte dos professores, como para a execução dos mesmos junto com os alunos.

Outro diferencial diz respeito à recuperação paralela. Neste caso, ao aluno reprovado em alguma disciplina, o mesmo segue normalmente para a próxima etapa. No entanto, em turno inverso, este aluno recupera a disciplina na qual reprovou, seguindo as aulas normais com sua turma. A escola possui ainda um grupo de dança, um grupo de teatro e a rádio escolar, atividade realizada durante uma hora a cada 15 dias. A rádio é organizada pelos próprios alunos, tendo apresentações, convites, recados e músicas. Estas atividades atraem até mesmo alunos da cidade de Porto Xavier.

Segundo a comunidade escolar, através de pesquisas realizadas com os alunos, muitos daqueles oriundos do espaço rural do município, não seguiriam os estudos, caso não houvesse este ensino médio no interior do Município. Dentre as razões para a provável desistência estão à falta de recursos financeiros, além de preconceitos “dos alunos da cidade” para com os “alunos da roça”.

O número de estudantes atendidos pelo Ema na Escola São Carlos, de 2002 a 2005, chega a noventa e cinco, sendo que em 2005 atendeu ao todo (ensino fundamental e médio)

duzentos e quatorze alunos. A evolução de alunos do Ema por ano pode ser observado na tabela abaixo:

**Tabela 08:** Número de alunos atendidos pelo Ema na escola São Carlos

Ano de conclusão	Nº de alunos
2004	29
2005 (atual 3ºano)	13 <sup>25</sup>
2006 (atual 2ºano)	20
2007 (atual 1ºano)	33
Total	95

**Fonte:** Escola São Carlos. Elaborada pela autora.

A área de abrangência da Escola Carlos Bratz vai além da localidade de linha São Carlos, estendendo-se às localidades de Rincão Comprido, Rincão Vermelho, Saltinho e um pequeno percentual da própria cidade de Porto Xavier. Os recursos financeiros necessários a constituição do Ema foram oriundos do Governo do Estado, sendo que a escola pertence ao sistema estadual de ensino. Estes recursos eram destinados principalmente à disponibilização de uma carga-horária adicional aos professores de modo que estes pudessem dedicar-se a elaboração de projetos.

Como já mencionado, a iniciativa para a constituição do Ema, partiu principalmente da localidade de Linha São Carlos, sendo que a partir dessa demanda a comunidade escolar buscou uma resposta para a mesma. É importante salientar que uma das localidades que mais possui associados da Coopercana é a Linha São Carlos. Pode-se considerar que a trajetória de lutas e mobilizações por parte dos associados da Cooperativa passa a ser uma constante na vida destas pessoas, passando a se organizar em torno do atendimento de suas diferentes demandas.

---

<sup>25</sup> Segundo a comunidade escolar, no ano de 2004 ingressaram apenas 13 alunos devido a diversos comentários que surgiram sobre o Ema. Segundo estes comentários e Ensino Médio Alternativo não teria validade frente ao MEC, além de não preparar para a prova do vestibular, sendo que o conteúdo tradicional estaria sendo ignorado. Frente a isso a comunidade escolar passou a realizar reuniões nas localidades para dar maiores esclarecimentos sobre o Ema, sua didática, seus objetivos e metodologia, o que acabou trazendo mais alunos para a Escola.

A constituição do Ema na Linha São Carlos pode ser um exemplo da relação Estado - sociedade civil (BOBBIO, 1986). Na medida em que o local se organiza e a partir daí busca o Estado, há uma sinergia maior entre estes atores e entre estas duas escalas. Dessa forma, a ação do Estado torna-se mais presente nos territórios periféricos, podendo suas ações apresentar uma eficácia maior, em função desta demanda estar partindo da mobilização dos atores locais, o que gera uma maior identidade e comprometimento destes atores para com as ações a serem desenvolvidas.

O processo de constituição do Ema em Porto Xavier, quanto a sua densidade pode ser considerado de nível 02, envolvendo instituições/organizações da escala local/regional bem como poderes da escala Estadual. Além disso, este é mais um exemplo da abrangência das ações nas quais a Coopercana está envolvida. O Ema não beneficia apenas os associados da Cooperativa, através de seus filhos que freqüentam a escola, mas também a todos os alunos que a buscam, ressaltando que a escola é procurada por estudantes do espaço urbano que a freqüentam em função dos diferenciais e/ou inovações que apresenta. Isso por sua vez, pode ser um exemplo do que Santos (1997-a) denomina de um *continuum* rural-urbano. Fica evidente que o rural extrapola o agrícola e “o atrasado” na medida em que desperta o interesse dos estudantes urbanos.

#### 6.1.2 Processo de constituição da Cre\$ol - Porto Xavier

Antes de tratar especificamente da constituição da Cre\$ol – Porto Xavier, irá se contextualizar sinteticamente o Sistema Cre\$ol como um todo. O Sistema de Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária surgiu em 1995 no Estado do Paraná, expandindo-se para Santa Catarina e para o Rio Grande do Sul nos anos posteriores.

As cooperativas Cre\$ol são instituições financeiras autorizadas pelo Banco Central do Brasil constituídas e geridas por agricultores familiares, articuladas com movimentos sociais e organizações da sociedade civil, estando integradas entre si através das Cooperativas Centrais e das Bases Regionais de Serviço. O objetivo das cooperativas Cre\$ol gira em torno de fortalecer e estimular a interação solidária entre agricultores familiares e suas organizações através do crédito, visando o desenvolvimento local.

O Sistema possui um diferencial quanto a gestão do crédito se comparado às organizações financeiras tradicionais. As unidades Cre\$ol reaplicam os recursos captados nos municípios onde se localizam, com vistas à promoção do desenvolvimento. Esta preocupação em desenvolver o local é um dos atrativos que leva os agricultores a formarem ou se associarem às cooperativas Cre\$ol.

Dos agricultores familiares associados ao Sistema, 79% possuem menos de 20 ha. A renda agrícola anual de 71% destes agricultores está abaixo de R\$ 4.000,00. São agricultores historicamente excluídos do acesso ao crédito e em processo de empobrecimento (CRE\$OL, 2005). Para muitos destes agricultores o Sistema Cre\$ol se coloca como uma alternativa para a obtenção de crédito e para a realização de investimentos nas pequenas propriedades rurais.

No ano de 2004 o Sistema era constituído por oitenta e uma unidades sendo que quarenta e três encontram-se no Paraná, vinte em Santa Catarina e dezoito no Rio Grande do Sul. A evolução de unidades e associados como pode ser visualizado na tabela que segue.

**Tabela 09:** Unidades e associados do Sistema Cre\$ol – 1996/2005

<b>Período</b>	<b>Cooperativas</b>	<b>Associados</b>	<b>Período</b>	<b>Cooperativas</b>	<b>Associados</b>
<b>12/1996</b>	5	1.639	<b>12/2001</b>	46	200.540
<b>12/1997</b>	7	2.674	<b>12/2002</b>	71	29.990
<b>12/1999</b>	15	5.898	<b>12/2003</b>	75	42.375
<b>12/2000</b>	28	11.316	<b>12/2004</b>	81	49.900
<b>12/2000</b>	31	15.175			

**Fonte:** Cre\$ol, 2005. Adaptada pela autora.

Das oitenta e uma agências do Sistema, uma localiza-se no Corede Fronteira Noroeste, no município de Santo Cristo e uma no Corede Missões, no município de Porto Xavier, da qual se tratará a seguir:

O processo de constituição da Cre\$ol – Porto Xavier, da mesma forma como o Ema, também iniciou-se nos anos de 2000 a 2002, dentro das discussões do Fórum de Desenvolvimento Local. A partir das discussões do Fórum, observou-se que havia no município, cooperativas de produção, de industrialização, de comercialização, menos de crédito.

O acesso restrito ao crédito, por parte dos pequenos agricultores, era entendido como um estrangulamento para a promoção do desenvolvimento. Buscou-se assim constituir uma instituição/organização de fomento que permitisse maior acesso dos agricultores familiares ao crédito e recursos financeiros, contribuindo para a promoção de um desenvolvimento local.

Como as discussões no Fórum apontavam para a necessidade de uma agência de fomento financeiro, a ASTRF buscou conhecer melhor a experiência do Sistema Cre\$ol no Estado do Paraná. Num segundo momento, o STR-Porto Xavier, realizou reuniões nas localidades de Porto Xavier para disseminar a idéia da constituição de uma cooperativa de crédito. Posteriormente, realizou-se um seminário no qual participaram técnicos da Cre\$ol do estado do Paraná, tratando questões como o funcionamento e a dinâmica do Sistema bem como seus objetivos, metas e missão. Assim, a 10 de julho de 2002 foi fundada a unidade da Cre\$ol - Porto Xavier, que iniciou seus trabalhos a 18 de janeiro de 2003.

Segundo atores envolvidos nessa experiência, optou-se pelo Sistema Cre\$ol por este melhor se adequar aos interesses e necessidades locais. Segundo os associados, outras cooperativas de crédito existentes já assumiram um caráter mais voltado a uma organização financeira, deixando à margem os princípios cooperativos, além do local (no caso o

município) possuir menos autonomia quanto à gestão e reaplicação de seus recursos. Da mesma forma como os atores locais, o Sistema demonstra grande preocupação com a questão do desenvolvimento local, sendo que possui como princípios “a democracia, a articulação com os movimentos populares, a direção e gestão dos próprios agricultores, a transparência, a descentralização, honestidade, a solidariedade, e cooperação e a ética” (CRE\$OL, 2005).

Para a criação da Cre\$ol - Porto Xavier, estabeleceu-se uma cota capital de R\$ 100,00, somando na época um montante de R\$ 4.700,00. A unidade de Porto Xavier possui hoje uma funcionária mais dois estagiários, estando estabelecida em prédio próprio, como demonstra a fotografia ao lado. Além dos serviços prestados como poupança e conta corrente, a Cre\$ol – Porto Xavier disponibiliza recursos do Pronaf, Programa de Habitação Rural, além do micro-crédito local como será apresentado



**Foto 21:** Cre\$ol - Porto Xavier, jul/05  
**Fonte:** Rambo, 2005.

a seguir. A área de abrangência da Cre\$ol – Porto Xavier inclui os municípios de Porto Xavier, Roque Gonzáles, São Paulo das Missões e Porto Lucena e a partir de março de 2005 a sua área de atuação estende-se aos municípios de Pirapó, XVI de Novembro, São Pedro do Butiá, Salvador das Missões e Cerro Largo.

Quando de sua constituição em 2003, a Cre\$ol – Porto Xavier contava com quarenta e dois associados, sendo que no final deste mesmo ano já somava quinhentos e oitenta e três. Em 2004 este número chega a setecentos e um e até maio de 2005 possuía setecentos e sessenta associados distribuídos nos municípios acima citados. Deste total, apenas 31% são também sócios da Coopercana, podendo-se destacar que no ato de sua constituição, a Cre\$ol era composta apenas por associados da Coopercana.

A associação de agricultores à Cre\$ol, não ligados à Coopercana é um dos exemplos de que as ações que esta segunda desenvolve, em interação com demais instituições/organizações (densidade institucional) não beneficiam apenas seus associados, mas sim os agricultores da região de modo geral. Isso por sua vez, demonstra a importância da densidade institucional para o desencadeamento de um processo de desenvolvimento territorial, não restrito a um setor econômico.

O processo de discussão e de constituição da Cre\$ol – Porto Xavier pode ser considerado de nível 04, pois envolveu basicamente atores locais/regionais da sociedade civil organizada. No entanto, o desenvolvimento das atividades da Cre\$ol enquanto banco cooperativo pode ser considerado de nível 01, pois além de todo sistema a Cre\$ol envolve:

- a) o Banco do Brasil, responsável por realizar a compensação de cheques;
- b) o Banco Central do Brasil, que fiscaliza e autoriza a Cre\$ol a prestar os serviços bancários, além de ser responsável pela realização de auditorias;
- c) o poder público federal e estadual, através do repasse de recursos pelo Pronaf e Programa de Habitação Rural.

### 6.1.3 Processo de constituição da rádio comunitária Amizade FM – Porto Xavier

A constituição da rádio comunitária Amizade FM pode ser considerada outro uso político do território, trazendo benefícios para grande parte da população de Porto Xavier. A necessidade da constituição de uma rádio



**Foto 22:** Estúdio da Amizade FM - Porto Xavier, jul/05

**Fonte:** ASTRF.

comunitária partiu do fato de haver apenas uma sucursal da Rádio Navegantes de Porto Lucena, no município de Porto Xavier.

As primeiras discussões sobre uma estação de rádio também se iniciaram no Fórum de Desenvolvimento Local, sendo que a rádio Amizade entra em funcionamento em janeiro de 2004. Esta iniciativa se concretizou através da interação da Coopercana, ASTRF, Ema, STR, Cre\$ol e Igrejas (Católica e IECLB) as quais levantaram os recursos e os meios necessário a sua implementação.

Para que a emissora pudesse entrar em funcionamento foi arrecadado um montante de R\$ 12.000,00. Estes recursos foram obtidos a partir de empréstimos de atores locais, os quais estão sendo pagos de acordo com recursos que a rádio vem obtendo com a prestação de serviços.

Atualmente, a Amizade FM possui 12 associados (pessoas físicas) os quais efetuaram o

pagamento de uma taxa de associação. Além disso, mensalmente a Coopercana e a Cre\$ol contribuem com R\$ 150,00. As demais instituições/organizações são parceiras e/ou colaboradoras da rádio. Por exemplo, inicialmente a Amizade FM instalou-se no prédio do STR, estando hoje localizada no prédio da ASTRF. Atualmente, há cinco pessoas se dedicando aos trabalhos na emissora, sendo que os mesmos recebem uma remuneração de acordo com os recursos obtidos mensalmente.

O processo de constituição da rádio comunitária é de nível 04 quanto a sua densidade. Participaram de sua constituição apenas instituições/organizações da sociedade civil na escala local/regional. Novamente pode-se destacar a importância da sociedade civil organizada. A criação de uma estação de rádio no município de Porto Xavier, possibilitou



**Foto 23:** Amizade FM localizada no prédio da ASTRF – Porto Xavier, jul/05.

**Fonte:** ASTRF

uma programação mais voltada às demandas da comunicação local. Outro ponto positivo a citar é o fato da Rádio Amizade acabar com o monopólio no setor da radiocomunicação em Porto Xavier, levando à concorrência entre as duas estações, o que acaba beneficiando os anunciantes das rádios.

Além disso, a Amizade FM, no ano de 2004, recebeu o prêmio *Destaque Profissional e Empresarial*, sendo a rádio mais citada pela população numa pesquisa de opinião realizada pelo Instituto de Pesquisa Aliança no município de Porto Xavier. Isso demonstra a aceitação e o apoio da população de Porto Xavier a mais esta organização que surgiu a partir da densidade institucional na escala local/regional, evidenciando que a densidade institucional permite que a partir da constituição da Coopercana se desencadeie um processo de desenvolvimento territorial e não apenas setorial.

#### 6.1.4 Processo de constituição da Coopercil –Porto Xavier

A trajetória da Coopercil inicia com o Programa Coletivos de Trabalho e passa pela criação da Coperbioverde. Este programa, realizado de janeiro a setembro de 2001, foi uma iniciativa do Governo do Estado do RS (gestão 1999-02), resultando de discussões entre a STCAS, o Poder Legislativo e os Movimentos Sociais.

O programa destinou-se a trabalhadores desempregados ou inseridos de forma precária no mercado de trabalho, residentes em comunidades com alto grau de vulnerabilidade social ou identificados por uma mesma fonte de renda. O Coletivos apresentou dois eixos estratégicos - o emergencial, que produziria benefícios imediatos para as condições de vida dos trabalhadores e suas comunidades, e o estratégico, que apoiaria o desenvolvimento de iniciativas auto-sustentáveis de geração de trabalho e renda e de ações de caráter pedagógico, de alcance a médio e longo prazo (SECRETARIA DO TRABALHO, CIDADANIA E

ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2005). O Programa envolveu, além do seu público alvo, órgãos públicos estaduais, prefeituras, fundações, movimentos sociais, ONGs, universidades, igrejas e associações comunitárias, numa tentativa de constituir um grupo de trabalho coletivo, podendo organizar-se sob forma de cooperativa.

Para implantar os Coletivos exigia-se a existência de uma entidade (prefeitura ou outra entidade da sociedade civil) para firmar convênio com a STCAS, assumindo o compromisso de viabilizar o módulo de Geração Emergencial de Renda e o acompanhamento da execução do Programa no âmbito local. Também era necessária a existência de uma entidade técnica para desenvolver as ações de Educação para o Trabalho e Cidadania, a Oficina de Planejamento, o curso de Qualificação Profissional, a assessoria técnica e as iniciativas econômicas, garantindo que todo o processo estivesse baseado nos princípios da auto-gestão. A coordenação do conjunto de atividades do Programa, era de competência do Grupo Local de Gestão-GLG, constituído por representantes de organizações governamentais e não governamentais e da própria comunidade onde seria implementado.

Para a implantação do Coletivos de Trabalho, a STCAS recebeu setenta e sete solicitações de adesão, sendo desenvolvidas ações em trinta e sete comunidades de vinte e cinco municípios do Estado, beneficiando dois mil e quatrocentos trabalhadores. O módulo Organização Sustentável do Trabalho envolveu oitenta e seis iniciativas econômicas ou empreendimentos autogestionários com cerca de setecentos trabalhadores. Estas iniciativas econômicas estavam voltadas principalmente para atividades como : agricultura ecológica (hortas, floricultura e arborização, jardinagem e paisagismo, plantas medicinais, vermicompostagem), triagem de resíduos sólidos, produção de alimentos (panificação, congelados, fornecimento de refeições), confecção de vestuários e calçados, construção civil, artesanato, estética e embelezamento, agroindústria (embutidos, frutas, legumes) e piscicultura.

Dentre os projetos desenvolvidos no Programa estava a Cooperbioverde do município de Porto Xavier. Nele atuaram instituições/organizações como a Coopercana, ASTRF, STR, Coopax, ACI, Emater, Prefeitura de Porto Xavier, além do Governo do Estado (STCAS - Programa Coletivos do Trabalho) e a Escola de Trabalhadores 8 de Março de Novo Hamburgo. Segundo relatos de atores envolvidos na antiga Coperbioverde (e atual Coopercil), a intenção de trazer o Coletivos para Porto Xavier partiu de atores da Coopercana, que sabiam da existência deste programa.

A iniciativa na escala local/regional reuniu trinta trabalhadores (vinte e quatro mulheres e vinte e seis homens) do município de Porto Xavier. As pessoas foram selecionadas a partir de um levantamento realizado pela Secretaria de Assistência Social de Porto Xavier através de um cadastro sócio-econômico, que levou em consideração a trajetória de desemprego, baixa escolaridade e precárias condições de vida das pessoas cadastradas.

Conforme os proponentes do Programa, este justifica-se pela crescente demanda por políticas capazes de reduzir a deterioração do tecido social, entendendo que para combater o desemprego e a exclusão social não bastam as práticas tradicionais de iniciativas emergenciais e fragmentadas. Tornar-se-ia necessário resgatar a possibilidade de inserção produtiva, baseada no fortalecimento da autonomia dos trabalhadores e na sua capacidade de gerir o trabalho e estabelecer relações de cooperação para garantir a sustentabilidade (SECRETARIA DO TRABALHO, CIDADANIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2005). Na escala local/regional, as atividades justificam-se pela necessidade de alternativas de renda para os trabalhadores e a redução dos danos ambientais.

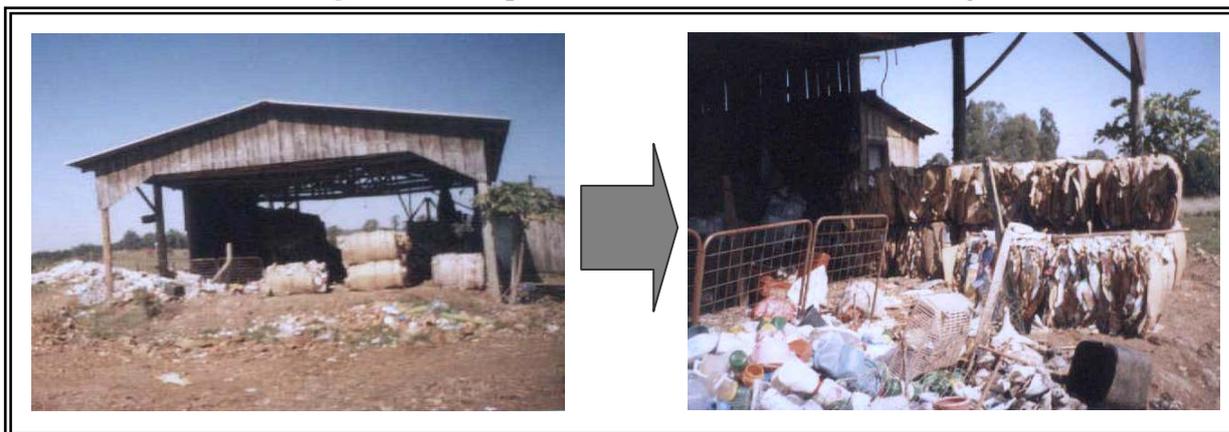
Dentro disso, na escala local/regional buscou-se criar uma cooperativa de trabalhadores – a Cooperbioverde, que trabalharia com a reciclagem de lixo seco e a organização de uma horta comunitária, utilizando para tal, o lixo orgânico.

O Programa se deu com base em quatro módulos operacionais: (1) Educação para o Trabalho e Cidadania - ETC; (2) Geração Emergencial de Renda - GER; (3) Qualificação Profissional - QP e; (4) Organização Sustentável do Trabalho- OST. Na escala estadual os recursos destinados ao Programa chegaram a R\$ 3,6 milhões sendo que por oito meses (seis meses previstos no projeto e mais dois de prorrogação) os trabalhadores recebem uma remuneração mensal de R\$ 240,00.

Na escala local/regional realizaram-se encontros e reuniões dentro destes módulos, buscando organizar os trabalhadores para a constituição da Cooperativa. A Prefeitura firmou convênio com a STCAS, sendo que a Escola de Trabalhadores 8 de Março de Novo Hamburgo atuou como entidade técnica para desenvolver as diferentes ações durante o programa. As demais instituições citadas acima constituíram o Grupo Local de Gestão, participando em diferentes momentos durante o programa.

No entanto, alguns meses após o término do programa, a Cooperbioverde acabou desestruturando-se por divergências internas. Segundo depoimentos de atores envolvidos, esta desestruturação se deu pela forte cultura assistencialista existente entre o público envolvido no programa. Com o fim da Cooperbioverde, alguns componentes organizaram a Coopercil – Cooperativa de Recicladores, que coleta e separa o lixo seco da cidade de Porto Xavier, comercializando-o posteriormente.

A Coopercil foi criada em junho de 2004 com vinte associados. Destes, atualmente apenas sete comparecem para realizar as atividades. Esta cooperativa foi criada a partir de ações da ASTRF com trabalhadores da antiga Coperbioverde. A participação da Coopercana se dá através de auxílios financeiros à participação dos cooperados da Coopercil em cursos de formação e cooperativismo.

**Figura 11:** Coopercil – Linha Divisa/Porto Xavier, jul/05

Fonte: Rambo, 2005.

Segundo associados da Coopercil, há uma dificuldade muito grande em dar continuidade aos trabalhos na Cooperativa, em função de necessitar-se de um apoio maior do poder público municipal, principalmente para a remoção do lixo, já que não existe coleta seletiva na cidade. Outro empecilho ao desenvolvimento da Coopercil, segundo seus associados, é a falta de recursos financeiros que possibilitem uma reforma/ampliação do galpão de reciclagem, para a compra de um trator e mesmo um carro. A ASTRF junto a Coopercil tentou obter recursos através de um programa governamental, porém este não enquadrava cooperativas, apenas associações de reciclagem. Assim, a falta de recursos financeiros para investir na Coopercil permanece como um entrave a seu desenvolvimento.

Sobre a experiência da Coopercil podem-se tecer algumas considerações. O Coletivos de Trabalho, embora fosse um programa que visava, além da geração emergencial de renda, também ações estratégicas e permanentes, acabou, na escala local/regional, alcançando seus objetivos apenas parcialmente.

A demanda por mais uma fonte de renda, mesmo partindo dos atores locais, não se fez a partir dos atores demandantes. Em função disso, entende-se que não houve o comprometimento e a identidade necessária para formar uma territorialidade em torno de uma cooperativa de reciclagem.

Entretanto, o que permitiu a formação da Coopercil foi justamente a densidade institucional e o comprometimento daqueles associados da Coopercil que a consideram uma importante fonte de renda. Observa-se porém, a necessidade de uma densidade institucional maior em torno desta cooperativa, buscando programas de fomento, cursos de formação de modo que esta se viabilize e seja uma fonte segura de renda para seus cooperados.

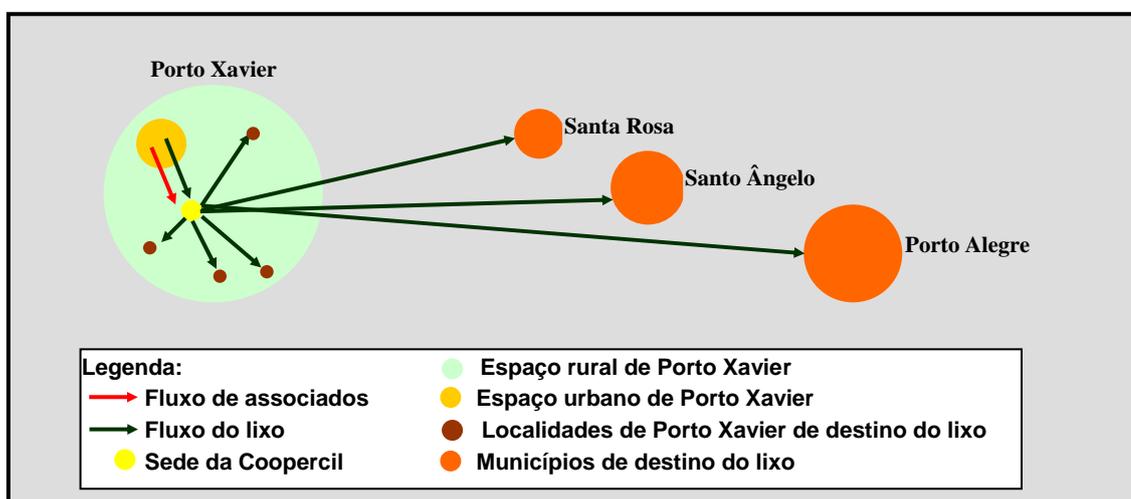
A partir dessa experiência, observa-se a importância das propostas ou ações de desenvolvimento partirem dos atores locais/regionais, ou dos atores que irão envolver-se diretamente nestas ações. Isso não significa que programas governamentais são desnecessários ou que estes não atingem seus resultados. No entanto, quando a participação em tais programas parte dos atores envolvidos, ou quando estes propõem ações que encontram respaldo e apoio em outras instituições/organizações, em outras escalas de poder, há um comprometimento e uma identidade maior para com tais ações.

Em síntese, pode-se afirmar que Coopercil existe e está em atividade, embora com obstáculos a superar, em virtude da densidade em torno da mesma. Tanto a ASTRF quanto a Coopercana foram atores importantes para que a cooperativa não encerrasse suas atividades. O processo de constituição da Coperbioverde apresentava nível de densidade 2. Já em torno da Coopercil há um nível de densidade 4. Em função dos problemas que ainda precisam ser superados pela Cooperativa de Recicladores, considera-se importante o aumento da densidade em torno deste projeto, reunindo atores das diferentes escalas, sendo que as próprias entrevistas apontam, por exemplo, para um apoio maior por parte do poder público municipal, principalmente quanto ao recolhimento seletivo do lixo.

A Coopercil é ainda um exemplo daquilo que Santos (1997-b) chama de *continuum* rural-urbano. O galpão da Coopercil, onde se realiza a classificação e a comercialização do lixo localiza-se na Linha Divisa, interior de Porto Xavier. Já seus associados residem na cidade deste município. Assim estabelece-se um fluxo diário de pessoas, além do fluxo de

matéria-prima (lixo). Este que sai da cidade para o campo, posteriormente, segue para cidades ou centros maiores (Santa Rosa, Santo Ângelo e Porto Alegre) ou ainda, fica no espaço rural de Porto Xavier, em função da demanda por garrafas Pet. Estas são utilizadas pelos agricultores proprietários de agroindústrias de cana para armazenagem da cachaça ou licores produzidos nas agroindústrias. A figura abaixo busca representar a relação cidade-campo estabelecida pela Coopercil:

**Figura 12:** A relação cidade-campo através dos fluxos estabelecidos pela Coopercil – Porto Xavier



**Fonte:** Elaborada pela autora.

Os fluxos entre cidade-campo que se dão a partir das atividades da Coopercil são um exemplo daquilo que traz Queiroz, (1978) no item 1.3. Ou seja, para compreender a dinâmica do espaço rural, bem como dos processos de desenvolvimento territorial local/regional, este não pode ser estudado em si mesmo, mas deve ser encarado como parte de um conjunto social mais amplo, do qual faz parte juntamente com a cidade e, neste caso até mesmo cidades de outros municípios. Além disso, o estabelecimento de uma cooperativa de separação de lixo no campo caracteriza um novo uso econômico do território, ou seja, são dadas novas funções a antigas formas (SANTOS, 1997-b).

Enfim, ao se analisar a trajetória da gênese da Coopercana até a gênese da Coopercil, pode-se observar que a densidade institucional foi fundamental para a implementação de experiências que podem ser consideradas inovações territoriais coletivas, o que por sua vez tem levado a um processo de desenvolvimento territorial na escala local/regional.

#### 6.1.5 Processo de constituição da Arede – Santa Rosa

A Arede é uma ONG criada para fortalecer a formação e a pesquisa junto aos movimentos sociais rurais e urbanos. Foi fundada em 2001 e atua em projetos de educação nos Coredes Fronteira Noroeste e Missões.



**Foto 24:** Prédio do Sindicato, no qual se localiza a Arede/Sta Rosa, dez/2005

**Fonte:** Arede.

O processo de criação da Arede remete aos

movimentos sociais que ocorreram na região nos anos de 1980. Nesse período, o sindicalismo rural, ONGs, igrejas, além de outras organizações da sociedade civil passaram a se mobilizar em torno de diferentes questões, destacando-se os movimentos dos atingidos pelas barragens. Segundo membros da Arede (out/05), “como resultado desse processo, teve-se digamos um ganho em termos de organização e movimento social nessa região”. Entretanto, na década de 1990 diminui a mobilização entre instituições e organizações, o que se acentua novamente a partir de 1999:

quando se chegou a 1999, a gente começou a fazer uma avaliação no conjunto aí dos STRs, sindicatos dos trabalhadores urbanos, pequenas cooperativas, que a gente chama hoje de cooperativas municipais da agricultura familiar, a própria igreja,

começaram a se dar conta de que haveria necessidade de ter uma entidade que trabalharia mais especificamente com a formação (Membro da Arede, out/05).

Assim, em 2001 é constituída a Arede, que possui como objetivo maior apoiar processos educativos e formativos na região. A partir de 1999 um grupo de dezessete instituições/organizações começa a discutir a associação, sendo estas o STR de Santo Cristo, Porto Lucena, Porto Vera Cruz, Guarani das Missões, Sete de Setembro, Caibaté, Porto Xavier; Cooperluz; Coopercana; Sindicoop; Sindicato dos Municípios de Santa Rosa; Sindicato dos Comerciantes de Santa Rosa; Cpers Sindicato – 10º Núcleo Santa Rosa; Sindicato dos Metalúrgicos de Horizontina; Igreja Católica – Diocese Santo Ângelo; IEAB e IECLB.

Nessa época é organizada uma comissão específica que realizou estudos mais aprofundados, procurando a melhor maneira de criar uma entidade voltada à formação. Optou-se, portanto, em criar uma ONG, a qual é composta por pessoas jurídicas, que mesmo tendo seu foco voltado à formação e assessoria, possui um campo de ação muito amplo em virtude da diversidade dos atores que a compõe. Atualmente participam da Arede as seguintes instituições e organizações: STR de Santo Cristo, Porto Lucena e Porto Vera Cruz; Cooperluz; Coopercana; Sindicoop; Sindicato dos Municípios de Santa Rosa; Sindicato dos Comerciantes de Santa Rosa; Cpers Sindicato – 10º Núcleo Santa Rosa; Sindicato dos Metalúrgicos de Horizontina; Igreja Católica – Diocese Santo Ângelo; Igreja IEAB e IECLB.

As instituições e organizações sócias contribuem mensalmente com um montante que vai de R\$ 60,00 a R\$ 240,00 empregados nas despesas da ONG. As atividades da Arede estão direcionadas à formação e assessoria das entidades representativas dos atores do espaço rural, havendo entretanto, projetos sendo desenvolvidos no espaço urbano, como consta a seguir:

Uma das atividades da Arede é sua participação no *Fórum dos Rurais*. Este é um espaço de discussão composto por treze sindicatos de onze municípios dos dois Coredes, cooperativas de produção, de crédito e ONGs.

O Fórum dos Rurais é um espaço de articulação que a gente tem, faz reuniões ordinariamente uma vez por mês, aonde a gente senta e discute tudo que tá relacionado com a agricultura familiar, desde o preço do leite, das mobilizações que vão fazer, até as discussões de como vão organizar a produção, que projetos as ONGs têm que tocar, qual é a concepção nossa de cooperativismo, como tem funcionado nossas cooperativas, então esse é um grande espaço de articulação na região (Membro da Arede, out/05).

Outra atividade se deu em parceria com a Cooperluz em 2002. No “*Programa de Formação da Agricultura Familiar*” a Arede desenvolveu um projeto com os associados desta cooperativa. Este consistiu em cursos de formação em três módulos, realizados nos vinte e cinco núcleos de base da Cooperluz, envolvendo seiscentas e cinquenta famílias. O programa envolveu temas como a organização da produção, da propriedade, bem como a comercialização dos produtos oriundos da agricultura familiar, sendo que a Cooperluz arcou com os custos financeiros e a Arede desenvolveu as atividades de formação. Outras ações nessa mesma linha são desenvolvidas com os STRs, tanto destinados à direção quanto a seus associados. Estas ações são desenvolvidas de acordo com a demanda de cada STR.

Outro projeto – “*Cooperativismo: Construindo Solidariedade*” - refere-se a assessoria prestada às pequenas cooperativas da agricultura familiar, contando com recursos do MDA. As cooperativas que recebem assessoria da Arede são aquelas ligadas a Crecaf. O projeto trata de temas como organização interna das cooperativas, organização da produção, como organizar a renda da cooperativa, como desenvolver uma produção centrada na agroecologia. Este projeto vem se desenvolvendo desde 2004 estando em sua segunda fase.

O “*Projeto de Formação com Jovens Rurais*”, realizou vários encontros em 2001 e 2002 com jovens rurais da região. Este foi um trabalho realizado em parceria com a Emater, STRs da região e Fundajur.

Ainda no ano de 2002, a Arede assessorou prefeituras da região através do projeto “*Assessoria aos projetos de aquisição da merenda escolar adquirida diretamente dos agricultores (as)*”. Este tinha por foco a geração de renda aos agricultores, dentro do conceito de desenvolvimento local e de melhoria da qualidade alimentar. O projeto apoiou e estruturou programas de compra da merenda escolar nos próprios municípios, sendo que nos municípios de Giruá e Porto Lucena o projeto continua a ser executado.

Através do ponto de venda da Crecaf (no município de Santa Rosa) e estimulando a compra direta dos agricultores, organizaram-se programas de compra de produtos (sendo alguns agroecológicos) para merenda escolar, produzidos na própria região:

nesse trabalho a gente identificou que além de trabalhar a produção a gente precisava trabalhar o consumo e daí a gente viu que o espaço público era um grande comprador (...) quando a gente ia nos municípios discutir a diversificação, a produção agroecológica, então diziam assim, e o espaço de venda, cadê? (...) Alguns municípios toparam esse desafio, iniciaram a experiência, alguns depois de 4 anos continuam, outros deram uma parada, enfim. Então hoje existe uma sensibilidade pra que você potencialize ao máximo a produção e o consumo local ou regional. Então é um grande desafio que tá se apontando cada vez mais e a gente no trabalho percebe isso, a necessidade de valorizar a produção e o consumo local, só trazer de fora o que de fato não tem na região (Membro da Arede, out/05).

Outra atividade que vem sendo desenvolvida está direcionada à habitação rural, dentro do “*Projeto Técnico Social das Reformas Habitacionais: Crédito Solidário*”, o qual está sendo desenvolvido nos municípios de Cândido Godói, Campina das Missões, Santo Cristo, Giruá, Santa Rosa, São Pedro do Butiá, Alecrim e Salvador das Missões.

No Fórum dos Rurais foi discutida a importância de se trabalhar a habitação rural. Estruturou-se um projeto, o qual foi encaminhado junto ao Ministério das Cidades, via Caixa Econômica Federal, sendo aprovado com recursos para a construção de cem casas

(podendo ainda chegar a duzentas nesta primeira fase) no Corede Missões e Fronteira Noroeste, com o fim de testar a metodologia do projeto. Dentro desse programa será desenvolvido um trabalho técnico-social, a cargo da Arede e da ASTRF, no intuito de não levar apenas uma infra-estrutura, mas desenvolver concomitantemente um trabalho social, que incida em mudanças na qualidade de vida nas famílias.

Pode-se citar ainda, como resultado das discussões do Fórum dos Rurais, o apoio à constituição de bancos de sementes através do “*Projeto Resgate das Sementes Crioulas*”. Este visa resgatar e preservar as sementes crioulas, considerado pelos atores envolvidos, uma atividade importante no âmbito da agricultura familiar. Este projeto busca reunir e expandir o uso de sementes crioulas, as quais podem ser produzidas e reproduzidas pelos próprios agricultores. Este conta com a ajuda de uma instituição alemã que apóia a organização de bancos de sementes.

A ação voltada ao espaço urbano se dá pelo “*Projeto Mulheres – protagonizando a igualdade nas relações de trabalho*”, que está sendo desenvolvido em parceria com a ASTRF e com a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. O projeto desenvolvido nos municípios de Santa Rosa, Santo Ângelo, Santo Cristo e Horizontina, objetiva contribuir com a melhoria da qualidade de vida das mulheres trabalhadoras urbanas e suas famílias, através da capacitação e organização de iniciativas autogestionárias. Assim, vêm se realizando ações de organização e fortalecimento do MMTU, organizando grupos municipais através de parcerias locais, fomentando iniciativas autogestionárias de renda para as mulheres, oportunizando momentos de qualificação profissional e fomentando a discussão de gênero em todas as ações do projeto.

Como resultados do “*Projeto Mulheres*” pode-se apontar a realização de (1) cursos de qualificação na fabricação de produtos de limpeza e higiene, produtos integrais e derivados de soja, artesanato, comunicação e expressão, gestão, comercialização e logística;

(2) criação de sete grupos de mulheres: Cooperfort em Horizontina, Projeto Criar, Grupo de Velas, Mãos que Criam em Santa Rosa, Cooperunião em Santo Ângelo e Coopercriativa em Santo Cristo; (3) participação em feiras municipais; (4) intercâmbio com pontos de venda das cooperativas da agricultura familiar; (5) participação em seminários sobre economia popular solidária e na Marcha Mundial das Mulheres.

Outra ação é o “*Projeto Horta Comunitária*”, desenvolvido no Bairro Cruzeiro de Santa Rosa, envolvendo famílias vulneráveis socialmente. Este trabalho foi desenvolvido em parceria com a Cese, entidade ligada a igrejas ecumênicas.

A Arede tem ainda participado de diferentes campanhas e discussões: campanha “Por um Brasil Livre de Transgênicos” (2002), Marcha Mundial das Mulheres (2005). Ainda no ano de 2004 articulou e organizou o I Encontro de Educação Popular, realizado em Santa Rosa em parceria com o Cpers-Sindicato, o qual reuniu cerca de oitocentos professores da região.

São estabelecidas ainda discussões com a universidade local – Unijuí tratando, por exemplo, de questão de marcas, propaganda, rotulagem de produtos oriundos da agricultura familiar destes Coredes. A Arede frequentemente é convidada a realizar palestras, sendo estas desenvolvidas com base em trabalhos realizados pelas entidades que convidam a ONG:

esse é um outro trabalho que a gente faz, que é complementar, às vezes o pessoal faz todo um trabalho e nos chama um pouco pra culminância, pra fazer mais uma reflexão. As palestras por si só, a gente tem muita experiência nisso, elas não conseguem alterar uma realidade, enfim, mas elas ajudam, no início nós tínhamos resistência até em fazer a palestra, mas depois a gente acabou entendendo que a gente também pode passar uma mensagem legal com as palestras (Membro da Arede, out/05).

Em síntese pode-se dizer que a Associação Regional de Educação, Desenvolvimento e Pesquisa é

uma entidade dos movimentos sociais e para os movimentos sociais. Então ela nasce a partir deles e seu trabalho está voltado a atender as necessidades que essas entidades têm. Então a gente desafia as entidades e as entidades também nos desafiam enquanto ONG no sentido de colocar as demandas que são necessárias. Então hoje grande parte das nossas ações são voltadas para o meio rural, para a agricultura familiar, porque já é uma tradição na nossa região e propriamente dos nossos acúmulos (Membro da Arede, out/05).

A constituição da Arede pelos atores locais/regionais atende a uma das dimensões da inovação territorial coletiva, quando se entende que esta inovação não é restrita à perspectiva econômico empresarial. A Arede representa um esforço quanto a melhorias na formação de recursos humanos mencionada por Méndez (2002) que segundo o autor inclui o ensino em diversos níveis de qualificação, reciclagem de empresários e trabalhadores, até uma adaptação às demandas do saber fazer local. Esta ONG é criada para responder as demandas de formação principalmente dos atores ligados a agricultura familiar, voltada ao aperfeiçoamento de cada pessoa que habita este território (BOISIER, 1995).

Além dos novos usos políticos expressos a pela formação de instituições/organizações, possíveis pela densidade institucional, pode-se citar ainda os eventos patrocinados pela Coopercana através da Lic, a Marcha Mundial das Mulheres, bem como o processo de arrendamento e compra da massa falida da Alpox:

#### 6.1.6 Eventos patrocinados através da Lic

A Coopercana desde 2003 vem patrocinando eventos através da Lic. O objetivo da Cooperativa ao participar de tais projetos é incentivar a cultura local e regional, sendo que esta caracteriza mais uma forma de atender ao Estatuto da Coopercana, quando o mesmo trata do objetivo de contribuir para o desenvolvimento regional.

O patrocínio de tais projetos através da Lic, além de contribuir com a cultura local/regional, é um mecanismo que permite que parte do ICMS recolhido pelas empresas fique circulando na região. O patrocínio destes eventos deixa evidente que as ações da Cooperativa não se restringem a seus associados, nem ao espaço rural, ou mesmo ao município de Porto Xavier. A Coopercana não patrocinou eventos apenas neste município, mas também em Santo Cristo e Giruá, somando R\$ 200.429,30 investidos na cultura local/regional, como apresenta a tabela abaixo:

**Tabela 10:** Eventos patrocinados pela Coopercana através da LIC

<b>Evento</b>	<b>Atores envolvidos nos eventos</b>	<b>Recursos Coopercana (R\$)</b>	<b>Período</b>
<b>XXXIII FIC - Festival de Interpretação da Canção, Santo Cristo.</b>	-CPM da Escola Estadual de Educação Básica Leopoldo Ost -APROSAN -Grupo de Jovens Alicerce Coopercana -Mercedo Produções - Sto Cristo -Governo do Estado	30.000,00	2, 3/ set/03
<b>3º Canto da Terra dos Gerivás, Giruá.</b>	-Piquete Nativista – Giruá Prefeitura Municipal - Giruá -Coopercana -Governo do Estado	10.000,00	10, 11, 12 out/03
<b>1ª Balseada Artístico Cultural e 11º Rodeio Crioulo do CTG Corredor Missioneiro, Porto Xavier.</b>	-CTG Corredor Missioneiro – Porto Xavier -Coopercana -Mercedo Produções Sto Cristo -Governo do Estado	8.000,00	12, 13, 14 dez/03
<b>CD do Coral Santa Cecília, Santo Cristo.</b>	-Coral Santa Cecília -Coopercana -Quero-Quero - Sto Cristo Mercedo Produções - Sto Cristo -Governo do Estado	8.587,85	Dez/03
<b>XXXIV FIC - Festival de Interpretação da Canção, Santo Cristo.</b>	-Coopercana -COOTRIROSA - Sto Cristo -Mercedo Produções - Sto Cristo -Governo do Estado	40.000,00	3, 4 set/04
<b>XV FREC – Festival Regional Estudantil da Canção/Porto Xavier</b>	-CPM da Escola de Ensino Fundamental João Manoel Corrêa – Porto Xavier -Coopercana -Mercedo Produções - Sto Cristo -Governo do Estado	28.882,00	27/11/04
<b>2ª Balseada Artístico Cultural-CTG Corredor Missioneiro, Porto Xavier.</b>	CTG Corredor Missioneiro – Porto Xavier -Coopercana -Mercedo Produções - Sto Cristo -Governo do Estado	74.959,45	10, 11, 12 dez/04
<b>Total de recursos disponibilizados pela Coopercana</b>		<b>200.429,30</b>	

**Fonte:** Mercedo Produções. 2005. Elaborada pela autora.

Levando em consideração que os recursos acima mencionados são disponibilizados aos eventos através de uma lei estadual (Lic) o poder público também se faz presente em tais ações. Assim, quanto à densidade institucional, estas ações podem ser consideradas de nível 02, nas quais interagem instituições e organizações locais/regionais, além do Governo Estadual. Considera-se, no entanto que a densidade de instituições/organizações locais/regionais poderia ser maior, levando-se em conta que grande parte dos eventos são patrocinados apenas pela Coopercana. Isso possibilitaria um montante maior de recursos disponibilizados a cada evento, além da possibilidade de patrocinar-se mais eventos.

Outra atividade, que mesmo não levando a transformações territoriais imediatas, é uma ação importante no sentido de reforçar as relações de poder dos atores locais/regionais sobre seu território. Trata-se da Marcha Mundial das Mulheres, que teve um dia de atividades em Porto Xavier:

#### 6.1.7 Marcha mundial das mulheres

A Marcha Mundial das Mulheres ocorreu no município de Porto Xavier no dia 11 de março de 2005. A ASTRF foi responsável pela organização do evento, no entanto, ela contou com o apoio e parceria direta da Coopercana; CreSol; STR; Coopax; Poder Público Municipal; Receita Federal além de uma Comissão Regional do Movimento das Mulheres (municípios de Porto Xavier, Santo Cristo, Porto Lucena, Santa Rosa, Santo Ângelo, Guarani das Missões, Cerro Largo, São Luiz Gonzaga e Vitória das Missões).

A principal ação do Poder Público Municipal, além do apoio ao evento, se deu no sentido de ceder uma área para a realização das atividades do dia 11. No entanto, a área

pretendida para a realização do evento, embora fosse de propriedade do poder público municipal, estava cedida à Receita Federal. Esta também liberou o uso da área, organizando as travessias de balsa Brasil-Argentina e vice-versa. Tal medida foi necessária porque a área localiza-se no Porto Internacional de Porto Xavier, servindo de estacionamento principalmente para caminhões. A Marcha reuniu entidades dos municípios acima citados além de representantes do movimento de mulheres de São Paulo e da Argentina.

A Marcha já é resultado de um movimento mais amplo que iniciou no Brasil em 2000, reunindo movimentos femininos e feministas de todo país. Estes movimentos se organizaram para protestar por seus direitos e contra a discriminação de gênero. O movimento ganhou força a partir de atividades semelhantes realizadas no Canadá. Cada ano, é marcado um dia no qual o movimento de mulheres de todo mundo se reúne em seus países para protestar sobre diferentes pontos. Este ano foi elaborada a “Carta Mundial das Mulheres para a Humanidade” que trata dos seguintes pontos: justiça, igualdade, solidariedade paz e liberdade. Esta carta saiu de São Paulo no dia 08 de março de 2005 e chegou a Porto Xavier no dia 11, seguindo para a Argentina. A carta percorreu vários países, sendo que no dia 17 de outubro de 2005 chegou ao seu destino final: Burkina Fazo, país considerado um dos mais pobres do mundo, onde foram realizadas diferentes atividades e debates referentes aos pontos da carta. Na escala local/regional foi realizado um encontro semelhante no município de Cerro Largo (Corede Missões), promovido pelas mesmas instituições e organizações.

Por sua vez, no dia 11 de março em Porto Xavier, foram realizadas diferentes oficinas sobre agroindustrialização, bioconstrução, autogestão e cooperativismo, além de uma feira da economia popular solidária, apresentações artísticas e a divulgação dos pontos da carta, com o objetivo de protestar contra a discriminação de gênero, além das demais injustiças sofridas pelas minorias, objetivo maior da Marcha.

A participação da Coopercana no evento deu-se pela realização de uma oficina de cooperativismo, exposição de produtos e pela participação dos associados no dia do evento. Além do mais, a Cooperativa ficou responsável pelas instalações elétricas e organização da infra-estrutura do local (tendas, sanitários, estandes) reunindo 30 associados que foram liberados dos trabalhos na usina por um dia. Os recursos financeiros necessários à realização do evento foram provenientes de doações de empresas e entidades locais, instituições financeiras, gabinetes de deputados da região e da comercialização de produtos da economia popular solidária.

Assim, pode-se observar que se constituiu uma densidade de nível 01 em torno da Marcha, envolvendo atores da sociedade civil organizada tanto na escala local/regional, como nacional e internacional (diferentes movimentos de mulheres), além do poder público municipal e federal (Receita Federal). A marcha proporcionou portanto, além dos debates sobre a questão do gênero, também momentos em que as cooperativas familiares, bem como a Coopercana puderam participar e expor suas experiências, além da feira da economia popular solidária, que divulgou os produtos e as agroindústrias principalmente de Porto Xavier, que além de gerar renda para as famílias teve importante participação no custeio do evento.

Observa-se assim, que a organização da sociedade civil local/regional permitiu que a Marcha das Mulheres extrapolasse as discussões acerca das questões de gênero. Assim foi possível tratar da importância da cooperação, da mobilização, da busca por atividades mais sustentáveis para o desenvolvimento local/regional, tendo por base experiências locais, o que levou a discussões e permitiu trocas de informações. Portanto, este é mais um exemplo que a densidade institucional permite a realização de ações em várias áreas, atendendo a diferentes demandas dos atores locais/regionais e neste caso, integrando o local ao global.

No entanto, é importante destacar que todas as ações acima citadas, bem como a constituição das instituições/organizações tão somente foi possível devido a um fato muito

anterior às mesmas: a criação da Coopercana. Esta é proveniente de protestos, mobilizações e de uma forte pressão da sociedade civil local/regional organizada sobre o poder judiciário. Foi a partir desta mobilização em torno da formação da Cooperativa que se constitui um clima social mais favorável à cooperação, a interação entre diferentes atores, à densidade institucional.

Nesse sentido a Coopercana passa ser considerada um marco, pois acaba servindo como um exemplo do poder de organização da sociedade civil. A constituição da cooperativa é tida como um exemplo concreto de poder local, o que acaba incentivando e mesmo animando os atores locais/regionais a mobilizarem-se em torno de suas demandas. A constituição da Coopercana, que leva ao desencadeamento de um processo de desenvolvimento territorial local/regional, está descrito a seguir:

#### 6.1.8 O processo de arrendamento e compra da massa falida da Alpox S/A

Como já mencionado, a falta de transparência e a exploração político-econômica dos sócios majoritários (13 empresários e profissionais liberais) sobre os minoritários (143 agricultores) e conseqüentes problemas financeiros da Alpox, fizeram com que os atores locais/regionais se mobilizassem pela decretação da falência da mesma.

Assim, mobilizaram-se o STR-Porto Xavier, Coopax, ASTRF, Asplacan, Igrejas (Católica e ICLEB) e os agricultores e funcionários da Alpox, passando a se organizar em torno da constituição da Coopercana. O ponto culminante dessa mobilização foi o dia 16 de junho de 1999, quando diferentes organizações/instituições, além da Prefeitura de Porto Xavier e Roque Gonzáles e cerca de 400 pessoas ligadas a Alpox (agricultores, trabalhadores, freiteiros, autoridades políticas) realizaram uma manifestação em frente ao Fórum da cidade de Porto Xavier.

Neste ato foi exigida a decretação da falência da Alpox para o posterior arrendamento da massa falida, a fim de democratizar os processos dentro da empresa, de modo a beneficiar agricultores e os funcionários da Alpox. Antecederam ao protesto do dia 16 de junho, cerca de oitenta e sete manifestações e/ou reuniões realizadas em prol da constituição de uma Cooperativa de agricultores e funcionários da então Alpox e para a organização do protesto exigindo a falência.

Decretada a falência por meio de um ato judicial, as instituições/organizações acima mencionadas, articulam a fundação da Coopercana. Com uma autorização provisória é liberada a entrada dos cooperativados nas imediações da usina, permitindo seu funcionamento. Ao mesmo tempo foram encaminhados os papéis para a homologação da Cooperativa, efetivada em 20 de julho de 1999 e homologada na Junta Comercial em Porto Alegre a 08 de agosto de 1999.

No mês do agosto de 1999 é assinado o contrato de aluguel da massa falida pela Coopercana no Fórum da cidade de Porto Xavier, vencendo a 31 de dezembro de 2000. Na seqüência foi assinado novo contrato por mais dois anos, renovado, a partir de então, a cada ano, até 30 de setembro de 2004, quando é efetivada a compra da massa falida.

O pagamento do arrendo do parque industrial pela Coopercana se dava em duas formas. Parte em manutenção do parque industrial, de modo a deixar os equipamentos em condições de uso, e a parte restante em dinheiro, a ser pago ao responsável judicial da massa falida.

O processo de arrendamento do parque industrial, a partir do momento em que houve participação do poder judiciário, pode ser considerado o primeiro novo uso político do território. A densidade institucional desta ação pode ser considerada de nível 01, contando com atores locais/regionais, públicos e privados, individuais e coletivos, além do poder judiciário, da escala federal. A partir deste novo uso político, no qual os agricultores e os

antigos funcionários da Alpox tornam-se atores protagonistas da usina, passam a ser desencadeadas as ações citadas acima, bem como os novos usos econômicos do território, a serem apresentados em seguida.

A densidade institucional presente no processo de decretação da falência e arrendamento da massa falida foi de extrema importância para a criação da Coopercana. Segundo relatos de atores da Cooperativa e demais instituições/organizações, a participação da ASTRF, Coopax, STR e das Igrejas na mobilização, encorajamento e organização dos agricultores plantadores de cana e funcionários da usina foi de fundamental importância. Os plantadores e funcionários estavam desanimados frente à crise financeira da Alpox, prestes a desistir do plantio e industrialização da cana. Para dar um exemplo da desmotivação pode-se citar o fato da venda das ações dos plantadores de cana aos empresários paulistas.

Assim, na medida em que as lideranças destas instituições/organizações passaram a mobilizar os plantadores e funcionários, a buscar e mostrar que haviam saídas e alternativas à situação precária a qual estavam submetidos, as pessoas passaram a mobilizar-se em torno da luta pela constituição da Coopercana e acreditar que a usina gerida sob forma cooperativada poderia trazer resultados positivos para os cooperados.

O processo de compra da massa falida também contou com alta densidade institucional. A assembléia geral dos credores da Alpox, ocorreu a 30 de setembro de 2004, quando foi apreciada a compra programada direta apresentada pela Coopercana. O valor do parque industrial e demais bens ficou orçado em R\$ 2.798.000,00. A formalização da compra efetivou-se na assembléia, sendo esta realizada em três parcelas como segue descrito a na tabela a seguir:

**Tabela 11:** Valor do parque industrial da Alpox

Valores (R\$)	Prazos
1- 800.000,00 (mais correção monetária)	no ato da Assembléia
2- 1.000.000,00 (mais correção monetária)	25 de março de 2005.
3- 998.000,00 (mais correção monetária)	30 de maio de 2005
<b>Total</b>	<b>2.798.000,00.</b>

**Fonte:** Coopercana. 2005. Adaptada pela autora.

Para caracterizar os credores da massa falida é apresentada a tabela abaixo. Nela, pode-se observar que a Alpox possuía dívidas junto ao Estado (governo Federal, Estadual e Municipal) bem como junto a sociedade civil (trabalhadores da usina):

**Tabela 12:** Credores da massa falida da Alpox

Credores/origem	Valor (R\$)
Débitos Fiscais INSS	1.661.000,00
Débitos Fiscais União Federal	2.161.000,00
ICMS	12.520.000,00
Processos trabalhistas	3.887.000,00
Demais credores	3.166.000,00
<b>Total geral do passivo da massa falida</b>	<b>23.395.000,00</b>

**Fonte:** Coopercana. 2005. Adaptada pela autora.

Após a assembléia houve uma contestação da compra da massa falida, efetuada por uma empresa de derivados de cana (cachaça) de Canoas (RS). Esta alegou que a venda da massa falida à Coopercana teria sido facilitada. No entanto, a liminar de contestação foi julgada improcedente, e não havendo ilegalidades, o processo de compra teve continuidade.

Superado este entrave, havia outro problema. Reunir o montante necessário ao pagamento da última parcela da compra. As duas primeiras parcelas haviam sido pagas com recursos próprios da Cooperativa, o que não seria possível para esta última. Segundo as cláusulas do contrato, o não pagamento de alguma parcela acarretaria a perda do parque industrial, bem como das parcelas já pagas.

Diante disso, os atores da Coopercana procuraram levantar estes recursos (cerca de R\$ 998.000,00) em diversas organizações financeiras não obtendo sucesso. Em função disso,

a Cooperativa passa a interagir novamente com a Cre\$ol. Esta trabalhou em prol da liberação de recursos do Pronaf repassados pelo Banco do Brasil. Para tal, a Cre\$ol buscou o apoio da Assembléia Legislativa e da Câmara dos Deputados, através de deputados (estaduais e federais) da região, para obter o apoio destes no encaminhamento das providências políticas a serem tomadas para que o Ministério do Desenvolvimento Agrário liberasse os recursos do Pronaf.

Além destes recursos, a Cre\$ol – Porto Xavier disponibilizou valores do micro-crédito local. Entretanto, a soma destes não era suficiente para cobrir a parcela. A alternativa veio do apoio solidário das unidades da Cre\$ol de municípios vizinhos. Como os recursos de cada Cre\$ol são reaplicados no local, ou seja, não podem ser reinvestidos fora da área de abrangência de cada unidade, agricultores das Cre\$ois citadas abaixo realizaram empréstimos em suas respectivas unidades e posteriormente transferiram os valores para a unidade de Porto Xavier, sendo que a única garantia do retorno do empréstimo é a confiança depositada nos associados da Coopercana.

A origem dos recursos, junto aos valores está descrita na tabela abaixo. Estes valores foram utilizados para o pagamento da última parcela da compra e o restante destinado ao capital de giro da Cooperativa:

**Tabela 13:** Recursos referentes à última parcela da compra da massa falida da Alpox S/A.

<b>Origem</b>	<b>Valores (R\$)</b>
Micro-crédito local: recursos próprios da Cre\$ol-Porto Xavier	400.000,00
Micro-crédito da Cre\$ol de Constantina, Humaitá, Tenente Portela e Campo Novo.	450.000,00
PRONAF Investimento	552.000,00
<b>Total</b>	<b>1.402.000,00</b>

Fonte: Cre\$ol, 2005 (informação oral). Elaborada pela autora.

Após todo o processo de obtenção de recursos e efetivação da compra, a Cooperativa organizou um almoço de confraternização, comemorando seu sexto aniversário, o início da

safra de 2005 e principalmente a aquisição do parque industrial. O evento foi realizado na cidade de Porto Xavier, no Salão Paroquial da Igreja Evangélica Luterana do Brasil. Nele estiveram presentes representantes das Cre\$óis envolvidas na compra da massa falida, representantes dos STRs da região (Santo Cristo, Porto Lucena, Roque Gonzáles), da Emater Regional, deputados da região, representantes da massa falida da Alpox, além dos associados.

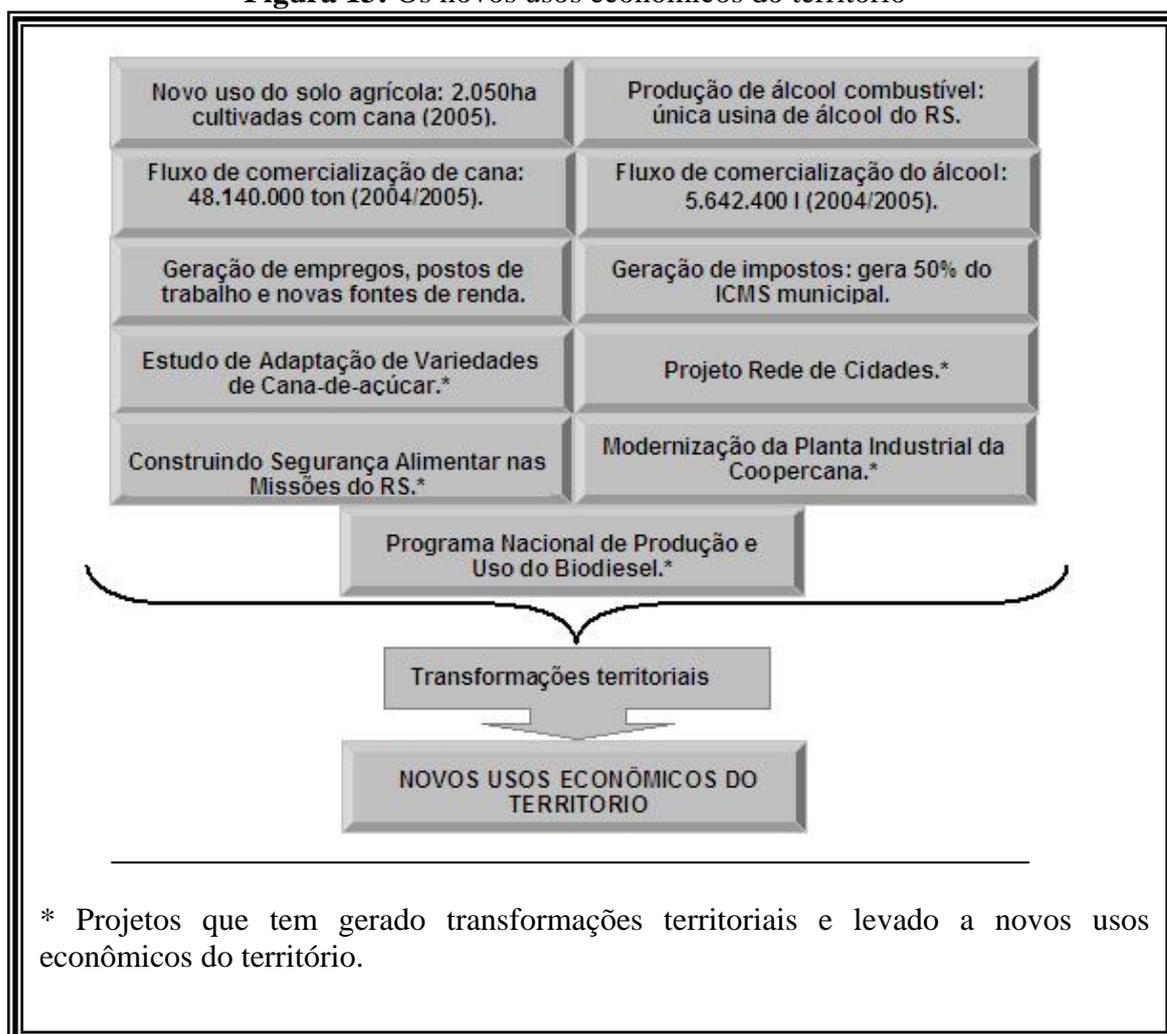
Para a realização do almoço de confraternização, novamente houve forte interação e solidariedade entre os associados, sendo que a carne para o almoço foi doada por dois associados da Coopercana. As bebidas, tendo um custo muito elevado para serem disponibilizadas gratuitamente pela Cooperativa aos associados, foram vendidas ao preço de custo. No dia da confraternização foi enfatizada a importância da interação das instituições/organizações na trajetória da Coopercana, bem como a importância da participação de cada associado na Cooperativa.

A partir do que foi acima mencionado, pode-se afirmar que a densidade institucional em torno das diferentes ações e projetos permitiu estes novos usos políticos do território, possibilitando ações inovadoras, o que por sua vez reforça as relações de poder e de gestão dos atores locais/regionais para com este seu território. Estes novos usos políticos, são respostas a demandas locais/regionais, o que conseqüentemente desencadeia um processo de desenvolvimento territorial local/regional. As relações de poder e gestão também são reforçadas pelos novos usos econômicos do território, como será apresentado no próximo capítulo.

## 6.2 Os novos usos econômicos

Os novos usos econômicos do território da Coopercana são expressos principalmente a partir de um novo uso da terra, que se dá pelo plantio de cana-de-açúcar e também por sua industrialização e comercialização. Embora este uso tenha iniciado com a criação da Alpox, o mesmo apresenta maior incremento com a constituição da Cooperativa, sendo a partir de então, influenciada por diversos projetos voltados ao cultivo e industrialização da cana-de-açúcar, como será apresentado posteriormente. A figura a seguir aponta os novos usos econômicos do território que passam a ser analisados em seguida:

**Figura 13:** Os novos usos econômicos do território



Fonte: Elaborada pela autora.

Em 1999, ano em que é decretada a falência da Alpox e a Coopercana arrenda a usina havia 1.250 ha de cana produzindo para a Alpox (RICHTER, informação oral<sup>26</sup>). Já em 2003 esse número atingia 1.868 ha, passando para 2.050 ha em 2005, o que representa um crescimento de 64%, ou um aumento de 800 ha num período de 6 anos. Esse crescimento é significativo levando em consideração que em média 70% dos estabelecimentos agropecuários dos dois Coredes possuem até 20 ha (IPD, 2005)<sup>27</sup>.

Em 2002, dos 7.212 ha de cana cultivadas no Corede Fronteira Noroeste e Missões, 28% foram cultivadas por associados da Coopercana. Este é um valor significativo levando-se em consideração que as demais agroindústrias da região são em geral de pequeno porte e de economia familiar. Já a Coopercana, na escala local/regional, não pode ser considerada uma pequena agroindústria, destacando-se tanto, por apresentar um porte maior, quanto pelo seu produto final.

É importante mencionar ainda que, grande parte da produção regional de cana é destinada ao auto-consumo nas propriedades rurais (produção de derivados – melado, açúcar mascavo, licores, rapadura – além de ser utilizada como forrageira para o trato animal) como já mencionado anteriormente. Assim, embora não hajam dados que representam a realidade sobre os derivados de cana comercializados nos dois Coredes (em razão de grande parte das agroindústrias serem de economia informal) é possível afirmar que a participação da Coopercana na comercialização de derivados de cana é superior a sua participação no cultivo da cana em função justamente, desta cultura destinar-se em grande parte ao auto-consumo.

Pelos dados mencionados acima, observa-se que o cultivo da cana é relativamente disseminado nas regiões dos dois Coredes. Isso pode parecer contraditório ao se afirmar que o cultivo e a industrialização da cana caracterizam inovações territoriais coletivas. No entanto,

---

<sup>26</sup> RICHTER, Paulo D. Contador da massa falida da Alpox. Escritório Contábil Águia/Porto Xavier.

<sup>27</sup> Dados referentes ao ano de 1995.

segundo o Programa Leader (2005) a característica inovadora de uma ação é definida tendo em conta o contexto local no qual esta ação se inscreve. Assim sendo, a cana torna-se uma cultura quase que “insignificante” frente à soja, principal cultivo nas regiões dos dois Coredes. Dessa forma, o fato dos atores locais/regionais terem a cana-de-açúcar como principal produto a gerar renda na propriedade, e em alguns casos até substituírem a cana pela soja, permite que se considere seu cultivo como algo inovador. Com base nisso, pode-se afirmar que são atribuídas novas funções a antigas formas (SANTOS, 1997-b).

O cultivo de cana-de-açúcar na região dos dois Coredes, caracteriza uma antiga forma produtiva, que também pode ser caracterizada como uma rugosidade<sup>28</sup> do espaço (SANTOS, 1997-b). Quando uma cultura de subsistência torna-se a principal fonte de renda dos agricultores, esta assume uma nova função. Da mesma forma, o processo de agroindustrialização da cana, tanto nas propriedades rurais, quanto no parque industrial da Coopercana, caracteriza uma nova função dada ao espaço rural. Não se produz e/ou fornece apenas matérias-primas para a cidade, passa-se também a industrializá-los, o que caracteriza mais uma fonte de renda para os pequenos agricultores.

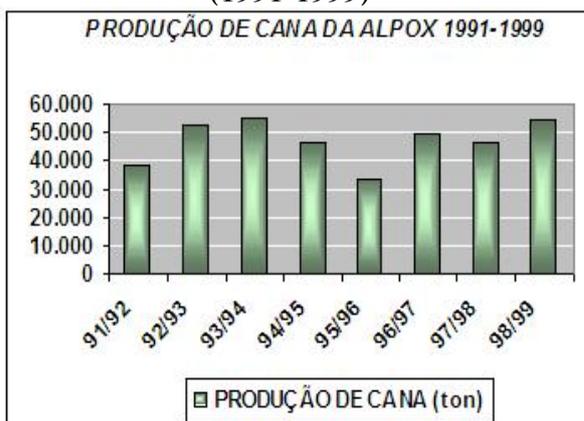
Além disso, essa disseminação, ou essa cultura que já existe em torno da cana nas duas regiões, pode ser entendida como um capital territorial, o qual pode ser potencializado. À proporção em que este capital territorial é potencializado, ele surge como um novo uso do território, caracterizando uma inovação territorial coletiva, uma resposta criativa e coletiva dos atores locais/regionais aos obstáculos decorrentes da pequena extensão de suas propriedades. Ou seja, é uma ação que responde a necessidades particulares de desenvolvimento do território introduzindo novas soluções (LEADER, 2005).

---

<sup>28</sup> Segundo Santos (1997-b, p.113) a rugosidade é o “o que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares”.

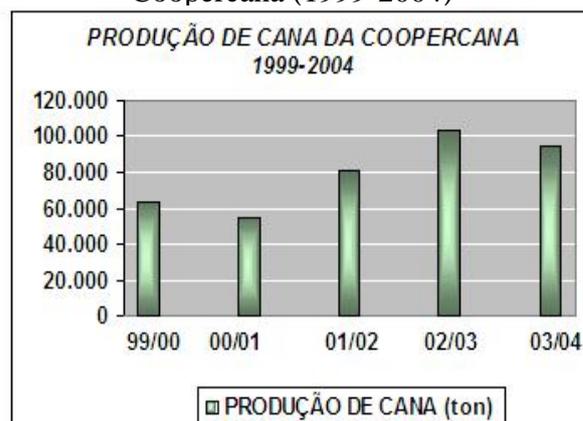
Além da expansão do cultivo da cana, tornando esta a principal cultura a gerar renda nas propriedades dos associados da Coopercana, pode-se citar ainda, comparando Alpox e Coopercana, o aumento da produção de cana e sua produtividade por hectare:

**Gráfico 10:** Produção de cana da Alpox (1991-1999)



Fonte: Coopercana, 2004-b.  
Elaborado pela autora.

**Gráfico 11:** Produção de cana da Coopercana (1999-2004)



Fonte: Coopercana, 2004-b.  
Elaborado pela autora.

Pelos gráficos acima, pode-se observar que a produção da cana da Alpox no período de 1991 a 1999<sup>29</sup> varia de um mínimo de 33.315 ton (1995/1996) a um máximo de 55.045 (1993/1994), sendo que em 1999, último ano de suas atividades, a produtividade era de 43 ton/ha. Já desde a criação da Coopercana, sua produção variou de 54.872 ton (2000/2001) a 102.999 ton (2002/2003), sendo a menor produção da Cooperativa praticamente a mesma da produção máxima da Alpox. Além disso, na safra 2002/2003, a Coopercana atingiu uma produtividade de 53 ton/ha, ou seja, 19% superior a produtividade máxima da Alpox.

Estes resultados positivos da Coopercana decorrem do caráter coletivo da experiência. Ou seja, através das discussões das reuniões dos núcleos, das assembléias, das trocas de informações e experiências entre os próprios associados (saberes técnicos/acadêmicos X conhecimento empírico, ou conhecimento tácito X codificado), bem

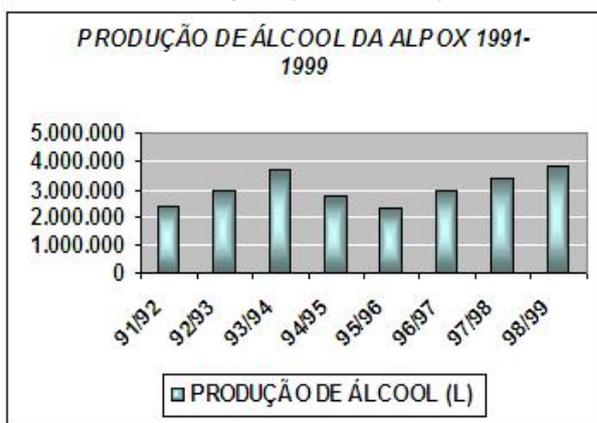
<sup>29</sup> Não foram encontrados dados de anos anteriores.

como da Cooperativa com outros empreendimentos que industrializam cana-de-açúcar, incentiva e estimula os associados a investirem nessa cultura.

Outro fato que influenciou a produção de cana a partir da Coopercana foi a implantação do “sistema troca-troca”. Este é um programa de incentivo à produção da cana da própria Cooperativa, voltado aos agricultores que possuem até 5 hectares. Tal programa consiste na disponibilização de mudas de cana no período do plantio, devolvidas um ano após o plantio na proporção de 1 x 1 (uma tonelada por uma tonelada). Além disso, adubos e serviços de maquinaria para a preparação da lavoura são antecipados a estes produtores, sendo a devolução destes recursos realizada em matéria-prima de forma subsidiada. Este programa demonstra que a Coopercana tem o foco mais voltado ao associado e não a obtenção do lucro, ao contrário do que ocorria no período da Alpox.

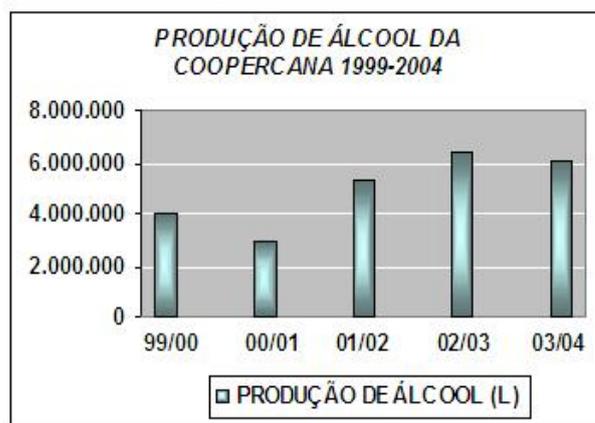
Outro uso econômico do território pode ser expresso pela produção do álcool etílico hidratado. Os gráficos abaixo permitem observar a evolução da produção de álcool, da Alpox a Coopercana:

**Gráfico 12:** Produção de álcool da Alpox (1991-1999)



Fonte: Coopercana, 2004-b.  
Elaborado pela autora.

**Gráfico 13:** Produção de álcool da Coopercana (1999-2004)



Fonte: Coopercana, 2004-b.  
Elaborado pela autora.

A produção anual de álcool da Alpox, de 1991 a 1999 vai de um mínimo de 2.335.370 litros/safra (1995/1997) a um máximo de 3.818.011 litros/safra (1998/1999). Em 10

anos de atividades, mesmo no ano em que a produção de álcool é a maior registrada, a Alpox utiliza apenas 42% de sua capacidade de moagem. Já a Coopercana, em 6 anos de atividades, com uma produção mínima de 3.003.000 litros/safra e máxima de 6.411.000 litros/safra, opera atualmente com 71% da capacidade, o que corresponde a um aumento de 29% na produção de álcool, podendo chegar aos 9.000.000 de litros, sua capacidade total, na próxima safra (2006/2007).

O aumento da produtividade e da produção de cana e do álcool pode ser considerado uma consequência direta da autogestão da Coopercana. A possibilidade da participação do associado nas decisões da Cooperativa, a certeza sobre o retorno que esta lhe trará (pagamento da cana, do álcool, do salário) faz com que os associados trabalhem em função do desenvolvimento e ampliação do patrimônio que, com a criação da Cooperativa, passa a ser do próprio associado. Isso pode ser observado nos depoimentos abaixo:

Agora a gente é dona do trabalho da gente, porque o associado é como se fosse dono da Coopercana. E tudo em dia, o pagamento dos funcionários, o pagamento de cana, tudo, tudo, frete, tudo em dia, o que antes não acontecia, ultimamente não acontecia, aí passou 5 ou 6 meses sem receber o salário por mês, fora o resto... (Associada da Coopercana, ago/05).

O trecho a seguir evidencia que foi possível observar diferenças até mesmo na estrutura física da usina após a constituição da Coopercana:

A diferença é muito visível, por que uma empresa quando tá na mão de um administrador é uma coisa, agora quando ela tá na mão do trabalhador é outra (...) antes, na Alpox, dava muito problema nas máquinas, ela trabalhava, parava, por isso, por aquilo, porque os donos eram uns e os empregados eram outros.(...) antes ela era bem mais nova dava muito mais problema que agora, que ela é uma estrutura mais velha. (...) cada trabalhador vai lá e cuida, porque é dele. (...) aquilo é um negócio que é dele, ele tá trabalhando num negócio que é dele (Dirigente STR, ago/05).

O aumento no cultivo, na produtividade e na produção também é resultado da densidade institucional em torno da experiência. Essa densidade permitiu a realização de

cursos de formação e cooperativismo além de estudos e dias de campo sobre a cultura da cana. Tais cursos acabam incentivando os agricultores a produzirem cana-de-açúcar, aumentar sua produção e por meio de novas variedades e novas técnicas de manejo, aumentar também a produtividade.

Ao lado do cultivo da cana e produção do álcool, pode-se citar a circulação da cana, dentro da cooperativa e do álcool, da Coopercana para a rede de distribuidores. A comercialização tanto da cana quanto do álcool, estabelece redes que em si já caracterizam transformações territoriais, pois através destas redes são estabelecidos fluxos entre atores, como por exemplo, da Coopercana com uma empresa distribuidora de Canoas.

Sobre os fluxos de comercialização de cana e álcool, será tratado mais detalhadamente no capítulo seguinte, porém, pode-se adiantar que estes fluxos, que geram novos usos econômicos do território, reforçam o poder dos atores locais/regionais sobre o mesmo. Conseqüentemente, estes atores tornam-se mais ativos na intervenção sobre o espaço, chegando assim ao desencadeamento de um processo de desenvolvimento territorial.

Outra transformação territorial observável é a geração de empregos e postos de trabalho decorrentes das atividades diretas da usina. A tabela abaixo demonstra tanto o número de empregos, quanto os postos de trabalhos gerados pela Coopercana:

**Tabela 14:** Atividades e postos de trabalho gerados pela Coopercana

<b>DURANTE A COLHEITA (06 meses)</b>	
Nº de pessoas empregadas no corte	400
Quadro técnico de apoio	15
Operadores de carregadeiras	10
Motoristas de caminhões	52
Agricultores	273
<b>DURANTE O PLANTIO</b>	
Média histórica	50
<b>INDÚSTRIA (CLT)</b>	
Quadro efetivo	43
Quadro safrista	76
<b>TOTAL DE POSTOS DE TRABALHOS GERADOS PELAS ATIVIDADES DA USINA</b>	<b>919</b>

**Fonte:** Coopercana, 2005.

A tabela demonstra que a Coopercana emprega, na entre-safra, quarenta e três pessoas e durante a safra, cento e dezenove. No período de funcionamento da Alpox o número de funcionários varia de um a cinco (provavelmente na função de vigias do parque industrial) no período da entre-safra, chegando de quarenta e quatro a cinquenta no período da safra<sup>30</sup>. Portanto, houve um aumento de 138% na geração de empregos durante a safra, e de 760% no período de entre-safra.

O crescimento do número de empregos na indústria pode ser resultante do aumento da área cultivada com cana-de-açúcar, o que por sua vez é consequência da autogestão da Cooperativa, havendo dentro da mesma um processo de discussão mais democrático, além de uma participação direta do associado na definição e no estabelecimento de políticas de produção, comercialização, de troca e busca de informações, gerando um interesse maior do associado em contribuir com o crescimento e desenvolvimento da Cooperativa.

Ou seja, aumenta a área plantada, aumenta a quantidade por hectare e conseqüentemente aumenta o trabalho na usina. Além disso, para um funcionamento adequado da usina, esta necessita de manutenção mesmo durante a entre-safra, o que exige a permanência de trabalhadores no parque industrial. Nesse período, além da manutenção das máquinas, são realizadas ainda, análises laboratoriais, assistência técnica, plantio de canaviais, realização de reuniões e cursos de formação bem como a comercialização do álcool, atividades estas que geram os quarenta e três empregos neste período.

Ao comparar-se o número de empregos gerados pela Coopercana com dados do setor secundário da região, observa-se que o número de pessoas empregadas na usina está acima da média do setor secundário do Corede Fronteira Noroeste e Missões. De acordo com o anuário estatístico da Fee de 1993, o setor secundário das Missões empregava em média nove

---

<sup>30</sup> Os dados referentes a Alpox são anteriores ao ano de 1996, sendo que não se encontrou dados posteriores, até em função do último balanço realizado ser do ano de 1994.

funcionários por indústria, enquanto que na região Fronteira Noroeste havia onze. O município de Porto Xavier também apresentava uma média de onze funcionários por indústria. Assim sendo, a Coopercana está mais de 300% acima da média dos dois Coredes e do próprio município de Porto Xavier.

Além dos empregos gerados na usina, dentro da CLT, a Coopercana gera ainda quinhentos e trinta empregos e postos de trabalho, entre corte de cana (quatrocentos), operação de carregadeiras (dez), técnicos (quinze), plantadores de cana (cinquenta) e motoristas de caminhões (cinquenta e dois). Além destes, há ainda os duzentos e setenta e três agricultores associados, sendo que para os mesmos o cultivo da cana, quando não caracteriza a principal fonte de renda da propriedade, é uma das principais.

O número de empregos acima da média, além da geração dos demais postos de trabalho pode ser considerado decorrência da densidade institucional e da coletividade da experiência, ou seja, do fato de ser uma cooperativa. Isso fica evidente pela média dos empregos gerados no setor secundário das duas regiões comparada aos empregos gerados pela Coopercana.

É possível afirmar ainda que a geração de empregos, de novos postos de trabalho e as novas fontes de renda para os agricultores, são contribuições significativas para o desenvolvimento territorial local/regional. Os recursos financeiros derivados dessas atividades contribuem para uma melhoria na qualidade de vida das pessoas diretamente envolvidas, gerando conseqüentemente uma movimentação maior no comércio local/regional. Além disso, a Coopercana torna-se um atrativo para os jovens do espaço rural, na medida em que estes trabalham na lavoura da cana bem como na própria usina, ao invés de buscarem fontes de renda na cidade ou mesmo em centros urbanos maiores.

A geração de impostos pela Cooperativa pode ser considerada uma das contribuições mais significativas da Cooperativa para o desenvolvimento territorial local/regional. O uso

destes recursos pode beneficiar mesmo àqueles que não têm nenhuma ligação com a cadeia da cana-de-açúcar. Os impostos federais e estaduais recolhidos pela Coopercana estão relacionados na tabela que segue:

**Tabela 15:** Impostos recolhidos pela Coopercana - Porto Xavier/RS

Ano	ICMS	PIS e COFINS	INSS	FUNRURAL	TOTAL
<b>1999</b>	303.953,48	44.452,53	11.178,33	17.774,25	<b>377.358,59</b>
<b>2000</b>	595.606,60	79.155,97	34.535,44	26.497,70	<b>735.795,71</b>
<b>2001</b>	870.624,45	124.032,40	47.725,65	39.692,97	<b>1.082.075,45</b>
<b>2002</b>	1.081.565,34	157.091,38	67.436,55	58.719,24	<b>1.364.812,51</b>
<b>2003</b>	1.174.934,51	164.343,77	101.367,84	56.461,47	<b>1.497.107,59</b>
<b>2004</b>	1.448.564,00	195.203,69	70.669,62	10.472,30	<b>1.754.909,58</b>
<b>TOTAL</b>	<b>5.475.248,38</b>	<b>764.279,74</b>	<b>332.913,43</b>	<b>209.617,93</b>	<b>6.812.059,43</b>

**Fonte:** Coopercana, 2004-b e Escritório de Contabilidade Bela Vista/Sto Cristo, 2005.

Nos 6 anos de atividades da Coopercana, esta recolheu quase R\$ 7 milhões, valores estes que poderiam deixar de ser arrecadados caso a usina encerrasse as atividades após a decretação da falência. Estes valores tornam-se mais significativos ao comparar-se estes com o ICMS recolhido pelo município, apresentado na tabela que segue:

**Tabela 16:** Arrecadação de ICMS pelo município de Porto Xavier 1998-2004

Ano	Valor (R\$)
1998	962.365,00
1999	979.687,00
2000	1.218.116,00
2004*	2.905.374,00

**Fonte:** IPD, mai/2005 e \*FEE, 2005-c.

De 1999 a 2004 houve um aumento de 198% na arrecadação municipal do ICMS. Já a arrecadação deste mesmo imposto, pela Coopercana, aumentou 376%. Ainda, na escala estadual, no mesmo período, o aumento na geração deste imposto foi de 141%. O ICMS gerado pela Coopercana representou, em 2004, apenas 0,02% do ICMS estadual, no entanto, na escala municipal representa 50% do imposto recolhido.

Estes dados demonstram a importância da Cooperativa principalmente na escala municipal, destacando que a Coopercana apresentou maior crescimento das três escalas. Este, portanto, é um valor significativo a ser reinvestido no município, o que é possível em consequência da articulação dos atores locais/regionais em prol da formação da Coopercana, arrendando e recentemente adquirindo o parque industrial.<sup>31</sup>

A tabela 17 apresenta o VAF<sup>32</sup> do município de Porto Xavier e da Coopercana bem como o percentual de participação da Cooperativa no VAF municipal:

**Tabela 17:** Participação da Coopercana no VAF municipal

VALOR ADICIONADO FISCAL - VAF			
Ano	Porto Xavier (R\$)	Coopercana (R\$)	% participação da Coopercana
1999	20.964.915	509.206	2,43
2000	27.808.940	1.060.676	3,81
2001	27.337.614	1.656.750	6,06
2002	19.651.090	1.750.766	8,90
2003	26.267.421	2.596.528	9,89
2004	30.839.836	3.341.802	10,84

**Fonte:** Escritório de Contabilidade Bela Vista e Secretaria da Fazenda do RS, maio/2005. Elaborada pela autora.

Pode-se observar que a participação da Coopercana na geração do VAF municipal é crescente ao longo dos anos. Enquanto que ao nível municipal houve um crescimento de 47%, a Coopercana apresenta um aumento de 556% de 1999 a 2004.

Pode-se considerar assim que, o aumento da área cultivada com cana, o aumento da produção de álcool e da produtividade por hectare, leva a um aumento na geração de empregos (acima da média regional), além da geração de novos postos de trabalho, diversificação das fontes de renda para os agricultores, e aumento na geração de impostos.

<sup>31</sup> Buscou-se elencar também os impostos recolhidos pela Alpox, no entanto, estes dados não foram disponibilizados pela Prefeitura Municipal de Porto Xavier, segundo esta, em virtude da Lei de Responsabilidade Fiscal. Mesmo buscando-se outras fontes, estas não puderam informar tais dados pois não haviam documentos arquivados deste período.

<sup>32</sup> O Valor Adicionado Fiscal corresponde à diferença entre as saídas e as entradas de mercadorias e serviços realizadas pelos contribuintes do ICMS em cada município, declaradas na Guia Informativa Anual. (Secretaria da Fazenda do Estado). O VAF é um dos índices sobre o qual é calculado o retorno do ICMS aos municípios.

Estes são elementos que fazem com que se constitua uma territorialidade em torno da cana, contribuindo para o desenvolvimento territorial local/regional, através de uma melhoria na qualidade de vida dos associados, e fazendo com que se intensifiquem os fluxos financeiros na região (salários, impostos, renda do plantio da cana e comercialização do álcool).

Pode-se traçar ainda um paralelo entre a Coopercana e as agroindústrias familiares de cana (melado, açúcar mascavo, aguardente) dos dois Coredes. Segundo levantamento da Emater Regional de Santa Rosa, até dezembro de 2004 havia em sua área de abrangência<sup>33</sup>, duzentos e oitenta e três agroindústrias em atividade ou em fase de implementação. Deste total, oitenta e nove industrializam cana-de-açúcar, o que equivale a 31% do total das agroindústrias. Estas contam em geral com mão-de-obra familiar, sendo que 49% dos empreendimentos são formados por apenas uma família. No entanto, há agroindústrias de cana que reúnem até vinte e uma famílias. Quanto ao número de pessoas envolvidas, há uma média de sete pessoas por agroindústria, número que varia de uma a trinta pessoas.

É importante destacar que cerca de 95% (LUNARDI, informação oral<sup>34</sup>) do total das agroindústrias das duas regiões são de caráter informal. Este fato é consequência de dificuldades quanto ao atendimento de exigências sanitárias, de registro/regularização, além do valor dos impostos a serem pagos após sua formalização.

De acordo com o relatório elaborado pela Emater Regional (2005) acerca dos principais problemas que as agroindústrias familiares da região enfrentam, são levantados trinta e oito pontos. Dentre eles pode-se destacar os seguintes:

1-Falta de operacionalização do Programa Estadual e Federal de Agroindústrias e uma integração entre ambas;

---

<sup>33</sup> A área de abrangência da EMATER Regional corresponde aos municípios dos Coredes Fronteira Noroeste e Missões, acrescido o município de Ubiretama.

<sup>34</sup> LUNARDI, Jorge João – Veterinário e Gerente da Emater Regional.

2-Legislação imprópria para as pequenas agroindústrias (tributária, ambiental, sanitária, previdenciária);

3-Insegurança dos agricultores frente a um projeto novo e despreparo dos grupos nas questões de organização e gestão;

4-Falta de assessoramento técnico e gerencial, falta de marketing/divulgação por parte do poder público;

5-Falta de sintonia entre Fepam, Cispoa, Emater, Prefeituras e Programas;

6- Falta de organização na produção e comercialização, falta de redes de comercialização para as pequenas agroindústrias, falta de conhecimentos de mercado;

7-o agricultor tem dificuldade de fazer tudo ao mesmo tempo: produzir, industrializar, comercializar, gerenciar, divulgar.

Pelos pontos acima relacionados pode-se observar que são inúmeros os obstáculos a serem superados pelas agroindústrias familiares dos Coredes em questão. Frente a estes pontos é possível considerar que uma maior densidade institucional em torno da formação e desenvolvimento das agroindústrias se coloca como essencial. Isso pode ser demonstrado quando se faz menção à baixa integração entre programas estaduais e federais, a falta de legislação própria às pequenas agroindústrias, a pouca sintonia entre órgãos de inspeção e fiscalização. Além disso, o despreparo dos agricultores frente a questões como comercialização, gerenciamento, marketing/divulgação e mesmo conhecimentos técnicos sobre os processos de industrialização também é levantado como um dos principais problemas, que poderia ser atenuado através da densidade institucional em torno das agroindústrias.

Diante de tais debilidades, a interação de instituições/organizações que venham a interagir com essas agroindústrias e atender a essas demandas, constituindo-se uma identidade ou uma territorialidade em torno da agroindustrialização nas pequenas propriedades das regiões, se coloca como uma alternativa aos problemas levantados.

Pode-se observar que alguns destes problemas vêm sendo solucionados ou atenuados pela Coopercana a partir da densidade institucional que é constituída em torno da experiência. A interação entre instituições/organizações no desenvolvimento de diferentes projetos tem, como já mencionado, superado parte destes problemas, além de ter reforçado as relações de poder e gestão sobre o território, levando a novos usos econômicos, principalmente pela expansão do cultivo da cana, como será apresentado a seguir:

#### 6.2.1 Projeto: Estudo de Adaptação de Variedades de Cana-de-açúcar na Região Noroeste do Rio Grande do Sul

O presente projeto foi desenvolvido durante os anos de 2002 e 2003, sendo que a publicação dos resultados da pesquisa, através de uma cartilha, foi efetuada no início de 2005. Os atores envolvidos no projeto foram a ASTRF, como instituição proponente, além da Coopercana que participou diretamente do desenvolvimento das atividades. Participaram ainda o Governo do Estado, através do RS Rural/Pesquisa por Demanda, além de instituições/organizações parceiras como Emater - Porto Xavier, Coopax, Cre\$ol, Cooperluz, Embrapa/RJ, Ufrgs, Sindicatos da região e Secretarias Municipais da Agricultura, possuindo uma densidade institucional de nível 01.

O projeto foi desenvolvido tendo por base a necessidade de novas variedades de cana e mais adequadas à atividade na região, numa tentativa de dar maior viabilidade à cultura. Para tal, o projeto desenvolveu-se em dois eixos:

1- Pesquisar e validar variedades de cana-de-açúcar que:

- melhor se adaptem a cada tipo de solo;
- mais adequadas ao produto final da cana (cachaça, açúcar mascavo, melado, álcool);
- variedades que não necessitam da queima no momento da colheita e;

2- validar tecnologias agroecológicas no manejo da cana, consorciando-a com espécies de adubação verde, visando eliminar o uso de adubos químicos e mesmo herbicidas.

Para alcançar tais objetivos, foram realizados dias de campo em Santo Cristo, Porto Xavier, Pirapó, Porto Lucena e XVI de Novembro; visitas técnicas a uma micro-destilaria de álcool em Ijuí; viagens de estudos a agroindústrias de cana em Caxambu do Sul (SC) e Capanema (PR); cursos de formação em Guarani das Missões e Porto Lucena; além da participação em eventos como a Festa das Sementes Crioulas (Porto Lucena) e Fórum Social Mundial 2005 (Porto Alegre). Para o desenvolvimento desta pesquisa foram alocados R\$ 52.000,00 obtidos através do Programa RS Rural/Pesquisa por Demanda.

Os beneficiários diretos deste projeto, além dos associados da Coopercana são também agricultores de Santo Cristo, Porto Xavier, Pirapó, Porto Lucena e XVI de Novembro, que participaram do projeto através das unidades de referência (URs) ou áreas experimentais de cana. Além destes agricultores pode-se citar ainda aqueles que participaram dos dias de campo e das visitas às experiências nos diversos municípios. Além disso, a distribuição da cartilha contendo os resultados da pesquisa, principalmente através dos

sindicatos da região, possibilita o acesso de outros agricultores interessados aos resultados da deste projeto.

Ao final da pesquisa, das doze variedades estudadas, apontou-se as que melhor se adaptam ao clima, ao produto final, as que possuem um período de colheita mais longo, um teor de sacarose (açúcar) maior, além de destacar uma variedade que possui despalha<sup>35</sup> espontânea, não necessitando de fogo para seu corte. Tais resultados encontram-se na cartilha.

Outro resultado importante da pesquisa foi a criação do *Fórum Regional da Cana-de-Açúcar*. Este reúne entre outros atores a ASTRF, Coopercana e Crecaf, Emater, Uergs, Secretarias Municipais da Agricultura e agricultores da região.

O Fórum foi criado com o objetivo de encaminhar estratégias para o desenvolvimento da cadeia produtiva da cana-de-açúcar na perspectiva da geração de trabalho e renda, produção de alimentos, nova matriz energética, alternativas para jovens trabalhadores rurais (ASTRF, 2005). Nos anos de 2002 e 2003 o Fórum reunia-se mensalmente, o que não se repetiu em 2004, quando não foram realizados novos encontros. Porém em 2005, reconhecendo a importância deste espaço de discussão, os atores envolvidos rearticulam-se realizando três encontros mais três viagens de campo para conhecer novas experiências voltadas a cadeia da cana.

Segundo a cartilha publicada, a partir da pesquisa houve um aumento na área cultivada com cana e também na produção de derivados, principalmente açúcar mascavo. Isso se deu tanto pelo incremento da produção daquelas famílias que já agroindustrializavam a cana e comercializavam seus derivados, quanto naquelas que a cultivavam apenas para o auto-consumo, as quais passaram a agroindustrializar e destinar parte da produção ao mercado.

---

<sup>35</sup> A despalha consiste no processo de retirada das folhas e da palha que envolvem a cana, normalmente por meio da queima do canavial. Ela é necessária para acelerar o processo de corte e também para evitar acidentes com animais peçonhentos.

A conclusão da pesquisa aponta que o desenvolvimento do projeto “provocou uma grande discussão a nível regional, envolvendo diferentes atores e parceiros. Agricultores, técnicos, e sociedade civil organizada discutiram a cana-de-açúcar numa perspectiva de alternativa à monocultura da soja como potencial para geração de renda” (ASTRF, 2005, p.20).

O presente projeto, como já tratado, apresenta nível 01 de densidade, havendo interação da sociedade civil organizada (agricultores, entidades locais/regionais), poder público municipal (secretarias de agricultura), poder público estadual (programa RS Rural, Emater, Uergs) e poder público federal (Embrapa, Ufrgs). O envolvimento de instituições/organizações das diferentes escalas permitiu que o projeto abrangesse um público maior, seja pelos recursos financeiros disponibilizados ou mesmo técnicos envolvidos. Assim, os beneficiários do projeto não foram apenas os associados da Coopercana, mas sim, os demais agricultores que participaram, bem como àqueles que ainda se interessarem no cultivo da cana, o que é possível pela disponibilização da cartilha contendo os resultados.

#### 6.2.2 Projeto “Construindo Segurança Alimentar nas Missões do RS” – gerando renda e saboreando alimentos com a cultura da cana-de-açúcarna agricultura familiar

O presente projeto foi discutido e analisado no Consad Missões, dentro do Programa Fome Zero, sendo o mesmo apontado como prioritário na Assembléia Geral do Fórum do Consad, a 26 de abril de 2005.

Estão envolvidos no projeto, atores como ASTRF - instituição proponente e executora, contando com instituições/organizações parceiras: Coopercana, Crecaf, Arede,

STRs, Consad Missões, Governo Federal, através do MDS, além de atores individuais, ou seja, 600 agricultores familiares da região do Consad<sup>36</sup>.

O projeto apresenta como justificativa a dinâmica excludente da monocultura da soja e a conseqüente necessidade de um debate sobre o potencial da cultura da cana como instrumento de viabilização das propriedades rurais. Diante dessa situação, o projeto objetiva contribuir com o desenvolvimento socialmente sustentado dos agricultores familiares da região das Missões, a partir do estabelecimento de estratégias para a autonomia alimentar e para a geração de trabalho e renda nas comunidades rurais, potencializando a cadeia produtiva da cana-de-açúcar. Para tal buscará:

- realizar um diagnóstico da exclusão social a partir de questionários aplicados a 600 famílias de baixa renda;
- potencializar e dinamizar a produção e transformação da cana realizando intercâmbios regionais, participando de eventos que impulsionem a comercialização, além da realização de análises laboratoriais;
- identificar iniciativas de agroindustrialização e cooperação que possam servir de referência aos demais agricultores familiares;
- estimular o auto-consumo e a diversificação produtiva, sensibilizando e capacitando 200 famílias de agricultores através de oficinas técnico-práticas de alimentação saudável com produtos locais, para resgatar a produção de alimentos ecológicos;
- potencializar espaços de comercialização existentes (feiras locais);
- incentivar o Fórum Regional da Cana (com reuniões, viagens de campo) e;

---

<sup>36</sup> Bossoroca, Caibaté, Cerro Largo, Dezesseis de Novembro, Entre-Ijuís, Eugênio de Castro, Garruchos, Giruá, Guarani das Missões, Mato Queimado, Pirapó, Porto Xavier, Rolador, Roque González, Salvador das Missões, Santo Ângelo, Santo Antônio das Missões, São Luiz Gonzaga, São Miguel das Missões, São Nicolau, São Paulo das Missões, São Pedro do Butiá, Sete de Setembro, Ubiretama, Vitória das Missões.

- divulgar o programa (rádio, jornais, TV...).

O projeto vem sendo realizado desde janeiro de 2005, possuindo prazo de um ano de execução. Até o momento, foi realizado o diagnóstico junto às 600 famílias estando em fase de compilação dos dados. Além disso, foram organizadas e distribuídas duas edições da Folha da Cana, contendo diferentes assuntos referentes à cultura da cana e ao desenvolvimento do projeto. Realizaram-se ainda diversos dias de campo nos municípios do Consad, sendo distribuídas até o momento cerca de 400 toneladas de cana, conforme depoimento abaixo:

A gente mobilizou muito os agricultores, a idéia sempre é 25 por município, pra gente poder realizar mais de perto a organização de agroindústrias, diagnósticos, capacitação, mas geralmente o público é muito superior. Prova disto é que a Coopercana nessa parceria tá tentando disponibilizar mudas de cana-de-açúcar a esses agricultores de toda região. Nós já devemos estar hoje ultrapassando a 400 toneladas de mudas que já foram distribuídas a preços se não digamos subsidiados, mas que a Cooperativa não coloca nenhum valor agregado, simplesmente pra repassar pros agricultores. A gente não procura agregar valor a essas mudas, simplesmente na idéia de tentar aumentar a cadeia da cana-de-açúcar (Engenheiro Agrônomo da Coopercana, ago/05).

O trecho acima evidencia também a massiva participação dos agricultores familiares da região, permitindo considerar que há uma busca significativa por alternativas de produção e geração de renda nas propriedades rurais. Além disso, o presente projeto está mais voltado a agricultores não associados da Coopercana, interessados no cultivo e industrialização da cana. Os associados da Cooperativa poderão ter maior participação no mesmo, na medida em que alguma agroindústria de cana servir como ponto de referência para o projeto.

Diante disso, entende-se que o presente projeto, mesmo contando com a parceria da Coopercana, pode levar a transformações territoriais que extrapolam ao território da Cooperativa, podendo dessa maneira construir mais uma alternativa para as pequenas propriedades rurais e conseqüentemente para o desenvolvimento territorial local/regional. O trecho abaixo corrobora com tal consideração:

Os agricultores beneficiados são inúmeros, a gente ainda não fechou os dados, mas possivelmente a gente vai conseguir atingir mais de 500 agricultores só na disponibilização de mudas que vão começar, claro que pequenas áreas, mas vão começar os canaviais em suas propriedades, dentro desse projeto. A gente quer deixar bem claro que não é pra trazer aqui pra Coopercana, mas é pra eles na sua propriedade, montar quem sabe uma pequena agroindústria, fazer uma pequena associação que vai tentar trabalhar um ou outro derivado da cana, pode até ser pra fazer álcool, mas não pra trazer pra cá (Engenheiro Agrônomo da Coopercana, 11/08/2005).

A densidade de nível 01 também possui sua contribuição na abrangência do projeto. Para obter financiamento, uma das exigências do MDS era que o mesmo englobasse a região do Consad. O projeto inicial, apresentado ao Programa Rede de Cidades, era direcionado a um número mais restrito de municípios, como será visto a seguir. Assim, essa exigência, além dos recursos destinados ao projeto, também pelo MDS, possibilitou sua execução além do envolvimento de uma área maior.

### 6.2.3 Projeto Redes de Cidades de Missões para o Desenvolvimento e Combate à Pobreza e Exclusão Social

Uma primeira versão do projeto acima descrito foi apresentada ao Rede de Cidades. Não obtendo financiamento, foi adaptado e apresentado ao Consad Missões, estando hoje em execução. No entanto, é possível considerar que sua caminhada iniciou dentro do Rede de Cidades.

O Rede de Cidades, voltado aos vinte e cinco municípios da AMM<sup>37</sup>, justifica-se em virtude desta região estar entre as sete mais pobres do Estado. Seus principais problemas referem-se aos altos índices de desemprego, uma economia baseada na atividade agropecuária

---

<sup>37</sup> Bossoroca, Caibaté, Cerro Largo, Dezesesseis de Novembro, Entre-Ijuís, Eugênio de Castro, Garruchos, Giruá, Guarani das Missões, Mato Queimado, Pirapó, Porto Xavier, Rolador, Roque Gonzáles, Salvador das Missões, Santo Ângelo, Santo Antonio das Missões, São Luiz Gonzaga, São Miguel das Missões, São Nicolau, São Paulo das Missões, São Pedro do Butiá, Sete de Setembro, Ubiretama, Vitória das Missões.

tradicional, centrada na produção de soja, uma crescente população nas cidades e graves problemas ambientais urbanos. Ainda segundo o Plano de Ações (2004),

colocam-se como desafios para a região a procura de soluções para o empobrecimento e esvaziamento demográfico, assim como para o comprometimento do meio ambiente, pela degradação acentuada dos recursos naturais e pela ausência de espaços de formulação de políticas a nível regional. Estes dados indicam ainda de forma inequívoca a relevância da formulação de políticas de desenvolvimento associadas à intervenção direta nos espaços urbanos, buscando reduzir a pobreza e a exclusão social, objetivo principal do projeto Rede de Cidades.

O Rede de Cidades teve um programa amplo, desenvolvido de janeiro de 2001 a novembro de 2004. Este partiu da iniciativa conjunta do Governo do Estado, dentro de sua política de desenvolvimento regional que visava uma intervenção mais forte nas regiões mais pobres do Estado, AMM e do Programa de Gestão Urbana da Onu para a América Latina e Caribe.

No entanto, estiveram envolvidos no projeto atores como Governo Federal (Secretaria Especial de Combate às Desigualdades), Delegados do OP, Corede Missões, Sindicatos de Trabalhadores Rurais e Urbanos, ACIs, Cooperativas de Trabalhadores, ONGs que visam o combate a pobreza e a exclusão, Funmissões (voltada a captação de recursos e implementação de projetos comuns na área do turismo e gestão ambiental), Emater, MST, Movimento de Mulheres Rurais, Uri-Santo Ângelo, Igrejas, Câmara de Vereadores dos 25 municípios da AMM, Ipes (Instituto peruano que atua na área de tratamento de resíduos sólidos), Femum, Copevi, Agora XXI (ONG localizada no Recife a qual atua na área da economia popular solidária). Em síntese, participaram cerca de 165 instituições/organizações da região, entre elas a Coopercana, a qual propôs o projeto que será descrito a seguir:

O Rede de Cidades inicia em abril de 2001, após a realização do Seminário Internacional “Novas Práticas de Gestão Urbana”, em Porto Alegre, quando se deram os primeiros contatos entre representantes do Governo do Estado e do Programa de Gestão

Urbana para a América Latina e Caribe. Logo em seguida, é apresentado o projeto “Plano de Ação Socioeconômico Antipobreza e Antiexclusão Social – Rede de Cidades para o Desenvolvimento e Inclusão Social” pelo Governo do Estado e PGU-ALC ao órgão financiador internacional Consórcio *Cities Alliance* a fim de obter financiamento.

Como área de implementação é escolhida a região das Missões. “O Projeto foi selecionado, entre outros fatores pelo seu caráter inovador: constituição de uma rede de cidades, promovendo ações coordenadas entre as três esferas de governo, iniciativa privada e sociedade civil; abrangência regional e possibilidade de geração de metodologias para reaplicação nas outras 6 regiões mais pobres do Estado” (PLANO DE AÇÕES, 2004).

O projeto estruturou-se em duas fases: a primeira envolvendo desde a elaboração da proposta até a realização do seminário de fechamento do Plano de Ações para a região. A segunda, partindo do Plano de Ações para a formatação de projetos e busca de financiamento para a sua implementação. Além disso, engloba a criação de mecanismos formais de implementação do Plano de Ações, com a formação de um Comitê de Gerenciamento Regional pelos atores locais, assegurando a continuidade do processo participativo e mantendo a perspectiva de responsabilidade compartilhada e cooperação multiatorial (PLANO DE AÇÕES, 2004).

O Rede de Cidades das Missões inicia suas atividades na região em abril de 2002, quando é realizado, no município de Santo Ângelo um Seminário com a presença de aproximadamente 160 pessoas e 80 entidades. Deste Seminário, resultaram as parcerias locais além da organização de cinco temas estratégicos, sendo que em torno destes articulariam-se as comissões que debateram os principais problemas da região, servindo também de eixos nos quais se enquadrariam os projetos a serem encaminhados.

Assim, constituía objetivo do projeto a elaboração de um diagnóstico sócio-econômico da região permitindo identificar as potencialidades e os programas e/ou políticas já

existentes que poderiam ser aplicados como ações coordenadas. Além disso, visava a constituição do Plano de Ações para o Desenvolvimento e Combate a Pobreza, formando uma rede articulada de municípios, por meio de iniciativas conjuntas entre os governos municipais, estadual e federal, as instituições, comunidade e os organismos internacionais de cooperação.

As atividades desenvolvidas podem ser divididas em quatro períodos:

1) Janeiro a abril de 2002: firmado o acordo entre Governo do Estado e PGU-ONU realizou-se o Seminário de Lançamento, acima mencionado, constituindo-se cinco Comissões temáticas: (1) economia formal, (2) economia informal, (3) gestão ambiental, (4) equidade de gêneros e raça, (5) municípios como promotores do desenvolvimento, além de um Comitê de Co-gestão e um Comitê de Monitoramento.

2) Abril a dezembro de 2002: as Comissões identificaram possíveis projetos que poderiam integrar-se ao Plano de Ação. Foram realizados seminários e missões técnicas de apoio para reforçar as capacidades dos atores locais. Definiram-se ainda critérios de seleção dos projetos (factibilidade, abrangência regional, e eficácia no combate a pobreza). Em agosto realizou-se um Seminário Regional onde foram identificados os projetos prioritários que integram o Plano. As comissões ajustaram os projetos e em dezembro foi aprovado o Plano de Ações com 14 projetos.

3) Janeiro a abril de 2003: as comissões trabalharam na formulação dos projetos ainda não finalizados.

4) Abril a novembro de 2003: os projetos foram apresentados a vários Ministérios e Secretarias do Governo Federal com interesse em seu financiamento.

Como resultados pode-se citar a realização do diagnóstico socioeconômico da região, além do Plano de Ações. O Diagnóstico apresenta informações quanto a população, rede

urbana, indicadores sociais (saúde, educação, saúde), economia, infra-estrutura e aspectos ambientais, servindo como base para a elaboração dos projetos e do Plano de Ações.

Foram realizadas, além de reuniões e seminários, seis missões técnicas de apoio com a participação de representantes de países da ALC, os quais buscaram fortalecer as capacidades dos atores da região (governos locais, estatal e organizações da sociedade civil).

Já o Plano de Ação consiste num relatório das ações desenvolvidas, as metodologias, considerações sobre o processo, juntamente com 14 projetos organizados elencados abaixo em suas respectivas áreas:

**Tabela 18:** 14 projetos encaminhados para financiamento pelo Rede de Cidades

Área de concentração	Projetos
<b>1) Economia formal</b>	1. Montagem de um calendário cultural para fomentar o turismo; 2. Programa de apoio e qualificação às agroindústrias 3. Incentivo à cadeia produtiva da cana-de-açúcar; 4. Fundo de desenvolvimento regional.
<b>2) Economia informal</b>	5. Instituição comunitária de crédito; 6. Centro de comercialização de produtos agroecológicos
<b>3) Gestão ambiental</b>	7. Plano de gestão de resíduos sólidos 8. Campanha de educação ambiental;
<b>4) Equidade de gêneros e raça</b>	9. Mulheres e protagonismo 10. Geração de renda para grupos de mulheres trabalhadoras 11. Geração de renda para a comunidade indígena Guarani
<b>5) Municípios como promotores do desenvolvimento</b>	12. Capacitação de gestores públicos em planejamento urbano e capacitação de recursos; 13. Agência de Desenvolvimento 14. Observatório Social das Missões

**Fonte:** Plano de Ações (2004). Elaborada pela autora.

O projeto apresentado pela Coopercana junto a ASTRF ao eixo da economia formal, posteriormente adaptado às exigências do Programa Fome Zero está destacado de forma resumida abaixo:

**Tabela 19:** Projeto apresentado pela Coopercana e ASTRF ao Rede de Cidades

<b>COMISSÃO DE ECONOMIA FORMAL</b>		<b>Nº 5</b>
<b>Incentivo à cadeia produtiva da Cana de Açúcar</b>		<b>Projeto Auto-sustentável</b>
<i>Público alvo</i>	Agricultores familiares, empreendedores urbanos.	
<b>Proponente</b>	Coopercana PORTO XAVIER e ASTRF	
<b>Objetivo</b>	Buscar e construir alternativas para o desenvolvimento regional, gerando postos de trabalho e renda, incluindo mais pessoas no contexto econômico, social e político.	
<b>Cobertura Territorial</b>	Os 25 municípios da região das Missões e mais 7 municípios da região de Santa Rosa.	
<i>Estimativa de financiamento</i>	Total: R\$ 400.000,00 (Governo do Estado).	
<b>Potenciais parceiros/financiadores</b>	Coopercana Porto Xavier, ASTRF. Governo do Estado, Governo Federal, cooperação internacional.	

**Fonte:** Plano de Ações, 2004.

Após o encaminhamento dos projetos para financiamento, houve a preocupação dos atores envolvidos na criação de um espaço institucionalizado para que as atividades prosseguissem. Assim, os parceiros reunidos na assembléia da AMM, realizada em Porto Alegre em julho de 2003, debateram e aprovaram a estruturação do "Departamento de Projetos Especiais, Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local", vinculado a Funmissões, pois a Fundação além de ter identidade com os objetivos do Rede de Cidades, foi criada com a finalidade de garantir vinculação jurídica ao debate do desenvolvimento regional. A conclusão desta institucionalização se dará mediante aprovação do regimento interno deste departamento e a efetivação do núcleo de coordenação. (PLANO DE AÇÕES, 2004).

Outro resultado a ser destacado é a proposta do Mesa em participar, em escala federal, do debate para a criação de consórcios em todas as regiões do país, dentro de uma metodologia semelhante ao Rede de Cidades. Tal participação aproxima a possibilidade de financiamento do projeto por parte do Ministério.

No momento, o Rede de Cidades está em fase de alocação de recursos aos projetos encaminhados. Destes, o projeto da cadeia da cana - Construindo Segurança Alimentar nas Missões do RS - está em desenvolvimento. Como já mencionado, mesmo não sendo o mesmo

apresentado ao Rede de Cidades, este teve importante contribuição para que o projeto da cana fosse financiado e chegando a implementação através do Programa Fome Zero do Governo Federal. O projeto Segurança Alimentar foi selecionado entre diferentes projetos propostos por diversos atores ao Consad Missões e encaminhado ao MDS.

Estima-se que para a implementação dos projetos do Rede de Cidades sejam necessários cerca de U\$\$ 5 milhões os quais estão sendo pleiteados de Ministérios e Secretarias do Governo Federal: Secretaria de Assuntos Federativos, Ministério de Segurança Alimentar, Ministério das Cidades, Secretaria da Mulher. Já o projeto Construindo Segurança Alimentar nas Missões do RS contou com R\$ 277.000,00 obtidos do MDS.

Entretanto, mesmo o Rede de Cidades contando com uma densidade institucional de nível 01, até o momento, apenas um dos projetos foi implementado. Observa-se que após o término do projeto, não há uma mobilização local/regional em prol de pressionar a implementação dos projetos encaminhados para financiamento. Entende-se que pode haver duas razões para isso. A primeira, estaria relacionada ao fato dos atores das demais escalas de poder e gestão terem encerrado suas atividades no programa antes da implementação dos projetos, levando o Rede de Cidades a um nível de densidade 03. A segunda, seria decorrência da falta de identidade ou mesmo comprometimento, que poderia ser consequência da falta de tempo destes atores em se envolver em mais essa atividade, levando em consideração que o Rede de Cidades foi uma proposta exógena, principalmente à sociedade civil local/regional.

Isso não quer dizer que o projeto não tenha levado a transformações territoriais (até porque o projeto Segurança Alimentar está sendo desenvolvido) ou não vá levar a futuras transformações através da implementação dos demais projetos propostos ou mesmo sua reestruturação como no caso do Segurança Alimentar. Entretanto, entende-se que a

participação dos demais atores seria fundamental para que o Rede de Cidades alcançasse todos os seus objetivos propostos.

#### 6.2.4 Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel

O Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel pode gerar mais um novo uso econômico do território da Coopercana, além da possibilidade de estabelecer fluxos com a Cotrimaio de Três da Maio e Coasa de Água Santa, através da produção do biodiesel. Este programa possui características de inovação territorial coletiva, pois o Brasil é um dos poucos países a investir na pesquisa e produção de biodiesel<sup>38</sup> e combustíveis de fontes renováveis (álcool). Além disso, o programa é resultado da ação de atores das diferentes escalas de poder e gestão (governo federal, universidades, empresários, cooperativas, agricultores familiares) possuindo ainda objetivos que extrapolam o âmbito econômico, abrangendo ações de inclusão social e redução da degradação ambiental.

O Programa é de iniciativa do Governo Federal, tendo por área de abrangência todo o território nacional. Uma de suas ações é proposta para o noroeste do Rio Grande do Sul, como será detalhado a seguir. A justificativa do programa gira em torno da necessidade e importância da introdução no Brasil, de um combustível menos poluente e oriundo de fontes renováveis, executando projetos auto-sustentáveis que permitam a participação da agricultura familiar na oferta de matérias-primas e a redução das desigualdades regionais com base numa política de inclusão social.

---

<sup>38</sup> Conforme o Relatório Final do Grupo de Trabalho Interministerial – Biodiesel, elaborado pela Câmara de Políticas de Infra-Estrutura do Conselho de Governo (2003), os principais produtores de biodiesel são Alemanha, França e Itália. Pode-se citar ainda Malásia e Estados Unidos.

O Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel visa a fabricação de um combustível menos poluente, que tem como matéria-prima plantas como a soja, a mamona, o amendoim, o dendê, o babaçu entre outras. Além do benefício ambiental, busca possibilitar a execução de projetos auto-sustentáveis, considerando preços, qualidade, garantia de suprimento e uma política de inclusão social. Seu primeiro resultado é a Lei nº 11.097 de 13 de janeiro de 2005, a qual estabelece como obrigatório a adição de 2% de biodiesel ao óleo diesel até 2008, sendo que a partir de 2013 esse percentual passará a 5%.

O programa busca a inserção da agricultura familiar na produção do biodiesel por meio de incentivos tributários, de investimento e de acesso do produtor de biodiesel ao mercado. Este, para obter benefícios como a redução e até isenção de impostos como Pis e Confins deve observar exigências como: a compra de matéria-prima da agricultura familiar; a realização de contratos negociados com os agricultores, definindo condições de compra e garantia de assistência técnica aos mesmos.

A primeira unidade produtora de biodiesel do Brasil foi inaugurada em março de 2005, localizada no município de Cássia (MG). Esta possui uma capacidade de produção de doze milhões de litros de biodiesel/ano, tendo como matéria-prima o girassol e o nabo forrageiro. Neste empreendimento estão envolvidas cerca de duzentas famílias as quais cultivam a matéria-prima em cerca de três mil hectares nas proximidades da usina, com uma média de 15 hectares por família. Há uma expectativa de que para a próxima safra sejam envolvidas no processo cerca de duas mil famílias de agricultores familiares e assentados da reforma agrária.

Já em abril de 2005 foi inaugurada a primeira unidade da região norte do país, localizada em Belém (PA). A indústria, que utilizará o dendê como matéria-prima, possui uma capacidade de produção de oito milhões de litros de biodiesel/ano. Neste empreendimento, o MDA desempenha esforços no sentido de que a cultura do dendê seja

desenvolvida em pequenas áreas, de em média, 4 a 6 ha, nos assentamentos ao redor da empresa.

Há ainda uma indústria de biodiesel e de óleos no Mato Grosso onde os agricultores plantarão cerca de 500 ha de girassol, e outra no Nordeste, onde mais de quinze mil agricultores cultivam mamona em consórcio com feijão, sendo estes agricultores contratados pelas empresas. Além das iniciativas citadas acima, há ainda uma perspectiva quanto a instalação de mais cinco unidades produtoras de biodiesel no Brasil como é demonstrado na tabela abaixo envolvendo quinze mil e seiscentos agricultores familiares.

**Tabela 20:** Unidades Produtoras de biodiesel a serem instaladas no Brasil

<b>Empresa</b>	<b>Capacidade de produção (milhões l/ano)</b>	<b>Região</b>	<b>Nº de agricultores envolvidos</b>
<b>Brasil Ecodiesel</b>	25	Nordeste	15.000
<b>Agropalma</b>	6	Norte	100
<b>Ecomast</b>	8,4	Centro-Oeste	0
<b>Adedquim</b>	10	Centro-Oeste	500
<b>BioliX</b>	10	Sul	0
<b>Total</b>	<b>59,4</b>	<b>-</b>	<b>15.600</b>

Fonte: **Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005-a. Adaptado pela autora.**

Outra ação refere-se a criação do selo "Combustível Social", pelo Decreto nº 5.297 de dezembro de 2004. Este selo será concedido ao produtor de biodiesel que:

(1) promover a inclusão social dos agricultores familiares enquadrados no Pronaf, que lhe forneçam matéria-prima, devendo para isso:

- a) adquirir a matéria-prima de agricultores familiares, em parcela não inferior a percentual a ser definido pelo MDA;
- b) realizar contratos com os agricultores familiares, especificando as condições comerciais que garantam renda e prazos compatíveis com a atividade, conforme requisitos a serem estabelecidos pelo MDA;

c) assegurar assistência e capacitação técnica aos agricultores familiares;

(2) comprovar regularidade perante o Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf.

Outra ação do poder público federal diz respeito a redução fiscal aos empresários que incentivarem a participação de pequenos produtores no plantio da matéria-prima para a produção do biodiesel, como pode ser observado na tabela que segue. Por outro lado, há a possibilidade do Pronaf criar uma linha de crédito de cerca de R\$ 100 milhões, cuja meta é envolver, nos próximos dois anos, trinta e oito mil famílias.

**Tabela 21:** Comparativo de tributos federais incidentes sobre os combustíveis

Tributos Federais	Biodiesel				Diesel de Petróleo
	Agricultura Familiar no Norte, Nordeste e semi-árido com mamona ou palma	Agricultura familiar geral	Agricultura intensiva no Norte, Nordeste e semi-árido com mamona ou palma	Regra Geral	
	R\$/litro	R\$/litro	R\$/litro	R\$/litro	
CIDE	Inexistente	Inexistente	Inexistente	Inexistente	0,07
PIS/COFINS	<b>Zero</b> (100% de redução)*	<b>0,07</b> (68% de redução)*	<b>0,15</b> (32% de redução)*	<b>0,22</b>	0,14
Somatório dos tributos federais	<b>Zero</b> (100% de redução)*	<b>0,07</b> (68% de redução)*	<b>0,15</b> (32% de redução)*	<b>0,22</b>	0,21

\*em relação à regra geral

**Fonte:** Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005-b.

Na escala local/regional, há a intenção da execução de um projeto envolvendo atores como Coopercana, Coasa e Cotrimaio. O projeto atingiria principalmente as áreas de abrangência das cooperativas envolvidas, ou seja, os municípios de Porto Xavier, Porto Lucena, Roque Gonzáles (Coopercana); Alegria, Boa Vista do Buricá, Cascata do Buricá, Dr. Maurício Cardoso, Horizontina, Humaitá, Independência, São Caetano, São José do Inhacorá, Sede Nova, Tiradentes do Sul, Três de Maio (Cotrimaio); e Água Santa (Coasa).

O Projeto na escala local/regional, que está em fase de discussão e elaboração, visa a instalação de duas ou três plantas industriais de pequeno e médio porte. A expectativa é de que três cooperativas produzam inicialmente de dez a quarenta toneladas de biodiesel por dia, cujo subproduto poderá ser transformado em ração animal. A Coopercana adaptar-se-ia a produzir álcool anidro, usado na geração do biodiesel. Já a Coasa e a Cotrimaio, forneceriam a matéria-prima, sendo que a segunda, com uma relativa experiência quanto à comercialização e distribuição de combustível, passaria sua experiência às outras cooperativas.

Dentre as atividades iniciais deste projeto, incluem-se pesquisas para equipamentos e linha de crédito aos produtores. Os estudos estão sendo realizados em parceria com as cooperativas, Ministério de Minas e Energia e Petrobrás. Nesse sentido pode-se destacar pesquisas do MDA o qual está investindo R\$ 250 mil em estudos para a fabricação de uma máquina de processamento de sementes. O equipamento deverá ter um custo de cerca de R\$ 10 mil e capacidade para produzir até 500 litros diários de biodiesel na região. (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, set/2005). A implementação do projeto na escala local/regional tende a levar a um novo uso econômico do território, tanto pela produção e comercialização do biodiesel pela agricultura familiar quanto pelo novo uso do solo agrícola, na medida em que culturas como a canola, o nabo forrageiro e o girassol forem utilizados para a fabricação deste combustível.

No entanto, a formatação do projeto na escala local/regional está exigindo maiores discussões para que de fato se estabeleça um processo de sinergia entre os atores envolvidos, de modo que se alcancem os objetivos estabelecidos pelo programa. Há divergências entre as cooperativas quanto às ações a serem desenvolvidas. Segundo a Coopercana, as cooperativas parceiras estão buscando a constituição de duas plantas industriais de geração de biodiesel de maior porte, diferente da idéia inicial desta Cooperativa, que era constituir pequenos projetos

com agricultores familiares. Além disso, cogita-se a possibilidade do uso de metanol ao invés de etanol (álcool produzido pela Coopercana) na produção do biodiesel, em função do primeiro apresentar um custo menor. Entretanto, este não é produzido na região, sendo que sua importação deixaria de beneficiar os associados da Coopercana.

Segundo o secretário da Coopercana, essa nova discussão que se estabelece “...desvirtuou o projeto. Se parte de uma discussão que era para ser a inclusão social, passa a ser um (...) projeto de capital, mais numa linha empresarial” (ago/2005). No entanto, está se procurando retomar a idéia inicial do programa através de discussões com o MDA, tentando novamente constituir pequenos projetos onde os agricultores familiares estejam participando diretamente e sejam os maiores beneficiados.

Acerca deste programa pode-se observar que o nível de densidade 01 é fundamental para a implementação do projeto na escala local/regional, até pelo fato de ser um programa proposto pelo Governo Federal. Entretanto, exige-se um amplo processo de discussão entre os atores envolvidos, para que se estabeleça uma concertação, de modo que as transformações territoriais a serem geradas pelo projeto atendam tanto aos objetivos do programa quanto aos interesses e necessidades dos atores envolvidos na escala local/regional.

Frente a esse dissenso e a possibilidade da geração de biodiesel na região, bem como em função dos altos custos que os combustíveis tradicionais geram nas pequenas propriedades, a Coopercana está apresentando ao BNDES, um projeto de ampliação da capacidade de produção de álcool etílico hidratado, produção de álcool anidro (para adição ao biodiesel e a gasolina) e a própria geração de biodiesel, dentro da idéia de inclusão social, como é detalhado a seguir:

### 6.2.5 Projeto de Modernização da Planta Industrial na Produção de Álcool para Produção de Biodiesel pela Agricultura Familiar

O desenvolvimento deste projeto é justificado pela necessidade de agregação de valor à agricultura familiar bem como a tentativa de permitir uma maior inserção dos agricultores familiares no mercado. Para tal, estão envolvidos no projeto a Coopercana, a Crecaf além do BNDES, através do Pronaf Agroindústria. O projeto irá beneficiar inicialmente os cooperados da Coopercana e num segundo momento os associados das cooperativas da agricultura familiar que compõem a Crecaf, somando mil e duzentos associados.

As ações do projeto estão voltados a (1) ampliação da produção de álcool etílico hidratado; (2) produção de álcool anidro; e num momento posterior (3) a produção de biodiesel. Este poderá ter como matéria-prima à soja, havendo a possibilidade de utilizar também a canola, nabo forrageiro e o girassol, espécies já cultivadas na região. A partir desse momento, a Coopercana pretende viabilizar uma integração com os agricultores associados a Crecaf.

É importante mencionar que o interesse na produção de álcool anidro se dá em razão deste agregar mais valor a cana, possuindo historicamente um preço mais elevado se comparado ao álcool hidratado. Este é adicionado à gasolina bem como ao biodiesel, sendo sua comercialização garantida. Para tal, o projeto propõem a instalação de uma Coluna de Retificação de Álcool Anidro além de melhorias e ampliação do setor de moagem da indústria, permitindo um aumento de 30% da área cultivada com cana-de-açúcar e a possibilidade da associação de mais duzentos agricultores familiares da região nos próximos três anos.

Posteriormente serão realizados esforços para a implantação de uma indústria de biodiesel e junto a esta, a produção de glicerina, farelos de grãos e óleo vegetal. Inicialmente, o biodiesel e o farelo serão destinados ao auto-consumo nas propriedades dos associados da Coopercana e da Crecaf e posteriormente comercializados a empresas agroindustriais da região (COOPERCANA, 2005). A produção e auto-consumo do biodiesel dá maior autonomia aos cooperados no consumo de diesel para tratores, máquinas, motores, caminhões etc, já o farelo produzido poderá permitir que os cooperados criem suínos, aves e gado leiteiro com menores custos.

O projeto está em fase de credenciamento junto ao agente financeiro. Para tal, são solicitados ao BNDES, através do Pronaf Agroindústria os valores descritos na tabela que segue:

**Tabela 22:** Recursos solicitados ao BNDES para financiamento do projeto

<b>Investimentos</b>	<b>Valor (R\$)</b>
Implantação da <i>Coluna de Retificação de Álcool Anidro</i>	1.200.000,00
Capital de giro e melhorias no setor da moagem	1.300.000,00
Canalização da Vinhaça	400.000,00
Treinamentos e desenvolvimento tecnológico	50.000,00
<b>Total</b>	<b>2.950.000,00</b>

**Fonte:** Coopercana, 2005.

Observa-se que o projeto, a partir de um novo uso econômico (produção e comercialização do biodiesel e farelos) poderá reforçar as relações de poder dos associados da Coopercana e da Crecaf sobre o território. Contudo, observa-se que a implementação deste projeto depende ainda de um ator da escala federal (BNDES) estando este ancorado em uma política pública (Pronaf Agroindústria).

Portanto, pode-se considerar que os atores locais/regionais isoladamente não conseguirão atingir seus objetivos, sendo que a densidade de nível 01 é essencial para que o projeto leve a transformações territoriais na escala local/regional. Ao mesmo tempo, não fosse

a organização da sociedade civil local/regional este projeto não seria desenvolvido e na medida que as ações do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel deixam de favorecer os associados da Coopercana, este projeto surge como uma alternativa à demanda destes atores.

Enfim, os programas, projetos e ações elencados possuem características de inovação territorial coletiva, pois estes caracterizam respostas criativas (Méndez, 2002) a necessidades particulares de desenvolvimento do território, introduzindo novas soluções (LEADER, 2005) às demandas que estão surgindo. Ao mesmo tempo em que estes programas, projetos e ações possuem características inovadoras, são resultantes da inovação territorial coletiva (retomar figura 05) e da densidade institucional (tabela 06) que caracteriza a experiência da Coopercana. Ou seja, a territorialidade que se forma em torno desta Cooperativa, o consumo do território (BECKER, 1983) a partir do cultivo e industrialização da cana-de-açúcar e comercialização do álcool, levou a uma organização dos atores, ou uma densidade institucional local/regional que possibilitou o desencadeamento de ações em diferentes áreas, levando a um processo de desenvolvimento territorial local/regional.

Pode-se afirmar que a organização e a mobilização local/regional é tão importante quanto à interação da escala local e local/regional junto as demais escalas de poder e gestão. Na medida em que os atores locais/regionais (sociedade civil, Estado e mercado) encontram-se organizados em torno de suas demandas, torna-se mais fácil ao Estado ou mesmo aos demais atores (ONGs por exemplo) atender as reivindicações deste local.

Grande parte dos programas, projetos e ações acima apresentados, partem da organização dos atores locais. Alguns se desenvolvem apenas com atores locais/regionais, mas a maioria interage com as demais escalas de poder e gestão. Aqueles que são iniciativa dos atores locais/regionais envolvidos diretamente nos projetos têm resultados mais concretos, o que não ocorre com os que partem de uma iniciativa exógena a esta escala. Portanto, tem-se

que as iniciativas que partem dos atores locais/regionais e que encontram respaldo em políticas públicas e programas das demais escalas têm resultados mais concretos para a promoção do desenvolvimento territorial local/regional.

Para demonstrar como os novos usos políticos e econômicos levam a formação de um novo espaço de poder e gestão, ou seja, ao território da Coopercana, a abordagem de Raffestin (1993) será aplicada ao objeto empírico no capítulo que segue. Num segundo momento, serão traçadas mais algumas considerações, principalmente com base nos depoimentos dos atores locais/regionais, demonstrando como a inovação territorial coletiva e a densidade institucional levam a um processo de desenvolvimento territorial local/regional no recorte territorial ora analisado.

## **7 O TERRITÓRIO DA COOPERCANA**

As transformações territoriais, decorrentes dos novos usos políticos e econômicos do território, têm desencadeado um processo de desenvolvimento territorial local/regional, formando assim, um novo espaço de poder e gestão - o território da Coopercana. Na primeira seção deste capítulo, apresentar-se-á o território da Cooperativa dos Produtores de Cana de Porto Xavier, tendo por referência a abordagem de Raffestin (1993) acerca dos elementos que constituem o território: a malha territorial, os nós e as redes.

Já na segunda seção, tendo por pressuposto a existência deste novo espaço de poder e gestão, buscar-se-á demonstrar, como os atores de um território periférico, têm assumido maior protagonismo no desencadeamento de ações que têm levado a um processo desenvolvimento territorial. Será demonstrado que a inovação territorial coletiva e da densidade institucional são elementos de grande importância ou mesmo essenciais, para a promoção de processos de desenvolvimento territorial numa escala local/regional.

## 7.1 Território da Coopercana: novos usos políticos e econômicos

O território, segundo Santos e Silveira (2004), é uma extensão do espaço apropriada e usada; um espaço de ação e poder (Corrêa, 1994). A apropriação e o exercício de poder sobre o espaço, pode ser observado na experiência da Coopercana através dos novos usos políticos e econômicos. Estes usos, são desencadeados a partir da atuação mais ativa dos atores locais/regionais, como pode ser observado pelos programas, projetos, ações e dados estatísticos (geração de impostos, empregos, postos de trabalho...) anteriormente citados, o que, por sua vez, leva a formação de uma territorialidade em torno da cadeia da cana-de-açúcar.

Os novos usos do território se expressam tanto pela constituição das instituições/organizações citadas nos capítulos anteriores, quanto pela expansão da cadeia da cana (há destinadas ao cultivo, produtividade, industrialização e comercialização dos derivados de cana) pelo aumento na geração de empregos e impostos, bem como através dos projetos e ações em diferentes áreas (educação, cultura, geração de emprego e renda no espaço urbano e rural).

Os novos usos políticos e econômicos têm reforçado as relações de poder e gestão dos atores locais/regionais para com aquele espaço, tornando-o território. A partir do momento em que se considera o território como espaço apropriado pelo homem, concreta ou abstratamente, por meio do exercício de relações de poder, gerando um sentimento de pertença para com àquele espaço, uma identidade, ou seja, uma territorialidade, entende-se que é possível falar-se no território da Coopercana.

Raffestin (1993) afirma que o território é produto dos atores sociais, do Estado ao indivíduo, passando por todas as organizações, pequenas ou grandes. Como demonstrado

anteriormente, há quarenta e oito atores coletivos interagindo com a Coopercana, atores da sociedade civil organizada, do Estado e também do mercado das diferentes escalas, além dos atores individuais, representados principalmente pelos próprios associados da Cooperativa. Este pode ser um exemplo empírico da afirmação de Raffestin.

Os atores locais/regionais, atuando coletivamente buscam atender as suas demandas e necessidades, sendo que em função disso, passam a interagir com os atores das demais escalas. É justamente através dessa interação que os resultados dos projetos e ações passam a ter uma abrangência maior. Ou seja, estes não estão voltados apenas aos associados da Cooperativa, ou aos plantadores de cana da região, ou mesmo aos agricultores. Também não se restringem tão somente aos municípios nos quais se localizam os associados. Dessa forma, a multidimensionalidade do poder da qual trata Becker (1983) fica visível na experiência da Coopercana. Observa-se que as iniciativas partem dos atores locais/regionais, mas se efetivam na medida em que interagem com as demais escalas de poder e gestão.

A amplitude das ações e projetos desenvolvidos é um dos argumentos que permitem falar-se no “*território da Coopercana*”, pois estas ações e projetos não estão voltados apenas às demandas da cooperativa e de seus associados, portanto, não se restringe a um setor. Possuem sim, como foco central, o espaço rural e a agricultura familiar, no entanto, tem reflexos, ou leva a transformações territoriais também no espaço urbano e regional.

A densidade institucional e a inovação territorial coletiva, que levam aos novos usos políticos e econômicos, permitem a formação de uma nova escala de poder e gestão, um “micro” território numa escala local/regional, com uma territorialidade em torno das relações de poder decorrentes da cadeia da cana. A territorialidade passa pela interação entre os atores que procuram modificar tanto as relações com a natureza como as relações sociais, tendo em vista a maior autonomia possível do território (RAFFESTIN, 1993). Dessa forma, quando os agricultores passam a substituir a cana pela soja como principal fonte de renda na escala local,

e mesmo como mais uma fonte de renda nas propriedades na escala local/regional, além da industrialização e comercialização dos derivados da cana, pode-se considerar que se forma uma nova territorialidade.

Essa territorialidade não se restringe a simples produção-industrialização-comercialização da cana. A partir da Coopercana, se forma uma coletividade, ou uma densidade de instituições e organizações que passam a cogitar e desencadear ações voltadas ao desencadeamento de um processo de desenvolvimento territorial. A ampla mobilização dos atores que resulta na criação da Cooperativa, é tida como um ponto de referência do poder da sociedade civil organizada. Os atores locais/regionais voltam sua atenção para a cana-de-açúcar pelo fato deste ser um cultivo mais adaptado às condições climáticas locais, à pequena extensão das propriedades, além de já haver uma cultura em torno deste cultivo, ou seja, esta cultura caracteriza um capital territorial tangível (LEADER, 2005).

Dessa forma, a partir da Coopercana, observa-se uma articulação regional, tendo como ponto de referência a cana, no entanto, não se restringindo a isso, mas sim, buscando respostas coletivas a diferentes demandas que se colocam. Ou seja, se forma uma identidade regional, uma tomada de consciência e de ação regional, definindo uma territorialidade regional como traz Cara (1994) no capítulo 1.

Enfim, pode-se dizer que essa nova territorialidade caracteriza um conjunto de práticas capazes de garantirem a apropriação e a permanência dos agentes sociais sobre seu território (CORRÊA 1994). Estas práticas giram em torno do cultivo da cana, sua industrialização e comercialização do álcool, dando novas funções às antigas formas do espaço rural, o qual estabelece trocas permanentes e contínuas com o espaço urbano. Essas trocas podem ser um exemplo daquilo que Santos (1997-b) chama de *continuum* rural-urbano, sendo que a partir delas, forma-se uma densidade institucional que também faz parte da identidade ou da territorialidade deste território, distinguindo-o de seu entorno.

Além desta nova territorialidade, a identificação do sistema territorial de Raffestin (1993) acaba evidenciando a existência deste micro-território. A partir da análise destes elementos é possível observar como uma cooperativa produtora de álcool combustível, de pequeno porte se comparada as grandes usinas paulistas, é capaz de formar um território.

No entanto, antes de tratar do sistema territorial, entende-se ser importante salientar que o território da Coopercana pode apenas ser entendido enquanto tal, na medida em que se leva em consideração a relação cidade-campo. Ou seja, embora a usina da Coopercana se localize no espaço rural, ela possui uma relação constante e recíproca com o espaço urbano, podendo esta Cooperativa ser considerada como uma nova racionalidade ou uma contraracionalidade deste território periférico (Santos 1997-b).

O primeiro exemplo deste *continuum* rural-urbano são as atividades da Coopercana. Ela desenvolve tanto atividades agrícolas (cultivo da cana) quanto não agrícolas (industrialização e comercialização), o que por sua vez atribui novas funções a antigas formas, ou seja, as pequenas propriedades rurais diversificam sua produção ou mesmo substituem a soja pela cana e passam a industrializar a cana-de-açúcar através da usina da Cooperativa, ou a partir de agroindústrias familiares.

Além disso, existem associados que residem na cidade de Porto Xavier (antigos funcionários da Alpox) e que se deslocam diariamente até a usina (Linha Divisa) para exercer suas funções. Entretanto, grande parte destes associados, após a criação da Coopercana, passou a arrendar áreas rurais, de forma individual ou coletiva, para cultivar cana-de-açúcar. Estas áreas são arrendadas principalmente no município de Roque Gonzales. Os fluxos que provém da cidade e seguem em direção ao campo são raros sendo que o êxodo rural predomina como regra geral no noroeste gaúcho. Portanto, esta acaba sendo uma especificidade deste território que não pode passar despercebida.

A própria produção do álcool está voltada a uma racionalidade (SANTOS 1997-b) ou um modo de vida urbano (CASTELLS, 2000), mais acentuado na cidade, mas não restrito a ela. Da mesma forma, a constituição das instituições/organizações, torna mais próximos cidade e campo. Estão localizadas na cidade a CreSol, a Coopercil a Amizade FM (Porto Xavier) e a Arede (Santa Rosa), entidades que foram constituídas com a ajuda da Coopercana, voltadas a atender demandas tanto do campo quanto da cidade. Por sua vez, o Ema, localizado no campo atrai também alunos da cidade e a Coopercil, também localizada no campo, é formada por trabalhadores que residem na cidade. A Coopercana estabelece ainda fluxos com outras cidades tais como, Ijuí (Unijuí), Pelotas (Ufpel, Uergs), Porto Alegre e Brasília (Governo Estadual e Federal respectivamente), através da execução de diferentes projetos, além de Cruz Alta, Santa Maria, Passo Fundo e Canoas através da comercialização do álcool. Observa-se assim, o estabelecimento de relações de proximidade mutuamente benéficas (tanto ao campo quanto à cidade) podendo, a exemplo dos projetos, a cidade de Porto Xavier assumir o papel de ponte entre o espaço rural e o mundo exterior (FERRÃO, 2000).

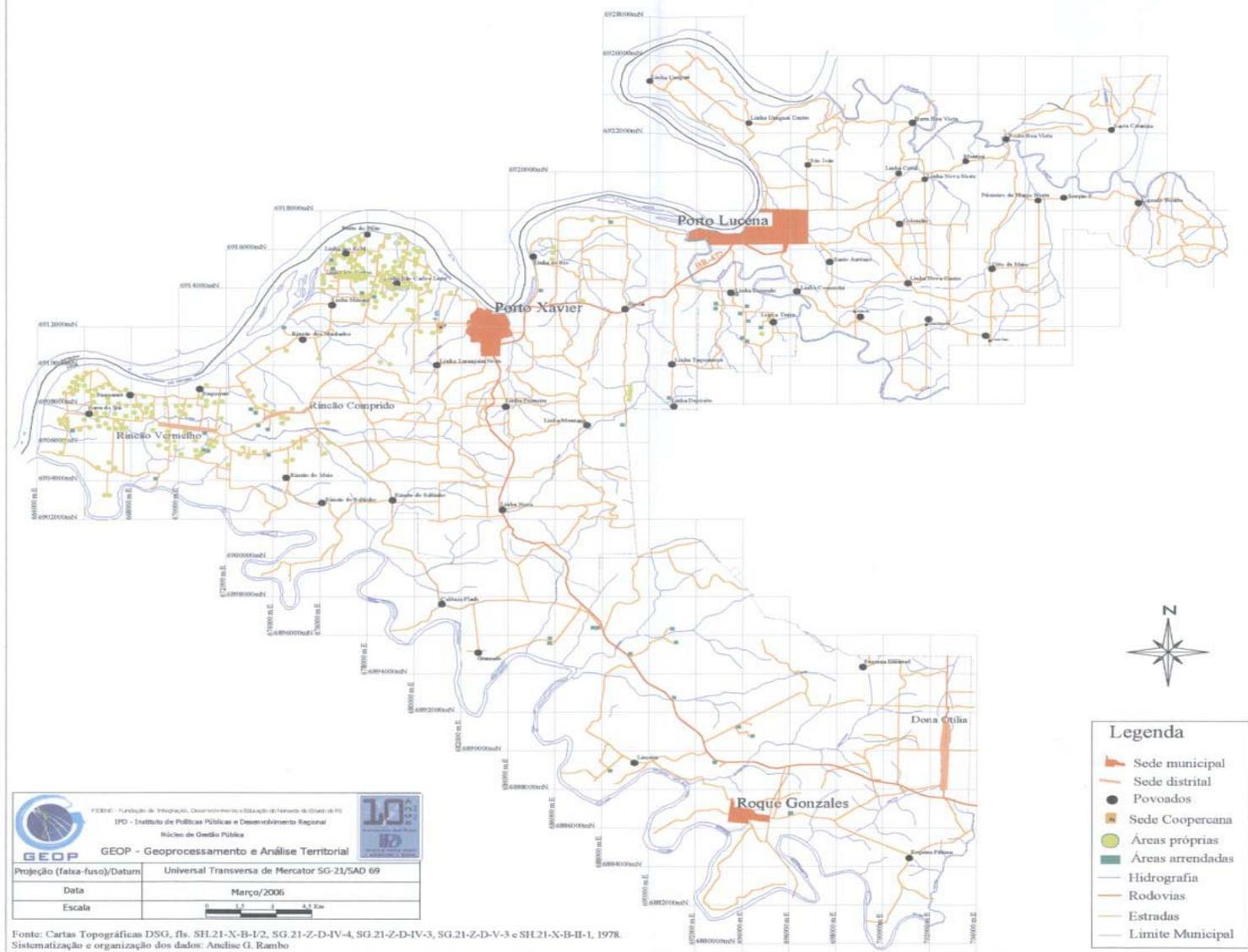
Portanto, para que se compreenda como os novos usos políticos e econômicos dão origem ao território da Coopercana, a relação cidade-campo deve ser levada em consideração de maneira a compreender o rural numa perspectiva territorial e não apenas setorial. Assim, considerando-se este *continuum* rural-urbano é possível compreender porque se afirma que a cidade de Porto Xavier compõe a malha territorial da Coopercana:

#### 7.1.1 A malha territorial

De acordo com Raffestin (1993) como é apresentado no capítulo 01, a malha caracteriza a área de exercício dos poderes ou a área de capacidade dos poderes. Dessa forma, pode-se considerar que a malha territorial da Coopercana corresponde ao município de Porto

Xavier, além das localidades rurais de Rincão Vermelho, Rincão do Meio, Sobrado e Barra do Ijuí do município de Roque Gonzáles e Secção Dourados e Linha Traíra do município de Porto Lucena. Nas localidades rurais citadas localizam-se as propriedades produtoras de cana dos associados da Cooperativa como pode ser observado no mapa 03, a seguir.

MAPA 03: TERRITÓRIO DA COOPERCANA: AS PROPRIEDADES PRODUTORAS DE CANA



Tal consideração é feita, pois as relações de poder e gestão sobre este espaço se dão a partir do plantio e posterior industrialização da cana-de-açúcar. Essa afirmação encontra respaldo na contribuição de Spósito (2004) no capítulo 01, quando considera que o território pode ser identificado pelo uso que se faz da indústria, da agricultura, da mineração, da circulação de mercadorias. Além disso, este é o espaço de ação direta da Coopercana sendo que as transformações territoriais sobre o mesmo se dão de forma esparsa, contínua e constante, não ocorrendo em pontos específicos nem somente de forma linear.

O território municipal de Porto Xavier é parte componente da malha territorial em função da usina localizar-se no próprio município, na localidade de Linha Divisa. Esse fato permite que as transformações territoriais decorrentes das atividades da Coopercana se reflitam sobre o território municipal como um todo.

O primeiro argumento em favor de tal consideração, refere-se à geração de impostos. O valor adicionado gerado pela Coopercana, bem como os demais impostos retidos no município, são aplicados em diferentes áreas e setores, sendo que a população como um todo acaba sendo beneficiada, principalmente quando se enfatiza que a Cooperativa gera 50% do ICMS do município. Os próprios associados que residem na cidade e arrendam terras para o cultivo de cana, como citado acima, pode ser outro fato que corrobora com essa consideração.

Outro fator que leva a afirmar que o município de Porto Xavier como um todo compõe a malha territorial são as instituições/organizações constituídas após a criação da Coopercana, podendo-se traçar as seguintes considerações:

- 1) A CreSol no momento em que inicia suas atividades (2002) conta com apenas quarenta e dois sócios, sendo todos associados da Coopercana. Já no final deste primeiro ano este número chega a quinhentos e oitenta e três. Atualmente, apenas 31% dos sócios da CreSol são associados também a Coopercana;

- 2) A constituição do Ensino Médio Alternativo demonstra que as ações desenvolvidas pela Coopercana não se restringem à cadeia da cana. O Ema recebe todos os estudantes interessados em um currículo direcionado à realidade rural do município. É importante ressaltar que o Ensino Médio Alternativo atrai também estudantes da cidade de Porto Xavier, em função das inovações presentes como anteriormente citado;
- 3) A Coopercil é composta apenas por pessoas de baixa renda residentes na cidade de Porto Xavier, sendo que as mesmas não possuem vínculo com a Coopercana. Além da Coopercil tornar-se uma fonte de renda para seus associados, mesmo que timidamente, reduz os impactos ambientais decorrentes do depósito do lixo no aterro sanitário do município;
- 4) A rádio comunitária Amizade FM também traz benefícios para o município como um todo, pois é a única estação de rádio de Porto Xavier. Uma rádio local permite uma programação mais voltada à realidade e as notícias do município, além de levar ao fim do monopólio da sucursal da rádio de Porto Lucena.

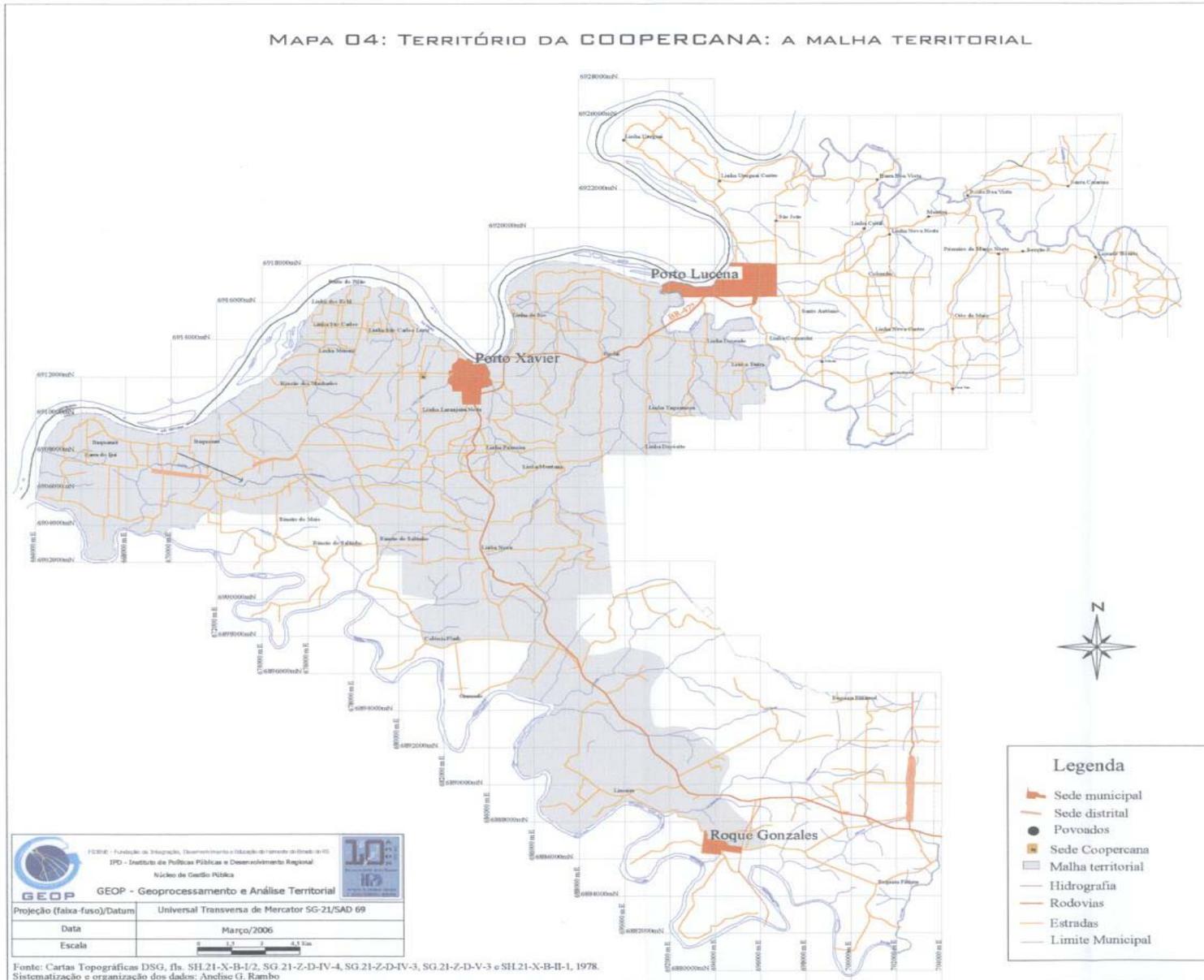
Assim, os novos usos políticos e econômicos decorrentes da geração de impostos e empregos, além das instituições/organizações criadas após a Coopercana, acabam constituindo um novo espaço de poder e gestão. Este espaço não “neutraliza” o poder público municipal, contudo, não pode ser desconsiderado enquanto território, devido às transformações territoriais geradas pelos atores envolvidos e pela territorialidade que este apresenta.

Vale mencionar que estes dois territórios (municipal e da Coopercana) não concorrem entre si, pelo contrário. Na medida em que passam a desenvolver ações coletivamente, formando uma densidade institucional, ambos se reforçam, pois há uma relação de sinergia entre os mesmos.

Além disso, a malha territorial da Coopercana vai além dos limites municipais de Porto Xavier, estendendo-se às localidades dos municípios vizinhos, onde estão as propriedades ou as áreas arrendadas pelos associados. Segundo Raffestin (1993, p.155) as “malhas não são homogêneas nem uniformes”, o que pode ser observado no caso da Coopercana. Sua malha ora é definida pelas propriedades produtoras de cana, ora pelo espaço municipal de Porto Xavier.

Além disso, esta extrapolação dos limites municipais, dada pelo cultivo da cana, é outro fato que argumenta a existência de um território da Cooperativa, pelo fato de seus limites não coincidirem com os limites municipais. A malha territorial vem apresentada no mapa 04.

MAPA 04: TERRITÓRIO DA COOPERCANA: A MALHA TERRITORIAL



Entretanto, a malha não é o primeiro elemento do sistema territorial a ser constituído. Sua delimitação se dá a partir dos usos do território, resultado da ação dos atores sobre este. Estes atores acabam constituindo outro elemento do sistema, que vem aqui, apresentado em segundo lugar, apenas para fins didáticos de representação gráfica.

### 7.1.2 Os nós

Como já mencionado, Raffestin (1993) considera que os pontos ou os nós simbolizam a posição dos atores, representando locais de poder e locais de referência. Assim sendo, os nós do território da Coopercana podem ser representados pelos atores coletivos envolvidos na experiência. A representação de um ator como um nó não significa a simples representação deste ator, mas sim a “representação de um ator engajado como elemento no sistema. (...) o ator está situado num ponto do espaço, num ponto no qual ele vai representar o espaço em si” (RAFFESTIN, 1993, p.146).

Dessa forma, os nós podem ser entendidos como pontos de convergência, onde são realizadas as discussões e tomadas as decisões que vão refletir sobre o sistema territorial. Estas decisões se difundem por meio de fluxos, formando redes, o que por sua vez vai se refletir sobre a malha territorial e definir seus limites. Este processo leva a novos usos políticos e econômicos do território, ou às transformações territoriais apresentadas anteriormente. Estas transformações evidenciam o que Becker (1983) relata no capítulo 01, ou seja, o território é um produto produzido pela prática social, e um produto consumido, vivido e utilizado como meio.

Os nós que compõem o território da Coopercana são classificados na presente análise de duas formas. A primeira quanto a sua localização geográfica: dentro da malha territorial e

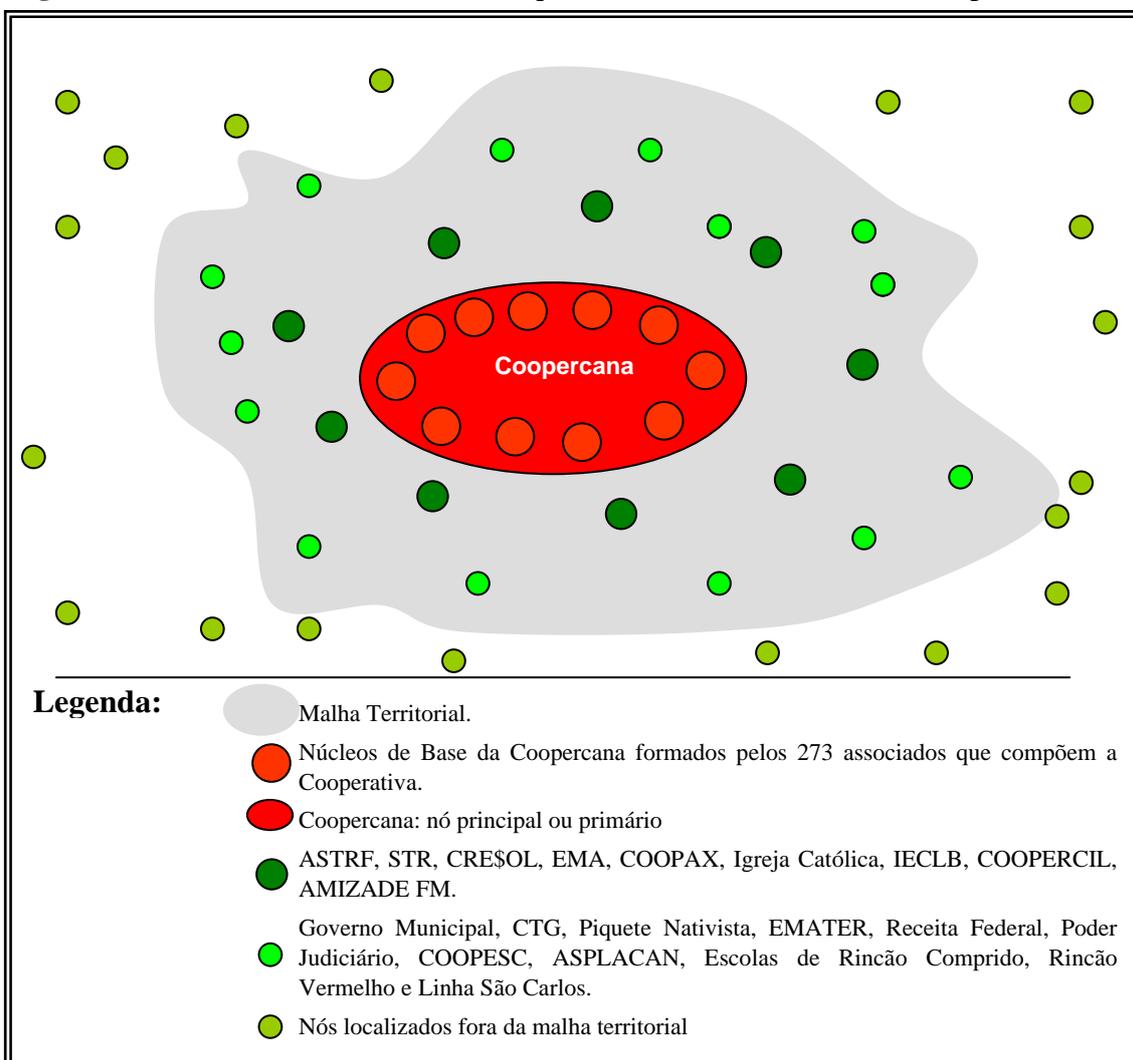
fora dela. Essa classificação é entendida como pertinente, pois considera-se que aqueles atores localizados dentro da malha territorial, atuam de forma mais presente e ativa nos processos de transformação territorial, até pelo fato de viverem o cotidiano de seu território.

Outra classificação é a que se estabelece dentro da própria malha. Mesmo dentro desta, existem diferentes níveis de participação dos atores nas ações e nos projetos que desencadeiam transformações territoriais. Para tal, levou-se em consideração a participação das instituições/organizações na constituição da Coopercana, as instituições/organizações posteriores a esta constituição as quais interagem constantemente entre si. Os nós representados por estes atores são denominados de nós secundários ao principal. As demais instituições/organizações localizadas dentro da malha, as quais não interagem com a mesma frequência, são denominados de nós terciários.

Dentro dessa linha de pensamento o nó principal, ou primário a ser considerado, é a própria Coopercana, pois a partir de sua criação é desencadeado um processo constante de discussão e debate sobre o desenvolvimento territorial, levando a diferentes ações práticas as quais acabam por reforçar as relações de poder e gestão daquele território. Este nó principal, por sua vez, já é resultado de nós menores - os núcleos de base -, que estão representados abaixo compondo o nó principal.

Representados pela tonalidade verde escura estão os nós secundários, e na tonalidade verde clara os nós terciários. Do lado de fora da malha territorial estão os nós das demais escalas de poder e gestão. Estes não foram classificados em níveis, primeiro, por localizarem-se fora da malha e em segundo lugar, por não ser pertinente à análise, considerando complexidade de tal classificação.

**Figura 14:** A malha territorial e os nós que constituem o território da Coopercana



**Fonte:** elaborada pela autora.

Como já mencionado acima, o sistema territorial, além de ser composto pela malha e pelos nós, também conta com as redes. Na figura acima, os atores encontram-se isolados, mas, na prática estes estabelecem fluxos entre si. Estes fluxos que constituem as redes são de diferentes naturezas: comerciais, financeiros, de troca de informações e conhecimentos. A seguir, tratar-se-á das redes que dão dinamicidade ao território da Coopercana.

### 7.1.3 As redes

Frente ao meio técnico-científico-informacional, as redes vêm assumindo uma importância cada vez maior. A exigência de fluidez para a circulação de idéias, mensagens, produtos ou dinheiro é uma constante no mundo atual (Santos, 1997-b) e fundamental para reforçar as relações de poder e gestão sobre determinado território.

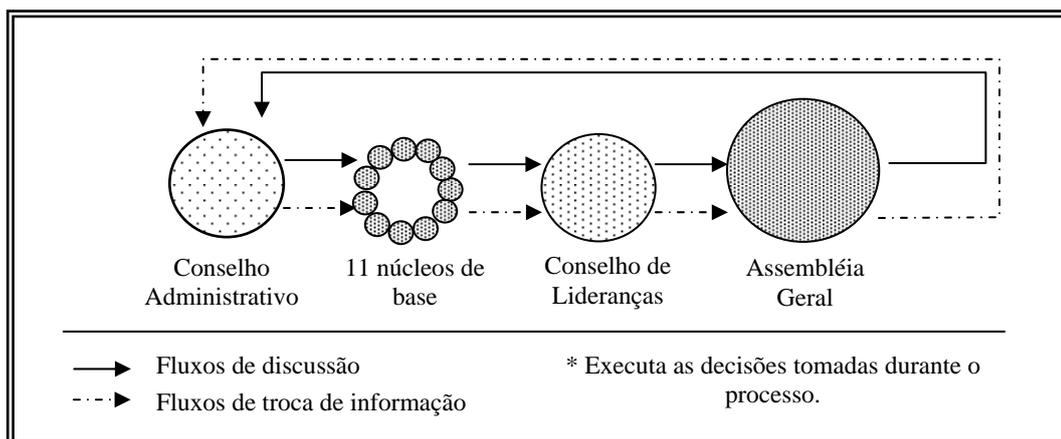
A presente análise irá restringir-se às redes e aos fluxos estabelecidos pelos atores locais/regionais, não tratando das redes técnicas. Estas últimas, embora da mesma forma apresentem crescente importância para o desenvolvimento, principalmente de territórios periféricos, não caracterizam o diferencial do território que está sendo analisado. O que pode ser considerado inovador, são as redes de relações e cooperação entre os atores, principalmente locais/regionais. São os fluxos estabelecidos por estas redes que levam ao alto nível de densidade institucional presente na experiência, permitindo o atendimento de demandas locais/regionais, e conseqüentemente ao desencadeamento de um processo de desenvolvimento territorial local/regional.

Entendendo a rede como um sistema de linhas que desenham tramas, podendo ser abstrata ou concreta, invisível ou visível, mas que assegura algum tipo de comunicação (RAFFESTIN, 1983), pode-se citar, na escala local ou, dentro da malha territorial, as redes de discussões resultantes dos núcleos de base. Como já apresentado anteriormente, os associados da Cooperativa estão organizados em onze núcleos. Estes realizam no mínimo duas reuniões ordinárias ao ano onde são discutidos todos os assuntos de interesse da Cooperativa e dos associados.

Os assuntos tratados nestas reuniões partem do conselho administrativo, passando pelos associados em cada núcleo. As deliberações seguem ao conselho de lideranças dos

núcleos e em seguida para as assembleias gerais, onde são definidas as deliberações finais. Ao final, o conselho administrativo executa as decisões tomadas em assembleia, como demonstra a figura 15:

**Figura 15:** Rede de discussão na escala local – os Núcleos de Base



**Fonte:** Elaborada pela autora.

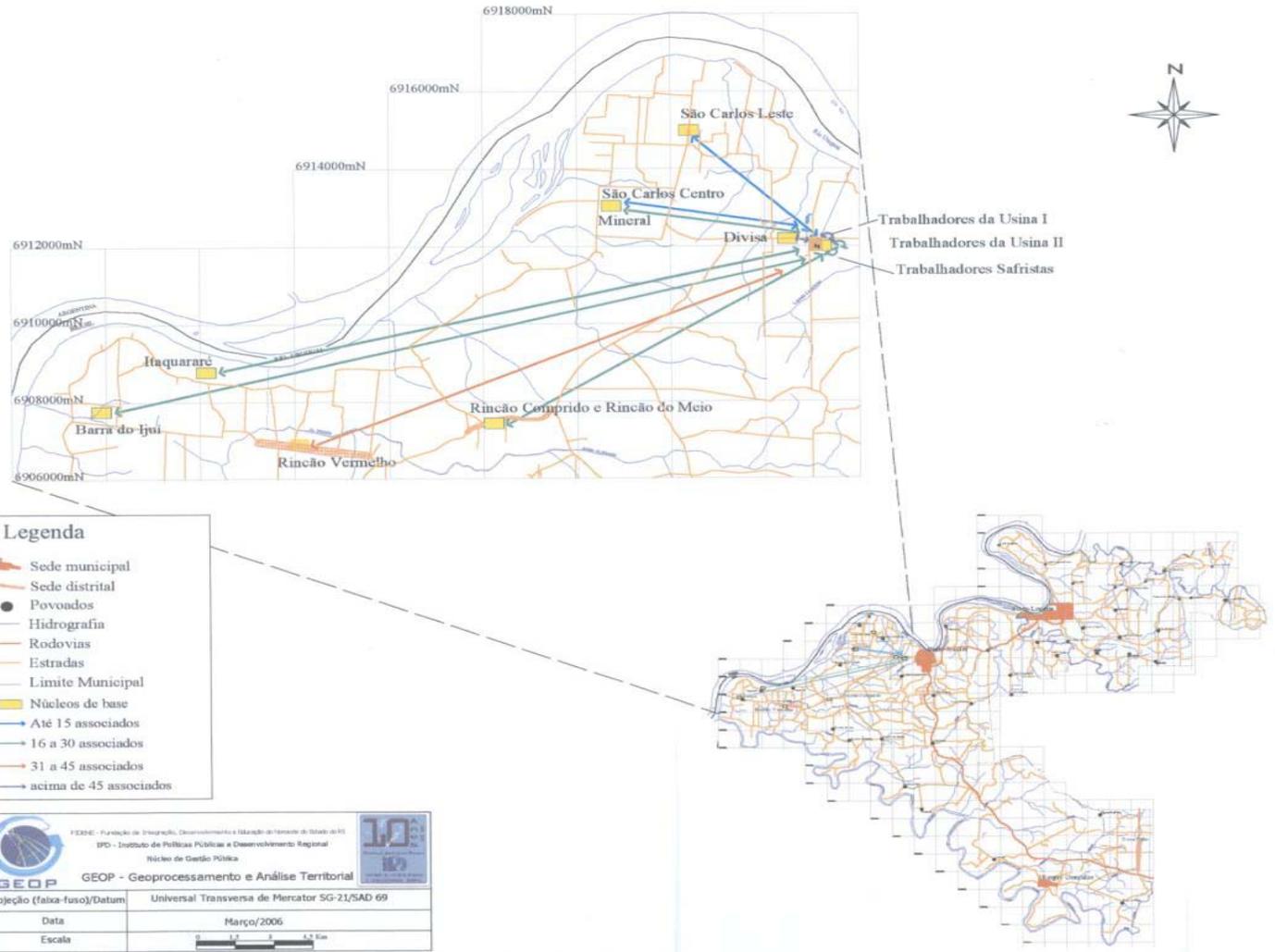
Esta rede de discussão é fundamental para a formação do território da Cooperativa. A gestão da Coopercana a partir das discussões dos núcleos leva a um aumento na participação dos associados bem como uma identidade maior destes para com o “seu” empreendimento. Dessa maneira, a troca de idéias, de informações permite que os interesses, as demandas e as necessidades dos associados sejam levantadas e assim, realizadas ações para atender as mesmas. As discussões dos núcleos reforçam as relações de cooperação e ajuda mútua dentro da Cooperativa, o que faz com que a Coopercana se coloque como um ator coletivo mais forte e mais ativo no processo de desenvolvimento territorial local/regional.

Esta rede de discussão pode ser considerada inovadora quando comparada à antiga Alpox. No período de funcionamento desta última, os sócios minoritários da empresa (agricultores plantadores de cana) não participavam de sua gestão. Em razão disso, as decisões dos sócios majoritários não levavam em conta as reivindicações dos sócios minoritários. A rede que se forma a partir dos núcleos, permite tanto o estabelecimento de

fluxos de discussões quanto de fluxos de informações, pois através destas reuniões os associados tomam conhecimento do que se passa dentro da Cooperativa bem como das relações que estabelece com outras instituições/organizações.

Enfim, esta rede conecta o conselho administrativo à base e vice-versa, estabelecendo fluxos que permitem uma gestão mais dinâmica, coletiva e democrática da Cooperativa. O mapa 05 demonstra de forma espacial como são estabelecidos os fluxos entre os núcleos de base e o conselho administrativo. Pode-se observar que os fluxos, representados no mapa pelas setas, possuem duas direções: dos núcleos para a Cooperativa e vice-versa.

MAPA 05: TERRITÓRIO DA COOPERCANA: OS FLUXOS DE DISCUSSÃO INTERNA A PARTIR DOS NÚCLEOS DE BASE



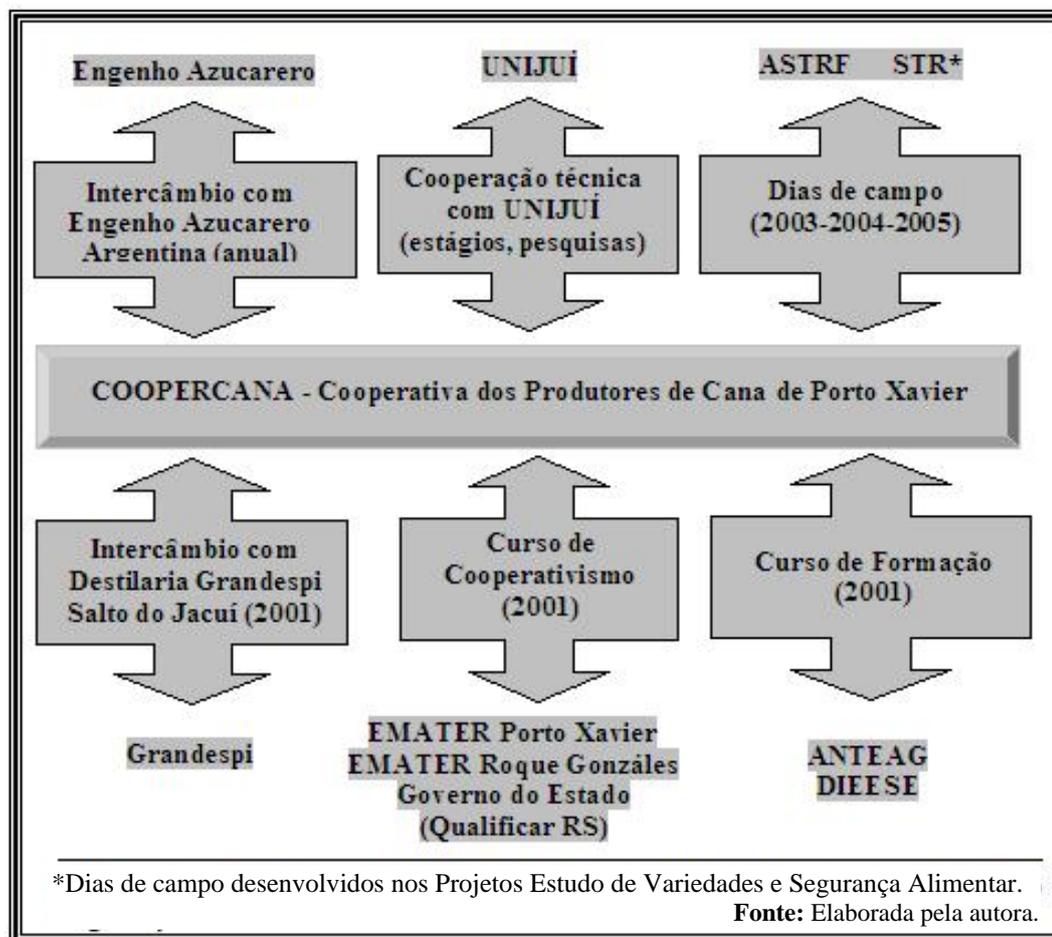
Fonte: Cartas Topográficas DSG, fls. SH.21-X-B-I/2, SG.21-Z-D-IV-4, SG.21-Z-D-IV-3, SG.21-Z-D-V-3 e SH.21-X-B-II-1, 1978.  
 Sistematização e organização dos dados: Anelise G. Rambo

Ainda quanto aos fluxos de informação, pode-se citar as redes provenientes da realização de projetos, de intercâmbios, além de convênio com universidades. Estas redes permitem trocas de informações que beneficiam tanto a Coopercana, quanto demais agricultores da região que estão envolvidos na cadeia da cana-de-açúcar.

A figura que segue, busca apontar as principais redes de trocas de informação. Pode-se observar que as setas indicam tanto informações e conhecimentos saindo da Cooperativa, quanto informações entrando. Portanto, esta rede possui fluxos em dois sentidos, estabelecendo uma sinergia entre os atores envolvidos. Isso demonstra que, a partir do envolvimento de diferentes atores nas ações e projetos, ou seja, havendo uma densidade institucional em torno dos mesmos, seus reflexos têm um espaço de ação mais amplo, não se restringindo ao atendimento das demandas exclusivas da Coopercana. Dessa forma, estes fluxos acabam contribuindo para o processo de desenvolvimento territorial local/regional, criando uma territorialidade em torno das relações de poder e gestão provenientes do cultivo, industrialização e comercialização da cana, permitindo a execução de ações que atendam diversas demandas dos atores locais/regionais.

Conforme afirma Haesbaert (2002), os fluxos dão movimento, fluidez, e permitem conexões ao território, o que por sua vez possibilita aos atores delimitá-lo e reforçar as relações de poder e gestão sobre o mesmo. No caso da Coopercana os fluxos provenientes das trocas de conhecimentos e informações são de extrema importância pois a partir destes são dadas respostas a demandas que surgem tanto por parte da Cooperativa quanto de demais atores. Além do mais, estes fluxos divulgam a experiência da Cooperativa, a qual demonstra o poder da sociedade civil organizada.

**Figura 16:** Principais fluxos de cooperação e troca de conhecimentos



A seguir estão apresentados os projetos e ações citadas na figura, exceto os dias de campo, que já foram anteriormente mencionados, no momento em que foi tratado do Projeto “Estudo de Variedades” e “Segurança Alimentar”.

#### 7.1.3.1 Integração entre Coopercana e Engenho Azucarero

O Engenho Azucarero localizado na província de *San Javier*, Argentina, é uma empresa estatal, a qual produz cerca de 28.000 ton de açúcar orgânico exportado para a Europa. Entre Coopercana e o Engenho Azucarero são estabelecidos dois tipos de fluxos. O primeiro entre a Associação de Cooperados Trabalhadores da Coopercana e funcionários do

engenho argentino, o qual consiste numa integração cultural e social. O outro fluxo consiste na própria troca de informações acerca da cana-de-açúcar, sempre que necessário. A partir dessa integração social e cultural entre os cooperados da Coopercana e os funcionários do Engenho Azucarero, pretende-se estabelecer futuras interações mais formais e de caráter técnico.

A integração se dá na abertura das safras argentinas, sendo a Coopercana convidada a participar do evento realizado pelo Engenho Azucarero. Além disso, são organizados jogos de futebol e festas entre os dois empreendimentos. Eventualmente são trocadas informações de caráter técnico em decorrência de, por exemplo, pragas ou doenças nas lavouras.

Os custos das atividades acima são arcados pela Cooperativa e pela Associação de Cooperados Trabalhadores da Coopercana que objetiva desenvolver práticas desportivas. Esta integração cultural ocorre normalmente duas vezes por ano, havendo um encontro na Argentina e um no Brasil. Por sua vez, as trocas de conhecimentos e/ou informações ocorrem sempre que necessário.

#### 7.1.3.2 Convênio de Cooperação Técnica Coopercana – Fidene/Unijuí

A Coopercana estabeleceu um Convênio de Cooperação Técnica com a Unijuí através dos seguintes departamentos: DEAg, DBQ, DCS, DCSa e DeTEC. Este convênio é estabelecido a partir da necessidade de obtenção da Licença de Operação Ambiental pela Coopercana visando, num primeiro momento, atender ao Termo de Referência do Núcleo de Licenciamento Ambiental do Ibama - Porto Alegre. No entanto, o convênio possui objetivos mais amplos. Este tem o propósito de promover a cooperação educacional, técnica e

científica, através do ensino, da pesquisa, da extensão e da capacitação de pessoal (UNIJUÍ, 2005).

Dentre as atividades desenvolvidas estão a elaboração de um documento que consiste em um Laudo de Vistoria, composto por um diagnóstico e prognóstico ambientais e sua segunda parte pelos PBAs, visando a mitigação dos impactos e a prevenção de riscos ambientais. A título de exemplo, estes programas encontram-se relacionados abaixo:

**Tabela 23:** PBAs propostos pela Coopercana

Nº	Nome do PBA
1	Educação para gestão ambiental: qualidade de vida e do ambiente pela cidadania consciente.
2	Procedimento básico para a manutenção da usina.
3	Destino e tratamento de resíduos sólidos.
4	Gerenciamento de efluentes líquidos.
5	Controle das emissões geradas pela queima de bagaço de cana-de-açúcar.
6	Segurança e medicina do trabalho.
7	Sistema preventivo de acidentes ambientais.
8	Monitoramento e melhoria da fertilidade do solo.
9	Controle de insetos e pragas.
10	Recuperação de áreas degradadas com vegetação.

**Fonte:** Unijuí (2003). Elaborada pela autora.

Alguns dos PBAs acima citados estão sendo desenvolvidos, a exemplo daqueles voltados ao tratamento dos resíduos sólidos, dos efluentes líquidos, das emissões geradas pela queima de bagaço bem como ações voltadas à segurança do trabalho. Não foram realizados ainda, os PBAs que envolvem outros atores, além dos associados da Coopercana, como por exemplo o PBA nº 1 (ver tabela 06). Além do mais, o Ibama solicitou alterações nos programas, o que vem sendo realizado no momento.

Além da elaboração deste documento apresentado ao Ibama, são realizadas outras atividades entre Unijuí e Coopercana. Pode-se citar os trabalhos de campo, estágios de vivência, estágios de final de curso, pesquisas científicas, como por exemplo, o projeto de extensão “Diagnóstico e Estratégias de Desenvolvimento da Agricultura de Porto Xavier”.

Desenvolvido através do DEAg/Unijuí, este objetivou analisar as formas e as condições de produção na agricultura de Porto Xavier visando estabelecer linhas estratégicas de desenvolvimento agrícola. Estas atividades acabam reunindo professores e acadêmicos da Unijuí bem como associados da Coopercana.

#### 7.1.3.3 Intercâmbio entre Coopercana e Destilaria Grandespi – Santo do Jacuí

Em setembro de 2001 a Coopercana, através de uma comitiva de cooperados visitou a Grandespi, localizada no município de Salto do Jacuí no Corede Alto Jacuí. Este intercâmbio objetivou aprimorar conhecimentos e trocar experiências quanto à preparação do solo, ao plantio, tratos culturais e industrialização da cana-de-açúcar. Dentre as atividades desenvolvidas estavam palestras e trocas de informações por meio de recursos audiovisuais, posteriormente repassadas aos demais associados da Coopercana que não haviam participado do intercâmbio.

#### 7.1.3.4 Curso de cooperativismo e de formação

Para a realização deste curso de cooperativismo mobilizaram-se a Emater de Porto Xavier e Roque Gonzáles, e a própria Coopercana, principal interessada. Estes atores interagiram com o Governo do Estado, através do programa Qualificar RS. Este foi desenvolvido e oferecido aos associados logo após a criação da Coopercana visando qualificar o quadro social da Cooperativa e prepará-los para a nova realidade da usina.

Por sua vez, o curso de formação foi realizado nos dias 24 a 26 de abril de 2001 contou com a participação de vinte e quatro agricultores cooperados da Coopercana, sendo ministrado por representantes do Dieese em parceria com a Anteag. A preocupação quanto a disponibilização destes cursos aos associados se deu em virtude da criação da Coopercana e por tratar-se de um processo inicial de formação de uma cooperativa de pequeno porte, baseada em um novo modelo cujas preocupações centrais consistiam em desenvolver ações voltadas ao desenvolvimento regional.

Este curso propôs-se a qualificar o quadro social da Cooperativa através dos seguintes temas:

- reestruturação produtiva e globalização;
- relação entre empresas e nova base técnica;
- planejamento estratégico da empresa.

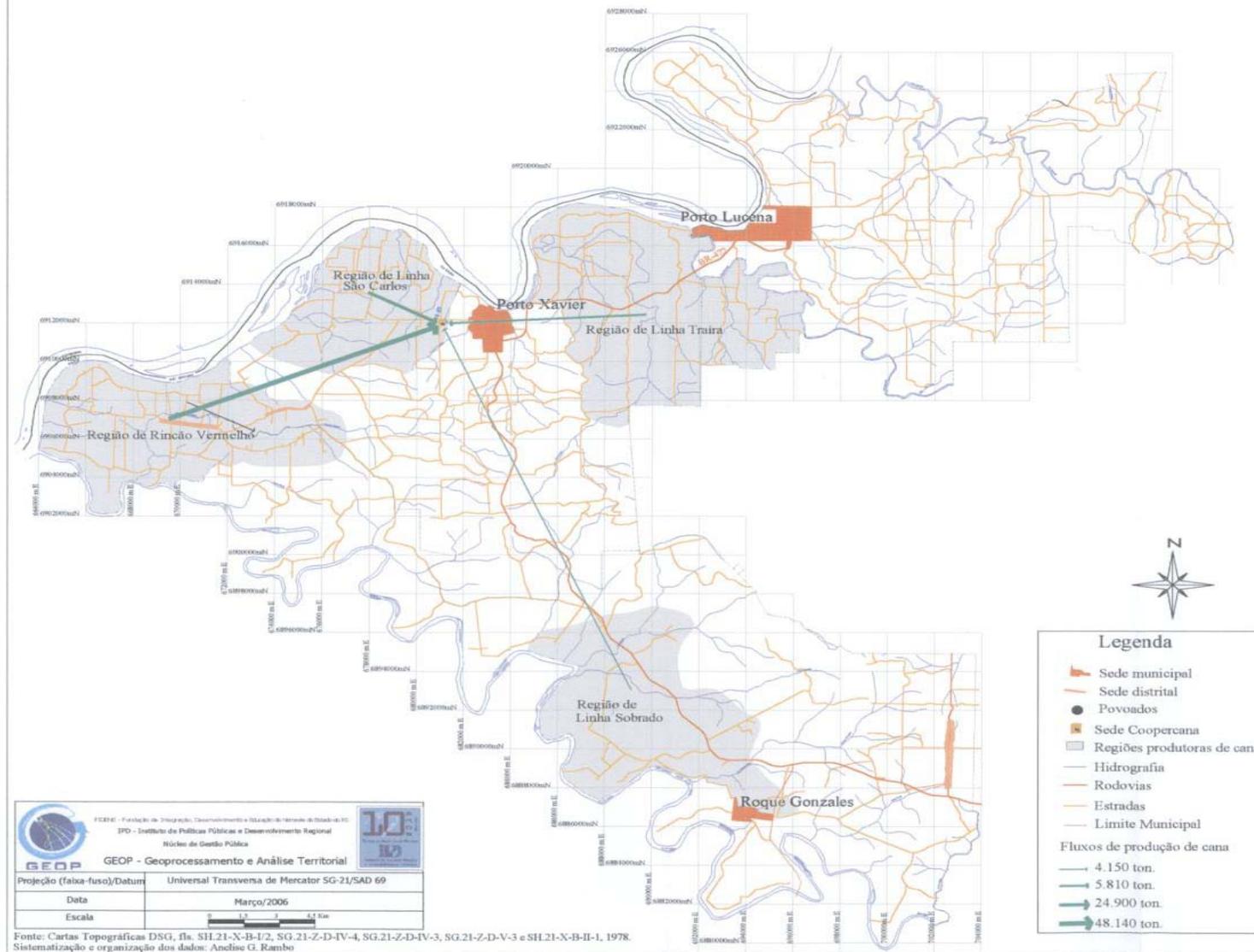
Além das ações citadas acima, pode-se mencionar ainda as visitas de escolas de Educação Básica de diferentes municípios da região à Coopercana. A visita a uma Cooperativa é uma das últimas atividades do curso “Cooperativismo nas Escolas” ministrado pela Cooperluz nas escolas de educação básica da região.

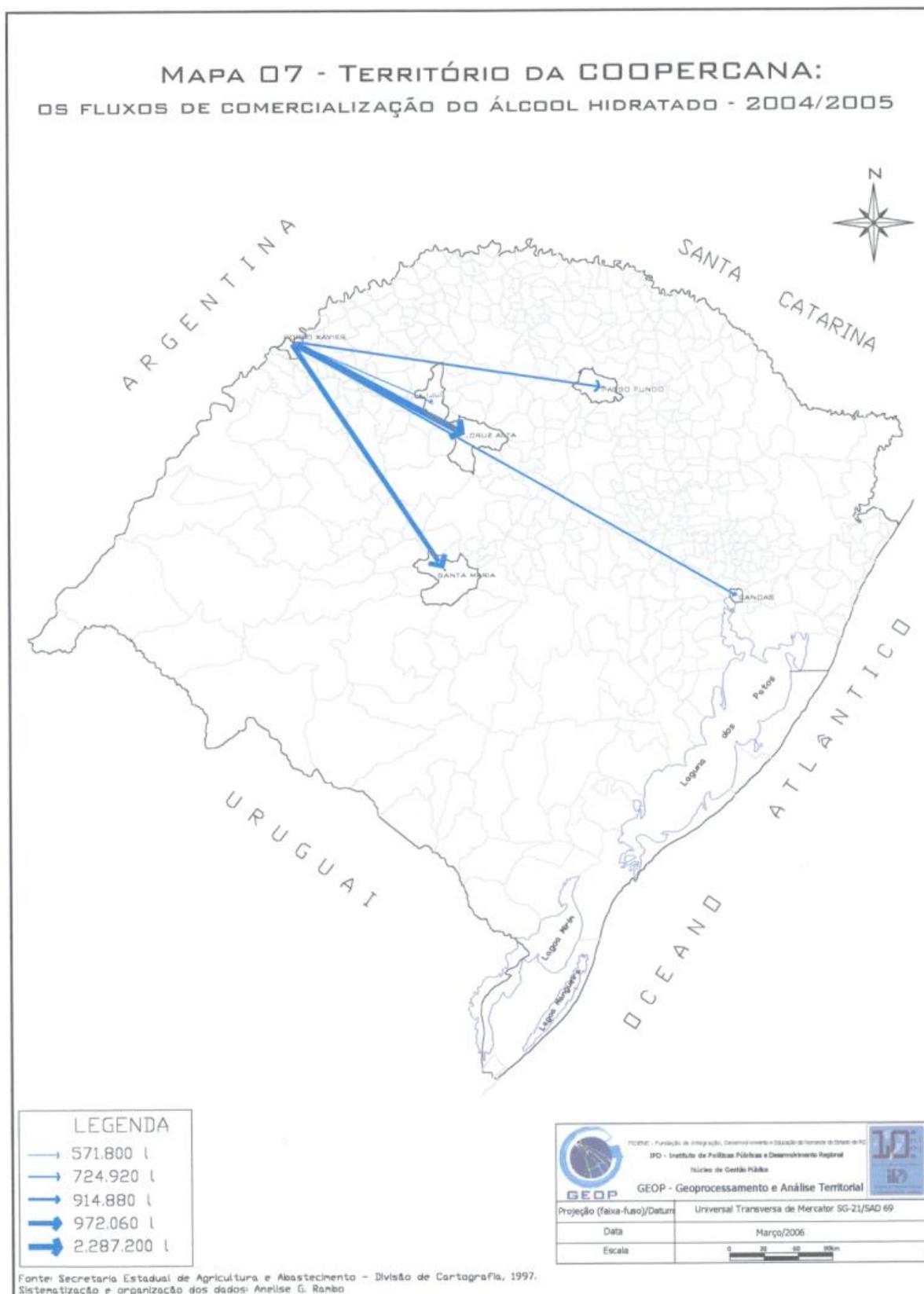
Os fluxos acima mencionados demonstram que há trocas de informações e conhecimentos tanto tácitos quanto codificados (FERRÃO, 2002-b) entre Coopercana e demais atores (escolas, universidades, instituições/organizações, agroindústrias, empresas, e mesmo agricultores familiares). Essas trocas de informações/conhecimentos contribuem para o desenvolvimento territorial local/regional pois atendem a demandas e debilidades territoriais.

Também de extrema importância são os fluxos comerciais, internos e externos. Os internos correspondem àqueles provenientes da venda da cana-de-açúcar por parte dos

associados à Cooperativa, e os externos referem-se à venda do álcool para diferentes empresas do Estado, conforme mapas 06 e 07, apresentados a seguir. Os fluxos comerciais, que caracterizam novos usos econômicos, reforçam o poder dos atores sobre seu território.

MAPA 06: TERRITÓRIO DA COOPERCANA: OS FLUXOS DE PRODUÇÃO DE CANA - 2004/2005





Pode-se citar ainda, os fluxos financeiros, resultantes do uso de linhas de crédito, tanto pela Coopercana quanto por parte de seus associados. Estes recursos, investidos na cadeia da cana, provêm do Governo Federal, por meio de linhas do Pronaf, chegando a Cooperativa ou ao associado principalmente através da CreSol. Além disso, a CreSol disponibiliza recursos próprios para diferentes investimentos, estando entre eles àqueles destinados a cadeia da cana.

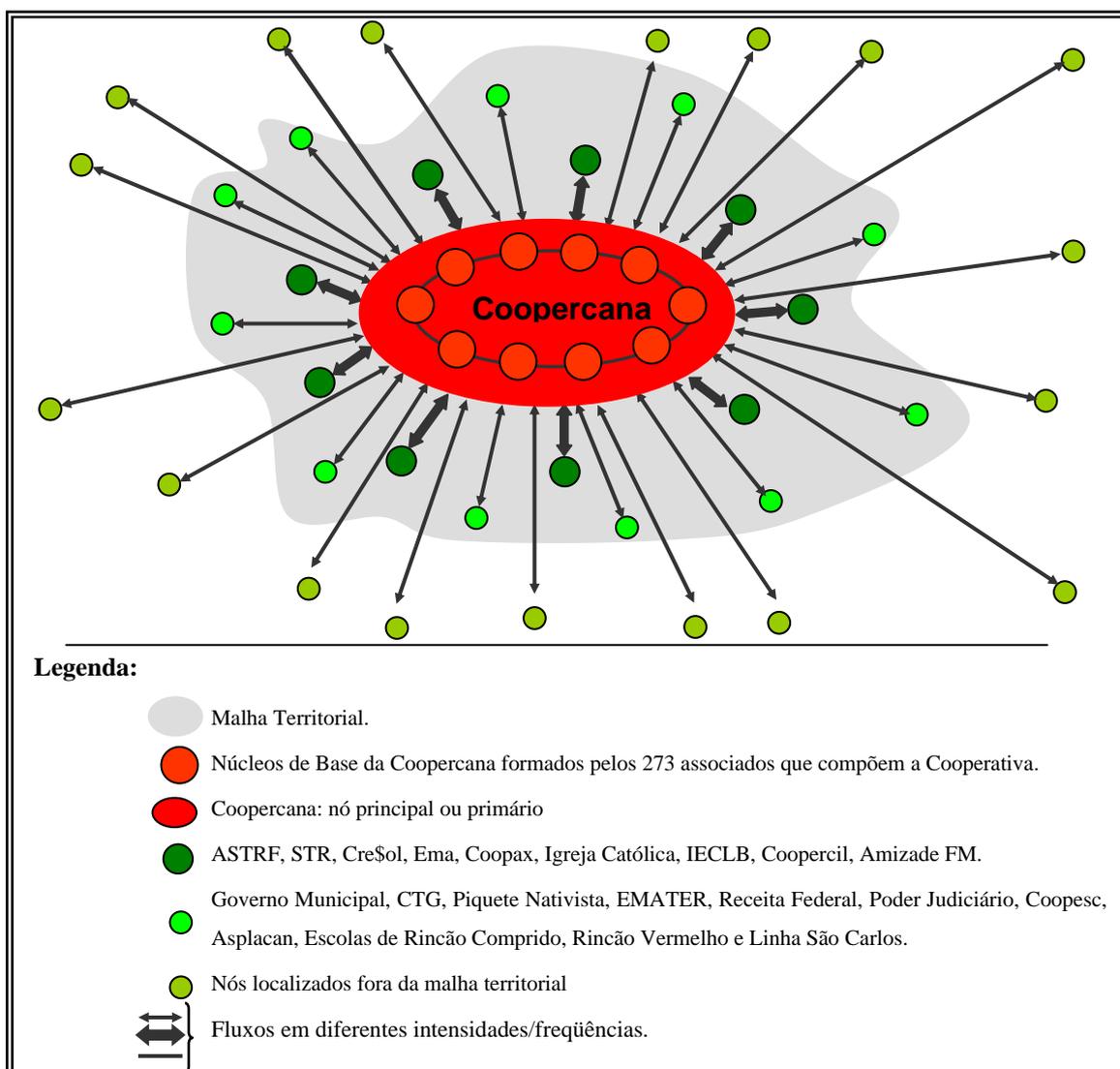
O conjunto destes fluxos – a discussão dentro dos núcleos da Cooperativa; as trocas de informações e conhecimentos com outras instituições/organizações; a comercialização da cana e do álcool e o uso de linhas de crédito -, dão juntos, fluidez e dinamicidade ao território da Cooperativa. Uma fluidez que parte dos nós e que se reflete sobre a malha territorial, reduzindo as debilidades que emperam o desencadeamento de um processo de desenvolvimento.

É possível observar a condição territorial (HEIDRICH, 2004) do espaço ora analisado através da dinâmica dos elementos do sistema territorial. Ou seja, há uma relação de apropriação das condições naturais e físicas pela coletividade, através da densidade institucional que se forma em torno da cadeia da cana, a qual pode ser considerada um potencial devido ao micro-clima favorável e por seu cultivo para subsistência ser comum na região. Essa densidade leva a atuação dos atores, ou dos nós em diferentes áreas como demonstram os projetos anteriormente apresentados.

Além disso, a organização das relações, particularizando a coletividade como uma comunidade e diferenciando-as de outras é uma característica bem presente na experiência da Coopercana. A organização dos atores coletivos em torno de ações que visam o desenvolvimento territorial, tendo como ponto de referência a cadeia da cana, o que acaba abrindo um leque de discussões e ações mais amplas, são as relações que levam a formação de uma territorialidade ou uma comunidade em torno da Cooperativa.

A delimitação do acesso, do domínio e da posse ao interior da comunidade, ou melhor, a manutenção do poder e da gestão do território é tanto causa quanto consequência da organização dos atores. Ou seja, a necessidade de assumir um caráter mais protagonista frente às ações desencadeadas sobre o território, voltando-as para as demandas de seus atores, levou-os a se mobilizar de modo a assumir esse caráter mais ativo e protagonista. Dessa forma, os nós, representados pelos atores, agem de forma coletiva sobre o espaço, potencializando suas especificidades e, a partir disso, transformam o espaço em território, diferenciando-o de seu entorno. A figura a seguir, busca demonstrar os três elementos do território.

**Figura 17:** O sistema territorial da Coopercana: a malha, os nós e as redes



**Fonte:** elaborado pela autora.

Enfim, a partir dos novos usos políticos e econômicos do território, é estabelecido um espaço de ação, de exercício de poder e gestão– ou um território – onde os atores locais assumem relativo protagonismo no desencadeamento de ações que visam desenvolver seu território. Estes atores, para pôr em prática suas idéias, interagem com atores das demais escalas, conectando nós e estabelecendo fluxos que vão se refletir na malha, de modo a atender suas demandas e levar a um processo de desenvolvimento. Este é o território da Coopercana.

## **7.2 Então, a inovação territorial coletiva e densidade institucional são alternativas de desenvolvimento a um território periférico?**

Pelo que foi mencionado até o momento, já é possível considerar que a inovação territorial coletiva e a densidade institucional são elementos fundamentais para o desencadeamento de um processo de desenvolvimento territorial local/regional, importância essa, que se acentua em territórios periféricos.

Nos territórios periféricos, há uma grande dificuldade em acompanhar a evolução do meio técnico-científico-informacional. Competitividade, produtividade, qualidade, flexibilidade, variedade, reação às variações do mercado, capacidade de modificação de produtos e processos, grandes investimentos financeiros e mesmo instalação de grandes empresas multinacionais, são obstáculos ao desenvolvimento destes territórios. Como visto acima, no entanto, estes não estão condenados a um contínuo retrocesso sócio-econômico.

Não se trata aqui de apontar formas de tornar um território periférico em um território central, em como torná-lo competitivo, ou como atingir um crescimento espetacular dos índices econômicos. Trata-se sim, de buscar apontar, através de um exemplo empírico, como os atores de um território periférico, distante dos grandes centros, sustentado pela agricultura familiar, tem assumido maior protagonismo no desencadeamento de ações que têm atendido suas demandas, suas necessidades e mesmo seus interesses, promovendo um desenvolvimento não apenas setorial, mas sim de caráter territorial.

Os novos usos políticos e econômicos citados anteriormente, os quais foram possíveis em virtude da densidade institucional, resultando em inovações territoriais coletivas, comprovam que essas duas variáveis são essenciais para que em territórios periféricos sejam desencadeados processos de desenvolvimento territorial capazes de atender as demandas locais/regionais. A importância da densidade institucional fica evidenciada também no depoimento dos atores entrevistados:

Bom, em primeiro lugar nós temos notado, assim com o passar do tempo, que as parcerias são necessárias, na verdade nós temos aqui no município a Coopercana, temos o Sindicato, a Coopax, temos a rádio comunitária, agência da CRE\$OL, e nós temos notado que essas parcerias são importantes porque uma puxa a outra e todas elas envolvem agricultores e daí a importância de estarem trabalhando juntas, um trabalho coletivo. (Presidente do STR – Porto Xavier, ago/05).

Os atores envolvidos neste processo reconhecem a importância da cooperação entre entidades, ou seja, a interação entre atores, formando uma densidade, reunindo os pequenos agricultores e respondendo questões problemáticas para os mesmo. Isso também pode ser observado no depoimento abaixo, o qual ressalta a importância da densidade institucional:

A Coopercana hoje, aumentando a produção, envolvendo praticamente 1000 pessoas de forma direta, fora as de forma indireta, mexe com a economia local, e mexe com a estrutura das pessoas, e acaba puxando um leque de outras coisas, principalmente com as parcerias que se têm hoje, Coopercana, CRE\$OL, Sindicato, enfim, ASTRF, Coopax, então tudo acaba na parceria discutindo tipo assim, compra coletiva dos insumos, um exemplo, (...) o próprio agricultor que vai conseguir a um custo 10,

15% mais baixo que se fosse pro comércio tradicional... (Secretário e 1º Presidente da Coopercana, ago/05).

Da mesma forma, o engenheiro agrônomo da Coopercana (ago/2005) ressalta a importância da densidade, o que foi crucial para a efetivação da compra do parque industrial pela Cooperativa:

(...) isso daí a gente sempre tem que trabalhar, a Coopercana sozinha não tem como se trabalhar, a prova disso aí foi no momento agora da aquisição do parque industrial (...). E assim, essa relação tem que ser cada vez melhor. A prova disso é que de tempo em tempo a gente tá fazendo reuniões de mobilização, Coopercana, Coopax, Sindicato, CreSol. Numa reunião só, a gente já procura passar todos esses assuntos que a gente acha que tem ligação de uma entidade e outra, cada vez mais a gente procura fazer ela mais próxima, que com isso tu constrói um bloco. A gente sabe que o agricultor sozinho tem uma pequena quantidade de força, dois vai aumentando, vai aumentando, uma cooperativa, vamos dizer assim, a força deles já é bem maior. Imagina se tu junta várias entidades, tanto cooperativas ou ONGs, sindicatos... Tu juntando elas, tu consegue cada vez mais, um maior poderio pra enfrentar os obstáculos do dia-a-dia que a gente sempre tem, que não são poucos...

O trecho deixa claro que há uma preocupação explícita e uma certeza por parte dos atores locais/regionais quanto à importância da interação entre instituições/organizações locais/regionais. Essa interação caracteriza uma forma de estabelecer e fortalecer a relação de poder e gestão sobre o espaço, transformando-o em território. Além do mais, os atores locais/regionais também enfatizam a importância da interação da Coopercana com estas instituições/organizações:

A Coopercana é de grande importância para o Ema no sentido de motivação, como parceira, auxiliando no apoio técnico e formação (Professora do Ema, ago/05).

Da mesma maneira como a professora do Ema, a presidente da Coopercil relata que o apoio da Coopercana foi essencial para o desenvolvimento da Cooperativa de Recicladores:

Com certeza essa interação é importante, não tenha dúvida, sem eles a gente não teria conseguido, eles tiveram sempre do nosso lado dando apoio, orientação, (...) eu acho que todas as cooperativas deveriam ter esse tipo de diálogo (...). (Presidente da Coopercil, ago/05).

O que chama atenção neste depoimento é o fato da entrevistada ressaltar que “todas as cooperativas deveriam ter esse tipo de diálogo”. De acordo com Panzutti (2001), um dos princípios do cooperativismo refere-se à preocupação com a comunidade em que está localizada a cooperativa, o que não ocorre em todas as cooperativas, como fica claro no trecho acima. Não se quer dizer com isso que a Coopercana seja a única cooperativa a desempenhar este papel, mas é preciso considerar que a mesma se destaca nesse sentido, justamente por interagir com outros atores.

Quanto à interação Coopercana – Coopax a auxiliar administrativa (ago/2005) enfatiza que:

é de extrema importância, porque uma auxilia a outra no desenvolvimento. A Coopercana nos auxilia principalmente em relação à questão dos produtos agrícolas, que eles ocupam o local [armazém] e contribuem com nós na questão dos cortadores de cana, nos vales de cana, que foi feito parceria pra passar pela Coopax. Os cortadores de cana ganham um valezinho, e eles vêm aqui com esse valezinho e pegam mercadorias...

As duas cooperativas acima possuem uma relação de parceria muito próxima. Como a Coopercana não possui estrutura de armazenagem para insumos, a Coopax acaba cedendo a sua. Além disso, na falta de algum insumo, por parte de uma das cooperativas, a outra disponibiliza o montante necessário, sendo que este é devolvido posteriormente.

Os cortadores de cana recebem ainda, como forma de pagamento, um vale que pode ser substituído por mantimentos no mercado da Coopax. Quando os cortadores de cana não consomem todo valor do vale, e mesmo aqueles que não têm interesse em realizar suas compras na Coopax, o substituem por dinheiro.

Além do mais, todos os produtos necessários para o preparo das refeições servidas na Coopercana, são adquiridos da Coopax. Isso fortalece esta cooperativa e por consequência os agricultores familiares sócios da mesma, que possuem neste mercado, um ponto de venda dos produtos resultantes da produção diversificada de suas pequenas propriedades. A Coopercana,

se beneficia de preços mais acessíveis se comparados a outros supermercados. É nessa relação de sinergia que se beneficiam as cooperativas, seus associados, os cortadores de cana e de forma coletiva, vão sendo desenvolvidas ações que atendem a carências e debilidades destes atores.

Portanto, na medida em que estas ações coletivas vão se desenvolvendo e respondendo a demandas e debilidades locais/regionais, cria-se uma territorialidade em torno destas ações e um processo de desenvolvimento territorial numa escala local/regional vai sendo desencadeando. A importância que a Coopercana assume frente a tal processo também é ressaltada pelos atores. Diferentes pontos são levantados, como por exemplo, a expansão da cultura da cana dentre os associados da Cooperativa, a discussão que se estabelece em torno da mesma como uma alternativa de desenvolvimento para esta região:

É eu acho que essa questão da expansão da cana-de-açúcar é uma das questões, a outra questão é hoje toda a discussão que se tem a nível regional, tanto no Consad quanto na SDT [Secretaria do Desenvolvimento Territorial]. Uma das questões que a gente contribuiu bastante foi o projeto “pesquisa por demanda” que foi uma pesquisa sobre a cadeia da cana-de-açúcar: a agroindústria Del Sítio de Santo Cristo é uma raiz, vamos dizer assim, da discussão, porque a discussão passa a ter uma parceria local, tipo a ASTRF, com a Cooperluz, a própria Arede. Então há toda uma discussão pro desenvolvimento local e agora principalmente no projeto do Consad, que é o projeto da ASTRF, houve influência muito forte na questão da expansão da produção de cana-de-açúcar da região em função, de se estar discutindo alternativas. Então eu diria assim, foi fundamental, foi importante e tem muito a contribuir com o desenvolvimento local e regional (Secretário da Coopercana, ago/05).

O aumento na geração de empregos, de novas fontes de renda e postos de trabalhos, também são enfatizados, bem como os reflexos da circulação do capital proveniente das atividades da Coopercana dentro do município, como aponta o trecho abaixo:

Eu acho que tem contribuído e tem contribuído muito, porque se nós pegarmos hoje e vermos assim, só os trabalhadores envolvidos na Coopercana, isso são mais de 900 trabalhadores envolvidos diretos, além dos trabalhos indiretos que são oficina, é posto de gasolina, é mercado é tanta coisa que se envolve. Isso sem dúvida gerou desenvolvimento pro município... (Presidente do STR, ago/05).

Além da geração de trabalho e renda, o depoimento a seguir enfatiza ainda o destaque da Cooperativa enquanto empresa, não sendo muito freqüente encontra-se no noroeste do Estado indústrias deste porte:

A Coopercana é uma das principais empresas hoje aqui do município que traz realmente desenvolvimento, trabalho e geração de renda (Presidente da Coopercil, ago/05).

Da mesma forma, os associados da Cooperativa relatam as contribuições da Coopercana para o desenvolvimento territorial local/regional:

Ela tem contribuído principalmente com os impostos, mão-de-obra, que fica o dinheiro circulando na própria vila né (Associado da Coopercana, ago/05).

Outro associado da Coopercana lembra que após a constituição da Cooperativa, o recolhimento de impostos se dá de forma regular, o que é importante para o município de Porto Xavier:

Desde o emprego hoje aqui, traz muito emprego, desde o corte de cana, caminhoneiros, funcionários, os produtores recebem um bom dinheiro. E pra região a Coopercana, assim, é a única usina que tem no RS né, eu acho que não tem assim como dizer que não traz uma renda pro município, desde os impostos, como antigamente não se pagava e desde a Coopercana se paga certinho... (Associado da Coopercana, ago/05).

Por sua vez, outro entrevistado ressalta a melhoria na qualidade de vida dos agricultores plantadores de cana:

(...) trouxe várias vantagens né. Porque tu vê hoje em dia tudo os agricultor que plantam cana pra Coopercana tudo mudaram de vida, deram uma melhorada. E assim né, os funcionários, tudo melhorou, quantos empregos que gera no município, e o dinheiro que gira, fica no município, pra gastar no município. Eu acho que é uma vantagem pro município, porque se fosse outra cultura não daria essa quantidade de empregos (...) (Associado da Coopercana, ago/05).

Além disso, é destacada a importância da organização ou da coletividade, da densidade institucional que há em torno da Coopercana, sendo esta entendida como referência quando se tratam de questões de desenvolvimento:

(...) logicamente que sim. Ela contribui de várias maneiras pro desenvolvimento. Na região como um todo ela tem uma contribuição servindo como um exemplo de organização. Enquanto a Porto Xavier e Roque Gonzáles as contribuições são inúmeras, tanto na questão econômica dos agricultores que estão envolvidos no processo, questão social também, que envolve mais gente, os cortadores, toda a cadeia em si, o próprio comércio. A cana-de-açúcar nos últimos anos aqui ela ta servindo como referencial na agricultura, não é mais a questão soja, mas sim a questão cana-de-açúcar e nisso ocorre todo o desenvolvimento (Agrônomo da Coopercana, ago/05).

Como mencionado no trecho acima e, como também pode-se observar nos projetos já citados, vem-se discutindo a cana-de-açúcar como uma alternativa às pequenas propriedades rurais, entendida como mais viável em relação à soja. Um estudo hipotético comparando os custos de implementação e a renda de 1 ha de cana e soja, foi elaborado por técnicos da Coopercana, o qual demonstra essa realidade.

Para a implementação de uma ha de soja em 2004, era necessário um investimento de R\$ 570,50, incluindo custos de preparação do solo, plantio e tratos culturais. Somando aos custos, estão descontos de 19,3% do valor da saca de soja, referente aos custos de colheita e transporte (frete, corte, umidade, impureza, Funrural). Levando em consideração uma produtividade de 32 sacas por ha e o valor da saca de soja a R\$ 32,00, há uma renda de R\$ 281,70/ha. Considerando-se ainda uma área arrendada, cujo arrendo corresponde ao valor de 8 sacas por ha, a renda seria de R\$ 17,69/ha.

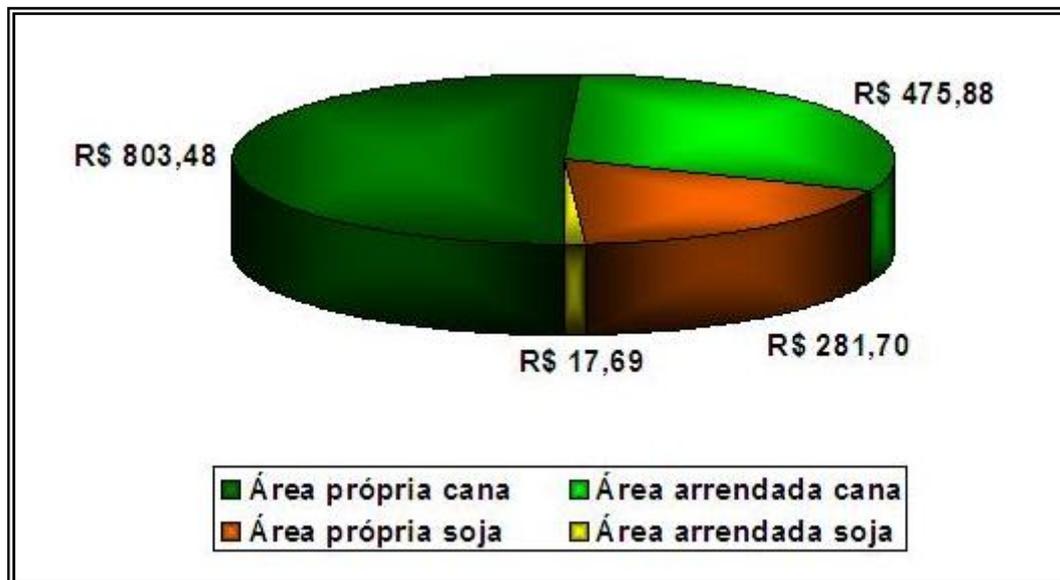
Para a cana-de-açúcar, é necessário levar em consideração que um canavial é capaz de produzir por até sete anos. Sendo assim, no ano de implementação do canavial os custos são mais elevados que nos demais.

Desse modo, quando o canavial é implementado, é necessário um investimento de R\$ 1.464,60 incluindo todos os custos de preparação do solo, plantio e tratos culturais. Os custos que se dão na colheita e transporte (frete, corte, carregamento, balança, coordenação, Funrural, transporte de pessoal) correspondem a 45,3% do valor da tonelada de cana. Levando em consideração uma produtividade de 80 toneladas por ha, e o valor da tonelada da cana a R\$ 36,00, haveria uma renda de R\$ 1.575,36/ha. Entretanto, há ainda o desconto do sistema troca-troca (onde a Coopercana custeia a implementação e este valor é descontado na primeira colheita) resultando em uma renda de R\$ 110,66/ha no momento da implementação do canavial. No caso de área arrendada, as sobras acabariam sendo negativas. Com um arrendo de 9,1 toneladas de cana, haveria um prejuízo de R\$ 216,94/ha. No entanto, dividindo os custos de plantio por sete anos, tempo de duração do canavial, haveria uma renda no primeiro ano de R\$ 1.366,12/ha em área própria e de R\$ 1.038,52/ha em área arrendada.

Já nos demais anos, considerando que não há mais custos no preparo do solo e plantio, há uma renda de R\$ 1.004,36/ha em área própria e R\$ 676,76/ha em área arrendada. Nesse caso, as sobras na cultura da cana são consideravelmente superiores a da soja. Para efetuar uma comparação mais clara entre as duas culturas, pode-se dividir os custos de plantio da cana pelos sete anos de permanência do canavial. Assim, os custos de plantio corresponderiam a R\$ 200,88 ao ano, sendo a sobra anual em área própria seria de R\$ 803,48/ha e de R\$ 475,88/ha em área arrendada.

O gráfico abaixo deixa mais visível a diferença entre as rendas das duas culturas.

**Gráfico 14:** Renda hipotética obtida em 1 ha (própria e arrendada) de cana e 1 ha (própria e arrendada) de soja em 2004



Fonte: Coopercana, 2004-c. Elaborado pela autora.

O relatório da Comissão Especial para o Estudo da Agroindústria Açucareira de 1975, mostra uma realidade semelhante para o noroeste gaúcho naquele período. Como na época predominavam as culturas da soja e do trigo, ambas foram comparadas à cana.

Segundo este relatório, em 1971, os rendimentos de 1 ha de trigo, com uma produtividade de 20 sacas, foi de Cr\$ 600,00. A soja, com uma produtividade de 30 sacas/ha, teve rendimentos de Cr\$ 900,00. Por sua vez, a cana, produzindo 80 toneladas/ha, renderia Cr\$ 2.160,00. Observa-se portanto que, há 35 anos atrás, como o próprio relatório aponta haveria “vantagem econômica com a cultura da cana” (ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA 1975, p.170).

Tanto o que é expresso pelo Relatório, quanto o gráfico acima, são argumentos que permitem afirmar que a cultura da cana pode ser considerada um capital do território (LEADER, 2005) no espaço que está sendo analisado. Não se pode deixar de mencionar que, devido ao período de estiagem ocorrido no Estado em 2005, segundo avaliação do Pronaf, houve uma perda de 100% da lavoura de soja do noroeste gaúcho. Os problemas causados

pela estiagem são freqüentes como pode ser observado em Brum. Esse fato também pode ser visualizado nos gráficos 05 e 06 do *item 3.1.2*, através das oscilações referentes aos hectares destinados ao cultivo da soja:

O estado berço da cultura da soja, Rio Grande do Sul, apresenta grandes variações de produção e produtividade em razão das flutuações climáticas prejudiciais à cultura. Em função das frustrações de safra, a área plantada tem diminuído e o Estado apresenta a mais baixa produtividade média entre os produtores do país (BRUM, 2002, p.70).

Já, no caso da cana, essa quebra em 2005 ficou entre 20% e 25% (Coopercana, 2005, informação oral). Essa rusticidade da cana-de-açúcar e o micro-clima favorável são elementos que fazem desta cultura um potencial, ou mesmo uma especificidade deste território. Esta cultura – capital tangível - vem sendo potencializada, através da mobilização dos atores locais/regionais - capital intangível - em torno da cana, vendo nela uma alternativa de desenvolvimento territorial. O trecho abaixo apresenta uma visão prospectiva da produção do álcool, além de ressaltar que, as características da cana fazem desta cultura um capital territorial:

Pra frente, a perspectiva é boa em nível de álcool, a gente imagina que vai ter com os carros bi-combustíveis, uma perspectiva cada vez melhor de aceitação do produto, e também o preço pode nos dar um retorno econômico melhor. Outro resultado que a gente tem, é a cultura como um todo, sua caracterização quanto ao ciclo produtivo, que ela é bastante rústica, resistente à estiagem, a outras intempéries, e com isso ela dá uma segurança maior, tanto ao associado, ao agricultor, pra sua produção e pra nós aqui ter a matéria-prima. Com isso a gente sempre trabalha com números mais precisos, digamos assim, a gente não tem aquele boom de safra num ano. Isso nos dá uma segurança melhor pra trabalhar. E somando tudo isso daí, vai nos dando esses resultados que a gente teve de 99 pra cá, a gente conseguiu adquirir o parque industrial, beneficiar agricultores... (Engenheiro Agrônomo da Coopercana, ago/05).

Outro fato que demonstra a importância que a densidade institucional assume é a questão ambiental. Quando se trata de processos de desenvolvimento territorial, a preocupação com o espaço natural está presente<sup>39</sup>.

A atividade canavieira gera vários impactos ambientais resultantes das emissões geradas pela queima do bagaço da cana, bem como da queima dos canaviais no momento do corte, geração de resíduos sólidos e efluentes líquidos, usos de agrotóxicos no combate a insetos e pragas. No entanto, estes impactos, na escala local/regional, são menores pelo pequeno porte da Cooperativa se comparada às usinas de álcool e açúcar da região Sudeste do país. Alguns entrevistados ressaltaram essa problemática, afirmando que a Coopercana “precisa resolver a questão ambiental, principalmente deixar de usar o fogo no período de corte...” (Tesoureiro da ASTRF, dez/05). Ou ainda,

Se nós vemos hoje o pessoal está tendo uma dificuldade quanto a destinação do vinhoto, por exemplo, isso é um produto que não dá pra largar a deus dará, ele é tóxico, ele pode causar problemas ao meio ambiente, mas o pessoal tá tentando buscar saída. Eu acho que hoje o principal é isso, buscar destino pra esses resíduos, e dar o destino certo e aí pra essa demanda (Presidente do STR, out/05)

Tal como traz o trecho acima, foi possível observar um considerável avanço no sentido de reduzir estes impactos, principalmente ao levar-se em conta o período de funcionamento da Alpox, no qual, segundo comentários de vários atores, não havia ações nesse sentido. O próprio local onde o parque industrial está localizado não é o mais adequado no que se refere a condições topográficas e hidrográficas, condições estas não levadas em consideração quando da construção da usina em 1984:

As instalações da usina – situam-se em um ponto de dispersão de pequenos canais fluviais, intermitentes e/ou de primeira ordem, que deságuam diretamente no rio Uruguai, após percorrerem por terreno muito plano, de fina cobertura sedimentar e muito favorável a processos de escoamento superficial (UNIJUÍ, 2003, p.16).

---

<sup>39</sup> Esta pesquisa pode ter deixado esta questão à descoberto. Porém, a complexidade da discussão central, que tentou demonstrar como os atores locais/regionais se organizam e se mobilizam em torno de suas demandas, promovendo um processo de desenvolvimento territorial local/regional, não permitiu aprofundar a temática ambiental.

Por sua vez, o depoimento abaixo, demonstra que estão sendo desenvolvidas ações, com diferentes níveis de densidade, para mitigar os impactos ambientais:

Com relação à questão de resíduos, (...) já se avançou bastante. Nós não temos mais praticamente resíduos no pátio, já foi eliminado. Com relação a questão da fuligem, (...), nós construímos o processador de lavagem de fuligem, a questão da vinhaça hoje tá indo pouco pras lagoas de decantação, tá indo pras lavouras, o próprio bagaço, não tá mais indo lá pro pátio, muito pouco, já tá indo lá direto pra lavoura, então na realidade a gente avançou bastante com relação a questão ambiental (1º presidente e atual secretário da Coopercana, out/05)

Outra ação nesse sentido foi o projeto “Estudo de variedades” o qual testou uma variedade que não necessita da queima do canavial no momento do corte. Esta já vem sendo cultivada pelos associados. Além disso, vale ressaltar que a Coopercana elaborou um Laudo de Vistoria encaminhado ao Ibama a fim de obter a Licença de Operação Ambiental, como aponta o trecho abaixo:

O Ibama levou um ano e meio analisando e agora ele retornou pedindo algumas novas exigências, uma complementação desse trabalho, alguns pontos que eles acharam que não estava completo. Agora nós estamos em fase de orçamento (...) pra complementar esse estudo pra daí sim a gente fazer o termo de referência pra depois disso a gente estar conseguindo a Licença de operação. Mesmo não tendo a Licença, mesmo não tendo ainda o levantamento completo nós estamos seguindo alguns PBAs que foram apontados dentro do levantamento de impacto. A gente tá tentando colocar em prática mesmo ainda não tendo a licença do Ibama... (Presidente da Coopercana, out/05)

Mesmo não aprofundando essa temática, pode-se considerar que já houve uma redução nos impactos ambientais ocasionados pelo funcionamento da usina, o que foi possível pela interação de diferentes atores. Além disso, direção e associados estão conscientes de que novas ações devem ser desenvolvidas para diminuir ainda mais estes danos ambientais.

Outro fato que merece atenção dos atores locais/regionais é a questão das lideranças, o que pode ser considerado uma “fragilidade” ou “estrangulamento” daquele território. Já no início do desenvolvimento da pesquisa observou-se que, alguns atores estão na direção de várias instituições/organizações, às vezes concomitantemente, outras, entregando a direção de uma e assumindo outra. Talvez no momento atual, estes atores consigam atender as demandas

que chegam a suas instituições/organizações, mas com o decorrer do tempo, novas lideranças necessariamente precisarão surgir.

Pode-se citar como exemplo dessa fragilidade, o Fórum de Desenvolvimento Local, realizado de 2000 a 2002. Questionados sobre o porquê deste Fórum não estar mais em atividade, os atores afirmam que isso decorre pelo fato das lideranças, que na época o organizaram, hoje estarem envolvidos em outras instituições/organizações (Coopercana, CreSol, Rádio Amizade, Arede). Contudo, na medida em que a pesquisa se desenvolvia, esse estrangulamento era levantado pelos próprios atores locais, como por exemplo a afirmação do atual presidente da Coopercana:

(...) nós temos um grande problema que é a questão da falta de lideranças. Nós ainda carecemos muito de lideranças no quadro da cooperativa (out/05).

Da mesma forma, o secretário da Cooperativa ressalta que:

(...) outra questão que também traz a melhoria de qualidade de vida é o processo não ficar estancado e buscar outras alternativas em nível regional. Então tá muito em poucas lideranças tentando buscar, é o pessoal se envolver, tipo assim, bom constituímos a rádio comunitária, constituímos uma cooperativa de crédito, constituímos outras questões, enfim ONGs coisa e tal, mas precisa-se avançar mais do que isso. (...) você precisa expandir o processo, tem que passar pra outras pessoas, tem que envolver mais gente, enfim, eu diria que esse é um grande desafio que se tem pela frente. (...) Na realidade é um pouco a questão assim, de capacitação e criar novas lideranças pra que se busque novos projetos...(1º presidente e atual secretário da Coopercana, out/05).

Nesse sentido, entende-se que ações coletivas desencadeadas pelas instituições/organizações locais/regionais, com vistas à formação de novas lideranças, são de extrema importância para a continuidade ao processo de desenvolvimento desencadeado até o momento na escala local/regional.

Pelo que foi mencionado até o momento, pode-se entender que a densidade institucional, formada em torno de um potencial do território, acaba gerando resultados positivos para os atores envolvidos, além de permitir o contorno de fragilidades ou debilidades do território, como no caso da formação de novas lideranças. O depoimento

abaixo ressalta que a densidade em torno da cadeia da cana, um potencial daquele território, está aumentando. Os atores envolvidos visualizam nela uma alternativa ao binômio soja-trigo, que vem se colocando como uma debilidade a ser contornada na agricultura familiar:

A Coopercana muitos anos, ela foi quase que uma andorinha sozinha, enquanto visão de cadeia de cana-de-açúcar, não tinha parceiros. Agora esses parceiros vêm aumentando e pra nós cada vez é interessante que venham aumentando mais, para que se possa criar políticas pra cana-de-açúcar, como é o desenvolvimento de toda a cadeia, não só pra produção de álcool, como também na produção de melado, açúcar mascavo, cachaça, pra outros derivados, que com isso todo mundo vai se beneficiar.(...) Parceiros agora em nível de região são principalmente as secretarias de agricultura da região das Missões, elas tão querendo procurar alternativas pra tentar sair do binômio soja-trigo que já vem de duas estiagens e com isso aí também estão visualizando na cana-de-açúcar uma alternativa. Não que seja a solução de todos os problemas, mas é uma alternativa a mais, principalmente em nível de agricultura familiar. E também com isso aí, sindicatos de toda região, enfim, os agricultores familiares da região... (Engenheiro Agrônomo da Coopercana, ago/05).

Como bem evidencia o trecho acima, a cana-de-açúcar não é uma resposta a todos os problemas dos agricultores familiares, mas sim uma das alternativas de desenvolvimento possíveis. Esta se coloca como alternativa por se tratar de um potencial deste território, por caracterizar uma inovação territorial coletiva que se concretiza a partir da densidade institucional em torno deste capital territorial, sendo que, a própria formação dessa densidade pode ser considerada um potencial a ser explorado.

Além disso, os atores locais/regionais ressaltam que redes de supermercados da região metropolitana do Estado buscam o açúcar mascavo da região noroeste em função de seus diferenciais como cor e sabor (ASTRF, 2005, informação oral). Entretanto, ainda não foi possível firmar convênio com tais supermercados, por não haver produção suficiente para atender a demanda.

Isso permite algumas considerações, ou seja, os territórios periféricos não estão condenados a ser eternas “regiões perdedoras”. Nesse processo, a inovação territorial coletiva, ou seja, as respostas criativas as debilidades existentes são de extrema importância. Na medida em que as especificidades territoriais passam a ser potencializadas, a inovação

territorial coletiva se faz presente, como no exemplo do açúcar mascavo desta região, procurado em função de seus diferenciais. O fato da Coopercana ser a única usina de álcool do Estado já faz dela uma inovação, sendo uma experiência de êxito pelo fato da cana ser um potencial deste território ao lado do capital social<sup>40</sup>. Segundo Bandeira (2003), este pode ser considerado uma das maiores vantagens competitivas do norte gaúcho, sendo assim, outra especificidade a ser potencializada. Acresce a isso, o fato do Programa de Desenvolvimento Social da Faixa de Fronteira, apontar o entorno do município de Porto Xavier como uma área de alta densidade institucional, numa escala de baixa a muito alta<sup>41</sup>. Pode-se considerar que o capital social vem sendo potencializado e ao mesmo tempo vem aumentando a densidade institucional ao longo da experiência da Coopercana, permitindo respostas criativas aos problemas que surgem, como apresentado anteriormente.

Enfim, na medida em que os territórios periféricos buscam descobrir seu potencial, inovando de forma coletiva a partir de uma densidade institucional, é possível desencadear um processo de desenvolvimento territorial numa escala local/regional, onde estes atores assumam maior protagonismo frente às ações, e assim, as direcionam a atender suas demandas e necessidades enfrentando as debilidades dos territórios periféricos.

No sexto capítulo demonstrou-se como a densidade institucional e a inovação territorial coletiva levam a novos usos políticos e econômicos do território. Pode-se demonstrar como essas duas variáveis contribuem para um processo de desenvolvimento territorial local/regional a partir da abordagem de Boisier (1995) quanto às dimensões deste desenvolvimento.

Segundo o autor, conforme abordado anteriormente, o objetivo do desenvolvimento territorial é triplo: o primeiro ponto refere-se ao aperfeiçoamento do território entendido não

---

<sup>40</sup> O capital social refere-se às relações de confiança e reciprocidade entre atores, as quais permitem a realização de ações coletivas (PUTNAM, 1999).

<sup>41</sup> Este Programa é realizado pela Secretaria de Programas Regionais do Ministério da Integração em parceria com o Instituto de Geografia (Igeo) da UFRJ. (MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO, mai/2005).

como um container e suporte físico de elementos naturais, mas como um sistema físico e social complexo, dinâmico e articulado. O território da Coopercana é uma escala de poder e gestão complexa e articulada entre si e com as demais escalas. Os atores (principalmente os denominados nó principal e secundários conforme figura 14) entendem seu espaço de ação não meramente como espaço físico, na medida em que voltam suas ações para a melhoria da qualidade de vida dos atores locais/regionais e não restringindo seus objetivos simplesmente ao crescimento econômico. Além disso, demonstram ainda preocupações com a questão ambiental.

Isso pode ser observado através dos projetos que visam reduzir o uso de agroquímicos nas lavouras de cana, a redução da queima do canavial por meio do uso de novas variedades, além do processo de obtenção da Licença de Operação Ambiental a ser fornecida pelo Ibama, o que não fazia parte das preocupações da Alpox. Para a obtenção desta licença vêm sendo desenvolvidos os PBAs que buscam reduzir os impactos ambientais ocasionados pelo funcionamento da usina. Através destes programas, reduziu-se o depósito de resíduos no pátio da usina (lodo, resultado da lavagem da cana e o bagaço) e mesmo nas lagoas de decantação (vinhoto), sendo destinados a adubação nas lavouras, além de servir como matéria-prima para a geração de energia elétrica (bagaço). Instalou-se ainda um filtro de fuligem na chaminé da usina, diminuindo significativamente a poluição do ar.

Nesse sentido pode-se considerar ainda os projetos anteriormente apresentados, que estão voltados a agroecologia, a produção orgânica, podendo-se citar ainda o projeto de fruticultura desenvolvido pela ASTRF. Este, além de diversificar a produção dos agricultores da região através do cultivo de frutas tropicais consorciadas com outras culturas e até mesmo com a mata nativa, busca adotar progressivamente princípios agroecológicos.

Através destas ações observa-se que os atores locais/regionais estão articulados para atender a demandas sociais e mesmo ambientais, o que por sua vez demonstra que estes não

consideram seu território simplesmente como um suporte físico, mas como um elemento necessário ao desenvolvimento do homem e que para tal deve ser “consumido” (RAFFESTIN, 1993) de forma mais sustentável. Considera-se que este uso mais sustentável do território, principalmente se comparado ao período da Alpox, se dá em função da territorialidade construída ao longo da história da Coopercana. O sentimento de “pertencer àquilo que nos pertence” (SANTOS; SILVEIRA, 2004, p.19) desperta nos atores a consciência de que as ações exercidas sobre o espaço gerarão uma reação.

Do acima exposto pode-se deduzir que aquelas ações que buscam atender as demandas dos atores locais/regionais, somente de fato as atenderão se estiverem voltadas a um uso sustentável do território, não restritas a medidas pontuais e emergenciais de geração de renda. Em razão disso, considera-se que a densidade institucional e as inovações territoriais coletivas geradas a partir da constituição da Coopercana têm levado a um aperfeiçoamento do território (bem como da sociedade e dos indivíduos deste território, como é apresentado a seguir) e assim tem desencadeado um processo de desenvolvimento territorial local/regional.

O segundo objetivo destacado pelo autor é o aperfeiçoamento da sociedade ou comunidade que habita o território. Esse aperfeiçoamento da comunidade pode ser observado a partir da constituição das instituições e organizações (Coopercana, CreSol, Ema, Coopercil, Amizade FM, Arede e mesmo anteriores a estas Coopax, ASTRF, Asplacan, STR). Estas foram criadas para atender a demandas daquela sociedade e minimizar suas debilidades.

Já o terceiro objetivo, o aperfeiçoamento de cada pessoa que pertence a essa comunidade e que habita o território pode ser observado a partir dos cursos de capacitação e formação, das trocas de experiências, a partir da criação do Ensino Médio Alternativo, da Arede a qual realiza atividades de formação, do patrocínio de eventos culturais a partir da Lic. Estas são ações que se refletem em cada ator de forma individual o que por sua vez implicará no aperfeiçoamento do território como um todo.

Em razão destas características, entende-se que o processo descrito, enquadra-se no segundo significado de desenvolvimento levantado por Fischer (2002), aquele voltado à cooperação e à solidariedade conforme apresentado no capítulo 01. Este processo considera valores de qualidade e cidadania, incluindo setores marginalizados, ou os próprios territórios periféricos, na produção e usufruto dos resultados. Ao mesmo tempo, não ignora a questão do desenvolvimento econômico, pois as ações neste sentido objetivam uma renda maior ou mais justa para os agricultores. Entretanto, não ignora e mesmo atribui grande importância aos imperativos não econômicos, dando ênfase a estratégias econômicas autônomas com tecnologias apropriadas à agricultura familiar e, na medida do possível, voltadas a diminuir os impactos ambientais.

Portanto, a partir dos elementos citados pode-se concluir que a densidade institucional e a inovação territorial coletiva permitem a realização de ações que levam a novos usos políticos e econômicos do território desencadeando, por sua vez, um processo de desenvolvimento territorial local/regional. São de fato, variáveis que possibilitam aos atores dos territórios periféricos desenvolver ações que não seriam possíveis de forma individual e a partir de atividades tradicionalmente desenvolvidas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após as considerações feitas ao longo deste trabalho, pode-se afirmar que, embora permaneçam muitos questionamentos, a pesquisa atingiu os objetivos inicialmente estabelecidos. Ao analisar-se o processo histórico da Coopercana, identificando os atores envolvidos, as inovações presentes, mensurando os níveis de densidade a partir dos programas, projetos e das ações que vêm sendo desenvolvidas pela Cooperativa, pode-se afirmar que a *inovação territorial coletiva* e a *densidade institucional* são, de fato, fundamentais para o desencadeamento de um processo de desenvolvimento territorial local/regional.

Através da densidade institucional, os pequenos agricultores familiares associados da Coopercana, atuam de forma mais ativa sobre o território, conseguindo atender a demandas e necessidades, às quais os atores exógenos nem sempre estão atentos e que, de forma individual, não seria possível de serem atendidas pelos próprios agricultores. Nesse sentido, pode-se citar a criação das instituições/organizações, que atendem desde necessidades econômicas (CreSol, a própria Coopercana, além do aumento na geração do ICMS, VA, de empregos), até sociais (Ema, Arede, Rádio Amizade) e ambientais (Coopercil, que também atende a demandas sócio-econômicas tornando-se uma alternativa para pessoas de baixa renda de Porto Xavier).

A densidade em torno da Coopercana possibilita o desenvolvimento de ações inovadoras, que ao potencializarem o capital territorial (LEADER, 2005) –, minimizam os efeitos da perifericidade daquele território. Ou seja, o capital social existente na região noroeste do Estado, aliado ao micro-clima favorável ao cultivo da cana, permite que se realizem ações e projetos nessa área, reduzindo, por exemplo, o problema da pequena extensão das propriedades rurais, o difícil acesso a novas técnicas, tecnologias e informações – ou seja, o acesso ao meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 1997).

Ao lado da densidade institucional, as inovações territoriais coletivas também têm sua participação na minimização dos efeitos da perifericidade do território. As relações de cooperação têm levado a uma forma inovadora de gestão territorial, permitindo que os atores locais/regionais respondam de forma criativa a suas demandas, desencadeando assim, um processo de desenvolvimento.

Enfim, a densidade e a inovação assumem maior importância em territórios periféricos pois, na medida em que estes territórios estão distantes dos grandes centros industriais e de tomada de decisão e, ao mesmo tempo, não oferecem atratividade ao grande capital, e ainda, estruturados economicamente em pequenos e médios empreendimentos e na agricultura familiar, o desenvolvimento de ações com estas duas características permite que os atores locais/regionais realizem ações mais concretas e mais significativas sobre o território, a partir de novos usos políticos e econômicos, atendendo a demandas sociais, econômicas e ambientais, promovendo assim, um processo de desenvolvimento territorial.

Por exemplo, o cultivo e industrialização da cana pela Coopercana, caracterizam uma experiência inovadora ao levar-se em consideração a cultura mais disseminada do noroeste do estado – a soja. Além disso, pelo fato de ser a única usina de álcool hidratado do estado, esta não enfrenta maiores problemas quanto a sua comercialização, sendo a demanda muito superior a oferta. Dessa maneira, quando os atores locais/regionais passam a se organizar em

torno de suas demandas e seus interesses – formando a densidade institucional – e a buscar respostas criativas, através da potencialização do capital territorial, aquilo que é específico de seu território, um processo de desenvolvimento numa escala local/regional é possível em territórios periféricos que não têm a atenção dos territórios centrais. Além do mais, quando o capital territorial é potencializado, o obstáculo da concorrência e da competitividade consegue ser minimizado, justamente pelo fato daquilo ser único, próprio, ou específico do lugar.

Além disso, vale ressaltar que processos de desenvolvimento exógeno, muitas vezes, restringem-se a um crescimento econômico e/ou setorial, o que aumenta a relevância da ação protagonista dos atores locais/regionais na promoção do desenvolvimento territorial, sendo estes os mais atentos as diferentes demandas e necessidades do território. Dessa forma, pode-se considerar que as duas primeiras hipóteses foram confirmadas. Mesmo se tratando de um estudo de caso, os programas/projetos/ações apresentados, os quais podem ser analisados individualmente quanto a densidade e mesmo a inovação, apontam para a confirmação destas hipóteses. Ou seja, a inovação e a densidade são fundamentais para desencadear processos de desenvolvimento, principalmente em territórios periféricos, pois a partir dessas variáveis, os atores locais/regionais têm a possibilidade de realizar ações significativas com base nas especificidades territoriais e capazes de responder a suas demandas e necessidades.

Por outro lado, no que tange a questão dos atores da escala local/regional e, principalmente da sociedade civil, pôde-se observar que sua participação nos processos de desenvolvimento territorial local/regional é maior do que inicialmente se supunha. Através das ações, dos projetos e programas analisados, é possível afirmar que a endogeneidade é essencial para que os objetivos estabelecidos sejam alcançados. Enfim, dos 48 atores coletivos catalogados, 60% dos são da escala local/regional e desta, 69% pertencem à sociedade civil.

A participação e mesmo o interesse dos atores locais/regionais, tanto na elaboração, quanto no desenvolvimento de ações, de projetos e programas é essencial, pois é, a partir

dessa participação que se constitui uma identidade dos atores para com as ações/projetos/programas. Observou-se que, aqueles projetos implantados de forma exógena (Coletivos do Trabalho, Rede de Cidades, Programa de Geração do Biodiesel) não tiveram os mesmos resultados daqueles criados, discutidos ou mesmo solicitados pelos atores locais/regionais (Estudo de Variedades de Cana, Construindo Segurança Alimentar, processo de constituição de instituições/organizações locais/regionais). Portanto, a “vontade” ou a iniciativa de se implementar alguma ação, projeto ou programa deve necessariamente partir dos maiores interessados – da sociedade civil. Isso não quer dizer que programas governamentais não terão êxito ao serem implementados localmente, pelo contrário. No entanto, os atores locais deverão ser os maiores interessados em desenvolvê-los.

Diante disso, ao final desta pesquisa pode-se afirmar com segurança que os atores locais/regional e, principalmente a sociedade civil, em interação com demais escalas de poder e gestão, têm atuado na criação e implementação de ações, projetos, programas de desenvolvimento territorial local/regional como apontava a terceira hipótese levantada.

Ainda tratando da temática “sociedade civil” e diante da importância que esta apresentou ao longo da pesquisa considera-se importante aprofundar estudos a seu respeito. Entende-se que, entre outros autores, Gramsci tem grandes contribuições a dar nesse sentido. Tem-se presente que é importante compreender melhor o poder dos intelectuais, da sociedade civil, sua capacidade de realizar ações concretas, o que determina sua maior participação em determinados âmbitos territoriais, ou mesmo, o fato de ser menos organizada em outros. Estas são algumas inquietações que se levantam e que merecem maiores estudos.

Outro ponto que merece e exige aprofundamentos é a própria questão da densidade institucional. O que é de fato uma instituição? E uma organização? O que define os limites entre uma e outra? É de fato importante distingui-las quando se trata de processos de desenvolvimento territorial? O geógrafo Dale (2002) afirma que sim, e atribui grande

importância a essa questão nos estudos do desenvolvimento regional e local. Por sua vez, Scott (1995) levanta outras questões a serem respondidas ainda: como instituições chegam e persistem? Como declinam e entram em colapso? Como mudanças em formas e processos institucionais se relacionam com mudanças em formas e processos organizacionais? Segundo o autor, estas questões apenas poderão ser respondidas se ampliarmos as agendas atuais de pesquisa, ressaltando ainda que as ciências sociais pouco avançaram nesse sentido. Por isso, fica o desafio de aprofundar um estudo teórico nesse sentido, uma vez observada a importância da densidade institucional no espaço local/regional analisado.

Outra questão observada ao longo da pesquisa, e que incita novos estudos, é a restrita participação do poder público municipal na discussão ou mesmo na proposição de programas de desenvolvimento. Como já mencionado, uma provável causa disso pode estar nas dificuldades financeiras dos municípios ocasionados pela descentralização financeira determinada pela Constituição de 1988, o que não acarretou abundância de recursos para os municípios e mesmo aos estados (Farah, 2001). Porém, como contornar essa situação? Como o poder público municipal poderá atuar de forma mais ativa nos processos de desenvolvimento territorial local/regional? Será que sua atuação se restringe a disponibilização de recursos financeiros? Esta é mais uma questão que instiga novas pesquisas.

Para finalizar, como aponta a quarta e última hipótese, entende-se que a Coopercana caracteriza uma experiência inovadora na escala regional, frente à forte territorialidade em torno das relações de poder e gestão decorrentes do cultivo da soja. Na escala estadual, representa uma inovação, por ser a única usina de álcool etílico hidratado do Rio Grande do Sul, além do caráter coletivo no qual foi constituída e no qual se desenvolve até hoje. Apresenta um nível considerável de densidade institucional, ou seja, 79% das ações, projetos e programas possuem nível 01 e 02, podendo-se por isso afirmar que há uma alta densidade

em torno da experiência. Sendo assim, em função dessas duas variáveis, a Coopercana reforça as relações de poder e gestão dos atores locais/regionais sobre o território, a partir de novos usos políticos e econômicos, contribuindo para o processo de desenvolvimento territorial local/regional. Um processo que atende não apenas a demandas econômicas, mas também sociais e ambientais, não apenas de seus associados ou da agricultura familiar, mas sim, de um entorno territorial maior, como apontam os nós, a malha e as redes anteriormente apresentadas.

Enfim, levando em consideração que o objetivo central desta pesquisa consistia em “investigar a importância da *inovação territorial coletiva* e da *densidade institucional*, como estas levam a novos usos políticos e econômicos do território desencadeando processos de desenvolvimento territorial local/regional” pode-se concluir que o mesmo foi alcançado, embora tenham-se levantado novos questionamentos, dúvidas, inquietações, o que certamente renderá novas pesquisas.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. São Paulo: Hucitec, 1992.

ACSELRAD, Henri. Território e Poder: as políticas das escalas. In: FISCHER, Tânia (org.). **Gestão do Desenvolvimento e Poderes Locais: marcos teóricos e avaliação**. Salvador: Casa da Qualidade, 2002.

ANP-AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO. **Capacidade Autorizada de Plantas**. Disponível em: <[http://www.anp.gov.br/petro/capacidade\\_plantas.asp](http://www.anp.gov.br/petro/capacidade_plantas.asp)>. Acesso em: dez/2005-a

\_\_\_\_\_. **Vendas de álcool etílico hidratado, pelas distribuidoras, segundo Grandes Regiões e Unidades da Federação - 1993-2002**. Disponível em: [http://www.anp.gov.br/conheca/anuario\\_2003.asp#secao\\_4](http://www.anp.gov.br/conheca/anuario_2003.asp#secao_4). Acesso em dez/2005-b.

ALMEIDA, Jalcione. **A Construção social de uma nova agricultura: tecnologia agrícola e movimentos sociais no sul do Brasil**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1999.

AMIN, A; THRIFT, N. Globalization, institucional thickness and the local economy. En Halley, P Et al.: **Managing the cities the new urban context**. John Wiley Chichester, 1995.

ANTEAG-ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE AUTO-GESTÃO **Autogestão: um projeto de vida**. Disponível em: <[http://www.anteag.org.br/index.php?option=com\\_content&task=section&id=5&Itemid=84](http://www.anteag.org.br/index.php?option=com_content&task=section&id=5&Itemid=84)>. Acesso em: dez/2005.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Relatório da Comissão Especial para o Estudo da Agroindústria Açucareira**. Porto Alegre: Assembléia Legislativa, 1975.

ASTRF-ASSOCIAÇÃO DOS SINDICATOS DOS TRABALHADORES RURAIS FRONTEIRIÇOS. **Estudo de Adaptação de Variedades de Cana-de-açúcar na Região Noroeste do Rio Grande do Sul**. Porto Xavier: A Notícia Ltda., 2005.

BADIE, Bertrand. **O Fim dos Territórios: ensaio sobre a desordem internacional e sobre a utilidade social do respeito**. Lisboa: Instituto Piaget, 1995.

BANDEIRA, Pedro Silveira. **Desenvolvimento Regional, Cultura Política e Capital Social**. Relatório de Análise dos Resultados, 2003 Disponível em: <[http://www.al.rs.gov.br/forum\\_democratico/desenv\\_regional/pesquisa\\_relatorio.htm](http://www.al.rs.gov.br/forum_democratico/desenv_regional/pesquisa_relatorio.htm)>. Acesso em: ago/2003.

BECKER, Berta K. Modernidade e Gestão do Território no Brasil: da integração nacional à integração competitiva. In: **Espaço e Debates**. São Paulo: n. 31, 1991.

\_\_\_\_\_. O Uso Político do Território: questões a partir de uma visão do terceiro mundo. In: BECKER, Berta K.; COSTA, Rogério K.; SILVEIRA, Carmem B.; (orgs.) **Abordagens Políticas da Espacialidade**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1983.

BENETTI, Maria Domingues. **Origem e Formação do Cooperativismo Empresarial no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: FEE, 1982.

BENKO G.; LIPIETZ A. (orgs.). **As Regiões Ganhadoras – Distritos e Redes: os novos paradigmas da geografia econômica**. Oeiras: Celta, 1994.

BERNARDES, Nilo. **Bases geográficas do povoamento do Estado do Rio Grande do Sul**. Ijuí: UNIJUÍ, 1997.

BERECIARTU, Gurutz L.. **Contra el Estado-nación**. Madrid: Siglo XXI, 1986.

BIALOSKORKI NETO, Sigismundo. **Estratégias e Cooperativas Agropecuárias: um ensaio analítico**. Seminário em Política Econômica em Cooperativismo e Agronegócios. UFV, 2002 (mimeo).

\_\_\_\_\_. Agronegócio Cooperativo. In. BATALHA, M. (org.) **Gestão Agroindustrial**. São Paulo: Atlas, 2001.

BÜTENBENDER, Pedro Luís. O Cooperativismo e o Desenvolvimento Regional: estudo sobre as contribuições das cooperativas e das associações no desenvolvimento da região da Grande Santa Rosa. In: **Perspectiva Econômica**. Série Cooperativismo, v. 29, n. 36, São Leopoldo: UNISINOS, 1995.

BOBBIO, Norberto. **Ensaio sobre Gramsci e o Conceito de Sociedade Civil**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

\_\_\_\_\_. Democracia e Ditadura. In: **Estado, Governo e Sociedade: para uma teoria geral da política**. 4. ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

BOBBIO, Norberto; et al. **Dicionário de Política**. 7ª edição, vol.2. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1995.

BOISIER, Sergio. **El Vuelva de una Cometa: una metamorfose para una teoría de desarrollo territorial**. Santiago do Chile: Ilpes/Cepal, 1997.

\_\_\_\_\_. Em busca do esquivo desenvolvimento regional: entre a caixa preta e o projeto político. In: **Planejamento e Políticas Públicas**. Rio de Janeiro, n. 13, jun. 1996.

BOISIER, Sergio et al. **Sociedad Civil, Actores Socielles y desarrollo regional**. Santiago do Chile: Ilpes/Cepal, 1995.

BRAGA, Tânia Moreira. “Desenvolvimento Local Endógeno” e suas aplicações na formulação de políticas municipais: descentralização/participação ou fragmentação/estratégias de legitimação. In: Encontro da Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em

Planejamento Urbano e Regional, 8, maio 1999, Porto Alegre. **Anais**. Porto Alegre: Propur/Ufrgs, 1999. Em CD.

BREITBACH, Aurea C. M.. O Desenvolvimento Regional no Contexto da Globalização. In: **Boletim Gaúcho de Geografia**. AGB-Porto Alegre: n. 27, dez./2001.

BRUM, Argemiro Jacob. **Modernização da Agricultura**: trigo e soja. Petrópolis: Vozes, 1988.

BRUM, Argemiro Luis. **A Economia Mundial da Soja**: impactos na cadeia produtiva da oleaginosa no Rio Grande do Sul – 1970-2000. Ijuí: Unijuí, 2002.

CANDIOTTO, Luciano Zanetti P.. Uma reflexão sobre ciência e conceitos. In: RIBAS, Alexander Domingues; SPOSITO, Eliseu Sevério; SAQUET, Marcos Aurélio. **Território e Desenvolvimento**: diferentes abordagens. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.

CARA, Roberto Bustus. Territorialidade e Identidade Regional no Sul da Província de Buenos Aires. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A.; SILVEIRA, M. L. **Território**: globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec, 1994.

CARAVACA, Immaculada Barroso. Los Nuevos Espacios Ganadores y Emergentes. In: **Eure**. v.4, n73, Santiago: 1998. Disponível em: <<http://www.scielo.cl/scielo.php>>. Acesso em: jul/2004.

CARVALHO, Nanci Valadares de. **Autogestão**: o nascimento das ONGs. 2.ed., São Paulo: Brasiliense, 1995.

CASTELLS, Manuel. **A Questão Urbana**. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 2000.

\_\_\_\_\_. **A Sociedade em Rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTRO, Iná E. de. O Problema da Escala. In: **Geografia Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand-Brasil, 1995.

CLAVAL, Paul. Espaço e Poder. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

COOPERATIVA DE TRABALHO ODONTOLÓGICO. Disponível em: <<http://www.uniodonto.com.br>>. Acesso em dez/2005.

COOPERATIVA MISTA SÃO LUIZ Ltda. Disponível em: <<http://www.coopermil.com.br>>. Acesso em dez/2005.

COOPERATIVA REGIONAL DE ELETRIFICAÇÃO RURAL DAS MISSÕES Ltda. Disponível em: <<http://www.cermissoes.com.br>>. Acesso em dez/2005.

COOPERATIVA TRITÍCOLA REGIONAL SÃO LUIZENSE Ltda. Disponível em: <<http://www.coopatrigo.com.br>>. Acesso em dez/2005.

COOPERATIVA TRITÍCOLA SANTA ROSA Ltda. Disponível em: <<http://www.cotrirosa.com.br>>. Acesso em dez/2005.

COOPERATIVA TRITÍCOLA SANTO ÂNGELO Ltda. Disponível em: <<http://www.cotrisa.com.br>>. Acesso em dez/2005.

COOPERATIVA TRITÍCOLA TRÊS DE MAIO Ltda. Disponível em: <<http://www.cotrimaio.com.br>>. Acesso em dez/2005.

COOPERCANA- COOPERATIVA DOS PRODUTORES DE CANA DE PORTO XAVIER LTDA.. **Histórico dos Movimentos Populares**. 2004-a, inédito.

\_\_\_\_\_. **Identificação do Empreendimento**. 2004-b, inédito.

\_\_\_\_\_. **Orçamento de Implantação de 1 ha de cana e de 1 ha de soja**. 2004-c, inédito.

\_\_\_\_\_. **Projeto para a Modernização da Planta Industrial na Produção de Álcool para a Produção de Biodiesel pela Agricultura Familiar**. Documento de apresentação e de consulta prévia ao BNDES. Porto Xavier, 2005.

COOPERJORNAL. Disponível em: <<http://www.cooperjornal.com.br>>. Acesso em dez/2005.

CORRÊA, Roberto Lobato. Território e Corporação: um exemplo. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A.; SILVEIRA, M. L.. **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1994.

CREŞOL- SISTEMA DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO RURAL COM INTERAÇÃO SOLIDÁRIA. **Há 10 anos o Crédito da Agricultura Familiar**. Francisco Beltrão: Grafisul, 2005, Folder.

DALE, Britt. An Institutional Approach to Local Restructuring: the case of four norwegian towns. In: **European Urban and Regional Studies**. London: Sage Publications, 2002. Disponível em: <[http://www.giub.uni-bonn.de/grabher/downloads/WS0405\\_sem\\_B\\_Literatur.pdf](http://www.giub.uni-bonn.de/grabher/downloads/WS0405_sem_B_Literatur.pdf)>. Acesso em mai/2005.

DALLABRIDA, Valdir R.; BÜTTENBENDER, Pedro L. A Organização Social para o Desenvolvimento: Análise da Experiência da Região Gaúcha “Grande Santa Rosa”. In: Colóquio Internacional de Desenvolvimento Local – o desenvolvimento local na perspectiva do desenvolvimento humano, 1, 2003, Campo Grande. **Anais**. Campo Grande: UCBD, 2003. Em CD.

DALLABRIDA, Valdir R.; SIEDENBERG, DIETER R.; FERNÁNDEZ, Victor R.. A Dinâmica Territorial do Desenvolvimento: sua compreensão a partir da análise da trajetória de um âmbito espacial periférico. In: Seminário Internacional sobre desenvolvimento regional, 2, 2004, Santa Cruz do Sul. **Anais**. Santa Cruz do Sul: Unisc, 2004. Em CD.

DEMO, Pedro. **Participação é Conquista**. 5. ed., São Paulo: Cortez, 2001.

DUARTE, Laura Maria Goulart. **Capitalismo & Cooperativismo no R.G.S.** O cooperativismo empresarial e a expansão do capitalismo no setor rural do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: L&PM, 1986.

EMATER REGIONAL. **Projeto Agroindústria Familiar**. Região Santa Rosa. Santa Rosa: 2005, inédito.

ESCOLAR, Marcelo. **Crítica do Discurso Geográfico**. São Paulo: Hucitec, 1996.

EW, Aní Rení. Os casos Cosuel e Coapel – estudo comparativo da reestruturação de cooperativas agropecuárias na década de 90. In: **Perspectiva Econômica**. Série Cooperativismo, v. 36, n. 116, São Leopoldo: UNISINOS, 2001.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Gestão pública local, novos arranjos institucionais e articulação urbano-regional. In: GONÇALVES, Maria Flora; BRANDÃO, Carlos Antonio;

GALVÃO, Antônio Carlos Filgueira (org.). **Regiões e cidades, cidades nas regiões: o desafio urbano/regional**. São Paulo: UNESP, ANPUR, 2003.

FEATHERSTONE, Mike. **Cultura de Consumo e Pós-Modernismo**. São Paulo: Studio Nobel, 1995.

FEE-FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. **IDESE e sua Variação Percentual e Informações Demográficas e Econômicas, dos Coredes, no Rio Grande do Sul**. Disponível em: <[http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/estatisticas/pg\\_idese\\_tabelas\\_destaque.php](http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/estatisticas/pg_idese_tabelas_destaque.php)>. Acesso em: jan/2005-a.

\_\_\_\_\_. **Resumo Estatístico RS**. Disponível em: <[http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/resumo/pg\\_estado.php](http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/resumo/pg_estado.php)>. Acesso em: jan/2005-b.

\_\_\_\_\_. **Resumo Estatístico RS-COREDEs**. Disponível em: <[http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/resumo/pg\\_coredes\\_detalhe.php?corede=Fronteira+Noroeste](http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/resumo/pg_coredes_detalhe.php?corede=Fronteira+Noroeste)>. Coredes. Acesso em: jan/2005-c

FERNÁNDEZ, Víctor Ramiro. Densidad Institucional, Inovación Colectiva y Desarrollo de las cadenas de valor local: un triángulo estratégico en la evolución de los enfoques regionalistas durante los '90s. **Redes**. Santa Cruz do Sul: v.9, p. 07-35, n.1, jan/abr, 2004.

FERRÃO João. Inovar para desenvolver: o conceito de gestão de Trajectórias de Inovação. In: **Interações** – Revista Internacional de Desenvolvimento Local. v.3, p. 17-26, n.4, mar/2002-b.

\_\_\_\_\_. **Um Novo Mapa Cognitivo para a Acção Local**. 2002-a, inédito.

\_\_\_\_\_. Relação Entre Mundo Rural e Mundo Urbano: evolução histórica, situação actual e pistas para o futuro. In: **Eure**. Santiago, v. 26, n.78, set. 2000.

\_\_\_\_\_. **Educação, Sociedade Cognitiva e Regiões Inteligentes**: uma articulação promissora. In: **Inforgeo**. Lisboa: n.11, 1996.

FIORI, José Luis. **Em Busca do Desenvolvimento Perdido**. Ensaio crítico sobre a festejada crise do Estado. Rio de Janeiro: Insigth Editorial, 1995.

\_\_\_\_\_. Globalização Econômica e Descentralização Política: um primeiro balanço. In: **Ensaio FEE**. Porto Alegre: v.15, n. 2, 1994.

\_\_\_\_\_. Para repensar o papel do Estado sem ser um neoliberal. **Economia Política**. v. 12, n.1, p. 77-89, jan/mar, 1992.

FISCHER, Tânia. Poderes Locais, Desenvolvimento e Gestão: introdução a uma agenda. In: FISCHER, Tânia (org). **Gestão do Desenvolvimento e Poderes Locais**: marcos teóricos e avaliação. Salvador: Casa da Qualidade, 2002.

FONTOURA, Luiz Fernando Mazzini. Novos Contextos Urbano-industriais. In: Encontro Estadual de Geografia, 22, p.27-37, 2002, Caxias do Sul. **Anais**. Caxias do Sul: Educus, 2002.

FRANTZ, Telmo Rudi. **Cooperativismo Empresarial e Desenvolvimento Agrícola**: o caso da Cotrijuí. Petrópolis: Vozes, 1982.

GEHLEN, Ivaldo; RIELLA, Alberto. Dinâmicas territoriais e desenvolvimento sustentável. **Sociologias** - Sociedade e Território. Porto Alegre: ano 6, n.11, p. 20-27, jan./jun., 2004.

GOMES, Paulo Cezar da Costa. O conceito de região e sua discussão. In: Castro, I. ; Gomes, P. C. C. ; Corrêa, R. L. . (Orgs.) **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

CÂMARA DE POLÍTICAS DE INFRA-ESTRUTURA DO CONSELHO DE GOVERNO Grupo de trabalho interministerial - Biodiesel. **Relatório Final**. Brasília: 2003, inédito.

HAESBAERT, Rogério. Concepções de Território para Entender a Desterritorialização. In: **Território Territórios**. Niterói: Programa de Pós Graduação em Geografia – PPGEU-UFF/AGB, 2002.

\_\_\_\_\_. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: CASTRO, I.; GOMES, P.C.C.; CORRÊA, R. L. (orgs). **Geografia Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand-Brasil, 1995.

\_\_\_\_\_. Questões e Mitos sobre a Globalização. In: STROHAECKER, Tânia Marques, et al (orgs.). **Fronteiras e Espaço Global**. Associação dos Geógrafos Brasileiros, Seção Porto Alegre, 1998.

\_\_\_\_\_. Des-caminhos e Perspectivas do Território. In: RIBAS, Alexander Domingues; SPOSITO, Eliseu Sevério; SAQUET, Marcos Aurélio. **Território e Desenvolvimento: diferentes abordagens**. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.

HEIDRICH, Álvaro Luiz. Território, integração sócioespacial, região, fragmentação e exclusão social. In: : RIBAS, Alexandre Domingues; SPOSITO, Eliseu Savério; SAQUET, Marcos Aurélio. **Território e desenvolvimento: diferentes abordagens**. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades@**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>>. Acesso em: ago/2005.

IPD- INSTITUTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO REGIONAL. Caracterização da região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. In: **Capacitação de Agentes Sociais em Organização e Gestão de Associações e Cooperativas**. Ijuí: n.3, Unijuí, 2003.

\_\_\_\_\_. **Núcleo do Banco de Dados**. Disponível em: <<http://seguro.unijui.tche.br/nbd/>>. Acesso em: jan/2005; maio/2005.

KAHIL, Samira Peduti. Usos do Território: uma questão política. In: **Encontro de Geógrafos da América Latina**, 10, 2005, São Paulo. Anais. São Paulo: USP, 2005. Em CD.

KIRAT, Thierry; LUNG, Yannick. Innovation and Proximity. Territories as loci of collective learnig process. In: **European Urban and regional Studies**. London: v.6, n.1, 1999.

LEADER. **Capital Territorial e Projeto do Território**. Disponível em: <<http://europa.eu.int/comm/archives/leader2/rural-pt/biblio/coll/art08.htm>>. Acesso em: maio/2005.

MENASCHE, Renata. **Percepções e projetos: agricultura familiar em mudança - o caso da região de Santa Rosa, Noroeste do Rio Grande do Sul**. Rio de Janeiro: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro: Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade), 1996.

MÉNDEZ, Ricardo. Innovación y desarrollo territorial: alguns debates teóricos recientes. **Eure**. Santiago: v.28, n. 84, 2002, Disponível em: <<http://www.scielo.cl/scielo.php>>. Acesso em: jul/2004.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO. **Programa de Desenvolvimento Social da Faixa de Fronteira**. Disponível em: <<http://igeo.ufrj.br/gruporetis/programafronteira>>. Acesso em: maio/2005.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Biodiesel e Inclusão Social**. 2005-a, inédito.

\_\_\_\_\_. Nota Técnica. **Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel e a inclusão social da agricultura familiar**, 2005-b, inédito

\_\_\_\_\_. **Ministro do Desenvolvimento Agrário lança programa do biodiesel no RS**. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/index.php?ctuid=7520&scid=134>>. Acesso em: set/2005.

NASCIMENTO, Décio Estevão do. Desenvolvimento Regional e Redes de Difusão de Tecnologia. In: **Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional**. 2, 2004, Santa Cruz do Sul: Unisc, 2004.

NORTH, Douglas. **Institutions, Institutional Change and Economic Performance**. Cambridge University Press, 1990.

OCERGS-ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Regionalização da OCERGS**. Disponível em:<<http://www.ocergs.com.br>. Acesso em fev/2006.

OHMAE, Kenichi. **O fim do Estado-Nação**. A ascensão das economias regionais. Rio de Janeiro: Campus, 1996.

\_\_\_\_\_. **O Mundo sem Fronteiras**. São Paulo: Macron Books, 1991.

PANZUTTI, Ralph. Contribuição para a Teoria Cooperativista. In: Congresso da SOBER. **Anais**. 2002.

\_\_\_\_\_. Contribuição para a Teoria Cooperativista. In: **Perspectiva Econômica**. Série Cooperativismo, v. 36, n. 116, São Leopoldo: UNISINOS, 2001.

PED - Plano Estratégico de Desenvolvimento da Região Fronteira Noroeste. Três de Maio: Samavi, out./1996.

PLANO de Ações. **Rede de Cidades das Missões pelo Desenvolvimento e Combate à Pobreza**. 2004, inédito.

PROJETO Ensino Médio Alternativo no RS. Disponível em: <<http://www.ufpa.br/imprensa/clipping/clipping>>. Acesso em mar/2005.

PUTNAM, Roberto D. **Comunidade e Democracia**: a experiência da Itália moderna. 2ª ed., Rio de Janeiro: FGV, 2000.

QUEIROZ, Maria Isaura P.. **Cultura, Sociedade Rural, Sociedade Urbana no Brasil**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, USP, 1978.

RACINE, J.B.; RAFFESTIN, C.; RUFFY, V. Escala e Ação: contribuições para uma interpretação de mecanismo de escala prática da geografia. **Revista Brasileira de Geografia**. v.45, n.1, p.123-135, jan-mar, 1983.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAMBO, Anelise G.; RÜCKERT, Aldomar A.. Desenvolvimento territorial local/regional: a experiência do município de Crissiumal/RS. In: **Encontro Nacional de Geografia Agrária**, 15, 2004, Gramado. Anais. 2004. Em CD.

REDE DLIS. **Construindo Indicadores de Desenvolvimento Local**. Disponível em: <<http://www.rededlis.org.br/monitoramento.asp?id=143&action=mostra>>. Acesso em: maio/2005.

ROTTA, Edeimar. A preocupação histórica da região com a construção de seu processo de desenvolvimento. In: IPD. **Capacitação de Agentes Sociais em Organização e Gestão de Associações e Cooperativas**. n.3, Ijuí: Unijuí, 2003.

\_\_\_\_\_. **A construção do desenvolvimento: análise de um “modelo” de integração entre regional e global**. Ijuí: Unijuí, 1999.

ROTTA, Edeimar, et al.. **Fenasoja: resgate histórico**. 2. ed. Ijuí: Unijuí, 2002.

RÜCKERT, Aldomar A.. **Reforma do Estado e Tendências de Reestruturação Territorial. cenários contemporâneos no Rio Grande do Sul**. São Paulo: Universidade de São Paulo: Tese (Doutorado em Geografia Humana), 2001.

SACK, Robert D.. **Human territoriality: its theory and history**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SANTOS, Maria do Socorro dos. A Produção Social do Espaço: do Campo à Cidade, da Cidade ao Campo. 1997-a. **Humanidades**. Disponível em: <<http://www.seol.com.br/mneme/>>. Acesso em: dez/2004.

SANTOS, Milton. **Por uma outra Globalização: do pensamento único à consciência universal**. 11. ed., Rio de Janeiro: Record, 2004.

\_\_\_\_\_. Território e Dinheiros. In: **Território e Territórios**. Niterói: Programa de Pós Graduação em Geografia – PPGeo-UFF/AGB, 2002.

\_\_\_\_\_. **Território e Sociedade**. Entrevista com Milton Santos. 2. ed., São Paulo: Editora Fundação Persseu Abramo, 2001.

\_\_\_\_\_. **A Natureza do Espaço**. Técnica e tempo. Razão e Emoção. 2. ed., São Paulo: Hucitec, 1997-b.

\_\_\_\_\_. **Espaço e Método**. São Paulo: Nobel, 1985.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 6.ed., Rio de Janeiro: Record, 2004.

SCHNEIDER, José Odelso; KONZEN, Otto Guilherme. 100 anos de cooperativismo no Rio Grande do Sul. 100 anos de experiência solidária. In: **Perspectiva Econômica**. Série Cooperativismo, v. 36, n. 116, São Leopoldo: UNISINOS, 2001.

SCHNEIDER, Sergio. **Agricultura Familiar e Industrialização**: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRGS, 1999.

SCOTT, W. Richard. **Institutions and Organizations**. London: Sage Publications, 1995.

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Política Educacional do RS – 1999/2002**. Educação de Qualidade Social. Porto Alegre: 2002.

SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Municipais/AIM** (Índice de retorno ICMS)/Valor Adicionado Municípios. Disponível em: <[http://www.sefaz.rs.gov.br/sefroot/aim/AIM.MUNICIPIO\\_C2asp?ano=2004&prefixo=214](http://www.sefaz.rs.gov.br/sefroot/aim/AIM.MUNICIPIO_C2asp?ano=2004&prefixo=214)>. Acesso em: dez/2005.

SECRETARIA DO TRABALHO, CIDADANIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL. Departamento do Trabalho - Divisão de Geração de Emprego e Renda. **Projetos Piloto** - Programa Coletivos de Trabalho, 2005, inédito.

SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da. O conceito de região e a Geografia. In: **Redes**. Região e desenvolvimento. v.8, n.2, Santa Cruz do Sul: UNISC, 2003.

SIQUEIRA, Oacar Graeff; MIELITZ NETO, Carlos A.G.. A crise falimentar das grandes cooperativas: análise do caso de Carazinho (RS) versus o da cooperativa de Não-Me-Toque (RS). In: **Perspectiva Econômica**. Série Cooperativismo, v. 36, n. 116, São Leopoldo: UNISINOS, 2001.

SISTEMA DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO RURAL COM INTERAÇÃO SOLIDÁRIA. Disponível em: <<http://www.cresol.com.br>>. Acesso em dez/2005.

SOUZA, Marcelo José. O Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I.; GOMES, P.C.C.; CORRÊA R.L. (orgs). **Geografia Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand-Brasil, 1995.

SPÓSITO, Eliseu Sevério. Sobre o Conceito de Território: um exercício metodológico para a leitura da formação territorial do Sudoeste do Paraná. In: RIBAS, Alexander Domingues; SPOSITO, Eliseu Sevério; SAQUET, Marcos Aurélio. **Território e Desenvolvimento**: diferentes abordagens. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.

STIGLITZ, Joseph. **A Globalização e seus Malefícios**. A promessa não cumprida de benefícios globais. São Paulo: Futura, 2002.

TONI, Fabiano. **Movimentos sociais, governança ambiental e desenvolvimento rural no Brasil**. 2004. Disponível em:< <http://www.rimisp.cl/getdoc.php?docid=2537>>. Acesso em: out/2005.

TOURAINÉ, Alain. **O que é democracia?** Petrópolis: Vozes, 1996.

UNIÃO DOS MÉDICOS. Disponível em: <<http://www.unimed.com.br>>. Acesso em dez/2005.

UNIÚ-UNIVERSIDADE REGIONAL DO NOROESTE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Projeto de Extensão**: estudos ambientais . Disponível em: <<http://www.unijui.tche.br/coopercana>>. Acesso em: mar/2005.

---

**Projeto de Extensão**: Estudos Ambientais. Laudo de Vistoria. Coopercana – Cooperativa dos Produtores de Cana de Porto Xavier Ltda. Ijuí: 2003.

## Obras Consultadas

- AMIN, Ash. **An Institutional Perspective on Regional Economic Development**, 1998. Disponível em: <<http://www.econgeog.org.uk/pdfs/amin.pdf>>. Acesso em: abr/2005.
- ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (orgs.). **Pós-Liberalismo**. As políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- ANJOS, Flávio Sacco dos. (coord.) **Relatório Final do Projeto TCP/BRA/2005 – Região Sul**. Disponível em: <<http://www.flem.org.br/eventos/2005/01/WorkshopMetodologiaTCP/eve20050120Consad-RelatorioFinalPitanga.htm>>. Acesso em: nov/2005.
- BAPTISTA, Rosanita Ferreira e. Redes de Inovação no Contexto dos Tecnópolos: a experiência de São Carlos, Brasil. In: **Geocrítica**. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Universidad de Barcelona, n. 69, 1º de agosto de 2000.
- BATALHA, Mário Otávio. **Gestão Agroindustrial**. v.2, São Paulo: Atlas, 2001.
- BECKER, Dinizar F.; WITTMANN, Milton Luiz (orgs.). **Desenvolvimento Regional: abordagens contemporâneas**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2003.
- BÜTENBENDER, Pedro Luís. Integração do associativismo. In: **Cooperativismo e desenvolvimento rural e urbano**. A cooperação para as organizações populares. Ano 6, n.12, São Leopoldo: Cedope/Unisinós, 1994.
- BOISIER, Sergio. Desarrollo (local): de qué estamos hablando? In: BECKER, Dinizar F.; BANDEIRA, Pedro S. (orgs.) **Desenvolvimento local-regional. Determinantes e desafios contemporâneos**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2002.
- DALLABRIDA, Valdir R.; BÜTTENBENDER, Pedro L.; BOFF, Vilmar. Políticas públicas seletivas e exclusão social: alguns elementos de análise da experiência do Pró-Álcool no Brasil. In: Colóquio Internacional: Políticas Públicas, Pobreza e Exclusão Social, 1, 2003, Ijuí. **Anais**. Ijuí: Unijuí, 2003. Em CD.
- ESPINO, José Ayala. La teoría de las instituciones In: **Instituciones y Economía: una introducción al neoinstitucionalismo económico**. México: FCE, 1999.
- FERNÁNDEZ, Victor Ramiro. Estrategia(s) de desarrollo regional bajo el nuevo escenario global-local: revisión crítica sobre su(s) potencialidad(es) y límites. **Eure**. Santiago: v.27, n.82, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.cl/scielo.php>>. Acesso em: out/2003.
- FERRÃO, João. Colectividades territoriais e Globalização: contributos para uma nova acção estratégica de emancipação. **Inforgo**. Lisboa: n. 09-10, 1995.
- HEIDRICH, Álvaro. **Além do Latifúndio**. Geografia do interesse econômico gaúcho. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.
- JUNQUEIRA, Rodrigo Gravina Prates. **Finanças Solidárias e Agricultura Familiar: O Sistema Cresol de Cooperativas de Crédito Rural**. São Paulo: Universidade de São Paulo: Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental), 2003.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. 2. Ed, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

KRÜGER, Karsten; RESEARCHER, Senior. Proceso de Innovación y Difusión de Conocimientos en Empresas In: **Geocrítica**. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Universidad de Barcelona, n. 69, 1 de agosto de 2000.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 1982.

MÉNDEZ, Ricardo. Innovación Tecnológica y Reorganización del Espacio Industrial: una propuesta metodológica. **Eure**. v.24, n.73, 1998. Disponível em: <<http://www.scielo.cl/scielo.php>>. Acesso em: out/2004.

MEYER STAMER, Jörg. **Governance and Territorial Development**. Disponível em: <[www.mesopartner.com/publications/mp-wp7\\_Governance.pdf](http://www.mesopartner.com/publications/mp-wp7_Governance.pdf)>. Acesso em: ago/2005.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. Para pensar uma política nacional de ordenamento territorial. In: Oficina sobre a Política Nacional de Ordenamento Territorial, 1, 13-14 de novembro de 2003, Brasília. **Anais**. Brasília: 2005.

RÜCKERT, Aldomar A. Reforma do Estado, Reestruturações Territoriais, Desenvolvimento e Novas Territorialidades. **GEOUSP – Espaço e Tempo**. São Paulo: n.17, p.79-94, 2005.

\_\_\_\_\_. Políticas territoriais, ciência & tecnologia e a ação de atores locais e regionais: o pólo de modernização tecnológica da Serra, Rio Grande do Sul, Brasil. **Sociologias - Sociedade e Território**. Porto Alegre: ano 6, n.11, p. 148-183, jan./jun., 2004.

\_\_\_\_\_. **Metamorfoses do Território**. A agricultura de trigo/soja no planalto médio rio-grandense, 1930-1990. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

\_\_\_\_\_. **Dialética do Concreto**. In: **Geografia**. São Paulo: v.12, n.23, 1987.

SAQUET, Marcos Aurélio. O Território: diferentes interpretações da literatura italiana. In: RIBAS, Alexander Domingues; SPOSITO, Eliseu Sevério; SAQUET, Marcos Aurélio. **Território e Desenvolvimento: diferentes abordagens**. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.

SCHALLENBERGER, Erneldo. Social-catolicismo e associativismo cristão: Alemanha e Sul do Brasil. **Estudos Ibero-Americanos**. Porto Alegre: v. XXIX, n.2, p. 117-134, dez/2003.

SCHNEIDER, Sérgio. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. **Sociologias - Sociedade e Território**. Porto Alegre: ano 6, n.11, p. 88-125, jan./jun., 2004.

## **ANEXOS**

## **ANEXO A**

### **LISTA DE ENTREVISTADOS**

1. Presidente da Coopercana
2. Secretário e 1º presidente da Coopercana
3. Engenheiro Agrônomo da Coopercana
4. Presidente do STR de Porto Xavier
5. Tesoureiro da ASTRF
6. Assistente Administrativa da Coopax
7. Gerente da Cre\$ol
8. Presidente da Coopercil
9. Professora do Ema
10. Membro da Arede
11. Colaboradora da Amizade FM
12. Um associado de cada núcleo de base da Coopercana

## ANEXO B

### Entrevista dirigida às instituições/organizações que deram origem a Coopercana

(ASTRF, STR, COOPAX)

Entrevistado: \_\_\_\_\_  
Função \_\_\_\_\_ Fone \_\_\_\_\_ Data \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

- 1 Qual foi o papel da (nome da instituição/organização) na constituição da COOPERCANA?
  
- 2 Comente sobre a importância da interação/cooperação da (nome da instituição/organização) com a COOPERCANA. Cite as ações/projetos mais significativos desenvolvidos coletivamente?
  
- 3 Segundo sua opinião, a COOPERCANA tem contribuído para o desenvolvimento de Porto Xavier e região? Como? Quais os principais impactos/reflexos observados?
  
- 4 Segundo sua opinião, quais os principais problemas/obstáculos que a Cooperativa enfrenta ou precisa superar para contribuir mais para o desenvolvimento da região?
  
- 5 Quais os diferenciais que observas da COOPERCANA em relação a ALPOX?
  
- 6 Quais as principais diferenças que observas entre a COOPERCANA e as cooperativas tradicionais/tritícolas da região?
  
- 7 A que atribuis os resultados positivos da COOPERCANA?

## ANEXO C

### Entrevista dirigida às instituições/organizações que se originaram a partir da Coopercana

(CRE\$OL, COOPERCIL, EMA, AREDE)

Entrevistado: \_\_\_\_\_  
Função \_\_\_\_\_ Fone \_\_\_\_\_ Data \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

1 Qual o papel da COOPERCANA na constituição da (nome da instituição/organização)?

2 Comente sobre a importância da interação/cooperação da (nome da instituição/organização) com a COOPERCANA. Cite as ações/projetos mais significativos desenvolvidos coletivamente?

3 Segundo sua opinião, a COOPERCANA tem contribuído para o desenvolvimento de Porto Xavier e região? Como? Quais os principais impactos/reflexos perceptíveis no desenvolvimento territorial?

4 Segundo sua opinião, quais os principais problemas/obstáculos que a Cooperativa enfrenta ou precisa superar para contribuir mais para o desenvolvimento da região?

5 Quais os diferenciais/vantagens perceptíveis da COOPERCANA em relação a ALPOX?

6 Quais as principais diferenças que observas entre a COOPERCANA e as cooperativas tradicionais/tritícolas da região?

7 A que atribuis os resultados positivos da COOPERCANA?

## ANEXO D

### Entrevista dirigida aos Associados da Coopercana

Entrevistado: \_\_\_\_\_  
Função: \_\_\_\_\_ Fone : \_\_\_\_\_  
Núcleo a que pertence: \_\_\_\_\_ Data: \_\_\_\_\_

1 Por que o Sr. começou a plantar cana?

2 O Sr. plantava cana antes da criação da Alpox ou da COOPERCANA? Qual o destino dessa cana?

3 O Sr. vê vantagens no plantio da cana se comparada ao da soja?

4 Quais as diferenças entre a Alpox e a COOPERCANA?

5 Como se dá o processo de discussão das ações na COOPERCANA?

6 Quais as diferenças que percebes entre a COOPERCANA e outra cooperativa tradicional/tritícola da qual o Sr. faz parte?

7 Quais as vantagens que vê em diversificar a produção?

8 O Sr. percebe melhorias trazidas pela COOPERCANA para o município ou região? A COOPERCANA tem contribuído para o desenvolvimento da região?

9 Sua renda mensal/anual aumentou com o plantio da cana? Quanto? Onde investiu os recursos?

10 Quais os principais obstáculos que a COOPERCANA precisa enfrentar em prol de seu desenvolvimento e da região?